

MEMÓRIAS

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

*. simpósio internacional:
crise de representatividade —
desafios e oportunidades
para o controle externo .*

03
2014

MEMORIO

TRIBUNAL

DE SANTA CRUZ

ÓRIAS
DE CONTAS
CATARINA



CONSELHEIROS

Julio Garcia — Presidente

Luiz Roberto Herbst — Vice-Presidente

César Filomeno Fontes — Corregedor-Geral

Wilson Wan-Dall — Supervisor da Ouvidoria

Luiz Eduardo Cherem — Supervisor do Instituto de Contas

Herneus De Nadal

Adircélio de Moraes Ferreira Junior

AUDITORES

Cleber Muniz Gavi

Gerson dos Santos Sicca

Sabrina Nunes locken

MEMÓRIAS

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

Florianópolis

2014

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
Assessoria de Comunicação Social (ACOM)
Coordenadoria de Publicações

SUPERVISÃO **Conselheiro Luiz Roberto Herbst**
COORDENAÇÃO EDITORIAL **Assessoria de Comunicação Social/ Coordenadoria de Publicações**
TEXTOS **Assessoria de Comunicação Social (ACOM)**
TRANSCRIÇÃO (português e espanhol) **Sieni Maria Campos**
REVISÃO GRAMATICAL (português) **Márcia Regina Barreto Moraes (ACOM)**
FOTOS **Douglas Santos**
PLANEJAMENTO GRÁFICO **Ayrton Cruz**
IMPRESSÃO **Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina (IOESC)**

**Ficha catalográfica elaborada por
Sílvia Bartá Volpato CRB 14/408**

S231m Santa Catarina, Tribunal de Contas. Memórias: Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo. Florianópolis : TCE/ACOM, 2014.

372 p.: Il, color. (Memórias Tribunal de Contas de Santa Catarina, v. 3).

Memorial Tribunal de Contas de Santa Catarina.

1. Administração pública. 2. Memória institucional.
I. Tribunal de Contas - Santa Catarina - Memória. I. Série.

CDDir 341.3852

PEDIDOS DESTA PUBLICAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — Divisão de Publicações
Rua Bulcão Viana, 90 — CEP 88020-160 — Florianópolis/SC
Email: publicacoes@tce.sc.gov.br

Coordenação e execução dos trabalhos do Simpósio Internacional

Coordenação Geral	Ricardo André Cabral Ribas
Coordenação Executiva	Joares Antonio de Lima
Coordenação de Logística Financeira	Edison Stieven
Coordenação de Programação Temária	Carlos Tramontin
Coordenação de Secretaria	Joseane Aparecida Corrêa
Coordenação de Cerimonial	Coronel Joares Antonio de Lima
Mestre de Cerimônias	Osmar Teixeira e Maria Thereza Simões Cordeiro
Coordenação de Comunicação Social	Lúcia Helena Fernandes de Oliveira Prujá
Coordenação de Informática	Paulo Roberto Riccioni Gonçalves
Coordenação de Segurança e Apoio	Ademar Casanova
Coordenação de Infraestrutura	Robison Perotto
Coordenação de Recepção e Transporte	Francisco Luiz Ferreira filho
Coordenação Médico-Hospitalar	Silvana Salum
Alimentação	Roseli Aparecida Brasca

“... devemos torcer para que os melhores cheguem ao governo, mas nos preparar para ter os piores. Isso altera o problema da política, pois nos força a substituir a pergunta ‘quem deve governar?’ por outra: Como podemos organizar as instituições políticas de modo que os governos maus ou incompetentes possam ser impedidos de fazer demasiados estragos?”

Karl Popper

(Os Paradoxos da Soberania, 1945)



SUMÁRIO

11	APRESENTAÇÃO
17	NOTA EXPLICATIVA
19	SIMPÓSIO INTERNACIONAL: CRISE DE REPRESENTATIVIDADE – DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O CONTROLE EXTERNO
21	PROGRAMAÇÃO
25	PALESTRAS
261	NOTÍCIAS DA ACOM
323	SIMPÓSIO NA MÍDIA

APRESENTAÇÃO

De 11 a 13 de novembro de 2013, o Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) realizou o “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo”. No evento foram refletidas as causas e consequências, relacionadas às manifestações de rua que ocorreram pelo Brasil e pelo mundo no ano passado, e o papel da fiscalização — os controles público e social — na era da conexão, a qual vem sendo marcada pelo uso massivo das redes sociais. O evento contou com a participação de especialistas das áreas de filosofia, direito e controle público.

Sobre as conferências, procurarei aqui fazer um breve relato destacando pontos pertinentes levantados por alguns palestrantes, não querendo, de modo algum, desmerecer o trabalho dos demais, que, sem dúvida, ressaltaram outros aspectos salutares ao debate.

Para lembrar, o simpósio foi aberto pelo então governador em exercício, deputado Joares Ponticelli, no dia 11 de novembro, com a conferência magna “Crise de representatividade: desafios para a governabilidade”. Com o intuito de conversar e interagir, Ponticelli considerou que as manifestações foram motivadas pelo atraso nas decisões governamentais e políticas: “(...) entre

a tomada de decisão e a ação concreta em favor do cidadão, perde-se muito tempo”.

Luiz Felipe Pondé, filósofo e colunista da Folha de São Paulo, doutor pela Universidade de São Paulo (USP), deu início às conferências do dia 12 de novembro com “O Estado no cenário da crise de representatividade”. Em sua visão, a crise de representatividade poderia ser muito bem resolvida, além dos instrumentos de polícia e política, pela economia: “um mercado ativo e rico”. Dessa maneira, o cidadão que perdesse seu emprego estaria tranquilo, pois logo encontraria outra posição no mercado sem ficar à mercê do Estado.

Já Juares Freitas, professor doutor da PUC/SC e UFRGS, presidente também do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, apresentou “O controle ideal e controle possível: respostas às demandas sociais”. Ressaltou ainda que os tribunais de contas, no exercício do controle público, precisam mudar a imagem [negativa] diante da sociedade em geral, e adotar “postura mais cooperativa, mais dialógica, mais protagonista, mais propositiva, mais de formulação de agenda”.

No mesmo dia, entre os palestrantes espanhóis, estavam María Cruz Díaz y Díaz, professora doutora e servidora pública da Província de Badajoz, e Nicolás Rodríguez García, professor doutor da Universidade de Salamanca, que trataram respectivamente dos temas “Controle social e controle público: interação para a efetividade e credibilidade das instituições” e “Pontos fortes e fracos do sistema penal no combate à corrupção”.

O professor Nicolás García enfatizou que tem se mostrado inviável o combate da corrupção pelos diferentes países dentro de suas fronteiras, pois a necessidade é de cooperação entre eles, uma vez que não dispõem das “mesmas condições de desenvolvimento institucional, nem de fortaleza de seus organismos, nem de recursos”. A palestrante María Cruz salientou ser da anuência de todos que existe “um notável déficit de credibilidade dos cidadãos nas instituições”, que teria provocado a crise de representatividade, e falou da necessidade de “atender à diversidade de circunstâncias políticas, sociais e econômicas de cada país”, para então identificar fatores comuns do desapego (falta de credibilidade) pelas instituições.

Na explanação sobre o tema “Corrupção e crise de representatividade: oportunidades e riscos”, Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno, conselheiro de Administração Pública do Governo de Extremadura (Espanha), mostrou o lado positivo dos preceitos estabelecidos no preâmbulo e no art. 3.º da Constituição brasileira (CRFB/1988) para estimular o Estado democrático, os quais, segundo ele, poderiam estar presentes em qualquer outro texto constitucional. E acrescentou que o que querem todos os cidadãos, em resumo, é algo mais abstrato: “tranquilidade e felicidade”. A solução para ele é “gerar confiança” com o objetivo de impedir “riscos” que incorram em “debilidade democrática”. Em linhas, elencou “ordem e progresso”, “maturidade social” e “maior cultura cívica” para se chegar a tão almejada “felicidade”.

No último dia (13/11/2013), “A fiscalização na época das redes sociais” foi o tema de Antonio Arias Rodríguez, síndico de Contas do Principado de Astúrias (Espanha), que destacou a importância de se estar conectado às redes sociais — Facebook, Twitter, Google+, LinkedIn, *fasttime* — para profissionais e instituições. Comentou sobre dois modelos (1.0 e 2.0) de comunicação, sendo que o 1.0 tem uma só direção — tribunal para o cidadão —, e o 2.0, duas direções, em que existe a figura do prosumidor (produtor e consumidor de informação) e a via dupla: tribunal-cidadão e cidadão-tribunal. Por fim, alertou para importância de se estudar o atual cenário.

Em “Corrupção, Estado Democrático de Direito e educação”, Affonso Ghizzo Neto, promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina, idealizador da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, hoje com projeção mundial, destacou dois denominadores comuns para a crise de representatividade. O primeiro se relaciona ao fato do “cidadão não se enxergar em seu representante político”, e o segundo, à “deficiência das políticas públicas oriundas da má gestão”, não só pelo “despreparo”, mas também pela “apropriação”, indébita, “da coisa pública”, ou simplesmente “corrupção”.

Foi visto que a sociedade em geral desconfia da atuação dos políticos e do trabalho dos gestores públicos no que tange à aplicação dos recursos, e os noticiários e matérias jornalísticas, por sua vez, confirmam boa parte dessas suspeitas. Além disso, há o desconhecimento do trabalho do controle público, feito pelos

tribunais de contas, algo que acaba por desmerecer o papel destas instituições como agentes de fiscalização dos bens e dinheiros públicos. Por isso tudo, vimos o quão importante foram as análises promovidas por esse simpósio internacional.

Em linhas gerais, foram levantadas questões como a ressonância da falta de competências política, moral e administrativa, e o quanto tais fatos, de uma forma ou de outra, maculam a imagem dos órgãos que representam o povo, e necessariamente favorecem a crise de representatividade produzindo manifestações de protesto.

Como fica, então, a compreensão da representatividade para os órgãos de controle externo? Entendo que a realização desse simpósio internacional foi fundamental para que órgãos como o nosso Tribunal de Contas de Santa Catarina traçassem um diagnóstico e identificassem os riscos e as oportunidades oferecidas por esse cenário de grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Além de possibilitar o debate para a busca de soluções voltadas ao enfrentamento da crise de representatividade política, marcada pela insatisfação da sociedade com os resultados do Poder Público.

Não poderia, contudo, deixar de citar o nome dos debatedores que trouxeram reflexões relevantes para os dois painéis/debates do simpósio: o do segundo dia, “Transparência no âmbito empresarial: os códigos para o bom governo”, com a professora doutora Maria Belen García, da Universidade de Salamanca (Espanha), e o advogado Joel de Menezes Niebuhr, doutor em direito pela PUC/SP, presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc); e o do último dia, “Crise de representatividade e controle público: oportunidade para o desenvolvimento econômico e social” com o desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Pedro Manoel Abreu, doutor em Direito pela UFSC, e o advogado e professor doutor da Univali Cesar Luiz Pasold.

No último dia, além do debate final, o qual trouxe ao público conclusões e aventados caminhos para “repensar as demandas sociais” e “praticar a democracia”, aplicados ao bem exercer das práticas políticas e administrativas de órgãos do Executivo e do Legislativo, e do controle dos Tribunais de Contas, houve o fechamento com a palestra “Desafios e rumos das instituições de controle externo frente a crise de representatividade”, com o conselheiro aposentado Salomão Ribas Junior, então presidente do TCE/SC.

Em suma, cabe considerar que as manifestações de protesto exigem dos órgãos que reformulem sua atuação visando a eficiência e eficácia, pois os movimentos de rua, especialmente no Brasil, acabaram por expor inúmeras insatisfações da sociedade. Duas delas foram marcantes: a questão da boa ou má alocação dos recursos e a fiscalização e controle dos orçamentos públicos.

Esta publicação é uma forma do Tribunal de Contas de Santa Catarina disseminar a discussão, seja via transcrição das abordagens, seja via matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação Social do TCE/SC e pela repercussão do evento na mídia.

Conselheiro Julio Garcia
Presidente do TCE/SC

NOTA EXPLICATIVA

Cabe esclarecer o leitor sobre os textos terem sido todos transcritos especialmente para esta publicação.

Após o processo de decupagem, o material passou pela revisão gramatical. O objetivo, no caso do português do Brasil, foi observar a norma padrão (gramática) respeitando as práticas e registros linguísticos (norma culta): variantes linguísticas e semânticas da língua oral, incluindo aqui neologismos.

Quanto aos textos em espanhol, houve o trabalho da intérprete que os transcreveu.

O leitor perceberá que os problemas de ruídos, falas fora do microfone, som baixo e interrupções foram sinalizados por colchetes e reticências, sem prejudicar o ordenamento cronológico das palestras.

Alguns dos participantes do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — Desafios e Oportunidades para o Controle Externo, que aparecem nesta publicação, não ocupam mais os cargos mencionados. Por ter como ponto central o resgate da memória do evento, ou seja, os debates suscitados, esta obra ateu-se à nomenclatura dos cargos por eles ocupados à época.



**SIMPÓSIO
INTERNACIONAL:
CRISE DE
REPRESENTATIVIDADE
— DESAFIOS E
OPORTUNIDADES
PARA O CONTROLE
EXTERNO**

PROGRAMAÇÃO

DIA 11/11/2013 — SEGUNDA-FEIRA

- 18 horas — **Credenciamento**
- 19h30min — **Abertura Solene**
- 20 horas — Conferência de abertura: **Crise de representatividade: desafios para a governabilidade**
Deputado Joares Ponticelli
Governador do Estado de Santa Catarina em exercício

DIA 12/11/2013 — TERÇA-FEIRA

- 08h30min — Palestra — **O Estado no cenário da crise de representatividade**
Luiz Felipe Pondé
Professor Doutor da PUC/SP e da FAAP/SP, escritor, colunista e filósofo

- 09h30min — Palestra — **Controle ideal e controle possível: respostas às demandas sociais**
Juarez Freitas
Professor Doutor da PUC/RS e UFRGS e Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público
- 10h30min — **Intervalo**
- 11 horas — Painel I — **Controle social e controle público: interação para a efetividade e credibilidade das instituições**
María Cruz Díaz y Díaz
Professora Doutora e servidora pública da província de Badajoz — Espanha
Antonio Joaquim
Conselheiro do TCE/MT — Presidente da ATRICON
- 12 horas — **Intervalo**
- 14 horas — Palestra — **Pontos fortes e fracos do sistema penal no combate à corrupção**
Nicolás Rodríguez García
Professor Doutor da Universidade de Salamanca — Espanha
- 15 horas — Palestra — **Corrupção e crise de representatividade: oportunidades e riscos**
Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno
*Professor Doutor da Universidade de Salamanca e
Conselheiro de Administração Pública de Extremadura — Espanha*
- 16 horas — **Intervalo**
- 16h30min — Painel II — **Transparência no âmbito empresarial: os códigos para o Bom Governo**
Maria Belen Lozano García
Professora Doutora da Universidade de Salamanca — Espanha
Joel de Menezes Niebuhr
Doutor em Direito pela PUC/SP e Advogado — Presidente do IDASC

DIA 13/11/2013 — QUARTA-FEIRA

- 08h30min — Palestra — **A fiscalização na época das redes sociais**
Antonio Arias Rodríguez
Síndico de Contas do Principado de Astúrias — Espanha
- 09h30min — Palestra — **Corrupção, estado democrático de direito e educação**
Affonso Ghizzo Neto
Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina
- 10h30min — **Intervalo**
- 11 horas — Palestra — **Desafios e rumos das instituições de controle externo frente à crise de representatividade**
Salomão Ribas Junior
Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina
- 12 horas — **Intervalo**
- 14 horas — Debate de encerramento — **Crise de representatividade e controle público: oportunidades para o desenvolvimento econômico e social**
Coordenador — Sebastião Helvecio Ramos de Castro —
Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais
Debatedores — Pedro Manoel Abreu — *Desembargador do Tribunal de Justiça de SC*
Cesar Luiz Pasold — *Professor Doutor da Univali e Advogado*
- 16 horas — **Encerramento**



Osmar Teixeira

PALESTRAS

Dia 11/11/2013 — 19h30min

Mestre de cerimônias: Osmar Teixeira

[Solenidade de abertura]

Senhoras e senhores,

Boa noite.

Solicitamos a todos que ocupem seus lugares e que mantenham seus celulares no modo silencioso para darmos início a solenidade de abertura do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo.

Este simpósio integra as comemorações do aniversário do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que, no dia 4 de novembro, completou 58 anos de criação.

Nesta solenidade, teremos a apresentação do grupo vocal Polyphonia Khoros, a abertura solene do evento e a conferência do senhor governador do Estado de Santa Catarina em exercício, deputado Joares Ponticelli.

[Apresentação do grupo vocal Polyphonia Khoros]

Dando continuidade à solenidade de abertura do simpósio, convidamos para compor a mesa de honra as excelentíssimas autoridades:

— Conselheiro Salomão Ribas Junior, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

— Desembargador Cláudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

— Dra. Walkyria Ruicir Danielski, subprocuradora-geral de Justiça de Santa Catarina;

— Senhor Pedro Celso Zuchi, prefeito de Gaspar e presidente da Fecam;

— Conselheiro Antonio Joaquim, presidente da Atricon;

— Conselheiro Thiers Montebello, presidente do TCM/RJ e vice-presidente da Abracom;

— Conselheiro Sebastião Helvecio, vice-presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais e vice-presidente do IRB;

— Senhor Pedro Tomás Nevado-Batalha Moreno, secretário de Estado de Administração Pública do Governo de Extremadura, Espanha;

— Senhor Osmar Jacobsen Filho, secretário de Controle Externo do TCU em Santa Catarina;

— Senhor Aderson Flores, procurador-geral adjunto do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas de Santa Catarina;

— Senhor Ademir Arnon de Oliveira, presidente da Associação Catarinense de Imprensa.

Registramos também as presenças das seguintes autoridades:

— Conselheiro Luiz Roberto Herbst, vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

— Conselheiro César Filomeno Fontes, corregedor-geral do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

— Conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall, do Tribunal de Contas de Santa Catarina;

- Conselheiro Julio Garcia, do TCE de Santa Catarina;
- Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Junior, também do TCE de Santa Catarina;
- Sr. Antonio Arias Rodríguez, síndico de Contas do Principado de Astúrias, Espanha;
- Sra. María Cruz Díaz y Díaz, professora doutora e servidora pública da Província da Badajoz, Espanha;
- Sr. Nicolás Rodríguez García, professor doutor da Universidade de Salamanca;
- Sra. María Belén Lozano García, professora doutora da Universidade de Salamanca, Espanha;
- Sra. Sabrina Nunes Iocken, auditora-substituta de conselheiro do TCE de Santa Catarina e vice-presidente da Audicon;
- Sr. Cleber Muniz Gavi, auditor-substituto de conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina;
- Sr. Gilson dos Santos, conselheiro aposentado do Tribunal de Contas de Santa Catarina;
- Sr. Mário José de Moraes Costa Filho, auditor-substituto de conselheiro TCE do Amazonas;
- Sr. Georgino Melo e Silva, procurador federal da Advocacia-Geral da União;
- Sr. George Richard Daux, presidente da Comissão de Moralidade Pública da OAB de Santa Catarina, representando o presidente da OAB de Santa Catarina;
- Sr. Augusto César Zeferino, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;
- Sr. Cesar Luiz Pasold, presidente da Academia de Letras Jurídicas;
- Sr. Nadir Baú da Silva, vice-prefeito do município de Tangará.

Demais autoridades, senhores diretores, coordenadores e servidores do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Senhoras e Senhores.

Convidamos a todos para ouvir o Hino do Estado de Santa Catarina, que será cantado pelo Coral Hélio Teixeira da Rosa, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

[Execução do Hino de Santa Catarina pelo Coral Hélio Teixeira da Rosa do TCE/SC]

Este simpósio, que o Tribunal de Contas de Santa Catarina está promovendo, conta com o apoio do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público estadual, da Fecam, da Atricon, do Instituto Rui Barbosa, da Abracom, do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina e da Associação Catarinense de Imprensa.

Com o tema central “Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo”, buscar-se-á, através das discussões, uma visão mais clara do exercício do controle externo neste cenário de crise de representatividade exposto pelas mobilizações sociais que estamos vivendo.

Será uma oportunidade para que todos os participantes debatam questões mundiais de interesse atual na Administração Pública, como a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle de gastos, oferecendo reflexões sobre tão relevante tema.

Senhoras e senhores, passamos a palavra ao conselheiro Thiers Montebello, vice-presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom).

Conselheiro Thiers Montebello — vice-presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom)

Muito boa noite a todos. Meu presidente Salomão Ribas, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Em seu nome, saúdo toda a mesa, as autoridades excelentíssimas e ilustríssimas aqui presentes, os companheiros e colegas dos tribunais de contas, servidores e procuradores do Ministério Público. Peço especial gentileza de Vossa Excelência que me permita fazer uma saudação ao nosso representante aqui da Espanha, aos nossos colegas espanhóis que muito têm contribuído para o aprimoramento da cultura jurídica, aos conselheiros que estiveram em Salamanca fazendo curso, como Vossa Excelência, hoje doutor, conselheiro Salomão Ribas. E na pessoa de Pedro Nevado, peço a permissão à



Conselheiro Thiers Montebello

mesa para saudar a todos os espanhóis aqui presentes que estão contribuindo para este evento.

Conselheiro Salomão, Vossa Excelência tem sido sempre um precursor, um homem com uma visão prospectiva, com uma visão de futuro, das grandes questões que dizem respeito aos tribunais de contas, ao controle externo; e também às questões que dizem respeito ao Brasil, ao seu Estado. Enfim, a sua preocupação com este projeto, este simpósio internacional, em que o tema fundamental, principal, é a “Crise de Representatividade: desafios e oportunidades para o controle externo”, [isso] mostra que é um tema atual, relevante, do momento e preocupante. E Vossa Excelência coloca o controle externo para debater este tema. Até que ponto isso reflete na vida do cidadão, reflete na vida dos tribunais de contas, reflete na vida do Ministério Público, reflete na vida do Judiciário e do Poder Legislativo. Este ambiente nosso aqui para este tipo de debate, com uma formação heterogênea, multi, falha, multi profissional.

É um momento extraordinariamente importante e que mostra que o Tribunal de Contas de Santa Catarina sempre foi precursor, sempre teve uma visão de futuro, uma visão prospectiva, e sempre saiu na frente como outros tribunais do Brasil preocupados com a realidade brasileira, não se limitando à visão do controle externo, se limitando apenas só e tão somente a preocupação com o dia a dia dos tribunais de contas.

Então conselheiro Salomão, em nome da Abracom, em nome do conselheiro Francisco Neto, saúdo a todos. Desejo que tenhamos dois dias de extraordinário resultado, dois dias fecundos de trabalho produtivo e propositivo. E acho que mais uma vez, Vossa Excelência, hoje doutor Salomão Ribas, marca a sua atuação na história dos tribunais de contas e na presidência do seu tribunal com esse momento que é importantíssimo para nós todos, importantíssimo para Santa Catarina, importantíssimo para o Brasil, para que possamos discutir um tema relevante, tormentoso, atual, preocupante. O que vem ocorrendo com a representatividade do nosso país é uma coisa, que além de exigir de nós reflexão profunda, pensamentos propositivos com medidas que sejam significativas, para que se possa diante desta questão que vem ao longo do tempo crescendo cada vez mais.

Então presidente, receba o meu abraço, o meu abraço à mesa, o abraço do conselheiro Francisco Neto, e na certeza de que tudo o que Vossa Excelência faz dá certo e dá muito certo. Então os resultados seguramente serão muito importantes para toda a sociedade, especialmente a sociedade nossa, sociedade de Santa Catarina, sociedade do controle externo do Brasil e para o Brasil. Então parabéns, sucesso e meus cumprimentos a toda mesa.

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

A seguir, com a palavra o conselheiro Sebastião Helvécio Ramos de Castro, vice-presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Conselheiro Sebastião Helvécio Ramos de Castro — vice-presidente do Instituto Rui Barbosa

Meu caro presidente Salomão Ribas, presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Primeiramente quero dizer da alegria de participar desta mesa em que estão reunidas aqui pessoas fundamentais como pilares da democracia, pilares da cidadania no Brasil. E Vossa Excelência, meu caro presidente Salomão Ribas, é o exemplo maior entre todos nós. A sua atitude obstinada, não só na sua presidência do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, mas [também em] sua passagem por outros mandatos nesta casa, e no nosso prestigioso Instituto Rui Barbosa, é um exemplo, é uma luz que mostra o caminho que todos devemos seguir no controle externo brasileiro. É uma honra estar do seu lado.

Excelentíssimo desembargador Cláudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça, e com sua presença traz a todos nós a ideia da harmonia dos Poderes aqui nesta prestigiosa solenidade. Meu caro conselheiro Antônio Joaquim, presidente da Atricon, que é a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil. É uma alegria enorme estar ao seu lado, já que Vossa Excelência é um exemplo da modernidade que os tribunais de contas do Brasil vêm acompanhando nos últimos 25 anos, especialmente a partir da promulgação da Constituição da República, Constituição Cidadã, mas muito notadamente nos últimos cinco anos,



Conselheiro Sebastião Helvécio Ramos de Castro

em que percebemos que, cada vez mais, a Atricon se identifica com o próprio título do nosso encontro: preocupada com a representatividade e o controle social.

Caríssimo prefeito Pedro Celso Zuchi, prefeito de Gaspar, e presidente da Fecam. A presença de Vossa Excelência nesta mesa mostra característica única do Brasil entre as 24 federações que existem no mundo. Aqui estamos recebendo hoje os nossos colegas da Espanha, que também têm na sua Constituição uma assimetria federativa, mas é também uma federação com característica de reconhecer várias etnias, várias populações sob uma mesma Constituição. Aqui no Brasil, a grande característica que temos é que a nossa Constituição é a única a ter um aspecto trino na sua doutrina. A nossa federação é feita pela União, pelos Estados e pelo Municípios. E a presença do prefeito Pedro Zuchi traz o valor e a importância do município para a política pública brasileira.

Estimada dra. Walkyria Danielski, subprocuradora-geral de Justiça de Santa Catarina, também é fundamental a presença do Ministério Público, a presença do alcance maior da Justiça para o cidadão, a presença de Vossa Excelência é um dado importante nesta linha de pensamento.

Caríssimo Osmar Jacobsen Filho, secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina. É também uma honra muito grande estar ao seu lado, porque todos nós reconhecemos hoje a figura extraordinária do Tribunal de Contas da União nesta harmonia com os tribunais de contas dos Estados, dos Municípios, buscando este trabalho harmonioso a favor do cidadão brasileiro dentro do tema de controle externo.

Dr. Aderson Flores, procurador-geral Adjunto do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, também é uma honra muito grande, porque todos nós, que militamos nos tribunais de contas brasileiros, sabemos da importância da atuação do Ministério Público junto às cortes de contas.

E quero também destacar com grande alegria a presença do senhor Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa. Todos nós reconhecemos que a imprensa brasileira tem exercido um papel extraordinário no fortalecimento da nossa democracia, e é sempre um regozijo muito grande quando [encontramos] uma sumidade deste tipo. Nós podemos falar à imprensa, que é que vai

repercutir no cidadão, estuário da nossa atuação, o que é aqui discutido, debatido. É um privilégio a presença de Vossa Excelência.

E terminando a minha saudação, ao senhor Pedro Tomás Batalla Moreno, secretário de Administração Pública do Governo de Estremadura na Espanha. Na pessoa de Vossa Excelência, quero saudar a todos os colegas espanhóis que nos visitam. A Espanha tem sido um ponto de apoio muito importante para as nossas reflexões a respeito da atuação do controle externo entre nossos companheiros latinos e, por que não dizer, a partir desses exemplos, para todo o mundo.

Vou ser muito breve na minha fala, mas devo dizer a todos que estou ainda impregnado pelo belo exemplo que tivemos aqui esta noite com as apresentações musicais, seja a da Maestrina Mércia, seja a do nosso valoroso coral do Tribunal, que cantou muito bravamente o hino de Santa Catarina. Os poetas, os filósofos, nos ensinam que a música é o som do pensamento. Enquanto me deleitava com essas notas musicais tão bonitas — com Mércia, a ênfase ao amor, e [com o Coral,] no hino de Santa Catarina, que cada cidadão é um bravo — pude refletir comigo mesmo a importância de se ter este caminho bastante claro: de que tudo que atuamos como agente político, como agente público, é para o cidadão. E muitas vezes, o mais grave que se vê é a questão da representatividade.

A primeira pergunta a faço, para que possamos, ao longo do Seminário, tentar esclarecê-la, é a seguinte: existe de fato uma crise de representatividade ou o que existe é uma crise na expectativa da representatividade? Primeiro, se olharmos a história recente brasileira, vamos verificar que foi através da representação política que conseguimos avanços excepcionais.

Sáimos de um regime autoritário, de ditadura, caminhamos para o momento da Constituinte, e hoje estamos a viver os 25 anos da nossa Constituição com ganhos cada vez mais palpáveis para a nossa população. Na última eleição brasileira, 501.400 candidatos participaram do processo democrático; mais de meio milhão de brasileiros foram candidatos aos cargos eletivos. Então, a partir desse número grandioso, já se percebe que a população teve oportunidades inúmeras de fazer escolha da sua representação. Agora, associando com o item controle externo, mas uma perspectiva completa temos, porque, a partir da decisão do parágrafo 9.^o do artigo 14 da nossa Constituição, se determinou que uma lei complementar iria re-

gularizar a participação desse controle na escolha dos candidatos. E temos agora a lei complementar 135, que substitui a lei complementar 64, a chamada Lei da Ficha Limpa: que o controle externo terá um papel muito importante para ofertar à Justiça, mais especialmente à Justiça Eleitoral; que os candidatos tenham a sua vida pregressa analisada para facilitar a representatividade, para facilitar o eleitor a escolher o seu candidato.

Então acho, apresentando assim como sugestão, é mais uma grande oportunidade e é mais um grande desafio para o sistema de controle externo brasileiro, e a Atricon tem se dedicado a este tema: que nós possamos evoluir dentro do sistema dos tribunais de contas para se criar o conceito do dolo no direito administrativo — o dolo no sistema de prestação de contas — e, dessa forma, facilitar que a Justiça Eleitoral, ao tratar do tema das inelegibilidades, possa também se amparar neste trabalho do Tribunal de Contas, para facilitar a escolha do cidadão, a escolha de em quem nós vamos votar.

Termino lembrando exatamente o que é o candidato. Se buscarmos na nossa história, candidato era, na antiga Roma, aquela figura que saía com uma roupa branca, o cândido — aquela roupa branca, clara —, para mostrar exatamente que perante os seus colegas, os seus munícipes, ele se colocava para ser escolhido, para ser ungido em uma determinada eleição. Então talvez a grande contribuição que Santa Catarina possa dar, neste Seminário, é que possamos, a partir daqui, ter elementos mais claros para fazer com que o cidadão possa se fazer representar melhor e, dessa maneira, tenhamos no Brasil, e, por que não dizer, em todos os países democráticos, mecanismos mais claros que vinculem o representante e o representado.

Que Deus nos ajude nesta caminhada. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

Ouviremos agora o conselheiro Antonio Joaquim, do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso, presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).



Conselheiro Antônio Joaquim

Conselheiro Antônio Joaquim — conselheiro do TCE/MT e presidente da Atricon

Presidente Salomão Ribas, desembargador Cláudio Barreto, e Pedro Nevado, da comitiva da Espanha, em seus nomes, eu cumprimento a mesa porque o Conselheiro Helvecio já realçou a importância de cada um dos presentes.

Presidente Salomão sempre foi muito da vanguarda. Desde que assumiu as funções de política institucional dos tribunais de contas do Brasil, como presidente do IRB, depois como presidente da Atricon, que eu tive a honra de sucedê-lo, sempre teve essa visão estratégica importante de contribuição com a cidadania.

Nada mais adequado neste momento que se debater a questão da representatividade atual no Brasil em relação ao controle externo, às instituições dos tribunais de contas. Adequado, necessário, imprescindível. Eu tenho dito com muita convicção que não há na República Brasileira uma instituição tão adequada, tão preparada para ser o grande instrumento de cidadania do povo brasileiro do que os tribunais de contas. Não há, com todo respeito ao Ministério Público, que tem uma capilaridade importante na fiscalização da legislação brasileira e na execução de propostas penais e dos que não observam a legislação, os tribunais de contas têm uma peculiaridade que somente eles têm: todo gestor público do Brasil, sem exceção, deve prestar contas aos tribunais. Portanto somos armazéns de todas as informações de gestão pública de todas as instituições brasileiras, e essas informações precisam ser compartilhadas com o cidadão.

A indiferença, às vezes até o analfabetismo político, têm-nos causado grandes prejuízos de cidadania. Os tribunais têm este papel tanto de trazer essa cidadania, o cidadão para participar do dia a dia da sua cidade, do seu Estado, do seu país, como tem outro papel não menos importante, talvez ainda mais importante, na questão da executoriedade das políticas públicas. Quantas coisas boas existem no Brasil no papel, nas leis que não são executadas? Quantas boas intenções que o Parlamento teve de construir, de aprovar legislações que não são executadas? Dou um exemplo rápido da Lei [Geral] da Micro e Pequena Empresa — que é uma lei revolucionária no sentido de gerar emprego, gerar renda, gerar sustentabilidade econômica e social — e não tem 20% dos municípios brasileiros que a cumpram.

Hoje, os tribunais de contas estão fazendo esse papel de oferecer a oportunidade de ensinar, de capacitar os prefeitos do Brasil inteiro. Nós temos essa capacidade. Além de armazenar as informações de gestão, nós estamos presentes no Brasil inteiro, tribunais de contas e tribunais de contas de municípios.

Portanto a notícia boa é que, em um ano que os tribunais estão trabalhando nesta lei, houve um aumento de pouco mais de trezentas prefeituras no Brasil para 1.300 agora no final de outubro. Desde março que estamos atuando. É um exemplo típico deste papel importante da executoriedade das políticas públicas: o que o tribunal pode fazer, independentemente de sua função constitucional de ser auditor e de ser julgador, o fiscal do governo no Brasil. Mas, muito mais do que isto.

O movimento que houve no Brasil em junho, surpreendente, que ninguém consegue definir com clareza, mas pelo menos é muito claro que ali havia dois focos bem específicos: as pessoas querem menos corrupção e querem qualidade de serviços públicos. Querem ir ao hospital, ao posto de saúde, e ser atendidos; querem que seus filhos sejam educados de forma adequada, querem que a estrada não tenha buracos, que a segurança seja em nível razoável, querem serviços com qualidade. E aí volta o Tribunal de Contas como instrumento de executoriedade para que esses serviços sejam oferecidos à população com qualidade.

Agora, é claro que não dá para ser na anarquia. Tudo que aconteceu em junho tem que ser canalizado pelas instituições. É claro que a representatividade no Brasil, hoje, é questionada porque isto é merecido, mas não se pode querer acabar com o Congresso, ou ter saudade da ditadura. É preciso só ter mais consciência de cidadão, porque o Congresso, este atual, demonstrou mais uma vez que não respeita a opinião pública. Depois de tudo que aconteceu em junho, que fizeram uma pauta de votação com vinte projetos. Quantos votaram? Praticamente nenhum. Os nossos representantes estão realmente distantes do dia a dia da população brasileira. É preciso dar esse choque de representatividade e representação no Brasil.

Quem sabe o que vai acontecer nas eleições do ano que vem? É muito difícil fazer alguma projeção, porque o fato de os movimentos estarem parados, a não ser a anarquia com aqueles que têm especificamente a função de anarquizar, saber o que vai acontecer. A omissão do Congresso em não ter atendido nem à reforma política, não se discutiu nada da reforma política depois de tudo aquilo. Será que

isso vai ficar impune, de graça essa omissão? Não vai. Mas não pode *esculhambar* o Congresso.

Se a representação está com déficit de legitimidade, as eleições são o momento propício, ideal, para que se reponha essa representatividade através de um voto consciente. Agora, antes disso, as instituições precisam participar do dia a dia para que possam estimular as decisões do cidadão nas decisões do Estado. E os tribunais de contas têm esse dever, têm essa representação.

E o presidente Salomão, num gesto de vanguarda, de inteligência, faz este primeiro seminário com esta temática que, certamente, nos próximos meses, nos próximos anos, todos os tribunais do Brasil vão entrar nesta temática, porque nós temos o dever de entrar e temos as condições instituições de estimular a cidadania no Brasil.

Parabéns então ao presidente Salomão pela grandiosidade do encontro, pelo convite feito à Espanha, com a participação de todos. É com muita honra que estou aqui representando todos os tribunais de contas do Brasil, e participando amanhã dos debates que ocorrerão.

Boa noite, muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

Passamos a palavra agora ao senhor Pedro Celso Zuchi, prefeito municipal de Gaspar e presidente da Fecam.

Prefeito Pedro Celso Zuchi — prefeito de Gaspar e presidente da Fecam

Boa noite a todos e a todas. Cumprimento o nosso presidente Salomão Ribas, e em sua pessoa cumprimento as demais autoridades da mesa. Faço coro com os que me antecederam: realmente, acho que o Brasil vive, no momento, uma crise de identidade.

Todo gestor público tem a premissa de fazer um bom trabalho sempre em qualquer área. E este Simpósio vem ao encontro do que nós queremos. A Fecam tem feito uma grande parceria com o nosso Tribunal de Contas do Estado de

Santa Catarina. Temos tido relacionamento muito estreito, o que se deve à sabedoria do nosso Tribunal de Contas, do nosso presidente Salomão Ribas e toda a sua equipe.

Nós temos no Brasil, creio eu, excesso de leis. Outro dia, participando de um evento com nosso governador Raimundo Colombo, ele disse que o nariz do prefeito está mais próximo do dedo do cidadão, na comunidade. E ele tem o afã de atender, fazer com que a comunidade se sinta segura e representada.

Nós temos leis em excesso que, às vezes, nos impedem de cumprir as leis. E o Tribunal de Contas, por sua vez, tem de cobrar do prefeito. A equação às vezes não fecha. Nós temos que investir 25% na educação, 15% na saúde. O Estado tem a sua contribuição, a União tem a sua contribuição. Às vezes não chega esta contribuição do Estado, e da União, não chega ao cidadão. E o cidadão vai ao gabinete do prefeito. Quando ele deixa o carro no estacionamento e que ele vai, conselheiro Wann-Dall, ali em Gaspar até a prefeitura, ele vai caminhando, encontra o cidadão, e tem que dar conta: é um direito do cidadão cobrar do prefeito, do vereador. E quando chega na hora de prestar contas, tem a dificuldade: é que as contas nunca fecham, porque a demanda é crescente, e os recursos não são da mesma forma.

Temos que dar mais educação à nossa comunidade. O povo foi às ruas pedir mais educação. Como o prefeito vai fazer, de onde vai tirar mais dinheiro para colocar na educação se ele não pode contratar além do limite de folha? Tem que tirar dinheiro da infraestrutura, etc. Aí quando chega nas mãos do conselheiro do Tribunal de Contas, quando vai analisar as contas, fica meio complicado. Mas ainda bem que temos grandes parceiros no Tribunal de Contas, a Fecam tem se reunido constantemente com relação às contas que a gente tem que prestar, porque é obrigação do prefeito fazer com que a coisa pública seja cada vez mais transparente. Este é um fator importantíssimo, a transparência, e começa pela prestação de contas em nossos tribunais.

Quero dizer, senhor presidente, que estou muito feliz por estar participando deste evento, quero sair daqui com algo de novo — tenho certeza que assim será —, quero aprender algo mais para aplicar lá no meu município.

Muito obrigado.



Prefeito Pedro Celso Zuchi

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

Para saudar os presentes, e declarar aberto o Simpósio, com a palavra o conselheiro Salomão Ribas Junior, presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Conselheiro Salomão Ribas Junior — presidente do TCE/SC

Digníssimas autoridades que integram esta mesa, a começar pelo eminente desembargador Cláudio Barreto Dutra, presidente do Tribunal de Justiça, e pela dra. Valquíria Danielski, Subprocuradora Geral de Justiça e representante do Ministério Público do nosso estado. Através da saudação a essas duas importantes autoridades, saúdo a todos os integrantes da mesa, em especial aos meus colegas conselheiros Thiers Montebello, Antônio Joaquim e Sebastião Helvecio.

Nós imaginamos este Seminário Internacional a partir de algumas premissas que vou sintetizar, realmente sintetizar. A primeira delas é fruto até de uma pergunta que me foi formulada em um debate recente com a imprensa na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Quando o jornalista me perguntou, afinal de contas, qual era a interpretação do Tribunal de Contas como instituição, e dos seus membros, e qual a sua visão e reação em relação aos movimentos de rua no Brasil, especialmente os ocorridos no mês de junho. Refleti dois minutos, dois segundos, um átimo, para responder que a nossa reação era de absoluta perplexidade. E fui mais além: e desconfie de quem acha que interpretou corretamente o fenômeno ocorrido.

Não foi um fenômeno brasileiro, não foi um fenômeno nacional. Já havíamos acompanhado a distância os indignados na Espanha, o movimento de ocupação de Wall Street nos Estados Unidos e outros movimentos de menor repercussão em várias partes do mundo.

Que fazer então? É preciso refletir sobre o episódio e procurar extrair dele algum tipo de lição a ser seguida. Não vamos faltar com a verdade e dizer que não tive nenhuma perplexidade, como costuma aparecer nos campos de futebol: “Eu já sabia”. Não, ninguém sabia nada. Foi um movimento que levou à rua um conjunto de insatisfações de difícil identificação e difícil mensuração. Coisas das mais variadas.



Conselheiro Salomão Ribas Junior

Algumas insatisfações pessoais até, algumas coletivas, outras corporativas. Mas, enfim, um conjunto muito grande para que se pudesse fazer uma interpretação absoluta do que ocorreu. Primeira coisa, havia essa perplexidade. A segunda era a circunstância de ter sido levado para a rua o chamado debate político, que tem, nas sociedades organizadas, os seus endereços conhecidos: os partidos políticos, as casas legislativas, os governos democraticamente eleitos. Ali, não, o debate foi para a rua.

Havia também outra coisa na minha memória que me fez propor a realização do Seminário com este objetivo. É possível que muita gente se lembre desse episódio. Quando se começou a discutir a questão do mensalão, e o Congresso Nacional começou a ameaçar não cassar ninguém e não tomar nenhuma providência — inertes, até então, o Ministério Público e o Poder Judiciário, na expectativa, afinal era um problema político que começava no Parlamento — e um cidadão, idoso como eu, avançou sobre um dos líderes de bengala em punho e tentou agredi-lo. Disse eu então em uma palestra em Brasília: “Quando as instituições não funcionam, a tendência é a resolver na bengalada”.

Agora, esse movimento de rua, que desaba... Não, a gente fica dizendo, o movimento é pacífico, há alguns vândalos, mas é minoria. Minoria não, consequência do movimento de rua, apenas uns são mais agressivos que os outros, mas é consequência de este assunto [a representatividade] estar sendo discutido na rua. Não vamos escapar disso, e tentar minimizar o episódio que decorre da presença de protestos nas ruas; se a questão toma este rumo, havia, como há, a necessidade de discutir-la sob vários aspectos: sociológico, político, econômico, da cultura do povo, etc.

Afinal de contas, nós construímos as sociedades modernas a partir de algumas verdades que se consolidaram ao longo do tempo. Então, imagina-se o que dos Estados democráticos atuais? São Estados organizados sob a égide de uma Constituição. O que faz esta Constituição, qual é sua utilidade? Ela tem duas funções básicas — três, se quiserem, mas duas são básicas. Ela desenha a estrutura estatal que se pretende e define direitos e garantias das pessoas que vão viver nesta estrutura estatal assim montada. E nós fizemos isto há apenas 25 anos? Isso está funcionando? É a pergunta que se impõe. Estamos celebrando os 25 anos de Constituição brasileira. Mas o que precisamos descobrir a estrutura que nós imaginamos está funcionando adequadamente? O conjunto de direitos e garantias individuais

está sendo efetivamente garantido por essa estrutura ou não? Essas são as questões fundamentais a ser discutidas.

Então nós imaginamos, com base nessas constatações, que não são conclusões, que era preciso olhar alguns aspectos. Não vamos pretender resolver neste nosso Seminário todos os problemas da crise de representatividade. Mas ela existe, [este] é o ponto mais fácil de ser identificado. Se não quisermos chamar de crise, não chamemos; mas há um problema de representatividade. Porque a estrutura que montamos na nossa Constituição, a forma de atuação do regime político é apoiada na representatividade. É a Constituição que diz isto. Cada cidadão tem um voto, e ele elege os seus representantes, ele faz operar os órgãos estatais, os mecanismos de poder democraticamente, direta e indiretamente, mas sempre através da representação.

As democracias diretas, os julgamentos diretos, as acusações diretas, obviamente que, num país do tamanho do Brasil, isto é absolutamente inviável. É preciso que haja um mecanismo de representação. Se esse mecanismo de representação não está funcionando adequadamente, há mais uma razão para que busquemos algum tipo de explicação e de possível solução.

Este Seminário trouxe um conjunto interessante de profissionais da área do direito e da economia. Aqui nós temos um mestre do direito penal, que é o doutor Nicolás, um mestre — maestro, não mestre de mestrado — e doutor do Direito Administrativo. Temos aqui, na economia, a professora María Belén Lozano García. E sintetizando tudo isto, um eminente administrador e controlador público que é o caso de Antonio Arias Rodríguez. Tenho certeza que vai nos ajudar muito, porque Antonio Arias Rodríguez mantém em operação há muitos anos um blog, de sua própria conta, de seu patrocínio, discutindo questões relativas a controle e abrindo espaço para reclamações populares. Esta é uma questão muito importante para discutirmos aqui, que é a questão de controle em tempos de redes sociais, como isto vai operar.

Cada um destes profissionais da Espanha e outros do Brasil [...] Temos o Sebastião Helvecio que vai nos ajudar com seus conhecimentos na área do direito e da administração pública e da representação parlamentar. Não é diferente da administração pública e privada e da representação parlamentar do conselheiro

Antônio Joaquim. Da representação pública e da área do direito, o conselheiro Thiers Montebello. Temos profissionais fantásticos. O professor Cesar Pasold vai nos trazer a sua vastíssima experiência na área da administração, é outro doutor em direito administrativo que vai nos distinguir com a sua participação. São todos profissionais altamente preparados em suas áreas de trabalho. Sem falar que vai nos dizer muito sobre a crise de representação e o funcionamento da democracia María Díaz y Díaz, que é também doutora pela Universidade de Badajoz e nos distingue com a sua presença.

Isto tudo deve nos levar, imaginamos, a algumas conclusões. O Seminário é limitado, não vai resolver toda a crise de representatividade, nem todas as questões de representatividade. Vamos tentar descobrir até que ponto isto afeta o controle público. Se isto é uma crise desanimadora ou é uma oportunidade construtora para o controle público. Este é o nosso objetivo nestes dias em que estaremos aqui reunidos.

Em linhas muito gerais, este Simpósio Internacional nasceu dessas ideias, que obtiveram ótima receptividade, expostas na casa com a participação do corpo técnico na montagem científica do temário; que obtiveram apoio do plenário do Tribunal — que tenho a honra de presidir —, do Ministério Público em especial. Temos grande expectativa de obtermos ao final — e o professor Pasold vai participar efetivamente deste final —, que será o das conclusões a que chegaremos, depois desta imensa discussão que traremos nestes dias envolvendo a área do direito constitucional, penal, administrativo.

Por que acho importante a presença do professor Nicolás Rodríguez, que é doutor em direito penal? Porque temos uma tendência muito forte de achar que a polícia vai resolver tudo, que precisa só o direito penal, e a corrupção acaba. Parece, na visão de Nicolás Rodríguez, que não é bem assim. Daí a importância de ele trazer a sua experiência europeia e também brasileira — uma vez que é uma presença constante na América do Sul — para nos ajudar a compreender que também não é assim. Há várias questões que precisam ser resolvidas ao mesmo tempo. Daí o Seminário discutir a representatividade.

Chamamos de crise. Se acharmos crise um pouco exagerado, falemos no momento de representatividade o que estamos vivendo.

Quero agradecer a presença de todos, dar-lhes boas vindas e desejar-lhes um bom Simpósio, e dizer que, para alívio das senhoras e dos senhores, já está entre nós o governador do Estado, a quem estávamos aguardando ansiosamente, o que me faz interromper esta fala e deixar que o cerimonial reassuma o trabalho para recebermos Sua Excelência com as honras devidas, e ouvi-lo.

Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

Pois não, senhor presidente. Convidamos, então, o senhor governador do Estado em exercício, deputado Joares Ponticelli, para ocupar o seu lugar na mesa de honra desta solenidade.

Bem, senhoras e senhores, a apresentação do governador do Estado em exercício, deputado Joares Ponticelli, caberá ao presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Junior.

Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Junior

É uma honra muito grande para o Tribunal de Contas receber na noite de hoje o deputado e professor Joares Carlos Ponticelli, deputado estadual, presidente do Poder Legislativo e, neste momento, governador do Estado em exercício. Ele vem da área de Ciências e Matemática, em que é licenciado, e também, como eu, que consegui agora recentemente terminar doutorado, é acadêmico do curso de Direito da Unisul de Tubarão para completar a sua formação profissional.

O doutor Joares Ponticelli ocupou várias atividades profissionais, recebeu vários prêmios de destaque por sua atuação. É cidadão honorário de diversos municípios de Santa Catarina.

Eu estou abreviando a leitura do seu currículo para que possamos imediatamente ouvi-lo, e tenho a certeza que iremos ter da parte de Sua Excelência uma extraordinária contribuição para este simpósio sobre a crise de representatividade. Com essas palavras, anuncio o eminente governador do Estado em exercício, deputado Joares Ponticelli.



Deputado Joares Ponticelli

Deputado Joares Ponticelli — governador em exercício

Muito obrigado, meu querido presidente e amigo, conselheiro Salomão Ribas Junior, nosso presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Barreto Dutra, que estava na sessão que ocorria na Assembleia até agora pouco, muito bem representado por seu primeiro vice-presidente; dra. Walkyria Danielski, nossa subprocuradora-geral de Justiça de Santa Catarina; conselheiro Antônio Joaquim, presidente da Atricon; conselheiro Thiers Montebello, presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e vice-presidente da Abracon [Associação Brasileira dos Tribunais de Contas]; conselheiro Sebastião Helvecio, vice-presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais e vice-presidente do IRB [Instituto Rui Barbosa], meu querido e dileto amigo, companheiro de muitas lutas em favor da renegociação da dívida dos Estados, desta injustiça que se pratica contra os Estados brasileiros e alguns municípios, desta agiotagem oficial que a União pratica contra os demais entes. Nosso querido prefeito Celso Zuchi, presidente da Fecam, prefeito de Gaspar, ele que tem empunhado essa bandeira na defesa dos municípios brasileiros, que vivem um momento extremamente difícil; doutor Pedro Nevado-Batalla Moreno, secretário de Estado da Administração Pública do governo de Estremadura, na Espanha; Osmar Jacobsen Filho, secretário de Controle do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina; e querido amigo Ademir Arnon, presidente da Associação Catarinense de Imprensa. Cumprimentar aos demais conselheiros que aqui estão, aos servidores deste Tribunal, a todos aqueles que nos visitam, que vêm de outros Estados, de outros países, sejam muito bem-vindos ao, com todo respeito, melhor e mais belo Estado do país. Até porque é o único que tem nome de mulher e, ao ter nome de mulher, já fica melhor. Sejam bem-vindos.

É com muita alegria que estou aqui nesta condição honrosa, mas momentânea, de governador em exercício. Na última sexta-feira, o governador Raimundo Colombo e o vice-governador Eduardo Moreira promoveram esse gesto, não em favor do deputado Joares Ponticelli, mas em favor do Parlamento, o que coroa uma relação saudável que Executivo e Legislativo mantêm aqui em Santa Catarina. Há uma tradição desse gesto a cada gestão, e estou muito feliz por esta oportunidade. E o presidente Salomão, quando faz uma ligação, ele não convida, ele intima, con-

voca. E ele começou jogando pesado. Ele disse: “Olha, o Raimundo disse que viria; então espero que você no mínimo cumpra com a agenda que ele já havia assumido”.

E eu, com a sessão mais importante, que a Assembleia realiza a cada ano, que é a nossa sessão de gala, noite em que os quarenta deputados escolhem, com muita dificuldade, um em seis milhões e meio de catarinenses para homenagear: pessoas que se destacam em suas atividades. Então é uma noite de muita emoção e de demonstração de o quanto o voluntariado é forte aqui em Santa Catarina, de como este povo é solidário; uma sessão emocionante que aconteceu agora há pouco ali na Assembleia, por isso só pude chegar neste momento. Peço desculpas, não queria atrasar, mas já havia antecipado desde o início que eu teria dificuldade de chegar no tempo que deveria a este evento.

Então vamos entrar no tema que me foi proposto. Quero começar a minha fala, presidente Salomão, contando um episódio que vivi neste ano na condição de presidente do Poder Legislativo. No segundo dia de manifestação, no segundo dia em que o povo foi às ruas aqui na nossa capital, coincidiu que era a noite em que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina faria uma homenagem aos 105 anos de imigração japonesa no Brasil.

Nós temos, os catarinenses sabem, uma presença japonesa não tão numerosa, mas muito importante aqui em Santa Catarina, na região de Curitibanos, de São Joaquim. Novas atividades que os japoneses introduziram e empreenderam com muita competência, temos até japoneses produzindo vinhos de altitude, e de muita qualidade, diga-se de passagem. No setor de produção de frutas, eles são referência.

Na Assembleia, estávamos com tudo preparado, no hall de entrada, para fazer uma bela sessão: ali tinha exposição, um pouco da história deles, ainda lembranças dos japoneses que estão lá na região de Frei Rogério, que vieram de Hiroshima e Nagasaki, então seria uma noite de múltiplas atividades. O comandante da Polícia Militar de Santa Catarina, aí pelas 6h40/6h45, ligou ao chefe da casa militar da nossa Assembleia e disse: olhe, avise o presidente que os manifestantes encerraram as atividades aqui no Ticen agora e estão se deslocando em direção à Assembleia, devem tomar a Assembleia esta noite. Quase 100% do PIB japa [sic] catarinense já estava na nossa casa, e nós com todas aquelas obras de arte, aqueles objetos que fazem parte da cultura japonesa que estavam expostos no hall de entrada. O

governador Raimundo Colombo e a *presidenta* Dilma Rousseff, prefeito Celso, a dez dias de irem ao Japão para assinarem um contrato de carne catarinense para o Japão que nós estávamos esperando havia vinte anos. Bem antes do Wan-Dall, do Betinho e do Salomão chegarem à Assembleia, já se pretendia vender carne para o Japão. E a gente estava acompanhando o que estava acontecendo Brasil a fora. Eu senti um frio e tanto na barriga. Pensei: “Basta um desses manifestantes entrar aqui e pegar nem que seja um aviãozinho de papel daqueles que a gente fazia na escola para ficar sacaneando [sic] os colegas, jogar um aviãozinho desse e pegar na cabeça de uma dessas lideranças japonesas que eu vou emplacar a minha gestão na Folha de São Paulo como o presidente que permitiu que se promovesse uma agressão e, certamente, a missão e o contrato teriam ido pro espaço”.

Vocês não imaginam a situação em que fiquei naquele momento. Tinha que tomar uma decisão rapidamente; estávamos a dez minutos de iniciar a sessão, e a marcha seguindo até a Assembleia. E eles foram até a Assembleia, e já eram dezoito horas. A essas alturas, eu já tinha decidido, com os deputados que ali estavam, eram cinco ou seis, fazer a sessão em gabinete para preservar aquelas lideranças caso houvesse uma invasão da Assembleia. Foi quando lembrei da presença ainda da deputada Ângela Albino na casa. Para os que não a conhecem, a deputada Ângela Albino é uma grande parlamentar, foi vereadora aqui na capital, filiada ao PCdoB, construiu sua carreira na militância do Partido Comunista, foi forjada nesses movimentos; ela sempre participou, liderou esses movimentos — movimento de passe livre, etc. O pessoal do gabinete dela sempre liderou esses movimentos todos. Então pensei: “Vou pedir à deputada Ângela que seja a nossa interlocutora, porque ela certamente vai ter facilidade de dialogar”. E ela foi extremamente solícita. Disse: “Imagine, eu conheço essa gente, essa é a minha gente”. Eu me arrependi muito de ter pedido isso a ela pelo carinho que tenho por ela, porque ela foi insultada. E as primeiras frases foram: “Você não me representa, você não pode participar deste movimento”. A gente não entendia mais nada. Aí eu vi, Celso, que estávamos diante de um movimento jamais visto na história deste país, pela legitimidade.

Eu participei do movimento das Diretas Já, eu era estudante, participei, fui às ruas; mas era um movimento que tinha donos, líderes, pauta. Dava para identificar quem liderava aquilo, legitimamente: partidos, pessoas, entidades que estavam lá de

forma legítima, mas era identificável quem comandava aquilo tudo. No processo de impeachment, da mesma forma. Até porque aqueles primeiros caras-pintadas que apareceram não fizeram aquela maquiagem sozinhos, devem ter saído de um [...]; depois sim, o movimento ganhou as ruas. Mas era um movimento que também tinha líderes, donos. Esse não. Esse não tinha líderes, não tinha dono, não tinha nem pauta definida.

Um dos meus assessores, Silvinho, ficou, nos três dias que eles passaram ali, só fotografando, para ver o tinha nas faixas e cartazes, eu tenho as fotos guardadas. Uma das manifestantes estava protestando contra o preço da lavadora de roupas Brastemp de oito quilos, que estava muito cara. Esse era o protesto dela; ela queria uma lavadora de roupas, tinha que ser Brastemp de oito quilos mais barata. Foi um momento em que o povo disse: “Olha, vocês estão demorando demais para fazer as coisas acontecerem; entre a tomada da decisão e a ação concreta em favor do cidadão, perde-se muito tempo”. Para mim, esse foi o maior recado que as ruas nos deram.

Nós todos, presidente Cláudio Dutra, [...] decisão sobre um processo judicial, que leva tempo demais, que tem muitas possibilidades de recursos, e que às vezes a vida vai e a decisão não chega. Uma decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina, que não gera consequência, ou que é protelada, e se arrasta, e vai e volta; e o cidadão não vê efetivamente aquela decisão se concretizar pela morosidade, dra. Walkyria, de uma propositura de uma ação ou de uma manifestação definitiva do Ministério Público. E dos Parlamentos, então? O que está sobrando para nós do Parlamento, não é moleza, não.

Você vai, discute, debate, apresenta proposta, vota, ela não produz efeito, ou acaba com [...] porque a proposta tem vício de origem, e se gerou toda uma expectativa, que não gera efetivamente o resultado. O povo cansou. Por uma decisão do Executivo que se toma e que leva muito tempo para acontecer. Não vou citar nenhum exemplo do governo, do Executivo estadual, porque estou aqui momentaneamente, vou citar da minha condição de executivo da Assembleia.

Na primeira reunião da mesa diretora assim que assumi, em fevereiro, nós decidimos que tínhamos que comprar mais oito mesas porque oito parlamentares não tinham mesa. Só tínhamos 32 mesas no restaurante dos deputados, são quarenta

deputados, e às vezes alguns levam convidados em número maior e às vezes alguns deputados tinham que comer com o prato na mão. Decidimos: “Olha, vamos fazer o seguinte, administrar aquele restaurante é um problema, cada um vai gerenciar a sua mesa”. Compramos mais oito mesas. Imaginei que o meu mandato fosse terminar, e as mesas não chegariam. Foi exatamente um mês para cada mesa: foram oito meses entre a tomada da decisão e a compra se concretizar. E fui xingado em várias reuniões porque as mesas não aconteciam. E o processo ia e voltava, e parava em uma gaveta, e parava em outra.

Depois de muito tempo esperando, se percebia que tinha uma vírgula a mais ou a menos, e oito meses se foram até as mesas chegarem, com altura superior às demais, houve um erro, e aí ainda foram mais quase trinta dias para acertar aquele problema. E é assim que as coisas acontecem, é isso que o cidadão está sentindo. É uma sensação de desgoverno, de que ninguém decide, de que um empurra para o outro, e um Poder fica reclamando do outro.

Nós, por exemplo, do Legislativo, o que esperneamos quando o Judiciário fez uma intervenção, sim, para definir e fixar o número de vereadores. Mas ainda bem que o Judiciário o fez, porque nós estávamos com essa matéria para decidir há anos e não decidíamos.

Às vezes um precisa mesmo fazer essa intervenção no outro porque aquele que tem que dar a resposta, não a dá. O povo cansou disso e foi para a rua da forma mais espontânea, mais honesta; aqui no nosso Estado, da forma mais ordeira que já vimos. E tomara que nós, que temos o poder de decidir e de fazer acontecer, tenhamos entendido esse recado.

Estamos procurando dar algumas respostas. Na Assembleia, o fim do voto secreto se cogitava há algum tempo já e, na semana passada, esse instituto finalmente foi banido. Essa foi uma ação de resposta, sim, porque se nós não mudarmos, o eleitor vai nos mudar. Estou absolutamente convencido disto. Agora, difícil, presidente Salomão, é mudar com estas amarras todas, com esta dificuldade, com este engessamento que o excesso de controle, de burocracia, muitas vezes acaba promovendo.

Como resolver isso? Acho que temos que tirar lição daquele movimento. A gente costuma reclamar da burocracia, mas a burocracia é abstrata. Se as coisas não andam, é porque um burocrata, uma burocrata não deixam andar, engavetam.

Talvez se a gente aproveitar esse povo todo, a fúria dessa gente que está dizendo: “Façam acontecer mais rápido, me deem a resposta mais rápido”. Talvez se a gente motivá-los a participar permanentemente, usando todas as ferramentas, e a internet pode ser um grande canal para isso, para que se possa haver uma interação on-line das pessoas com os processos, talvez informando *on-line* onde o processo está a cada passo, porque nós fazemos isso de uma forma ainda muito difícil para o cidadão acompanhar: dando prazos. O cidadão, depois de um determinado tempo, não respondeu [...] Perguntar se a mãe vai bem [?!]

Porque é isto que se precisa: precisamos criar mecanismos para mostrar ao cidadão que muitas vezes não é a falta de vontade política, mas é a falta de força para fazer o processo andar com a celeridade que tem que andar.

Outra ação que procuramos empreender no Legislativo, para facilitar isso, foi o trabalho de consolidação da nossa legislação. Recebemos o material na semana passada. Das 18.000 leis que temos em Santa Catarina, de 47 [1947] para cá, descobrimos, presidente Cláudio Dutra, que quase duas mil delas perderam o objeto, têm que ser retiradas do nosso arcabouço legal. Leis que foram tacitamente revogadas, mas que continuam lá, como se ainda produzissem eficácia. Então a necessidade de um olhar para dentro de cada estrutura de Poder para fazer estas limpezas, desatar estes nós, é o que as ruas continuam nos pedindo. E, é claro, a esperança que eu tenho de que, no debate eleitoral do próximo ano — e esta é uma grande resposta que as ruas esperam, e nós não estamos sabendo como falar — haja a reconstrução do pacto federativo neste país, porque não temos mais um pacto federativo. Aliás, conselheiro Sebastião Helvecio, essa tem sido a tônica das nossas discussões. Fizemos seis debates sobre esse tema. Não é verdade que haja um pacto quando se vê que quase 62% de tudo que se arrecada [está] concentrado nas mãos do governo federal. Isso, naturalmente, não é culpa da *presidenta* Dilma somente. Cada governante de plantão que passou pela Presidência da República resolveu acertar muito mais o seu caixa, e foi transferindo cada vez mais responsabilidades aos demais sócios.

Um exemplo disso — e eu sou professor de carreira —, (reconheço que) o professor é muito mal remunerado neste país. Mas fico imaginando, por exemplo, o que passa na cabeça do governador Tarso Genro quando vê os professores traba-

lhando com aquela camiseta preta escrita: “Tarso, fora da lei”. Evidentemente que ele não cumpre a lei do piso não porque não quer, mas porque não pode, porque não consegue. A explicação que ele deu outro dia foi extraordinária. Disse que não era isso que ele pensava quando criou o piso. O pior é que a gente continua assistindo a essas coisas acontecerem de Brasília para cá, prefeito Celso, o senhor vai receber, nos próximos dias, vai ser dito quanto que o seu agente comunitário de saúde tem que receber. Não que não seja justo, mas o agente comunitário de saúde de Gaspar ter os mesmos direitos salariais do agente comunitário de saúde de Florianópolis não é justo, ou de Santa Rosa de Lima. Essa coisa de tomarem-se as decisões cada vez mais distante do povo... Brasília é fria, é distante, é abstrata, e se decide lá, tão longe, naquelas salas refrigeradas e manda a conta para cá, para os Estados e governadores, municípios e prefeitos pagarem.

Se nós não tivermos este condicionamento e este comprometimento da reconstrução do pacto federativo na eleição do próximo ano — isto tem que ser um compromisso de campanha —, se este não for o debate, não vai acontecer, independentemente de quem ganhar a eleição, de ficar a *presidenta* Dilma, de ganhar qualquer um dos outros candidatos. Se este não for um contrato firmado com o eleitor na urna do ano que vem, se ele não acontecer, eu não sei em dez anos quem vamos conseguir motivar: mulheres e homens de bem para emprenderem disputas para o Executivo, especialmente.

Acredito que o cidadão vai continuar reclamando, indo para a rua e agindo de outra forma que inventar. Porque esta resposta que o cidadão espera de nós, detentores do poder, não está acontecendo com a necessidade e rapidez que ele espera. Esta é a verdade dos fatos: é hora de fazer essa reflexão. E a única forma de este debate acontecer é no debate eleitoral. Este vai ter que ser o tema da campanha.

É difícil tratar isso com o cidadão, mas é disto que ele está reclamando: dessa decisão que se toma longe, dessa retirada de poder de decidir. Porque se a decisão é tomada em Brasília, não vejo necessidade de continuarmos elegendo um prefeito, um vice, um vereador. Ao invés disso, a gente pode colocar um preposto do governo federal num cargo comissionado. Essa é a verdade. E, repito, não é uma crítica à *presidenta* Dilma, não, é uma necessidade de revisão que temos que fazer. Aliás, é uma necessidade de revisão que precisa ocorrer.

Aliás, este momento já foi vivido pouco mais de 25 anos atrás no advento da constituinte de 88. Parece-me que esta crise é cíclica. No início dos anos oitenta, já havia esse sufocamento de municípios e de Estados por conta de uma concentração absurda de dinheiro e do poder em Brasília. A Constituição de 1988 deu uma reequilibrada nesse contrato da União com seus sócios. Mas, de um tempo para cá, o que a gente percebe é uma ação cada vez mais ostensiva do governo federal, tratando de resolver o seu problema, sem promover as reformas que efetivamente darão condições de Estados e municípios cumprir com o seu papel.

O prefeito Celso, presidente da Fecam [Federação Catarinense de Municípios], deve estar sentindo e empreendendo uma gestão de muita dificuldade, porque não há um só prefeito que não esteja entrando em desespero já por causa da construção de fórmulas para fechar as contas já no primeiro ano de mandato. Tanto que tem prefeito que, quando se oferece UPA [Unidade de Pronto Atendimento] ou creche, sai batido. Por quê? Construir a UPA e a creche é uma tranquilidade, é uma despesa só; o problema é manter esta UPA aberta as 24 horas, é manter essa creche funcionando.

Hoje, na primeira audiência que tive como governador, fiquei muito feliz, e disse que, se aquela for a proposta de todos que estão solicitando audiência com o governador neste período de interinidade, vou atender a todos, porque recebi em audiência um pleito que dificilmente o Executivo recebe. Foi um grande número de representantes do Lyons, de um distrito do Lyons aqui de Santa Catarina, que é um distrito que compreende todo o litoral até Lages. Eles estão empreendendo o Hospital dos Olhos aqui na Palhoça, pretendem concluir até meados de 2014, e foram lá solicitar alguns recursos para terminar a obra.

Aí já fiz a pergunta que mais me angustiava, porque domingo devolvo o governo para o titular e sei as angústias que ele vive, como os prefeitos, com relação às crescentes despesas e ao crescente descontentamento do povo pelo não atendimento na área da saúde. A obrigação é investir na faixa de 30 [%] e o problema só se avoluma. Então perguntei: “Tudo bem, o hospital vai estar pronto em junho do ano que vem. E a gestão, quem vai tocar? Quem vai contratar os médicos, os enfermeiros, quem vai botar para funcionar?” Eles disseram: “Isto, o Instituto Lyons vai fazer, isto é conosco. Já temos nove no Brasil. Vamos tocar, não vamos precisar de nada do Estado, ele vai dar lucro.”

Então só vou acertar com o Secretário da Fazenda com quanto nós vamos participar, mas o Estado vai participar. Porque é participar uma vez só, se eles vão gerir [...] E nos convidaram inclusive para conhecer um dos hospitais deles de referência na cidade de Passo Fundo. Só que, é claro, tem a participação de uma instituição respeitada como o Lyons, e com muito voluntariado. Vai dar lucro porque eles já têm uma equipe de mais de uma dúzia de médicos que vão atender voluntariamente, de gente [...]. Então é outra concepção, e aí é *uma* audiência boa, para dizer que nós vamos participar, porque participa uma vez só, e aí você não cria uma dependência eterna, aumentando a despesa do Executivo. Mas não é essa a realidade que os Executivos municipais e estaduais estão vivendo?

E o nosso desafio... Aí imagino que vocês, que atuam nesta área, também devem estar vivendo um momento de muita angústia, porque certamente ao avaliarem estas contas, vocês sabem que não há deliberadamente vontade do integrante do Executivo, seja municipal ou estadual, de não cumprir com o que determina a legislação pelo impedimento, pela escassez de recursos, pelas prioridades que eles [gestores] precisam definir. Imagino a angústia que vocês também vivem quando têm que emitir um parecer à luz da legislação vigente, mas conscientes de que aquele gestor não agiu deliberadamente para fazer o mal, e, se não fez o bem, foi porque não teve condições de realizá-lo.

Não vim aqui para fazer nenhuma palestra, vim para conversar, para interagir. Não sei qual o tempo que temos, mas venho para dizer que o momento é de profunda angústia, demonstrada nessas manifestações. Elas voltarão no ano que vem, estou absolutamente convencido disto, e todos os monitoramentos que temos feito apontam para isto: elas vão voltar muito fortes no ano que vem. Nós temos que estar preparados para dar as respostas, senão temo pelo futuro da nossa democracia, honestamente.

Espero que, no debate eleitoral de 2014, a gente possa ter esta esperança renovada no compromisso dos candidatos. Aí, prefeito Celso, não vão ser os partidos políticos que vão pautar isto, não. Esta pauta tem que vir de baixo para cima. Todos vão ter que sentir o compromisso, a necessidade de debater este tema, porque é a reconstrução do pacto federativo. Como diz o nosso presidente da Associação dos Auditores e Fiscais, é o refazimento do contrato (não é, Sebastião?) entre a União, Estados e municípios. Se isto não acontecer, imagino que tenhamos dificuldades.

Agora, encontrando o meio e fazendo com que o cidadão entenda que este é o caminho para acelerar, para diminuir o tempo entre a tomada de decisão e a resposta, aí sim, vamos poder caminhar já para o início das preparações do cinquentenário da nossa Constituição. Afinal de contas, estamos apenas celebrando o seu jubileu de prata. É uma Constituição jovem ainda, mas que carece, neste momento, de uma reconstrução a partir da revisão do pacto federativo brasileiro.

Muito obrigado pela atenção de vocês. Agora gostaria de abrir espaço para interagir. Se for possível, eu gostaria muito de receber algumas provocações.

Conselheiro Salomão Ribas Junior — presidente do TCE/SC

Bem, é evidente que nos sensibiliza muito a disposição do governador do Estado em exercício, Joares Ponticelli, de se colocar à disposição. Consulto o plenário se alguém gostaria de formular alguma pergunta ou contestar alguma de suas afirmações. Embora a mim me pareça que todas, sem exceção, são incontestáveis. De qualquer maneira, vamos conviver ainda alguns minutos com o governador em seguida, e aqueles que desejarem conversar individualmente, creio eu que Sua Excelência haverá de recebê-los.

Muito obrigado.

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

Senhor presidente, inicio registrando a presença neste auditório do conselheiro Valdecir Pascoal, do Tribunal de Contas do Estado do Pernambuco.

Em nome do Tribunal de Contas de Santa Catarina, agradecemos a presença das excelentíssimas autoridades, congressistas e demais pessoas que prestigiaram este ato solene do Simpósio Internacional.

Lembramos a todos que os trabalhos reiniciam amanhã às 8h30min, neste mesmo local, com a palestra do professor Luiz Felipe Pondé, e na sequência as demais palestras e painéis, conforme programação que já foi distribuída às senhoras e senhores.

A todos uma boa noite.

Dia 12/11/2013 — 8h30min

Mestre de Cerimônias: Maria Thereza Simões Cordeiro

Senhoras e senhores,
Bom dia.

Solicitamos a todos que ocupem seus lugares e que mantenham seus celulares no modo silencioso para iniciarmos os trabalhos, desta manhã, do “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo”.

Para coordenar os trabalhos da palestra “O Estado no cenário da crise de representatividade”, convido o conselheiro Thiers Viana Montibello, presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, e para palestrar, o senhor professor doutor Luiz Felipe Pondé.

[leitura do currículo do conselheiro Thiers Montibello]

Com a palavra, o conselheiro Thiers Montibello.

[leitura do currículo do professor doutor Luiz Felipe Pondé]

Palestra: “O Estado no cenário da crise de representatividade”

Palestrante: Luiz Felipe Pondé (professor doutor da PUC/SP e da FAAP/SP, escritor, colunista e filósofo)

Bom dia. Agradeço o convite do Tribunal para vir aqui. [...] Fomos nos falando ao longo desse tempo, ajustando as contas para fazer [...] É um prazer. Este tema da crise da representação é uma coisa que a gente tem ocupado algum tempo de



Maria Thereza Simões Cordeiro

forma aguda de junho para cá, e a minha ideia com vocês hoje neste espaço de tempo é falar um pouco sobre questões da frente da crise de representatividade, aquilo que temos sido obrigados a discutir cotidianamente na mídia, e depois falar as coisas mais de fundo, ou seja, questões que não necessariamente aparecem na rua, na mídia, nos jornais, todo dia, mas que a gente sabe que compõem esta chamada crise de representatividade.

A primeira coisa que eu diria, falando de aspectos de fundo, é que a crise de representatividade do Estado no Brasil é uma crise latente, contínua. Ela sempre esteve aqui; todo mundo sabe que ela está aqui, não é uma novidade, mas que, no mês de junho, eclodiu de forma aguda misturada com uma série de outras coisas. Essas outras coisas é o que há pouco vem sendo visto como o cenário mais da frente, o que aparece mais continuamente na mídia, na imprensa. Por exemplo, muitos dos colegas aqui me falaram há pouco que tinham visto o programa que a gente gravou sexta-feira em São Paulo na GloboNews. O William Waack, o Eduardo Giannetti e o Adílson [Paes de Souza], que é o tenente-coronel da reserva do Estado de São Paulo que acaba de publicar [uma dissertação de] mestrado na São Francisco [Faculdade de Direito Universidade de São Paulo], na USP, sob a orientação do Celso Lafer [professor aposentado e atual presidente da FAPESP], sobre a questão da violência, casos de violência policial. Ele analisa casos de violência policial, da polícia militar do Estado. E a discussão era sobre violência: “Quando se pode dizer que existe um caso de violência da polícia?”

A gente sabe — vocês inclusive mais do que eu do ponto de vista prático — que a polícia é o braço armado do monopólio legítimo da violência que o Estado tem. Quando a polícia está na rua exercendo sua função policial, é o Estado que está na rua exercendo o seu monopólio legítimo da violência. E quando você questiona o legítimo na frase, é o momento em que você está pondo no foco uma reflexão sobre se este monopólio da polícia é legítimo ou não naquele momento. Trocando em miúdos, como a gente diz, dizer que a polícia tem o monopólio legítimo da violência é dizer que ela pode bater, prender legitimamente, e eu não posso. Se eu prendo alguém em casa, é cativo. Se a polícia prende alguém na sua função, não é cativo, ela está exercendo a função do Estado. Quando eu duvido da polícia, estou duvidando da representação do Estado.



Luiz Felipe Pondé

Recentemente uma pesquisa em São Paulo, da Folha, mostrou que cerca de 70% da população em São Paulo não tem fé na polícia. Esta falta de fé na polícia não é só uma questão de achar que existe corrupção na polícia, a polícia prende muita gente da periferia, sai atirando em muita gente da periferia. Esta crise de fé na polícia também é causada por pessoas que se sentem desprotegidas porque a polícia não realiza a função que deve realizar. Ou seja, muitas vezes, ela é violenta, mas é violenta no lugar errado, na hora errada e com, digamos, o perigo errado. Por outro lado, na mesma semana, o DataFolha tinha feito uma pesquisa em São Paulo sobre o que a gente acha da violência dos famosos *black blocs*. E o resultado da pesquisa foi que 95% da população não gosta dos *black blocs*. No momento em que o Datafolha dá esse resultado, monta-se uma comissão suprapartidária, reunindo os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde o problema é mais agudo, para decidir o que fazer com os *black blocs*. Ou seja, pelo menos em São Paulo, Estado mais populoso, no momento em que 95% da população diz que não gosta dos *black blocs*, isto é um recado para dizer que a população está dando representatividade para o Estado tomar a atitude que ele quiser, do jeito que quiser, claro, do jeito que julgar justificado contra os *black blocs*. Ou seja, estamos diante de um exemplo técnico do que significa a noção de representação na filosofia política. O Estado tem a representação na democracia republicana, representação esta que está assentada sobre a soberania popular, que é um conceito e, como todo conceito, é mais ou menos vago.

O que é soberania popular? Você encontra com a soberania popular no dia da eleição, por exemplo. Vai todo mundo andando, em fila, para apertar o botão da urna. Aquilo é soberania popular. Você pode bater uma foto de uma família indo votar: é soberania popular. Lembro-me bem uma eleição em São Paulo — a última eleição, para prefeito, se não me engano —, em que o Haddad concorria com o Serra, e eu estava no interior porque caiu em um feriadão. A gente tem uma casa no interior do Estado para onde eu sempre fujo. Você sabe que a característica do paulistano é sempre fugir de São Paulo quando pode. Alguns vêm parar em Florianópolis, a gente está sempre fugindo. Eu estava na quitanda da cidade lá, e o rapaz, que já me conhece, dizia: “Mas o senhor não ficou em São Paulo para votar no Serra?” Eu disse “Não, não fiquei, feriadão, inclusive eu acho que a eleição já está perdida para o Haddad, etc.”. E ele retrucou: “Essa é a diferença de vocês que

votam no Serra. Chega no feriadão, vocês vão para a casa de campo. Quem vota no PT, disse ele, a gente vai ao interior é um dia especial, a gente veste a melhor roupa, vai a família toda reunida. É o dia em que a gente considera como ir à missa de domingo.” Então é esse pequeno comentário de alguém que a gente pode dizer que é bastante representativo de uma classe média baixa, digamos assim, é bem representativo da maneira como a soberania popular funciona.

O dia da eleição é o momento em que a soberania vai organizada se manifestar. Mas a soberania também pode se manifestar de forma desorganizada, e isso foi o que aconteceu em junho. O que aconteceu aqui e ali, eu li que aconteceu uma coisa em Florianópolis: um grupo jogou coisas estranhas em algum lugar, substâncias esquisitas [...], então isso é uma manifestação da soberania muito peculiar.

A gente sabe que, antes de surgir a democracia moderna, republicana como a gente diz, se você pegar os textos sobre a Idade Média, sobre política, nós vamos ver que os medievais acreditavam em uma coisa chamada corpo místico do rei, ou seja, a soberania vinha do fato de que o rei era rei porque Deus queria, trocando em miúdos. Quando o modelo monárquico, e o feudal junto com ele, começa a entrar em certa instabilidade, a filosofia começa a se perguntar: “Afim de contas, de onde vem a soberania do soberano? Porque a gente obedece a alguém, ou ‘alguéns’?” Existem no Ocidente, na filosofia, três grandes modelos. A gente tem o modelo hobbesiano, que é o modelo que normalmente se estuda em direito, por exemplo; que se estuda também em ética, que é a ideia de que, sem a organização política, a vida se torna pior do que ela é: precária, violenta, pobre e curta. Porque a gente sabe que a pobreza é como a lei da gravidade: quando você para de bater as asas, você cai nela.

Recentemente, durante dois anos, eu fiz um trabalho de consultoria do Canal Futura, ia todo mês ao Rio; e, uma vez, no meio do processo de trabalho, o Futura comprou uma série da BBC chamada “Por que a pobreza?”. E a gente discutia nas reuniões, e eu dizia: “Engraçado perguntar por que a pobreza, eu acho que a pobreza é um dado óbvio. Quando você não faz nada, você fica pobre porque a condição humana sempre foi de pobreza, até ontem a gente era pobre.” Imaginar que até 50 mil anos atrás mais da metade das mulheres morria de parto, quando não morriam comidas por algum bicho quando estavam dando à luz. Então até ontem

a gente era completamente pobre. Acho que a pergunta deveria ser sempre por que a riqueza. De onde vem a riqueza? Como a gente faz para produzir riqueza? E, nesse sentido, parece-me que nós, no Brasil, infelizmente, ainda somos um pouco arredios à ideia da produção de riqueza.

Aí entra em um segundo modelo de soberania, que é um modelo de John Locke. É um modelo segundo o qual, na realidade, existe uma parceria a três na relação de soberania. Você tem o soberano, que é aquele que recebe o monopólio legítimo de violência — no Hobbes, ele é o Leviatã. Como a gente sabe, a ideia de Hobbes é, de certa forma, bastante esquemática: a vida é precária e violenta. A gente tem de ter alguém que garanta que a violência vai ser localizada e justificada; em troca, ele vai nos garantir que teremos menos violência, então você tem uma espécie de organização da violência. A representação aí está baseada na ideia de que o Estado — a pessoa, o rei, mas o Estado — vai garantir que a violência seja mínima na sociedade, e, quando existir, ele vai decidir qual é justa, quando não é justa, e vai impor-lhe limites.

Locke é um filósofo político muito importante porque ele percebe que existe uma espécie de terceiro fator na relação com a soberania do Estado. É o que a gente pode chamar às vezes de sociedade civil, pode chamar às vezes de mercado — que estão intimamente associados —, ou seja, faz parte da relação de representação, justamente aquela dimensão da sociedade que produz economia, riqueza, condições de vida. E me parece que, falando em fundo, no Brasil essa dimensão é extremamente complicada. Complicada porque, e aí acaba definindo a nossa relação, o tipo de relação que a gente tem, que me parece que é um tipo de representação perversa que a gente tem com o Estado. Uma demanda de representação perversa. Por um lado, quando você está na parte baixa da pirâmide, a gente tem uma expectativa — que é uma expressão que um colega da Folha de Brasília usa — que é a de um Estado nhô-nhô, que é um Estado que resolva a minha vida. Eu lembro que apareciam cartazes de balada na crise de junho em São Paulo que diziam “Dilma, me tira da rua”, como se fosse a Dilma quem tirasse alguém da rua.

O Estado não produz riqueza. Quem produz riqueza são as pessoas, é o mercado que produz riqueza. O Estado gere, administra, organiza, interfere às vezes para o bem, às vezes demais. Mas, se a gente fosse perguntar o porquê da riqueza

no mundo, pelo menos nos últimos duzentos anos, que foi quando a gente conseguiu produzir uma vida um pouco melhor, com condições materiais de vida; e veja, riqueza nunca é só uma questão material, riqueza é uma questão de valores invisíveis, de bens invisíveis.

Este mês, o Jornal da Cultura estava fazendo uma série que se chama “A minha primeira vez”. Quando a gente fala de primeira vez, normalmente pensa no primeiro Valisère por causa daquela campanha do Washington Olivetto dos anos oitenta. Mas “a minha primeira vez” significa a primeira vez que comprei isto, a primeira vez que fiz aquilo. E havia então uma família que, graças à melhoria econômica, estava comprando TV de cristal líquido, um carro pela primeira vez, comprando uma casa, e o casal estava feliz da vida. É claro que a gente pode fazer a crítica dessa sociedade baseada no consumo, afinal de contas, para onde a gente vai... Mas como a gente não sabe direito nem de onde a gente veio nem para onde a gente vai, enquanto a gente está aqui, se você conseguir viver um pouco menos pior, está valendo.

Então, a esposa, a mulher do casal dá uma entrevista e diz: “Olha!” Ela está com um Ipad ou algo assim na mão e diz: “Isto aqui não é só isto; isto é tudo o que a gente consegue fazer por causa disto, que isto nos representa.” A ideia de que bens materiais são só bens materiais é uma ideia pobre de espírito. Os bens materiais estão relacionados a uma série de bens invisíveis. Que é justamente o que a gente costuma chamar de melhorar de vida, não é? Então, essa dimensão, acho que no Brasil, ou seja, a terceira parte da relação entre, por um lado, o que a gente chama de povo, sobre quem impôs a soberania, e, por outro lado, aqueles que são representantes desse povo, aqueles que recebem a soberania — que a soberania é uma coisa que o povo dá e pode tirar —, só que esse modo de dar e tirar é complicado, não necessariamente é institucionalizado.

Na eleição é, mas na manifestação violenta ele não é institucionalizado, mas você percebe a soberania. Por exemplo, quando em junho o apoio da população em pesquisa às manifestações era altíssimo, o que a gente estava vendo acontecer no Brasil? A gente estava vendo que, por poucos dias, a soberania estava deslizando para uma soberania direta do povo, e o governo como um todo estava sentindo que o povo estava questionando a soberania que deposita nos representantes.

Quando você invade o Palácio do Planalto, é como se você estivesse dizendo: “Olha, este Palácio é meu, se eu quiser, eu quebro tudo aqui”. É claro que esse é um momento de manifestação violenta da soberania. E toda manifestação violenta da soberania do povo tem que ser cuidada porque, se durar muito tempo, degenera, sempre degenera. A ideia de que você pode fazer durante muito tempo manifestações pacíficas, e que permanecerão pacíficas, é uma ideia ingênua quando você pensa um pouco a partir da filosofia política. Quando você esgarça a ordem pública, quando você questiona a representação institucional, a tendência é a que esse processo, se não for bem conduzido, vai se esgarçando. Uma hora eu quebro o caixa eletrônico do Bradesco porque digo que o Bradesco faz parte da opressão, depois eu quebro um carro da Rede Globo porque acho que a Rede Globo faz parte da opressão, depois queimo um carro da polícia porque acho que a polícia faz parte da opressão, e depois espanco um coronel da polícia militar. Um coronel da polícia militar é uma instituição ambulante quando está na função. Mas ele é, ao mesmo tempo, uma pessoa. Na hora em que bateram em um coronel da polícia militar, os *black blocs* de São Paulo atravessaram um rio, foram longe demais. Não que eu pessoalmente ache que eles têm que quebrar banco. Não concordo com isso, não acho que eles tenham de quebrar absolutamente nada, mas, se você está olhando o processo, você ainda pensa, a população ainda tem uma coisa assim: “Tá quebrando banco, tudo bem. Banqueiro é rico, ele faz outra máquina.” Isso inclusive porque no Brasil a gente tem algo que, a meu ver, atrapalha a terceira dimensão da relação de representação, que é a sociedade economicamente organizada que produz riqueza, certo?

Como eu estava dizendo de Locke, no Brasil a gente tem um mal-estar em relação a isso. Acho que isso é uma das coisas que mais nos atrasam na vida. É achar que dinheiro é ruim, que dinheiro não presta, que eu tenho que fingir que não gosto de dinheiro para mostrar que sou uma pessoa legal e superior. Quando na realidade é tudo mentira, porque todo mundo sabe que sem dinheiro ninguém vive. O que não significa que você tenha que ter um altar em casa com uma nota de cem dólares, e rezar para ela todos os dias. Mas, quanto mais você finge que não quer, mais, na realidade, você acaba tendo de babar em cima porque o que você não corre atrás, não tem. A melhor forma de você não dar muita bola para dinheiro é você ganhar

dinheiro. E a melhor forma de você ficar dando muita bola para dinheiro é você não ganhar dinheiro, porque você inclusive começa a idealizar a vida com dinheiro.

Então, na hora em que os *black blocs*... Quem são?... A Época fez uma matéria com eles esta semana... Qual é o motor deles? A revista acha que eles representam a soberania popular em seu estado bruto: de recusa da ordem representativa institucionalizada. Só que, na hora em que eles bateram no policial, sendo o policial uma pessoa, um ser humano, o que aconteceu? Eles foram longe demais, a população recuou no apoio. Já não estava apoiando. Em São Paulo, estava todo mundo de saco cheio deles. Em São Paulo, a gente já voltou a uma situação que é assim: “Ah, hoje pararam a Paulista de novo. Ah, que saco! Que caminho que a gente faz?”

Daqui a pouco tem um aplicativo. Então a gente já voltou a uma situação que aquela representação que estava, em junho, posta na população, e que tinha muito de um sentimento: “Ôba, o gigante acordou!” Agora, mesmo antes de baterem no coronel da polícia militar, o paulistano já estava começando de novo a migrar para uma situação que era assim: “De novo! Atrapalhando a Marginal Pinheiros de novo!” Ou seja, a representação, que a gente tinha alocado — quando digo a gente, me refiro às pessoas em geral — para as manifestações, [começa] a se recolher. E aí 95% de recusa dos *black blocs*. Isso está dizendo o quê? Está dizendo que a representação migrou de novo para o Estado institucionalizado e para a polícia: “Se você prender *black blocs*, eu vou ficar feliz”.

Esse é o mecanismo, é a mecânica da representatividade. É um mecanismo complicado, não é linear. De repente ele [o mecanismo] desaparece — a população, o povo —, é uma substância química volátil, certo? Ela é [...] Muita gente foi para as ruas em São Paulo e no Rio de Janeiro porque estava entediada, não tinha mais o que fazer, e é um motivo importante.

Em São Paulo, a gente sabe quando morrem muitas meninas e meninos adolescentes na periferia. Alguns anos atrás mataram uma menina por crime em um lugar chamado Embu, na saída de São Paulo em direção a Curitiba, na rodovia Régis Bittencourt. Uma menina de classe média alta e um menino de classe média alta fizeram camiseta, fizeram passeata contra a violência... Ou seja, no dia 13 de junho, quando a polícia bateu em jornalistas, inclusive em uma colega, que ficou

famosa na Folha por causa disso — a Giuliana [Vallone, da TvFolha]. Era bala de borracha [que a atingiu no olho direito]. No dia em que aconteceu, e os jornais colocaram na primeira página, isso disparou o movimento [...]

O que estava acontecendo em São Paulo eram as passeatas do Movimento Ficha Limpa. Todo mundo razoavelmente racional sabe que não dá para ter transporte público de graça, porque, na realidade, não existe almoço de graça, não tem nada de graça, tudo custa. Mas tinha aqueles meninos de vinte e poucos anos, todos criados em escolas de esquerda que custam R\$ 2.500/3.000 por mês — como a gente diz, as escolas da Zona Oeste de São Paulo —, e eles estavam lá fazendo aquele movimento. Na realidade, eles têm uma agenda mais complexa do que essa, eles têm uma agenda no sentido de transporte público de graça e aumento do IPTU, que é o que a gente está passando agora na Prefeitura de São Paulo: um aumento gigantesco do IPTU que está lá em controvérsia. Mas a população olhava para aquilo com o descaso normal de quem está com pressa porque tem que pagar conta, chegar ao compromisso na hora, não é?

Mas, quando jornalistas de veículos importantes saíram machucados, aconteceu aquele fenômeno que é “bateram em gente do nosso bando”, “bateram em meninos e meninas...”. Jornalista é gente de classe média, classe média alta, e aí a população foi prá rua para dizer que não podia. Ou seja, a representação dada à polícia recuou de novo. Portanto, este é um fenômeno volátil: a representação nunca é muito clara. Portanto agora a gente não sabe. A última semana foi um pouco mais calma, justamente pela pesquisa e pelo apoio, e os governos — tanto federal como estadual, no Rio e São Paulo, e prefeituras também — foram à mídia dizer: “Olha a gente sabe quem são os *black blocs*; a gente vai prendê-los, etc.”. Porque o que aconteceu depois de junho foi que a dimensão de controle da violência por parte do Estado ficou acuada, com medo: “Será que, se a gente prender esses caras, a população vai sair à rua gritando?”

Então representatividade política é um conceito dinâmico, nunca estático, e tem essas características. Naquela semana de junho, todos nós trabalhamos todo dia, o tempo inteiro, tentando entender o que estava acontecendo. Eu lembro bem de um cartaz que uma mulher na Av. Paulista mostrava assim: “Minha filha, veja a mamãe mudando o Brasil”. Aquilo era uma foto para estar no Facebook; era

muito mais uma pessoa que, em um momento da vida em que nada era muito significativo — a gente sabe que esses momentos sempre acabam chegando —, e a oportunidade de ir para a rua mostrar que estava mudando o Brasil significou uma agenda importante naquele momento: para mostrar que você está se sentindo vivo. Então tem tudo isso misturado.

Eu comecei a minha fala dizendo que no Brasil existe uma crise latente de representatividade. Naquele momento, a gente viveu uma crise aguda, que arrefeceu. Também vieram as férias. Ali você tinha um grosso de jovens estudantes, e um grosso de profissionais liberais, professores, cujo cotidiano é parecido com o de jovens estudantes — quando um entra de férias, o outro também entra —, e aí acabou.

Aí começou o semestre, aos poucos foram começando a aparecer novas manifestações, mas aí não havia mais um consenso como houve naqueles dez, quinze dias, [em que] houve maior consenso. Agora não há mais consenso. A população não tem mais clareza de se depositar representação em manifestações de rua ou não. Neste momento, o Estado encontra seu espaço para realizar sua vocação que é a representação.

Eu dizia há pouco que, a meu ver, existe uma relação de representação entre sociedade e Estado no Brasil que é um pouco perversa. Comecei dizendo que havia, por um lado, na base da pirâmide, uma relação do brasileiro com o Estado que é de um Estado nhô-nhô, que é esperar que o Estado resolva tudo. A função do Estado não é gerar riqueza, quem gera riqueza é o mercado. A função do Estado é cuidar da sociedade, inclusive cuidar da sociedade no sentido de ajudar que ela produza riqueza. Só que, na parte alta da pirâmide, existe o mesmo tipo de relação clientelista, que é uma relação — a gente sabe, por exemplo, no caso de São Paulo, [...] grandes empresários —, muitas vezes a gente tem a chance de falar disso em situações informais inclusive, como grandes empresários comem na mão do governo.

De vez em quando, a mídia expõe para todo mundo ver casos mais famosos. Parecem personagens de novela das oito, figuras assim na fronteira entre o sério e um pouco engraçado, ou seja, exista na parte alta da pirâmide toda uma gama de grandes empresários cuja relação com o Estado também é nhô-nhô, só que é um nhô-nhô chique, é uma relação em que você tem uma parceria, que muitas vezes se faz perversa e, na realidade, quando o Estado é populista, ele finge que representa

a parte baixa da pirâmide; e o Estado populista é um tipo de Estado que dá um dinheirinho para você conseguir comprar um prato de comida em troca de voto. Esse Estado pode ter uma face meio coronelista, como no passado, a gente falava do Nordeste, ou pode ter uma face aparentemente moderna, que é você dar dinheiro para o cara comprar televisão, roupa, mas continua sendo uma forma de clientelismo. Em cima, você tem o que eu dizia que é essa relação perversa: os grandes empresários viverem na conta do governo inclusive para grandes empréstimos, a gente sabe que isso existe. O que acontece é que no meio está à parte da população que sofre como cachorro, inclusive médios, pequenos empresários, profissionais liberais, achacados de impostos de todos os lados.

Recentemente uma pesquisa mostrou que as empresas gastam [...], não me lembro mais a cifra, mas era um escândalo de dinheiro só com a burocracia do imposto, não é nem o imposto, que já é enorme, é a burocracia do imposto. Então, parece-me que uma parte da população que talvez sofra mais com a representação do Estado seja essa camada média da população, que produz riqueza todo dia, que mata um leão todo dia, seja ele em cargos públicos, seja ele profissional liberal, seja ele médio ou pequeno empresário, professor — mata um leão todo dia —, mas ele é justamente o que é achacado todo dia por uma máquina que torna o trabalho dele quase impossível.

Terça-feira que vem vou a um evento em Curitiba, de médios e pequenos empresários [...] No Brasil, você ser um médio ou pequeno empresário é quase um ato insano. O que você paga de imposto e, se você vai demitir uma pessoa, você é multado como se demitir fosse crime, não é? É uma coisa engraçada. Portanto o que eu queria apontar é que a relação de representatividade tem várias formas. Tem uma forma que é a representatividade no sentido pré-moderno, que era mediante teologia, religião. Depois passa a ser uma representação sediada na população. Essa representação pode ser institucionalizada, como na eleição, ou violenta, como quando você invade a rua. Ela é dinâmica, volátil, pode sair do Estado e ir para a população como tal, mas tem que voltar para o Estado e para os seus mecanismos, porque senão tende à desordem.

A população também se sente representada em outras instâncias que não só o Estado. A representação também está associada à universidade, à mídia, que são

as instituições que a sociedade vê como seus representantes de pensamento público, que a gente chama de instâncias de razão pública, o que os tribunais também são. Os tribunais são instâncias de razão pública, entre eles, o Tribunal de Contas. O Tribunal que condena a gente a ir para a cadeia, o tribunal cível, todos são instâncias de razão pública. Universidade, escola, imprensa, mídia em geral, essas instâncias de razão pública também são mecanismos de representação da população, não só o Estado no sentido da Dilma, como a gente diz, como representante centralizadora de tudo isso.

Por último, eu estava apontando uma situação, eu parti do Locke para dizer que há um terceiro fator na relação entre população e Estado — e aqui nem estou fazendo diferença entre Estado e governo, mas há uma diferença enorme, todos nós sabemos; e um dos [...] problemas de representação no Brasil é que muitas vezes governo não leva em conta políticas que são de Estado, e você põe no bolso o que é política de Estado como se fosse política de governo —, mas esse terceiro fator que é a dimensão do mercado, marketplace, como dizem os filósofos ingleses do século XVII a XIX, que é essa dimensão que também faz parte da dinâmica da representação, que é justamente quando a sociedade vai produzindo ideias e vai produzindo riqueza e vai, na realidade, gerando as condições materiais de vida.

Eu dizia, por último, que essa camada média da população brasileira é a que mais sofre com a representação deste nível com o Estado — estou falando de representação perversa —, porque embaixo a população se sente representada quando há um presidente ou uma *presidenta* que diz que é a mãe ou o pai dela, e vai dar dinheiro para ela comprar TV de cristal líquido. É uma representação perversa, mas ela se sente representada, já que vota na figura. No alto, você tem a representação do grande empresário que tem uma relação meio fisiológica com seja lá quem for que esteja no poder, e no meio está a camada da população que mata um leão por dia e é invisível, e essa é achacada: imposto demais, burocracia de imposto. No caso do médio e pequeno empresário no Brasil, o cara quase sente culpa porque dá emprego, o que significa que ele não presta porque dá emprego, o que é uma perversão completa da relação econômica. E o cara tem que ser corajoso, porque, se ele resolver demitir, vai pagar tanta multa, mas há sempre [...], e acho que aí o Estado

na sua função representativa presta um serviço perverso também, que é fazer com que o tempo inteiro se acha que, quando pessoas dão emprego, elas não prestam porque fazem isso. Acho que isso é um dos grandes problemas do Brasil em geral; é a gente continuar preso, como às vezes escrevo no jornal, a uma certa nhaca que é achar que quem dá emprego não presta, não é honesto e que, por isso, deve ser sempre posto sob a mira do tira, como se diz.

Por último, para fechar, a representação que se espera teoricamente — veja, não existe democracia perfeita, aliás, não existe nenhum mundo perfeito, e eu desconfio de quem quer fazer o mundo perfeito sempre, porque todo mundo que quis fazer o mundo perfeito era às custas de matar todo mundo que existe para fazer o mundo só daquele cara que ele acha que tem que ser. Não existe democracia perfeita. A nossa, com todas as dificuldades, vai bem. Talvez, para melhorar a representação que se espera — porque a representação que a gente espera, no sentido teórico, é que o Estado controle a violência, garanta a saúde pública, garanta a educação pública para todos na base, e não que crie recursos retóricos na universidade para resolver problemas de uma situação que ela não resolve na base, garanta infraestrutura, inclusive para circular produtos, para a economia conseguir circular. Que a gente tenha razoável transparência, ou seja, que a corrupção não seja muito gritante, apesar de que a Itália é um país que prova que a população suporta corrupção até certo nível, contanto que a economia ande. Nas pessoas existe um sentimento um pouco generalizado de que você não pode ficar muito atrás da política quando você [...] da política, você está mal.

Veja que os Estados Unidos são a melhor economia do mundo, a democracia mais viva que a gente conhece e nem a eleição para presidente lá é direta. É uma eleição para presidente extremamente complexa. Então a democracia é um regime [...] Ela não é perfeita. A gente precisa de muito tempo. Essa coisa de ficar fazendo reforma todo dia não ajuda a democracia.

Aqui no Brasil é o consenso entre quem reflete um pouco sobre isto: que uma reforma seria bastante importante no Brasil do ponto de vista da melhoria da representatividade. Ou seja, que a gente sinta que o Estado é um pouco mais transparente, porque o Estado se tornou muito técnico na arrecadação, mas na ponta da entrega continua ruim. Na ponta da arrecadação ele melhorou muito, como

melhorou muito na arrecadação do voto, para garantir a você e você, e ser rápido. Mas a ponta da entrega continua mal.

Alexis de Tocqueville, que viajou pelos Estados Unidos no século XIX, muito importante — na realidade era jurista de formação —, disse algo que hoje todo mundo sabe: uma das chaves para *esculhambar* a representação é ter reeleições eternas para o Legislativo. Essa é uma reforma que resolveria muito da discussão sobre corrupção, que é um dos temas mais na ponta da crise da representação aguda de junho, embora eu não saiba se isso é claro para todo mundo.

Mas os setores de esquerda não consideram a corrupção um problema a ser trazido à tona em uma crise de representação. Tanto que quando começaram a aparecer placas contra a corrupção, eles leram que o movimento tinha dado uma guinada à direita. Porque quem reclama de corrupção é burguês de classe média que fica bravo porque paga imposto e não tem retorno. Os movimentos de esquerda naquele momento não se preocupam com corrupção porque acham que corrupção é um problema de burguês. Porque inclusive a corrupção é possível se for ideologicamente orientada para o lado certo: ela também deve acontecer. Então a corrupção não é uma obviedade como problema nesse debate. Mas é razoavelmente consensual que, se você contém as reeleições no Legislativo e no Executivo — a dois mandatos no Executivo, por exemplo, quer dizer, ele não pode voltar depois; e no Legislativo, também —, você resolve uma série de problemas do que Tocqueville dizia, em 1831, que um dos problemas dos representantes na democracia é que eles facilmente se esquecem dos representados e passam a trabalhar para eles mesmos. E quanto mais eles ficam lá, maior a tendência de que isso aconteça. Então um método muito simples para você melhorar essa questão da representação é diminuir o período em que essa representação está alocada a uma determinada pessoa, porque aí você obriga à circulação. Problemas de representação sempre vão existir.

Por último, no debate da política existe uma terceira vertente, que é a de Jean-Jacques Rousseau, que entende que, quanto mais representação direta, melhor é a condição democrática da sociedade. Então é uma tendência plebiscitária, com forte vocação populista, que trabalha com a ideia de que a natureza humana é boa, harmônica com a natureza biológica, e que o que introduz a corrupção, na realidade, são todos os mecanismos de comparação, mecanismos de acúmulo, a

propriedade privada, e que, portanto, a solução da representação passaria por uma transformação da relação social como uma espécie de movimento que reaproxima do estado de natureza, como ele dizia, que é quando os homens eram bons e viviam harmonicamente.

Uma coisa que fica no horizonte da crise por que a gente passou em junho, que ainda está um pouco no ar, era uma pergunta que a gente se fazia e continua se fazendo: “Quando ocorre uma crise aguda de representação, qual é o homem que aparece na rua? É o homem de Hobbes? Ou seja, o que destrói tudo e entra em um modo precário de vida? Ou é o homem de Rousseau? Que ama todos, ama a natureza e tem desejos equilibrados?” Talvez o que, no Brasil, a gente necessite para melhorar a representação não seja tanto um debate estritamente ideológico.

Tenho um colega da Folha, professor em São Paulo, o Safatle [Vladimir], que dizia recentemente que não é só polícia que resolve o problema da representação: é política. Eu acrescentaria uma característica. Acho que o que resolve o problema da representação entre Estado e sociedade, além da polícia, que é necessária, e também da política — que são os mecanismos institucionalizados para a sociedade tratar essa relação —, também é a economia. Às vezes suspeito que, no Brasil, muitas vezes a gente ainda não percebeu que o que produz riqueza é a relação entre as pessoas buscando sua própria vida, realizando seus interesses, correndo atrás do seu prejuízo. E que, portanto, quando você tem um mercado ativo e rico, inclusive você tem mais justiça social; porque se eu perder o emprego porque você me demitiu, eu arrumo outro na esquina. Então não preciso que o Estado banque a situação de baixa empregabilidade, por exemplo, que acaba custando caro e, como a gente sabe, não é o Estado que produz a riqueza; quem produz a riqueza são as pessoas trabalhando.

Obrigado.



José Galvani Alberton

Dia 12/11/2013 — 9h30min

Mestre de Cerimônias: Maria Thereza Simões Cordeiro

Gostaria de convidar para tomar assento à mesa o procurador de Justiça José Galvani Alberton, que presidirá os trabalhos desta palestra que tratará do tema “Controle Ideal e controle possível: respostas às demandas sociais”. E para falar sobre o tema, convidamos o professor doutor Juarez Freitas.

[leitura do currículo do procurador de Justiça José Galvani Alberton]

Com a palavra, o procurador de Justiça José Galvani Alberton.

[leitura do currículo do professor doutor Juarez Freitas]

Palestra: “Controle ideal e controle possível: respostas às demandas sociais”

Palestrante: Juarez Freitas (professor doutor da PUC/SC e UFRGS e presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Procurador José Galvani Alberton, quem saúdo; ao nosso anfitrião, presidente Salomão Ribas, essa pessoa encantadora, não importa se em direita, esquerda, onde ele estiver, é um ótimo amigo. Eu queria agradecer a todos os que me recebem tão magnificamente aqui neste Simpósio Internacional sobre Crise de Representatividade e, ainda mais, mencionar a minha satisfação porque este evento está encardado nas comemorações do aniversário do nosso, se me permitem este “nosso” em termos afetivos, nosso Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Senhoras e senhores,



Juarez Freitas

O que seriam o controle ideal e o controle possível? Em nova edição, a quinta de um livro chamado *O controle dos atos administrativos*, que foi lançada na semana passada, no nosso Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, em Fortaleza, propus exatamente um controle que tem um ideal regulador e, ao mesmo tempo, aponto no livro caminhos viáveis, possíveis, plausíveis. O controle ideal é o que, de alguma forma, se estabelece de maneira dialógica, participativa, preventiva, ou seja, que acontece antes dos eventos danosos. É um controle ideal o que faz, em matéria de direito administrativo da regulação, que se aplica aqui ao controle um controle de benefícios líquidos. Eu vou explicar isso na sequência, esse é o controle ideal. E é controle ideal o que faz um controle de eficácia, de eficiência; e é controle ideal aquele que se faz compreender pela sociedade. Esse é o controle ideal.

E o controle possível... Vamos ver algumas características que nos façam compreender que nos próximos cinco anos, que já é um pensamento estratégico no Brasil, os tribunais de contas podem adotar. É sobre isso que quero falar. Quero aproveitar este momento de aniversário do Tribunal de Contas, e este momento em que se fala de crise de representatividade, para sugerir alguns itens que considero extremamente importantes para as cortes de contas no Brasil nos próximos cinco anos. Eu poderia ousar e dizer nos próximos 25 anos.

Esses dias eu dei uma conferência sobre os 25 anos da Constituição e os próximos 25. Essa é uma ousadia intelectual, mas, na verdade, cinco anos é um prazo razoável para o pensamento estratégico.

O primeiro ponto é que eu penso que os tribunais de contas, o controle externo, não só ele, mas também o controle interno e também o controle jurisdicional, cada um, de um modo, precisa ser sobretudo um controle de políticas públicas.

Se pararmos para pensar: “Qual é a imagem que se faz hoje das cortes de contas?” Cuidam de procedimentos formais; eventualmente fazem auditorias operacionais, embora a grande maioria da população não saiba disso. Quando se fala em auditorias operacionais, pessoas extremamente graduadas, com mestrado, não sabem da existência de auditorias operacionais. Então é preciso conquistar esta visibilidade para o que é uma auditoria operacional. Mas eu penso que o controle tem que ser um controle de políticas públicas. Explico.

Aliás, abri um capítulo na nova edição, o capítulo 11, para tratar do controle das políticas públicas e propor um novo conceito de políticas públicas. Temos obras clássicas em ciência política que, infelizmente, não são estudadas; infelizmente, de modo normal, pelo menos, na área do direito. Na área do direito, estudamos o conceito de políticas públicas como sendo programas governamentais e ponto, e já nos contentamos com isso. Esse é um conceito extremamente insuficiente de políticas públicas por várias razões. Excluí pelo menos nove outros atores políticos do processo de formulação e implementação de políticas públicas; excluí, de certo modo, a própria sociedade desse processo. Excluí o estudo, a reflexão sobre o que são grupos de pressão legítimos, ilegítimos, e assim por diante. Excluí o movimento de junho, excluí a opinião pública; portanto excluí os meios de comunicação. Não é assim que se faz uma boa conceituação de políticas públicas. Essa é a visão tradicional.

Então, por exemplo, se for apenas um programa governamental, digamos que alguém resolva fazer — não estou pensando em nenhum caso específico —, digamos que alguém resolva fazer um trem-bala em um determinado lugar do Brasil. A visão tradicional de política pública é que esta é uma questão de governo: o governo decide fazer aqui ou ali o trem-bala. Estratégia de governo. Cabe ao Tribunal de Contas ver se não houve superfaturamento, se o edital está bem feito, etc., etc.. Não que esse trabalho não seja relevante, é. O exame do superfaturamento no Brasil, sob certos aspectos, paga algumas vezes todo o custo que se tem com os tribunais de contas no Brasil. É possível fazer essa mensuração. Mas não é aí que está o problema do Brasil.

A questão é saber: “O traçado desse trem-bala é correto? Existe alternativa melhor para o trem-bala? Mais econômica? Em lugar do trem-bala, deveríamos investir em trem em outra região? Não vai haver aqui um problema com a ponte aérea? Este tipo de meditação tem que aparecer em que parte? No controle da motivação do projeto do trem-bala. Não é assim: “Eu vou fazer um trem-bala.” Vai fazer um trem-bala, por quê?

O Ministério Público também pode controlar essa sindicabilidade da motivação. Para isso, dispõe de ações civis públicas importantes. A sociedade pode controlar pela ação popular, pode. Mas o controle externo e o controle interno deveriam ser, a meu juízo, uma referência obrigatória, e dizer o seguinte: “Olha, esta obra

talvez não seja prioritária, não aí, não neste momento. Quem sabe o mais importante é terminar a Norte-Sul, por exemplo.”

Há um problema: vamos ter que subsidiar esse trem-bala. Só em dois lugares do mundo o trem-bala dá lucro — aliás, um deles é a Espanha. E aproveito o registro rápido para saudar meus colegas espanhóis, é uma honra imensa tê-los aqui. Dr. Antônio, especialmente, fazia tempo que eu não o encontrava; dr. Nicolas; enfim, todos os colegas presentes.

Essas considerações hoje são estranhas, alienígenas, extravagantes. Normalmente qual vai ser a reação? “Isso não é matéria nossa; isso é matéria de mérito administrativo, é juízo de conveniência, oportunidade; isso é matéria política. Para isso eles foram eleitos.” Eles não foram eleitos para tomar decisões arbitrárias, foram eleitos para cumprir pautas constitucionais da melhor forma possível. A rigor, deveríamos eleger os que são mais eficientes e eficazes no cumprimento de objetivos que não são deles, que são da Constituição.

A Constituição tem prioridade. Se alguém tem dúvida, leia, por exemplo, o artigo 227 da Carta. Ali se fala em absoluta prioridade para criança, para adolescente, para o jovem, absoluta prioridade. Então alguém que diz que não existe uma hierarquização prévia na Constituição quer fazer uma hermenêutica livre do direito. Não, existem algumas hierarquizações que têm de ser respeitadas na Carta. No meu entender, por exemplo, entre saúde e livre iniciativa, a Constituição, pelo 196, hierarquizou saúde pública como mais importante. No meu entender, saúde é mais importante, e é por isso que defendo a constitucionalidade do artigo 7.º inciso 15 da lei da ANVISA [lei n.º 9786, de 26 de janeiro de 1999], que a indústria da doença está atacando agora no Supremo. Há hierarquizações prévias na Constituição. Espero que o Brasil descubra isso nos próximos cinco anos, porque nos últimos 25 anos ainda não descobrimos o suficiente.

Essa ideia de discricionariedade administrativa no estabelecimento de programas governamentais [...] vou dar um segundo exemplo. Esse exemplo é muito comum. Vamos examinar um viaduto. O viaduto se justifica por quê? Porque vai combater o congestionamento, vai da maior vazão ao trânsito. Vamos ver então o edital do viaduto. Vamos ver se o edital está bem feito, se não há superfaturamento, aquelas coisas todas. Geralmente há superfaturamento, então nós vamos lá e di-

zemos “pare com isso”, etc. O problema é que às vezes o viaduto é inútil, ou então só transfere o congestionamento para logo a seguir. E mais: o problema é que, às vezes, esse viaduto não é prioritário. Por quê? É feito em uma área urbana na qual não passa transporte coletivo, e intervenções urbanas relevantes para o transporte coletivo não são feitas naquele município. Vamos pegar essa hipótese. Contraria a Constituição, contraria as prioridades constitucionais e, nesse caso, no meu entender, também contraria a Lei de Mobilidade Urbana, que estabelece a prioridade do transporte coletivo sobre o transporte individual. Prioridade em que sentido? No sentido de investimentos públicos também.

Terceiro exemplo: empréstimos públicos. Vocês acham que os empréstimos públicos devem ser dados de acordo com os programas governamentais, livremente, ou os empréstimos públicos devem respeitar prioridades constitucionais? Eu faço essa pergunta por que estou realmente impressionado com o número de debates no Brasil que não são feitos com base em evidências. Eu defendo uma argumentação jurídica baseada em evidências. Como perdemos tempo com debates fúteis e frívolos! Por exemplo: há muitas pessoas preocupadíssimas [...], ainda na semana passada encontrei com uma querida amiga cujo nome não vou mencionar por delicadeza, uma grande administrativista que estava preocupadíssima, ela disse que seria o tema da conferência dela, eu ponderei não faça isso, não estraga a tua conferência com essa preocupação. Ela está preocupadíssima sabe com o quê? Com que o Brasil possa quebrar devido às decisões judiciais que mandam pagar remédio de uso contínuo. Gente, não há a menor possibilidade de o Brasil quebrar por causa disso; é só olhar os números! No entanto ela não sabia, e eu lhe expliquei que, nos últimos cinco anos, o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] emprestou de forma subsidiada 840 bilhões de reais. Ela não sabia. Mas ela não sabia mais: ela não sabia que, nos últimos quatro anos e pouco, o Tesouro deu ao BNDES cerca de quinhentos bi. Injetou lá. E o Tesouro remunera títulos públicos para captar esse dinheiro na casa dos 10%, e o BNDES empresta a 5-6%. Já perceberam que há um problema aqui? Quantas bolsas-família há só nessa diferença? Quantos remédios de uso contínuo? Dá para pagar dez gerações de remédio de uso contínuo aqui. Dá até para pagar tratamento nos melhores hospitais dos Estados Unidos para boa parte da população.

Mas o mais grave não é isso. Dizem — isto está sendo investigado — que o BNDES paga para a União dividendos importantes, bilionários, para fazer o superávit primário. As agências de risco estão ameaçando diminuir o “rating” [classificação de risco, ou seja, mecanismo avaliador da qualidade de crédito] do Brasil, o que para nós seria uma tragédia. Sabe por quê? Porque esse pagamento de dividendos é feito com o dinheiro do Tesouro. O dinheiro do Tesouro entrou lá: paga dividendos para cá, lança como lucro aqui, fecha a conta do ano lá e fica o buraco lá prá diante. O nome científico disso é contabilidade criativa. Eu pergunto: o BNDES — não só o BNDES, os bancos públicos —, não têm [eles] que respeitar prioridades constitucionais?

Uma coisa é fazer investimento anticíclico, neokeynesiano, em 2008. Tem que fazer porque enxugou a liquidez do mercado, e os bancos públicos tiveram que atuar. Outra coisa é continuar fazendo, e em lugar está a sindicabilidade das prioridades? No meu entender — abro o meu voto —, o BNDES tem que emprestar visando à inovação, à infraestrutura, que são investimentos que aumentam a produtividade do Brasil, e a pequenos e médios [empreendedores]. Para os dois primeiros; pode ser para os grandes também, não há problema. Fora disso, não tem que ter campeão mundial de frigorífico. Nada disso, no meu entender.

Por último, indago aos senhores: este tema, eu pergunto, é relevante ou não? E outra coisa: como estão esses empréstimos no radar da Lei de Responsabilidade Fiscal? Fora do radar. Aí nós temos que deixar que a as agências de “rating” [agências de classificação de risco] — que erram tanto e que podem nos complicar a vida, nós vamos ter que tomar dinheiro lá fora mais caro — rebaixem o Brasil. Ou os controles deveriam dizer preventivamente: “Isto aqui não está bem. Nós temos aqui programas de Estado que têm que ser respeitados. Vamos ter que ter mais austeridade, vamos ter que ter mais cuidado e vamos ter que ter respeito maior pela contabilidade criativa e a transparência.” Porque [esse] tipo de estratégia não é transparente. Vocês concordam com isso?

Por último, senhor presidente, presidente da mesa, para não parecer que o senhor usurpou o cargo do Dr. Salomão, eu pergunto a vocês: “Será que a realização de uma licitação pública não tem que começar por uma pergunta, que é uma pergunta de políticas públicas também, mas que é uma pergunta de economicidade:

‘Esta licitação é necessária?’” Quantas vezes eu vejo licitações desnecessárias no Brasil! Vocês já viram ou não?

Às vezes a Administração Pública tem o bem, e nem sabe que tem o bem, porque também nem se deu ao trabalho de pesquisar para ver se tinha o bem. Às vezes tem imóveis ociosos e ela vai lá e busca adquirir novos imóveis, por exemplo. A União não sabe muito bem qual é o seu patrimônio.

Os espanhóis devem estar horrorizados, eu peço desculpas, estamos entre amigos aqui, estamos só eu e a televisão na rede mundial aqui, então estou falando sigilosamente para vocês.

E eu lhe pergunto, presidente, o senhor pode responder livremente, pode até me contestar que eu vou respeitar o contraditório. O senhor é um homem do Ministério Público, então vou lhe perguntar: “O senhor acha que deveríamos deixar fazer uma obra inútil, bilionária, com recursos públicos ou deveríamos ter controle, dizer: ‘gente, há outras coisas na frente’? Por exemplo, determinados estádios de futebol, que são chocantemente desperdício, o senhor não acha que deveríamos ter um mecanismo de controle e de detenção, ou devemos insistir em que as políticas públicas são apenas programas governamentais livres, até fazer [...]?”

Quer investir no estádio, mesmo que depois da Copa vá ficar ocioso, inútil... Alguns dizem: “Ah, pode ser inútil, mas pelo menos gerou emprego”. Eu já ouvi isso. “Pode ser inútil, mas o estádio é sustentável”, e eu tenho que ouvir isso; eu, logo eu, que defendo a sustentabilidade, tenho que ouvir que o estádio é certificado, construído rigorosamente de acordo com as regras internacionais de sustentabilidade. Sustentabilidade não é só isso, não é só a construção, também a finalidade tem de ser desenvolvimento sustentável. O senhor concorda, presidente?

Então esse tipo de controle que o Brasil não faz, e que o movimento de junho de 2013 disse, consciente e inconscientemente, desarrumadamente, que nós tínhamos que começar a fazer nos próximos tempos. Por isso eu defendo o movimento de junho de 2013 como o início de um processo de transformação que vai demorar uns vinte ou trinta anos de amadurecimento da democracia brasileira. No movimento, 5% são psicopatas, mas essa é a média da população, segundo as pesquisas médicas. Tem lá 5% em qualquer coisa que se faça, exceto neste auditório, mas põe a massa ali e vem, a questão é estatística. Mas eu não fiquei teorizando, fui assistir,

fui examinar *in loco* os protestos e eles eram pacíficos, e tinham as características de movimento social em rede. Quais são essas características?

Manuel Castells é um dos poucos teóricos, porque ele já vinha pesquisando as características da sociedade em rede, que aponta as características desse movimento de “Occupy Wall Street”, e agora em parte também se aplica a nós. E ele mapeou muito bem essas características no livro *Redes de indignação e esperança*. Em primeiro lugar, o que quer esse movimento? Eu apenas traduzi o que ele quer. Que políticas públicas não sejam mais programas governamentais. A Lei de Mobilidade Urbana já estabeleceu a prioridade do transporte coletivo sobre o transporte individual; a Constituição já o tinha feito. O que esse movimento quer, e não sabe muito bem como expressar? E [eu] estou tentando verbalizar o que acho que ele quer: é respeito a políticas públicas como prioridades constitucionais, antes de serem como programas governamentais. Esse é o meu conceito que, na sequência, vou desenvolver.

Mas ele tem as seguintes características. Primeiro: não tem partido. Esse é um aspecto saudável da crise de representatividade. É muito bom que não tenha partido. Por que a democracia tem de passar por partido? Onde é que está essa lei da natureza? Não necessariamente, pelo menos temos de conceder que não necessariamente. Eu mesmo não tenho partido e, no entanto, modéstia à parte, sou bastante politizado. Uma coisa é a hora do voto, que nós somos obrigados a votar em quem tem partido. No nosso regime não há candidatura avulsa, mas por quê?

Então esse movimento não quer ter partido, majoritariamente. Estou falando dos que estão em rede. Segundo: esse movimento é horizontal. Não quer ter liderança alfa, liderança tradicional, oligárquica. Logo, logo já apareceram alguns querendo assumir esse papel, e aí o povo se retirou das ruas, ele está na rede, não está passivo. Esse é outro mito que tem que desaparecer. Só quem não conhece a nova geração acha que a nova geração é alienada e passiva. A rede é vibrante. Tem de tudo na rede, e tem gente extremamente capacitada e atenta. Terceiro: além de horizontal, esse movimento pode indiretamente provocar um incremento de representatividade lá adiante, mas é parte de um processo de democracia direta ou participativa que, pela nossa Constituição, artigo 1.º, tem que coexistir com a democracia representativa. A nossa Constituição quer as duas convivendo: não

quer só a democracia representativa, quer democracia representativa e direta. Está no artigo 1.^o, observem bem, ela quer as duas funcionando. Terceiro ponto: ele não é violento. Por definição, esse movimento não pode ser violento. Observem: 5% só são de desvio padrão. Está dentro do previsível. Não é violento. E o quarto, que é o mais chocante, e eu concordo com esta caracterização: não tem uma pauta definida. Isso é o melhor desse movimento. O movimento existe como movimento e, portanto, não tem uma pauta rígida, senão viraria partido. Horizontalidade, não corporação, rejeição à política tradicional, movimento em rede, falta uma característica importante: ele é local e universal ao mesmo tempo.

Há características comuns entre o “Occupy Wall Street” (OWS) e o nosso movimento de junho. Agora, é o início do início do processo de estudo desse fenômeno. O que ele tem de positivo é que ele chama a atenção para isto: nos próximos cinco anos dos tribunais de contas [...] Agora sim, conselheiro Salomão Ribas, novamente saudando-o, agora de corpo presente, e é a primeira vez que estou em público diante do senhor já na sua condição de doutor. Meus parabéns, foi um belo exemplo para todos, merecidamente nos orgulhou, eu soube hoje pelo meu serviço de inteligência que o senhor fez uma bela participação na Espanha, foi a primeira coisa que perguntei aos amigos espanhóis: “Como é que foi o Salomão?” Muito obrigado pelo convite, é uma honra estar na nossa casa, ainda mais no aniversário da nossa casa. Mas, fechando o parêntese, senhor presidente, eu penso, que nos próximos cinco anos, nós deveríamos apanhar o que vem de positivo aí. Vamos mudar o conceito de políticas públicas: essa ideia de políticas públicas que todos nós no direito examinamos, que não é a mesma da ciência política, não é a mesma do Lazlo, não é a mesma do Thomas Lye, não é a mesma dos cientistas políticos importantes. Mas nós, no direito, nos contentamos com a ideia de que políticas públicas são programas governamentais adotados pelos governantes, etc., livremente, etc. Não está errado, mas é incompleto.

Políticas públicas são, número 1, — e é o que eu digo no capítulo 11 do livro que espero que esteja na biblioteca em breve, Salomão, porque estou fazendo propaganda dele aqui, espero que todos leiam — são programas de Estado, mais do que de governo. Primeiro ponto. Que têm necessariamente de ser formulados e implementados, aí sim, pela Administração Pública com articulação de meios

estatais e sociais. Não se pode excluir os outros atores políticos, além do governo, visando a — esse “visando a” é importante — dar efetividade às prioridades não [só] do governante, não [só] do secretário a, b, ou c, não [só] dos ministros, que são 39, mas da Constituição. Então são os programas de Estado, mais do que de governo, que articulam de modo eficiente e eficaz meios estatais e sociais, para, mediante formulação e implementação — implementação que também vai se dar no campo da regulação —, alcançar o cumprimento de prioridades constitucionais. Muda por inteiro a ideia de discricionariedade administrativa. Aí todas aquelas questões que eu formulei — obra na Copa passa a ser sindicada, o trem-bala para saber se há outra prioridade. E não é para atrapalhar o governo, não é para incomodar o governo, é para auxiliar o governo a ter discernimento sobre quais são as prioridades constitucionais.

Essas prioridades constitucionais são vinculantes. A prioridade do transporte coletivo é vinculante [...], [as] consequências disso; a prioridade de empréstimos públicos subsidiados para áreas estratégicas como infraestrutura e inovação, antes de áreas que não são estratégicas, é uma prioridade vinculante, e não pode ficar solta. A Lei de Responsabilidade Fiscal: não pode ser afastado o radar desse tipo de controle. A prioridade em atendimento de criança, idoso e jovem é uma prioridade constitucional. Aliás, o 227 que citei há pouco fala em absoluta prioridade. Não é preciso, com todo respeito, chegar até o Supremo Tribunal Federal, e ele ter que determinar ao município, mediante tutela específica, que instaure, crie um programa de atendimento a crianças vítimas de abusos sexuais. Isso já aconteceu. Não vou mencionar qual município, por delicadeza, mas o Supremo, o Celso de Melo teve de dizer: “Não, não cabe discricionariedade administrativa, não cabe tampouco reserva do possível neste caso”. E com outras palavras disse o que estou dizendo. Há obrigações constitucionais indeclináveis. A propósito disso, eu disse aqui de passagem, quero investir um pouco de tempo. Estou falando aqui das prioridades para os próximos cinco anos, presidente Salomão, para os tribunais de contas.

Estou sugerindo, aproveitar este momento afortunado — não é, conselheiro, queridíssimo amigo — para fazer propostas. Já fiz algumas. Vamos aumentar a sindicabilidade, não vamos mais permitir licitações insustentáveis. E a primeira

pergunta sobre isso para saber se a licitação é sustentável ou não é: “Ela é necessária ou é uma obra inútil?” Uma pergunta básica; no fundo, é de economicidade.

Agora vamos retirar um pouco da abstração e vamos tratar um pouco mais do exame de políticas sociais possíveis, concretas, hoje. Que se aproxima do ideal regulador que propus no início. Idoso é prioridade ou não? O que nossos tribunais de contas estão fazendo pelos idosos, além da *PEC-bengala* [“PEC da Bengala” ou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n.º 457/05 que altera o art. 40 da CRFB/1988 aumentando a idade da aposentadoria compulsória do servidor público para 75 anos]? O conselheiro Salomão é um defensor de ideias novas em matéria das políticas públicas, por isso aceitei de tão bom grado [...] Acho que temos de começar a fazer controles, auditorias operacionais inclusive, para saber o que as nossas cidades estão fazendo pelos idosos. Vocês vão dizer: “Isso não é um problema urgente. Problema urgente é saneamento.” É, saneamento é urgente, é prioridade funcional. E outra coisa, um Real investido em saneamento dá quatro a menos em saúde. Tudo certo. Mas eu vou provar que esse cálculo também funciona para idoso. Se alguém acha que não é urgente, vou dar alguns números impactantes. Não sobre idosos, sobre alguém que esteja na minha faixa, cinquenta anos, pré-idoso. Mas ainda falta muito, tecnicamente, até porque vamos mudar isso para 85.

Eu li [de] um professor de Harvard — fui a Harvard agora para conversar com os professores de direito, mas é claro que o meu espectro de interesses é enorme — especialista em longevidade, e ele diz: “Já nasceu quem vai viver 150 anos”. Vou dizer aqui neste auditório, 50% pelo menos têm ótimas condições de chegar aos cem anos, entre os quais, nós, é claro; e os outros 50%, se se cuidarem, também. Isso é novo. Então, alguns números. Vocês sabem quantas pessoas o Brasil tinha em 2010 — já tem mais agora — com mais de cinquenta anos? Trinta e oito milhões. Em 2050, logo ali, serão 98 milhões. Sabem quantos idosos [com] mais de 65? São 15 milhões. Em 2030, 30 milhões. Em 2060, 60 milhões. Se vocês acham que isto não é suficiente — nunca imaginei que eu fosse falar sobre idosos em uma conferência no final do ano, mas é que está na hora de falar de assuntos novos, emergentes, direitos fundamentais com prioridades constitucionais —, examine o que a Constituição escreve sobre o idoso. Não precisa nem ir ao Estatuto do Idoso, mas também deve ir. Agora temos Estatuto da Juventude

que, aliás, no artigo 4 consagra pela primeira vez o direito à sustentabilidade, para minha alegria. Mas voltando ao idoso e ao pré-idoso; você sabe o que quer dizer isso? Que nós, no Brasil, estamos rigorosamente despreparados para esta realidade.

Ainda estamos vivendo inebriados pelo chamado bônus demográfico, que vai só até 2025. O que é o bônus demográfico? Mais gente na ativa do que menores e idosos. Estamos inebriados por isso. O país cresce por força do bônus demográfico. Só por esse motivo, já tem uma tendência de crescimento, não precisa nenhum esforço maior. O que estamos fazendo pelos idosos? Vou dar um exemplo positivo. São Caetano do Sul — não tenho nenhuma relação política de qualquer espécie com quem esteja lá [no poder] — foi eleita agora, [e está] em um *ranking* recente da revista Exame, a cidade que melhor cuida dos idosos no Brasil. Quais são os cuidados que eles têm? Atendimento psicológico individualizado para o idoso, é verdade que eles têm uma renda boa lá. Renda média mensal de R\$ 6.000,00 é uma renda alta. É um dos melhores IDHs do Brasil. Que mais? Atividade física para idosos free. Nova Iorque nesse aspecto está muito à frente de nós; Nova Iorque é referência mundial nessa preocupação com os idosos. Nós, no Brasil, achamos que não existe isso. Temos medo de enxergar o lado melhor da vida.

Aliás, esta palavra “idoso” é um termo pejorativo, temos de falar de pessoas maduras. Vejam bem, pessoas que estão com 50 — estou com 52 —, tenho mais 50 anos de atividade intelectual, com sorte. Portanto, aos 97, eu vou me aposentar e começar a viajar para saborear um pouco a vida, precisa dar uma saída, descansar um pouco. Agora, presidente, o senhor acha que estou sendo muito ... Estou trazendo este assunto [ao público], por um lado, para distender um pouco; por outro lado, porque estamos olhando o idoso como patológico. É um mercado fantástico, não é só para o turismo. E as pessoas têm de se preparar para ter uma segunda carreira, outras atividades, voluntariado e, principalmente, ter calçadas compatíveis, ter aquilo que São Caetano do Sul tem: atividade física.

Agora um número impressionante de saúde pública: para cada um real que se investe em projetos de atividade física para adultos, se economizam cinco em área de saúde. Diminuiu lá em São Caetano do Sul tremendamente a hipertensão. Estou dando um exemplo positivo, eu vi a lista dos vinte primeiros, achei só uma

cidade de Santa Catarina, então tem um potencial enorme de trabalho aqui. O que estamos fazendo pelos seres humanos brasileiros maduros que estão no auge da sua produção, mas que começam a ter limitações físicas? Não cognitivas propriamente, [mas] físicas. Não só não cuidamos. Olha, eu pesquisei, na esfera federal, casas para cuidar de idosos pobres, sabem quantas há no Brasil? Uma, no Rio. Nós fingimos que não existe. O brasileiro tem que aprender a assumir com maturidade todas as fases da vida, é ou não é verdade? E o controle de políticas públicas tem de mostrar que não estamos cuidado nem das crianças, que são prioridade absoluta, conforme a Constituição, nem de outra prioridade absoluta que são os idosos. Isso é imperdoável! E nós podemos assumir essas bandeiras propositivamente.

E, por último, quero falar sobre o controle de benefícios líquidos que prometi no início. O que é isto: controle de benefícios líquidos?

Então fica esse chamamento, vamos fazer uma campanha para verificar como as cidades estão tratando o idoso. As políticas públicas estão respeitando essa prioridade constitucional?

Antes de falar sobre benefícios líquidos, mais uma observação. Quero fazer dois registros que, por favor, não tomem como coisa de bairrista, porque não sou, mas é uma questão de justiça para com o Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. Fizemos uma audiência pública memorável — tive a ocasião de fazer a conferência de abertura, a convite do presidente Viola, sobre o direito fundamental à educação e os tribunais de contas. Como é que se faz para exigir... O Supremo Tribunal já determina a exigência da matrícula em creche; determina, não pede, determina. Mas como se faz agora para que as nossas crianças estejam em escolas de qualidade?

Estive semana passada no Ceará, fui fazer uma conferência no nosso congresso de direito administrativo e vi uma experiência lá em Sobral, experiência premiada. Dá para fazer desde que haja continuidade da política pública e fiscalização, monitoramento por parte dos controles. O que fizeram? Diretor de escola [foi] escolhido entre competentes. Aliás, defendo mais: deveriam ser gestores. Currículo único. Uma reunião mensal de capacitação dos professores, e eles alcançaram marcas impressionantes de performance nos exames nacionais. Pergunto: será que não devemos fazer o mesmo em todo o país?

O Estado de Santa Catarina, que é um dos Estados com melhor IDH, não se pode cobrar mais isso? E os tribunais de contas vão ter de assumir a bandeira do direito fundamental à educação ou vamos continuar achando que isso é matéria de programa governamental? Cada prefeito vai decidir se deve ou não deve investir em educação de qualidade. Ou vamos começar a dizer: “O senhor tem obrigação constitucional, e nós vamos começar a aferir [a questão], fazer auditorias operacionais que indiquem os rumos que o senhor deve tomar de acordo com experiências mundiais comparadas?”

Terceiro, antes de falar em benefícios líquidos, o controle tem de ser baseado em evidências empíricas, não pode mais ser um controle formal, retórico, distante. Nesse aspecto, no MIT [“Massachusetts Institute of Technology”, em português, Instituto de Tecnologia de Massachusetts] há uma moça, quarenta e poucos anos, chamada Esther Duflo [economista franco-americana] — vale a pena vocês conhecerem o trabalho dela —, ela é guru do Bill Gates, que costuma consultá-la para fazer doações. Ela faz pesquisa empírica para ver o que funciona e o que não funciona em combate à pobreza. Pergunto, por exemplo: “Será que não deveríamos fazer isso em relação ao bolsa-família?” Que eu defendo, mas que tem alguns problemas. Já são 50 milhões de beneficiários, entre os diretos e os indiretos, um quarto da população brasileira. Só que nos últimos dez anos só saíram um milhão e pouco do programa, quer dizer, algo não vai bem no programa. Por quê? Como se faz isto? Que incentivos temos de dar?

Essa técnica de incentivos de pesquisa de campo [...] Estou farto de argumentos especulativos, de palpites. O Brasil já deveria superado isso. Está na hora de argumentos objetivos, baseados em evidências. Educação baseada em evidências, saúde baseada em evidências, controle baseado em evidências. Lá nos Estados Unidos eles falam em regulação econômica baseada em evidências. Aqui o que está havendo ainda historicamente, talvez pela dificuldade brasileira com a matemática. Isso é um problema cultural, há pessoas que não gostam de matemática, que odeiam matemática, certamente porque tiveram maus professores, não porque sejam tolas; matemática é fascinante, mas tem que ser bem dada. As pessoas que odeiam matemática vão fazer direito em geral. Por que você está fazendo direito? Porque odeio matemática. Não, todos [nós] teríamos de ser bons, razoáveis pelo

menos em matemática. Todos nós temos de ser interdisciplinares, conhecer economia, conhecer números para não nos deixarmos engambelar.

Eu dei esses números sobre empréstimos que vocês não conheciam, certo? Mais de 850 bilhões em cinco anos, isso tudo está fora do radar. Então temos que aperfeiçoar o nosso conhecimento científico. O Brasil precisa de investimento prioritário em ciência, em argumento baseado em evidências, e os tribunais de contas têm um corpo técnico notável para isso. Os conselheiros precisam dar ouvidos a esse corpo técnico, e dar liberdade para que ele façam as suas pesquisas e tragam evidências. Incentivar isso. Agora fiquei sabendo que temos pós-graduação oficial, parabéns ao nosso Tribunal.

O que é, então, para encerrar, benefício líquido? Parece nome de livro daquele sociólogo, “O amor líquido”, de Zygmunt Bauman, controle de “net [*economic*] benefit”. Em Harvard, por exemplo, todo o direito administrativo é baseado nisto: na tentativa de encontrar benefícios líquidos. O que é isso? Antes de tomar cada decisão, temos de ver os custos, diretos e indiretos — os indiretos incluem as chamadas externalidades negativas [efeito colateral prejudicial] —, e cotejar com os benefícios diretos e indiretos. Só se os benefícios diretos e indiretos forem superiores, é que aquela ação é juridicamente aceitável. Cuidado! Até foi uma observação crítica que fiz em Harvard: “Temos de cuidar para não cair no utilitarismo”. Existem questões que não são utilitárias e que são importantes. Ambiente, por exemplo, é importante por considerações não econômicas.

Mas os melhores livros deles [...] O melhor livro de direito administrativo nos EUA hoje é organizado pelo Cass Sanstein e pelo Stephen Brian que, aliás, é juiz da Suprema Corte. Eles têm lá, embora não bem desenvolvidas, mas têm lá justificativas não econômicas para a regulação. A mesma coisa em relação ao controle em geral. No Brasil, por exemplo, quando vamos contratar uma obra pública, não examinamos — foi isso que eu tentei dizer — benefícios líquidos, muito menos benefícios líquidos de longo prazo. Por exemplo, um erro bem elementar do Brasil que temos que consertar o mais cedo possível: quando contratamos uma obra, temos uma fixação mórbida no menor preço. Nada contra o menor preço, mas tudo contra se ele for fruto da miopia temporal. Por quê? Porque o menor preço para a construção de uma obra não quer dizer muita coisa se eu não levar em consideração

o custo de manutenção daquela obra. Por exemplo, uma estrada. Pode ter a pavimentação com o menor preço, só que o pavimento é de péssima qualidade e dura até o final da eleição. Isso acontece no Brasil ou não? Que os espanhóis não nos ouçam, que nossos irmãos nos perdoem, mas acontece com uma frequência inaudita. No meu entender, aceitar isso beira a improbidade administrativa de tão grave que o considero. E às vezes é de propósito. Mas mais do que isso, há providências de benefícios líquidos que são fundamentais.

Agora há pouco o meu colega antecessor fez uma bela explanação, mas ele disse que o Estado não deve produzir riqueza, e eu discordo totalmente. Não é só o mercado que tem de produzir riqueza, não, o Estado tem de ser indutor, tem que fomentar. E ao induzir, por exemplo, podemos, com a incorporação de critérios de sustentabilidade às licitações públicas — incorporação essa que é obrigatória, e é obrigatória em mais de um diploma, inclusive na própria Lei de Licitações, artigo 3.^a —, podemos mudar o modo de produção e de consumo do Brasil. Isso é pouco ou é muito?

O aquecimento da água nas nossas casas e nos nossos prédios, pelo menos nos prédios públicos, mas também nos projetos do Minha Casa Minha Vida, necessariamente [eles] têm que ser solar — exame de benefício líquido obrigatório. E aí vem a segunda observação, sem caráter bairrista, que eu gostaria muito de propor ao conselheiro Salomão Ribas, agora já doutor, para consagrar a sua gestão, que faça, conselheiro, uma resolução melhor que a do Rio Grande do Sul, tornando ainda mais abrangente a obrigatoriedade das licitações sustentáveis. O senhor que deu a ideia lá para o Rio Grande do Sul, pois agora tem o dever de superá-lo.

Vocês conhecem a resolução do Rio Grande do Sul que tornou obrigatório que as licitações do próprio Tribunal sejam sustentáveis? É um belo exemplo, pioneiro exemplo do nosso grande conselheiro Miola e do Tribunal como um todo. O senhor promete que vai superar esse exemplo? Está lançado o repto. No aniversário da Corte, espero ter uma resolução [...] Porque tenho feito uma propaganda no Brasil inteiro, não me custa nada incorporar e dizer: “Olha, o Tribunal de Santa Catarina foi além”. E o conselheiro [...] O senhor promete que vai fazer algo melhor ainda que o conselheiro Salomão? Por que isso?

A Alemanha — tenho grandes implicâncias com a dra. Merckel [Ângela Merkel, chanceler daquele país], mas tenho grande admiração pela Alemanha — já tem hoje cinco milhões de prédios que são microusinas e podem vender o excedente de energia para a rede. E a Alemanha não tem a matriz energética que o Brasil tem, que é excepcional, e mesmo assim, eles decidiram que a sustentabilidade é a indústria do século XXI, junto com a inovação tecnológica. A energia eólica no Brasil começa a deslanchar, mas precisamos incentivá-la.

Nós precisamos, ao realizar compras, não só buscar maior eficiência energética, mas, por exemplo, merenda escolar. Vocês não acham que deveríamos cuidar para que a merenda escolar em nossos municípios não fosse “apimentada” por venenos de agrotóxicos, completamente acima do que a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] — nem digo a OMS [Organização Mundial da Saúde] — considera tolerável? Esses dias, eu vi uma pessoa absolutamente cruel dizer o seguinte: “É bom que as nossas crianças já sejam envenenadas desde ceco”. Quero dizer que a medicina não corrobora essa orientação perversa.

Para encerrar, o controle de benefícios líquidos nos próximos cinco anos é o controle de políticas públicas entendidas como programas de Estado, não mais apenas de governo. Então os tribunais de contas têm que ser mais protagonistas, sim. Direito à educação, podemos fazer muito mais. Fazer audiências públicas, mobilizar, cobrar qualidade, falar de grandes autores, como James Heckman, que defende que desde cedo — não pode demorar muito, tem de ser até os quatro anos de idade — a gente tem de desenvolver habilidades cognitivas e não cognitivas de caráter, há estudos mostrando isso. Direito à saúde: temos de mostrar que há recursos pelo menos para a saúde fundamental. Idoso, acabar com o estigma do idoso, quem sabe chamar as pessoas idosas de maduras, e não de idosas, talvez pudesse ser um progresso. Melhor idade eu acho horrível, acho que a expressão melhor idade já é meio um prêmio de consolação; não, é a idade em que tudo começa a doer mesmo, não é conselheiro? O sujeito começa a ficar com dores, mas é, ao mesmo tempo, a idade em que o cérebro está mais sábio, comprovadamente mais capaz de frear impulsos e mais capaz de saborear a vida em profundidade.

Principalmente tenho a impressão de que temos de ter, nos próximos cinco anos, maior visibilidade do que são as auditorias operacionais. Os tribunais de con-

tas deveriam mudar a imagem que têm de “os chatos”. Infelizmente, houve uma declaração agora contra o TCU por falta de informação da *Presidenta*. O TCU teve de fazer uma nota ontem explicando que quem paralisa não é ele, etc. Então não é culpa da *Presidenta*: se ela não conhece o sistema, nós é que temos de fazer com que ela conheça o sistema. Para isso assumir uma postura mais cooperativa, mais dialógica, mais protagonista, mais propositiva, mais de formulação de agenda. Essa ideia de que a agenda de políticas públicas é para ser formulada só pelos governantes é que está errada.

Programas de Estado, prioridades constitucionais vinculantes, é isso, conselheiro Antônio Joaquim, que eu também espero que a nossa Atricon [Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil] também assuma nos próximos cinco anos como bandeira prioritária. Não podemos deixar o Brasil cometer tantos erros sem que as cortes pelo menos indiquem caminhos, salientem quais são as prioridades, mostrem exemplos. Eu trouxe aqui São Caetano do Sul, Sobral — exemplos viáveis, possíveis. Em matéria de merenda escolar, existe o exemplo aqui no Paraná, liderado por Itaipu. Convenceram parte significativa de 29 municípios a fazer licitação para merenda escolar já levando em consideração critérios de sustentabilidade.

Então renovo meus agradecimentos, renovando a minha confiança neste Tribunal de Contas que carinhosamente tomei a liberdade de chamar de nosso Tribunal de Contas, conselheiro Salomão. Eu tenho uma identidade muito grande, eu sei da seriedade do seu corpo técnico, da sua seriedade, da seriedade dos seus conselheiros, dos auditores substitutos de conselheiros — tenho queridos amigos, não é, doutora Sabrina? Auditores. Porque realmente sinto que aqui se pode fazer um trabalho de liderança nacional. Quero dizer que este Tribunal pode ser um case que eu venha cada vez mais a citar em todas as minhas conferências pelo Brasil como símbolo de uma nova maneira de controle, de sindicabilidade de políticas públicas entendidas agora como prioridades vinculantes oriundas da própria Constituição.

Muito obrigado.



Valdecir Pascoal

Dia 12/11/2013 — 11 horas

Mestre de Cerimônias: Maria Thereza Simões Cordeiro

[...] Para coordenar os trabalhos do Painel 1 “Controle Social e controle público: interação para a efetividade e credibilidade das instituições”, convidamos para tomar assento à mesa o conselheiro do Tribunal de Contas de Pernambuco Valdecir Pascoal. Convidamos também para tomar assento à mesa a conferencista do painel, a professora doutora María Cruz Díaz y Díaz, e servidora pública da Província de Badajoz, e também o conselheiro Antonio Joaquim, conselheiro do Tribunal de Contas do Mato Grosso e presidente da Atricon.

[leitura do currículo do conselheiro Valdecir Pascoal]

Com a palavra, o conselheiro Valdecir para coordenar os trabalhos deste painel.

[leitura do currículo da professora doutora María Cruz Díaz y Díaz]

Painel I: “Controle social e controle público: interação para a efetividade e credibilidade das instituições”

Painelista: María Cruz Díaz y Díaz (professora doutora e servidora pública da Província de Badajoz, Espanha)

Buenos días a todos. No puedo comenzar mi intervención sin agradecer al Tribunal de Cuentas de Santa Catarina, y muy especialmente al ilustrísimo señor presidente del mismo por esta amable invitación de poder compartir en este foro que a todos nos resultará tan innovador y tan interesante, y sobre todo tan necesario en el tiempo que nos ha tocado vivir. Muchas gracias, querido Salomón, porque



María Cruz Díaz y Díaz

gracias a esta invitación puedo volver a esta tierra a la que le tengo tanto cariño. Parece mentira que uno esté tan lejos de España, porque me siento siempre como en casa al comprobar que tenemos aquí verdaderos y buenos amigos.

Señores, señoras, ¿qué piensan los ciudadanos de las instituciones? O mejor aún, ¿qué piensan los ciudadanos de los responsables o de los titulares de esas instituciones que nos representan? Las respuestas podrían ser variadas, y algunos podrían tener una respuesta mucho más sencilla, mientras que para otros podría tener una dificultad. Pero lo que todos convergemos, esa idea en la todos estamos de acuerdo es que realmente existe un notable déficit de credibilidad de los ciudadanos en sus instituciones. Y es lo que provoca esa crisis de representatividad. Un déficit de credibilidad y, por lo tanto, de falta de legitimidad que resulta democráticamente insano; y ayer escuchábamos al propio gobernador, cuando mantenía la idea de que este déficit cívico se puede mantener en un largo plazo; en un corto periodo de tiempo, en un medio plazo, quizás el sistema sería capaz de aguantar los efectos de esa falta de credibilidad, mientras que en un largo plazo podría constituir un peligro para la democracia.

Lo que resulta muy significativo es que podamos hablar de esta patología, de esta enfermedad, porque realmente es una enfermedad de la sociedad en cualquier parte del mundo, da igual que estemos en España o en Brasil, y ante cualquier opción política que tenga responsabilidades de gobierno. E incluso podríamos hablar de una pandemia de falta de legitimidad que no es un problema en sí misma, es una consecuencia, es un efecto negativo de un problema que tiene una naturaleza sistémica, es un problema del propio sistema, y lo que debemos plantearnos es cómo está funcionando el sistema, cómo se están gestionando esos asuntos públicos.

Pues bien, hay una serie de causas comunes, una etiología común que se podría clasificar en dos niveles. Un primer nivel de causas que son mucho más apreciables para el ciudadano, mucho más visibles, y que el ciudadano las ve en todos esos numerosos casos de corrupción, de malas prácticas. Sin embargo, hay un segundo nivel que, no siendo tan apreciable, no siendo tan visible, pero sí que es el que ha posibilitado esas causas, esos efectos, y que se refiere al abandono de los controles clásicos del derecho público.

Sí que hay que contextualizar. Podemos hablar de esta crisis en cualquier parte del mundo, pero hay que atender a la diversidad de circunstancias, políticas, sociales, económicas de cada país pero que incluso, teniendo en cuenta todas esas circunstancias, sí que podemos identificar toda una serie de factores comunes cuyo sumado va a crear esa falta de credibilidad, ese descreimiento social, y todo aquello que al ciudadano le lleva a ese desapego hacia las instituciones sobre las que se asienta el propio sistema democrático.

Entre ese primer nivel de causas al que acabo de hacer referencia, que son esas causas más visibles, más cercanas al ciudadano, las podemos encontrar de muy diversos tipos, son muy conocidas, muy renombradas, infelizmente los casos de corrupción son cada día más abundantes. Uno se levanta por la mañana y se acuesta por la noche y está escuchando continuamente esos supuestos de malas prácticas, de mala gestión, que nos hacen verlos como parte de nuestra vida. Ya hemos llegado a creer que forman parte del propio sistema.

A esos casos de corrupción hay que sumar la mala gestión. Mala gestión en el sentido de que se han gastado recursos sin rendimiento apreciable. En otras palabras, ha habido un gasto público de mala calidad, eran quizá las licitaciones de las que se hablaba esta mañana que habría que plantearse si realmente son tan necesaria como podemos imaginar. Yo les puedo hacer referencia a una población española de treinta mil habitantes; hace cinco años, compró una bodega por 3 millones de Euros. Una población de treinta mil habitantes; y después de cinco años, la administración no sabe qué hacer con ese inmueble — está cerrado, no sabemos qué hacer.

Además de estos casos, los innumerables proyectos financiados por la Unión Europea en los que los gestores públicos se preocupan más en justificar el gasto de manera formal que de atender a los resultados. Yo les puedo decir que, la región en la que yo vivo, de un millón de habitantes, ha recibido desde 1998 hasta 2013 casi 11 mil millones de Euros de ayuda de la Unión Europea, ¡11 mil millones de Euros! Y pese a eso, seguimos formando parte de esas regiones más pobres. Realmente es digno de estudio y es digno de admiración: 11 mil millones de Euros para una región de 1 millón de habitantes y continuamos siendo pobres, no somos autosuficientes. De ahí que la nueva programación de fondos estructurales de la Unión

Europea, que está prevista para 2014-2020, y en la que esa región va a seguir siendo receptora de ayuda, es la que ha planteado que hay que atender más a los resultados, más que esa justificación de los gastos formal en la que uno gasta porque quiere gastar, pero no se atiende a los resultados.

Además de esta mala gestión, de esa corrupción, están los abusos de poder. Abusos de poder que se han asentado en privilegios o en beneficios que no han aportado absolutamente nada al desempeño de las funciones públicas. Y que, sin embargo, ante el ciudadano, no solamente suponen un agravio, sino que son inadmisibles porque es el propio ciudadano, o somos los propios ciudadanos — que es algo que no se nos puede olvidar, que nosotros también somos ciudadanos— que estamos costeados esos privilegios o esas actuaciones de tipo arbitrario. Pues les podría decir que una administración realiza cesiones de inmuebles, aún particular, unas cesiones directas, sin ninguna justificación. ¿Por qué se dan esos privilegios? ¿Por qué una prefectura les cede una serie de despachos a unas asociaciones y no a otras? ¿Dónde está el interés general? Son causas que, a través de todos esos hechos que vamos conociendo, sobre todo por la prensa, y porque ha habido una actuación de la justicia, han nutrido y siguen nutriendo las raíces de la desconfianza y la falta de legitimidad.

Sin embargo, está también ese segundo nivel de causas que le apuntaba en un primer momento, que son menos evidentes para el ciudadano, pero que son perfectamente identificables. Nos referimos a esa tendencia de archivar el derecho público. Archivar o cualquier otro sinónimo que Ustedes puedan imaginar: eludir, olvidar o incluso enterrar el derecho público, que es lo que nos encontramos en muchas ocasiones. Derecho que no podemos olvidar y que incluso en foros como este puede resultar reiterativo, baladí, es la herramienta fundamental para la defensa del interés general. Y una de las herramientas más importantes de ese derecho público, de esa herramienta para la defensa del interés general, es el control y la exigencia de responsabilidad. Esa huida del derecho público se ha podido llevar a cabo de distintas maneras, pero desde el punto de vista que a nosotros nos puede interesar, una de las modalidades que más perjuicios ha podido causar sobre todo a esa parte de la ciudadanía ha sido trasladar el centro de gravedad de la gestión pública a las técnicas y a las formas del sector privado. En determinados ámbitos y momentos, el peso de derecho público y su contrastada significación en la defensa

del interés general se ha sustituido, sin más, por las reglas, por las metodologías propias del sector privado. Esa cesión directa que les apuntaba anteriormente se da, si no muy a menudo, sí que en muchas ocasiones. Una prefectura, una administración pretende ceder directamente un inmueble a un particular que puede resultar interesante y aunque ese procedimiento está perfectamente establecido en la ley patrimonial, en el reglamento de bienes y la ley de patrimonio, no interesa. No interesa, porque si recurrimos a ese procedimiento puede que no lleguemos nunca a finalizarlo. Entonces ¿qué hace esa administración? Firmar un contrato administrativo en el despacho del alcalde y, de un día para otro, se ha producido esa cesión sin más. Esa huida del derecho administrativo, del derecho público, es lo que realmente tenemos que tratar de evitar. No se trata de una sustitución simplemente técnica o simplemente operativa, sino que hay una filosofía para identificar lo público con lo privado. Se nos muestra todo lo privado como la panacea, como clave de éxito. Tal afirmación, la realidad nos hace ver que sí que puede tener una parte beneficiosa.

Pero, evidentemente, también nos muestra que hay otro lado de fracaso y de pérdida. Y es que esta operación no sólo ha tenido un efecto interno o doméstico, sino que se ha creado una conciencia colectiva llegando al más alto nivel de esa ilusión de éxito de todas las formas de gestión privada que, como acabamos de indicar, es solamente una de las caras de la moneda. Escenario que, por lo que se refiere al control de los ciudadanos, tiene igualmente un efecto totalmente negativo porque nos traslada a los ciudadanos una imagen totalmente distorsionada de la administración pública y de los gestores públicos. Nos hace ver a esos gestores públicos como una realidad que no es absolutamente cercana — salvo en periodo electoral, claro está, allí cambia la situación de la noche a la mañana — y, sobretudo, como responsables que no están sujetos a ningún control.

En definitiva, lo que se ha sentado es que el dinero público, que es el recurso esencial para la gestión pública, no se puede tratar como si fuera dinero privado. Sintetizando todo lo que les acabo de indicar, este proceso, esta crisis de responsabilidad se puede englobar en dos fases. Ese primer lugar en que se produce esa huida del derecho público, y una segunda fase que es el resultado de lo anterior: esa ausencia, esa debilidad de los mecanismos de control y responsabilidad que han

ido apareciendo en no pocos casos, hechos de malas prácticas y de corrupción. Y que es lo que ha nutrido esa idea de desconfianza, de falta de credibilidad de las instituciones y, por lo tanto, de deslegitimación.

En este sentido también el que hay que indicar es que se ha creado un clima generalizado y ahora todos los ciudadanos tenemos la idea de que el político es corrupto, de que todos absolutamente tienen tarjetas de crédito, todos malgastan el dinero público y nadie absolutamente trabaja para el interés general. Y ¿cuál es la reacción político-institucional en este contexto? Evidentemente, algo obvio, hay un único sentido: es recuperar ese peso del derecho público y volver a situar ese centro de gravedad en lo realmente importa, que es esa defensa del interés general. No hay que ir muy lejos para buscar algún efecto legislativo. Aquí en Brasil, hacer referencia a su muy acertada y renombrada ley de improbidad administrativa, hasta la más reciente, la ley de responsabilidad de las personas jurídicas por actos lesivos contra la administración pública nacional y extranjera. Pero cambiar esta operativa, esta metodología, es relativamente sencillo; por ejemplo, se puede dar mayor virtualidad, mayor importancia a todos los efectos a esos órganos de control interno y externo. Hay que recuperar una normativa más estricta, más rigurosa como estas dos que les acabo de indicar.

No se nos olviden los cambios que se han producido en materia de contratación. Sin embargo, la reforma de un sistema no se alcanza exclusivamente por un cambio operativo. Qué más quisiéramos que se cambiara todo a golpes de modificación normativa, pensando que esta labor legislativa va a ser la panacea. Y es que este factor social de la legitimidad de las instituciones no se regenera tan rápidamente como podríamos pensar; sí que nos gustaría que fuese tan fácil con un cambio normativo volver a generar, a crear esa confianza en el ciudadano. Pero tenemos que tener en cuenta que el ciudadano no ha reaccionado bien; el ciudadano está enfadado, está indignado, evidentemente como cualquier ser humano, porque tiene delante de él un escenario que no le resulta nada favorable. Por un lado, todos esos casos de corrupción al que les hacía referencia; pero, por otro lado, se han perdido muchos aspectos del Estado de bienestar.

En España, durante muchos años no es que hayamos vivido en un Estado de bienestar; es que ha sido el Estado del súper bienestar. Cualquiera tenía una casa

magnífica, otra casa en la playa, un coche estupendo. Los chicos jóvenes tienen todos un móvil de última generación. Pero, como contrapunto, no hay una cultura de esfuerzo ni de trabajo. El dinero cae del cielo, y ahora es muy difícil luchar contra esto. Como anécdota les puedo indicar que hace un tiempo a nuestro último expresidente le preguntaron qué cuál era su trabajo ideal. Y, sorprendentemente, él dijo que ese trabajo ideal, para él, sería ser controlador de nubes tumbado en una hamaca.

Un presidente del gobierno de una nación como España, coordinador de nubes sentado en una hamaca. Evidentemente, eso se traslada a la sociedad. Han sido ocho años en que esa idea ha ido minando y nos hemos acostumbrado a esa idea del bienestar y tenemos un resultado que es la generación ni-ni: los jóvenes que ni estudian ni trabajan. Y que muchos de ellos forman parte — voy a ser un poco osada con el profesor Freitas — de esa plataforma de indignados a que nos estamos acostumbrando a escuchar todos los días. Y que puede que no sean muy violentos en la calle, pero que generan un clima de violencia mental que es tremendo.

Pues bien, en este conjunto, en este escenario se han perdido grandes cantidades de dinero; todo el mundo recibía una subvención, una ayuda, una beca. No se atiende a la necesidad. Si una mujer se queda embarazada, un cheque de 2.500 Euros. Da igual que su renta sea mayor, sea menor — para todos. Los niños en el colegio tienen desayuno gratis y comida gratis, para todos exactamente igual. Y ahora hay una necesidad de reponer esas cantidades de dinero, porque ahora, más que nunca, hay una necesidad de mantener unos servicios básicos para todas aquellas personas, sobre todo para esos seis millones de parados que tenemos en nuestro país. Y esa reposición de dinero, evidentemente, se tiene que hacer a través de la principal fórmula, que es la fiscalidad. Y aquí que tenemos el círculo cerrado, con un ciudadano adentro, un ciudadano indignado.

Un ciudadano que ahora se acuerda de que hay democracia, que ahora realmente le ve el sentido a esa democracia, ahora lo ha descubierto, ahora le interesa descubrirlo. Y a parte de descubrir esa democracia, aparece esa necesidad de transparencia, de control, en el que el modelo se asienta. Pero igualmente, descubre otros elementos del sistema democrático que son absolutamente básicos pero con los cuales puede no estar de acuerdo porque le pueden resultar arbitrarios o abusivos.

Y esto es el imperio de la ley; estas son las titularidades activas que supraordenan la administración precisamente para defender el interés general. Precisamente el empleo de esas titularidades, su abandono, su uso o su abuso cuando a cada uno le ha interesado ha tenido pésimos resultados y no creo que sea efectivo volver a emplearlo.

¿Cómo ganamos entonces de nuevo la confianza en esas instituciones? Una primera idea que ha quedado expuesta es recuperar el valor de ese derecho público; hay que dotar de significación, de importancia, los mecanismos de control y de responsabilidad de tal forma que tengamos unos sectores públicos ejemplares. Ejemplares por su virtud y ejemplares por su competencia, porque esa ejemplaridad es el primer paso para que, socialmente, se genere esa confianza, esa necesidad de legitimidad, porque esas conductas ejemplares son cercanas, el ciudadano realmente lo aprecia y el ciudadano es agradecido. Piensen Ustedes en el llamado “efecto Francisco”, en nuestro nuevo Papa. Hace ocho meses que ha llegado al Vaticano y no ha hecho ningún cambio sustancial, pero ha predicado con el ejemplo y ha producido una revolución en el mundo. Todos los días escuchamos noticias de cercanía del Santo Padre, todos los días.

Y eso hay que extrapolarlo a todos los sectores de la sociedad, por lo tanto, ningún gobierno se puede considerar legítimo si sus ciudadanos no confían en sus instituciones. Pero, claro, el problema no estará resuelto si no trabajamos en la propia sociedad, porque la sociedad es esa base sobre la cual se construye el sistema. Los políticos, las autoridades administrativas, todos salen de esa sociedad. El que hoy puede estar indignado mañana puede ser un gran político. Estamos en el siglo de la participación ciudadana, en el siglo de todas esas manos que aparecen en el cartel del Simposio y hay que levantan su voz, y hay que escucharla porque en muchos casos realmente tienen necesidades, solamente que hay que educarle, hay que canalizar esa fuerza y no debemos olvidar que la capacidad de información y de control es intrínseca al propio sistema democrático.

Simplemente ya para terminar: como ciudadanos no deberíamos olvidar una serie de postulados. El imperio de la ley es una exigencia básica que nos beneficia a todos, incluso cuando particularmente no nos favorezca. Es que no nos basta con el voluntarismo político, con las buenas intenciones, sino que la técnica y el

control a través de ese imperio de la ley es la garantía de legitimidad y de atención preferente al interés general. No podemos olvidar que la transparencia no es una moda, la transparencia ha venido para quedarse. Es un concepto de síntesis para identificar ese acceso a la información y al conocimiento de los asuntos públicos. No podemos olvidar tampoco que la exigencia a los gestores públicos por parte de la ciudadanía, de los asuntos que a todos nos interesan es una manifestación de esa madurez cívica y, por tanto, una manifestación de fortalecimiento democrático. Y la principal, la más importante manera de controlar y exigir es elegir, es votar.

Votar responsablemente a todos aquellos que nos puedan proporcionar decisiones sensatas y adecuadas al interés general. Es, como les decía antes, yo entiendo que esa masa que tenemos en España, que hablamos de indignados muy alegremente, como les digo en parte tiene razón en sus reivindicaciones. Es positivo, pero tienen que tener alguna responsabilidad; no pueden crear esa crispación social sin responsabilidad alguna. ¿No sería mejor que esa fuerza se canalizara a través de un partido político al que todos pudieran votar? Cuando la masa se dirige a la calle, como ayer comentaba el Doctor Salomão, provoca violencia, en mayor o menor medida, pero sí que provoca, en cualquier caso, actos vandálicos. En definitiva, cada uno de nosotros tiene su responsabilidad y tiene que proceder de acuerdo a ella. Es que el control de la actividad pública no puede ser una mera función administrativa; no es simplemente una mera técnica, aun cuando esa técnica, esa función administrativa es tremendamente importante. Pero tiene que contemplar y ser contemplada desde esa perspectiva social que es lo que lleva a generar confianza, credibilidad y por tanto, solidez democrática. Muchas gracias.

Coordenador do Paine1 1: conselheiro Valdecir Pascoal

Parabenizo a doutora María Cruz Díaz y Díaz pela brilhante explanação. Diante do adiantado da hora, de imediato já passo a palavra ao conselheiro Antônio Joaquim Morais Rodrigues Neto.

[leitura do currículo do conselheiro Antonio Joaquim]

Painel I: “Controle social e controle público: interação para a efetividade e credibilidade das instituições”

Painelista: Antônio Joaquim Morais Rodrigues Neto (presidente da Atricon e conselheiro do TCE/MT)

Obrigado, presidente Valdecir. É um prazer estar dividindo a mesa com a professora María Cruz Díaz y Díaz, agradeço ao presidente Salomão Ribas pelo convite, e o cumprimento mais uma vez pela iniciativa, acho que todos os tribunais do Brasil vão segui-lo no debate deste tema. Quero agradecer a presença aqui no plenário do dr. Juarez Freitas, a quem fiz um pedido especial para que acompanhasse a minha palestra até para poder depois contribuir comigo no seu aperfeiçoamento, que acho que o que vou falar tem muito a ver com o que ele falou aqui. Infelizmente não assisti, mas percebi que é um chamamento a que os tribunais de contas não se limitem a ser apenas fiscais do governo no sentido literal de auditar e julgar, mas também um instrumento de cidadania. E a minha fala vai ser sempre em cima desse papel relevante que os tribunais de contas têm na sociedade brasileira.

Um cenário rápido em relação ao Brasil de hoje, no sentido de que está claro que no Brasil há um problema sério de gestão, seríssimo, está muito claramente definido que, em muitas situações, o problema não é a questão do volume de recursos, é um problema de gestão, é a qualidade do gasto público. Na saúde, educação, são limites constitucionais que estão sendo cumpridos, mas a qualidade é que é o problema sério, além da corrupção, evidentemente. Reputo que são muitos os problemas que ensejam essa situação, mas um dos maiores é a questão da meritocracia. Infelizmente ainda há no Brasil uma cultura de apadrinhamento político, de partidarização da gestão pública que coloca pessoas sem vocação nos lugares errados, o que acentua muito o cenário ruim da gestão pública brasileira.

Esta questão da falta de representatividade acentuou-se nos últimos anos. Fui deputado federal em 95-99; depois em 98-99, renunciei para ir para o Tribunal de Contas, e naquela época se usava bóton com o maior orgulho lá em Brasília. Hoje



Antônio Joaquim Morais Rodrigues Neto

os deputados, os congressistas brasileiros não usam bóton na cidade, aquele bóton que identifica a condição de deputado e de senador. Têm medo de represálias na cidade, nas ruas da cidade. Por quê? Porque há realmente uma distância muito grande entre as autoridades — os deputados, os congressistas — e o eleitor, o cidadão comum. Esse distanciamento advém da inércia, da falta de respeito dos representantes para com os representados. Um deputado do Rio Grande do Sul (RGS) disse: “Às favas a opinião pública, eu ganho a eleição [de modo] independente: o meu eleitor não lê jornal, não acompanha [o] meu trabalho”.

Então esse distanciamento é realmente um problema sério. O serviço que chega na ponta é ruim. A saúde é um caos. Estou dizendo a verdade, não há porque sermos hipócritas. A saúde é problema seríssimo. A educação não é diferente. Segurança pública, a mesma coisa. Infraestrutura, nem se diga. Então há um cenário realmente muito ruim, tanto da representatividade como de serviços que o cidadão aguarda receber. Não há qualidade.

Agora, isso enseja o quê? Uma necessidade de se debater com muita convicção a questão da efetividade da gestão pública, da função pública, encontrar caminhos que possam melhorar a qualidade da gestão pública e dar efetividade à função pública como gestor. Quem vai fazer isso? Claro que quem tem mais autoridade, e, às vezes, até instrumentos. É o próprio cidadão, que depois vai cobrar essa fatura na eleição mudando ou permanecendo com aquele representante.

Mas eu digo que nós temos, além do cidadão, uma instituição — que são os tribunais de contas do Brasil — que sempre costumo dizer que pode e deve fazer isso. Mas, para fazer essa fiscalização de cumprimento da efetividade, nós temos algumas obrigações a cumprir, nós como instituições, os tribunais de contas. Além de auditar a legalidade e a conformidade, temos o dever de auditar resultados das políticas públicas.

Não dá para você se conformar com que nossos auditores ou nós, como vereadores, fiquemos satisfeitos apenas com o gestor que fez uma licitação de dez milhões [de reais] absolutamente legal, legalíssima. Não desviou um centavo dos recursos públicos, cumpriu 100% a Lei de Licitações, e inclusive até as outras leis que esse contrato segue. Mas os dez milhões gastos melhoraram a vida das pessoas, a qualidade do serviço, o hospital melhorou? A escola melhorou, a segurança? En-

tão essa questão da obrigação dos tribunais de auditar e efetivamente acompanhar o resultado das políticas públicas é dever dos tribunais.

Controle de prazos: é muito constrangimento para o auditor de uma instituição julgar um processo de cinco, dez anos. É uma coisa absolutamente inútil. Controlar prazos é uma necessidade e uma obrigação de todos nós. Fazer auditoria, em concomitância com fazer biópsia em organismos vivos, não autópsia em cadáver. Uma biópsia num edital de licitação através de medidas cautelares: corrigir esse edital de licitação, corrigir eventuais atos de gestão. Porque há uma coisa também que é preciso deixar clara: os tribunais de contas não têm autoridade para escolher políticas públicas. Quem escolhe políticas públicas é quem tem voto, quem tem representação. Mas, escolhidas as políticas públicas, nós podemos intervir no aperfeiçoamento dessas políticas públicas. Auditar o ato de gestão na hora em que ele está acontecendo é de fundamental importância, usando as medidas cautelares que todos nós podemos fazer.

Além de auditar, concomitantemente, nós temos também que trabalhar com relevância. Não dá para o Tribunal de Contas de Santa Catarina ficar “perdendo tempo” com o menor município do Estado, sendo que na Secretaria de Educação, que tem um volume de recursos cem, duzentas, trezentas vezes maior do que o município menor de Santa Catarina do qual está sendo omitido algum tipo de fiscalização. Então relevância, porque toda auditoria do mundo inteiro é por amostragem. Você tem que ter o caminho da relevância e usar a inteligência, os sistemas de inteligência, para poder auditar: cruzamento de informações. Isso nós estamos trabalhando, a Atricon [Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil] está junto com o TCU [Tribunal de Contas da União] e a ABIN [Agência Brasileira de Inteligência], trabalhando para implementar nos tribunais de contas o sistema de inteligência de auditorias públicas.

Coerência: temos que ser transparentes. Os tribunais precisam divulgar quais são as irregularidades mais graves, as gravíssimas, para que o gestor também saiba quais são os rumos que os tribunais estão tomando em relação às suas penalidades. Então coerência também é muito importante.

Conta de governo e conta de gestão: todo mundo [re]conhece que é uma imperiosa necessidade (de os tribunais) de diferenciar que contas de governo nós [tribunais]

nais de contas] não julgamos, apenas auxiliamos o Poder Legislativo nas questões de legalidade, de cumprimento de lei orçamentária, cumprimento de limite constitucional. Agora, conta de gestão é uma obrigação de todo gestor, seja ele prefeito, governador ou até Presidente da República. O governador e o Presidente da República não têm conta de gestão porque não assinam cheque, mas o prefeito que assina cheque e gasta dinheiro, [ele] tem o dever de prestar contas. Isso é uma coisa básica.

A avaliação de resultados, como eu já disse, é você avaliar resultado da saúde, educação, segurança pública e governança. Governança significa qualidade de gestão. Esse é o papel imprescindível que os tribunais têm que exercer, além de cumprir seu papel constitucional de auditar, fiscalizar e controlar através do julgamento. Essas coisas a que estou me referindo estão no nosso mundo real, existem tribunais de contas. A maioria [deles] já faz auditoria [e de modo] concomitante avalia resultados de políticas públicas, cumpre prazo. Esse é um caminho que estamos perseguindo, para que todos os tribunais cheguem a esse estágio.

Agora, governança nós fomos procurados pelo governo. Até que enfim o governo descobriu que os tribunais de contas podem ser esses instrumentos para dar executoriedade às políticas públicas. Dou três exemplos rápidos que estamos executando neste momento no Brasil. A Atricon, coordenando os tribunais de contas do Brasil, está em uma parceria com o Sebrae para dar executoriedade à Lei [Geral] da Micro e Pequena Empresa. [É] uma lei fantástica, que privilegia o micro e pequeno empresário no sentido das compras governamentais — [em] até oitenta mil reais —, e não tem executoriedade nem em 20 % dos municípios brasileiros. A partir do momento em que os tribunais, em parceria com o Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], estão trabalhando, estão dando executoriedade a essa lei. Os números já mostram a diferença quando começamos em março deste ano, e em outubro deste ano, na execução da lei. O que é importante? Por que, o que adianta uma lei que tem sete anos, se não tem executoriedade?

A ideia fantástica, os resultados são fantásticos, mas a coisa não acontece porque o gestor acha que tem que cumprir a Lei tradicional de Licitações, tem medo de cumprir as diferenças que a Lei da Micro e Pequena empresa estabelece em relação à micro e pequena empresa por desconhecimento e ignorância. E os tribunais estão educando, capacitando esses gestores para que eles possam cumpri-la.

Outro exemplo: a Previdência própria nos municípios brasileiros é responsável pelo futuro de mais de dez milhões de funcionários públicos. É um caos a gestão da previdência própria no Brasil. É uma *lambança*, uma coisa absolutamente injusta com o futuro desses servidores. E o que fez o Ministério da Previdência [Social]? Procurou-nos para que nós, juntos, pudéssemos capacitar esses gestores a fim de alcançar uma qualidade adequada da gestão da previdência evitando o prejuízo dos servidores no futuro.

Por último, um exemplo prático que está ocorrendo, que é em relação à implantação da Nova Contabilidade Pública de interesse da cidadania brasileira. Uma contabilidade moderna, internacional, com os mesmos parâmetros dos países do mundo inteiro, dá mais transparência, é mais inteligível para a população. Mas [a NCP] não está sendo implementada adequadamente porque não há uma parceria; não há como isso acontecer no Brasil sem uma participação efetiva de instituições como os tribunais de contas. O STN foi nos procurar para que fizéssemos essa parceria. Então esses são deveres que nós temos que cumprir como instituição.

Por último, neste momento, terminamos uma autoavaliação espontânea em 28 tribunais de contas do Brasil. Espontaneamente os seus presidentes assinaram um termo de aceitação de auditores nossos (internos) — que é a medição por pares — que foram aos tribunais depois de elaborar vinte itens, como estes: controle de prazos, funcionamento de ouvidoria, auditorias concomitantes, avaliação de políticas públicas. [Os tribunais] aceitaram receber esses auditores que avaliaram através desses itens, [que fizeram] 133 perguntas. Enfim, houve uma avaliação do tribunal de contas x, y, z. Este é um documento que está sendo finalizado, que será divulgado no nosso congresso agora em dezembro, que vai avaliar a situação sem personalizar nenhum dos 28 tribunais.

Vamos fazer um diagnóstico: se fosse da iniciativa privada, contratar uma empresa [privada] de consultoria para fazer isso seria um absurdo de caro. Fizemos conosco mesmos, com os nossos auditores, e vamos produzir um documento fantástico, que vai nos levar a trilhar um caminho de elevar todos os tribunais a esse patamar dessas obrigações a que estou me referindo. Então são iniciativas fantásticas que estamos tomando e, volto a dizer, espontaneamente. Não temos o nosso conselho. A justiça brasileira tem — tem o CNJ [Conselho Nacional de Justiça], o CNP

[C] P [CNPCCP — Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária] —, mas nós estamos lá brigando com o Congresso para aprovar o nosso Conselho. Nós precisamos do Conselho no nosso entendimento: o Conselho dos Tribunais de Contas. O fato de ter atividade correcional, de punir um conselheiro ou outro por desvio de conduta, isso é irrelevante. O Conselho nos daria a condição de sistema necessário de controle externo. Tudo isso que estamos dizendo, ao invés da Atricon sugerir, ou coordenar, o Conselho poderia dar a resolução, a instrução, com autoridade estatal, porque é um órgão estatal que poderia determinar o cumprimento dessas metas em um prazo razoável para que todos os tribunais pudessem cumprilas. Então o Conselho seria fundamental.

Mas, mesmo sem Conselho, 28 tribunais aceitaram se autoavaliarem para poder melhorar a sua qualidade. Mas isso tudo significa também um cenário de oportunidades, como diz o Salomão aqui com este debate.

Para os tribunais de contas, não tenho dúvida de que esta crise é uma oportunidade. Por isso, acho, Salomão, que os outros tribunais pelo Brasil afora vão seguir esse caminho de fazer este debate dessa forma.

Oportunidades e desafio. Por quê? É a instituição responsável pelo controle da gestão dos recursos públicos em todos os níveis. Não há uma figura neste país que possa gastar um Real público que não tenha que prestar contas aos tribunais de contas: que seja do governo federal, que seja do governo estadual, que seja do governo municipal; ou que sejam associações, ONGs, ou qualquer outra [instituição] que use recursos públicos. Nós temos todas essas informações sob nossa custódia. Não há nenhuma dificuldade, ao contrário, nossa capilaridade: estamos presentes no Brasil inteiro, em todos os municípios para poder fazer essa participação com a gestão pública. Tem governabilidade porque nós é que auditamos e que julgamos, então nós temos o poder estatal. Quando convocamos um seminário, qualquer capacitação, o prefeito vai, o secretário vai, porque é uma convocação. Somos órgãos estatais que temos autoridade sobre os gestores. Então essa capilaridade necessária, com a nossa autoridade de instituição, nos permite ser essa instituição diferenciada. Temos o maior banco de informações sobre gestão pública do Brasil. Não tem ninguém que chegue perto de nós, até pela nossa função constitucional. E tem os melhores quadros técnicos do Brasil, não tenho dúvida alguma.

Os tribunais de contas do Brasil são o estuário dos melhores quadros técnicos de gestão pública do Brasil. Dou o exemplo de Pernambuco. O doutor governador Eduardo Campos levou para o governo do Estado pouco mais de trinta funcionários do Tribunal de Contas de Pernambuco. Tem uns quatro secretários de Estado, [e]um se tornou prefeito da capital. Isso demonstra que, quando o governo tem a sensibilidade de usar meritocracia (pessoas preparadas), há resposta. E os tribunais, não tenho dúvida, são um estuário de quadros preparados para ajudar a cidadania brasileira. Com tudo isso, doutor Juarez Freitas, nós temos o dever de trazer o cidadão para a atividade do dia a dia da sua cidade, do seu Estado, do seu país. Temos esse dever de sermos instrumentos de cidadania, de sermos muito maiores do que apenas fiscais do governo. Temos que ser a instituição que vai trazer “no laço” o cidadão para o dia a dia, para os seus deveres de cidadão.

E aí temos que tomar atitudes também como instrumentos de estímulo ao controle social. Não dá para ficar no espontaneísmo. Então há alguns modelos de estímulo ao cidadão participar. Vou citar um aqui que é do meu Tribunal de Contas: o Tribunal de Contas de Mato Grosso. É um programa chamado PDI, Programa de Desenvolvimento Institucional. Já levei esse programa para a Presidência da República. Levei, entreguei ao secretário particular da *Presidenta* Dilma, Giles de Azevedo, toda a estrutura desse programa chamado PDI.

O que significa esse PDI? Programa de Desenvolvimento Institucional, estímulo ao controle social e à qualidade de gestão. Em uma ponta desse programa, isso está acontecendo, não é um projeto, perspectiva, é realidade: o Tribunal de Contas contratou uma consultoria especializada em planejamento estratégico. Então convocou os vinte maiores prefeitos do Estado, que representam 60% da receita do Estado, e ensinou esses prefeitos a planejar, a elaborar planejamento estratégico de médio e longo prazo para os seus municípios. Sentou-se com eles lá um determinado período, e foi discutindo, ensinando-lhes a elaborar o planejamento estratégico. Os 20 municípios concluíram esse planejamento estratégico, mandaram para os tribunais do Estado, e está lá [nos tribunais] registrado o planejamento estratégico.

Além disso, o que fez esse programa na outra ponta? Foi atrás dos membros da sociedade organizada, mais especificamente dos conselheiros sociais: os que fazem parte dos conselhos de educação, saúde, segurança pública, social, aqueles conselhos

institucionais previstos em lei nos municípios. Chamou esses conselheiros, colocou [-os] também no banco da sala de aula, fez um convênio com a Universidade, e está ensinando a esses conselheiros, pedagogicamente, o que são as leis orçamentárias, como elas são elaboradas, quais são os seus direitos, quais são os seus deveres, qual é a sua missão como conselheiros do Conselho Municipal de Educação, quais são os seus deveres como conselheiros. No banco de sala de aula, [eles] estudando para serem cidadãos. Essas são atitudes que vão, sem dúvida alguma, criar mecanismos de consolidação do controle social.

Além de outros componentes desse programa, que é o Geobras, o Geobras é um programa de auditoria de obras públicas que muitos tribunais de contas do Brasil já adotaram, e que eu tive a honra, como presidente do Tribunal de Contas de Mato Grosso, de implantar em Mato Grosso em 2008. É um programa de auditoria de obras públicas, além de ter também um sistema de georreferenciamento através de fotos por satélite, para você poder auditar obras públicas e fiscalizar via satélite. Mas o que é mais importante nesse programa está dentro do PDI é o módulo-cidadão. O sujeito tem um sistema, em qualquer município do Estado, em qualquer secretaria do Estado — ah, esse programa também se estendeu às secretarias de Estado —; esse módulo cidadão permite que o Zé Mané da cidade X vá lá na praça — em frente à casa dele — que está sendo construída e fotografe, filme aquela praça, faça ali uma fiscalização; e vá ao sistema online e veja o contrato, que [tipo de] piso está previsto para ser colocado naquela praça, veja os pagamentos que foram efetuados e veja se são compatíveis com a situação da obra. Então é um fiscal-cidadão que, colocadas essas atitudes e identificado algum tipo de desvio ou de incompatibilidade, ele pode mandar esse filme, ou essas fotografias, pelo sistema do módulo cidadão pela internet para o tribunal; e o tribunal, provocado, irá fazer a auditoria, a fiscalização dessa obra se ele acionar para que seja feita.

Portanto são atitudes de estímulo ao controle social que, sem dúvida alguma, vão ensejar um processo cultural de educação do cidadão no sentido de suas responsabilidades e de seus deveres, e não ficar só na mesa do bar xingando os políticos e dizendo que todos os políticos são corruptos e ninguém vale nada.

Eu, por exemplo, fui deputado, como vocês viram no meu currículo, fui secretário de Estado, deputado estadual, deputado federal, secretário, e tenho muito

orgulho da minha biografia. Só tenho hoje segurança de ser um bom conselheiro do Tribunal de Contas e de exercer um modesto trabalho como presidente da Atricon pela minha biografia, pelo que aprendi na minha atividade pública. Não há atividade mais nobre do que essa na humanidade.

Agora, quem se desvia da nossa função principal de homem público, claro que é uma degeneração. Mas temos que estimular que todos participem do dia a dia da sua cidade. Como disse Aristóteles, o sujeito que cuida só das suas coisas é muito *pequenininho*. É um inútil, como diz o ministro Ayres de Brito. Portanto eu acho, doutor Juarez Freitas, que realmente, neste momento, a oportunidade que os tribunais de contas têm de serem instituições úteis no sentido pragmático: para que a vida das pessoas melhore, para que o hospital melhore, para a que escola melhore, para que a estrada, a segurança, a qualidade do serviço público melhore. É uma oportunidade muito grande para os tribunais avançarem, cumprirem essas obrigações, estabelecerem esse nível de excelência de auditoria, de trabalho, e certamente nós vamos mudar o Brasil.

O Brasil será consolidado como uma nação de primeiro mundo, uma nação grandiosa, com grandes oportunidades para os nossos irmãos brasileiros, se conseguirmos melhorar a qualidade da gestão pública e trazer o cidadão para responder por seus deveres. Acho que os tribunais têm esses deveres e têm grande oportunidade de se tornarem instituições respeitadas pela sociedade brasileira. Assim ninguém ousará, nem um congressista ousará, falar em extinção de tribunal, propor algum tipo de atitude para diminuir a nossa capacidade de ajudar o cidadão brasileiro. Tenho convicção disso. Por isso, dr. Juarez, e sua fala foi muito em cima disso, somos parceiros para consolidar isso de forma efetiva. Muito obrigado, boa tarde.

Dia 12/11/2013 — 14 horas

Mestre de Cerimônias: Maria Thereza Simões Cordeiro

[...] Para coordenar os trabalhos da palestra “Pontos fortes e fracos do sistema penal no combate à corrupção”, convidamos para tomar assento à mesa, o conselheiro Luiz Roberto Herbst, vice-presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Convidamos também o palestrante, Nicolás Rodríguez García, professor doutor da Universidade de Salamanca.

[leitura do currículo do conselheiro Luiz Roberto Herbst]

Com a palavra, o conselheiro Luiz Roberto Herbst.

[leitura do currículo do palestrante Nicolás Rodríguez García]

Palestra: “Pontos fortes e fracos do sistema penal no combate à corrupção”

Palestrante: Nicolás Rodríguez García (professor doutor da Universidade de Salamanca, Espanha)

Boa tarde. Muchas gracias. Mis primeras palabras tienen que ser de agradecimiento, en primer lugar al presidente del Tribunal de Cuentas por acompañarme en esta mesa y dirigir la exposición y los debates. En segundo lugar, lógicamente, agradecer la invitación para que en el día de hoy yo pueda dirigirme a Uds. como uno de los intervinientes en este Simposio Internacional sobre Crisis de la Representatividad — Desafíos y Oportunidades para el Control Externo. Y, si me permiten, ese agradecimiento quiero personalizarlo en la persona del presidente del Tribunal de Cuentas de Santa Catarina, en el Doctor Salomão Ribas Junior,

Doctor por la Universidad de Salamanca, Doctor por el programa de doctorado que tengo el honor de dirigir y, por lo tanto, valgan estas primeras palabras para el reconocimiento y el homenaje público a él por haber alcanzado el máximo grado, nivel de estudios en la carrera académica.

Como les ha comentado ayer en su exposición el doctor Salomão, voy a centrar mi exposición, por mi área de especialización, en una serie de reflexiones acerca de cuáles son los puntos fuertes y cuáles son los puntos débiles en el sistema penal en el combate a la corrupción.

Evidentemente, estamos en un ámbito de trabajo en el marco de Tribunales de Cuentas, en el ámbito del control externo. Pero como se ha dicho ya en alguna de las palestras, cuando ese control externo no funciona, lógicamente hay que acudir a los tribunales, hay que acudir a exigir responsabilidades de todo tipo — pero también de tipo penal — por los actos de corrupción, por los actos de fraude, los actos, insisto, de malas prácticas administrativas. Como habrán visto en el programa, junto básicamente a intervinientes relacionados con Tribunales de Cuentas, también lógicamente tienen mucho que decir el Poder Judicial y el Ministerio Público. También como se destacó en la jornada inaugural de ayer, asuntos o pronunciamientos judiciales en casos como el mensalão llevan a poder de manifiesto como el control, la prevención, el combate a la corrupción es una actividad múltiple, es una actividad que exige una coordinación perfecta entre distintas instancias, entre distintos organismos para que, al final, logremos eludir ese tipo de conductas.

Si me permiten, en la primera parte de mi exposición, yo voy a exponerles una serie de datos, imágenes y noticias de prensa con las que pretendo contextualizar el problema para que, a partir de ello, podamos extraer algunas conclusiones y, justamente, esos puntos débiles que el sistema penal, en cualquier país del mundo, presenta en esta materia. Hasta hace muy pocos años, se entendía que la corrupción era un delito, un asunto penal, una conducta más de las que se recogen en los códigos penales de nuestros países. Pero en esta diapositiva que les presento, que recoge la campaña de Naciones Unidas en materia de prevención y combate a la corrupción, se pone de manifiesto cuáles son los efectos, las consecuencias que este tipo de actividades tiene para un país, tiene para el estado de derecho, tiene para el desarrollo de las instituciones.



Luiz Roberto Herbst

Por lo tanto, hablar de corrupción es hablar de problemas del Estado de derecho, de la democracia, de los niveles de desarrollo, de la educación, de los servicios públicos, de sectores básicos y fundamentales como puede ser la salud pública — y sobre esto les presentaré luego algún dato con relación a Brasil — y, ¿por qué no decirlo?, también con relación a la administración de justicia, al Poder Judicial. Por lo tanto, insisto: ¿la corrupción es un delito? Sí. Pero es un delito cualificado, es un delito que tiene unas perspectivas que hacen que todas las instituciones y organismos en el estado de derecho tengan presente, como línea de actuación prioritaria, el combate frente a la misma. Y fíjense, esta diapositiva de Naciones Unidas arranca de la aprobación, en el año 2003, de la Convención de Naciones Unidas contra la Corrupción, que la tiene suscrita Brasil, en la cual se incluye un catálogo amplísimo de medidas preventivas y medidas represivas contra ese fenómeno.

Yo les he destacado en color amarillo cuáles son algunos de los puntos más importantes que allí se destacan. La gravedad del problema que afecta a la idiosincrasia de cualquier Estado de derecho; la gran cantidad de recursos económicos que importan los grandes casos de corrupción; el estar ante un problema transnacional — porque uno de los grandes defectos que ha tenido la acción de los distintos países a lo largo de los años es que estos han pretendido combatir la corrupción dentro de sus fronteras, dentro de su espacio territorial, y está demostrado que eso no es posible. También se pone de manifiesto cómo los países se tienen que prestar asistencia técnica porque no están en las mismas condiciones ni de desarrollo institucional, ni de fortaleza de sus organismos, ni de recursos en esta materia. También se pone de manifiesto cómo, en esta política general de prevención y combate a la corrupción, hay que respetar los principios y garantías que están incluidas en nuestras constituciones. Allí se recoge específicamente cómo todos los principios derivados de la garantía del debido proceso, tanto en procesos penales como administrativos y civiles, tienen que ser debidamente respetados. Y en última instancia, aunque allí se recogen cosas muy importantes, el objetivo final de esa política internacional de combate en materia de corrupción está en generar una cultura de rechazo a la corrupción; lo importante es que, siendo consciente de los problemas que plantea para los pilares del Estado de derecho, hay que generar esa cultura de rechazo a la corrupción.



Nicolás Rodríguez García

Porque, al final, nos hemos ido acostumbrando, como en esta dispositiva, a entender que, para que determinados negocios se lleven a cabo, para poder recibir determinadas prestaciones, tenemos que pagar un sobreprecio, una coíma, una cantidad superior con relación a la misma. Por lo tanto, al final sólo habremos logrado dar un paso hacia adelante si logramos convencer, entre otros a los ciudadanos, de que ese no es el camino y de que no hay porque pagar ese sobreprecio para obtener bienes, productos, servicios en un estado avanzado como a día de hoy. Y fíjense, estas son noticias que he sacado esta mañana de un discurso del Pontífice ayer, donde habla de la corrupción como de una droga: se empieza con unos pequeños pagos, con pequeños sobornos, con pequeños sobres de cantidades y se termina con los grandes casos de corrupción. Ese también es un elemento importantísimo.

No podemos entender que la corrupción se va a corregir sólo porque funcionen nuestros tribunales, la policía, el Ministerio Público y llegue a condenar a algunas personas si no llegamos a asimilar esa cultura de combate a la corrupción. Y algo que me parece importantísimo. Estamos en esta ocasión en Brasil y lo que tenemos que enfatizar es que el problema de la corrupción no es un problema brasileño, español, italiano o de otros muchos países. Como aparece recogido en esta dispositiva, en los indicadores de Transparencia Internacional, estamos en una pandemia. Tenemos que hacer frente a un problema que no conoce fronteras, que está en todas las regiones del mundo, que está en todos los países en mayor o menor medida y, por lo tanto, en los datos que yo les presento nos damos cuenta de cómo, en esos índices de medición, tres cuartas partes de los países en el mundo tienen una calificación de suspenso, por lo tanto, tienen niveles importantes de corrupción, y la mitad de los países tiene una calificación por debajo de tres. Por lo tanto, les enfatizo que, a pesar de que a diario en los medios de comunicación, parece que la reiteración de esas conductas no haya acostumbrado a ellas, y veremos qué problemas plantea en el funcionamiento del Poder Judicial, realmente insisto, no es un problema brasileño, o de un determinado país, sino que, como vimos, afecta a grandes regiones del mundo.

Y vemos en la siguiente diapositiva cómo, efectivamente, es un problema regional que se puede establecer a grandes medidas o a grandes dimensiones territoriales, con datos como los que yo hoy les presento. En los países con mayor pujanza

económica en el área de América Latina, se producen importantes casos de corrupción — salvo la excepción de Chile y de Uruguay — el resto de países, en mayor o menor medida, con peores datos, reiterados a lo largo del tiempo, en el caso de Venezuela, nos damos cuenta cómo estamos ante un problema evidentemente de carácter supranacional, de carácter internacional, en el que cada uno de nuestros países tiene mucho que hacer, pero también tiene mucho que ayudar y compartir con los países de la región. Porque, al final, como ven en el último dato que yo hoy les planteo, ¿el problema dónde está? En que estamos ante una enfermedad que se mantiene a lo largo del tiempo y que está generando una sensación de impunidad, una sensación de que las medidas que se adoptan no son suficientes, y, por lo tanto, al final, los ciudadanos vivimos como resignados el problema de la corrupción como un problema inherente al funcionamiento de nuestros Estados.

Fíjense en esta diapositiva extraída del Latinobarómetro del 2013, presentado hace pocas semanas. En él se identifican cuáles son los principales problemas para los países de América Latina. En la columna de la derecha, referidos a Brasil verán el problema de la salud, pero junto al problema de la salud, prácticamente en un sumatorio de porcentaje similar, niveles de delincuencia, niveles de inseguridad ciudadana, casos de corrupción, son los que más preocupan a la ciudadanía. Incluso cuando se habla en primer lugar del problema de la salud muchas veces existe esa problemática porque la actividad prestacional está condicionada por importantes casos de corrupción. Pero no solo fronteras adentro, no solo en el Brasil se ve la corrupción como un problema en las relaciones diarias a todos los niveles. También Brasil aparece en los rankings internacionales cuando se analiza si exportan o no exportan las empresas brasileñas la corrupción como una forma de hacer negocio.

Por lo tanto, como veremos un poco más adelante, en ocasiones con el problema, con el paradigma con el que nos encontramos, es que tratamos de corregir este problema dentro de nuestras fronteras pero, al final, para relacionarnos en el exterior, para conseguir negocios, para conseguir acuerdos, nos aprovechamos de las debilidades de otros países llevando a cabo estas prácticas indebidas. Y fíjense que, cuando se habla de exportar corrupción, están afectados todos los sectores económicos, todos aquellos en los cuales se producen movimientos de capital importantísimos. Fíjense en la siguiente diapositiva: tradicionalmente cuando se

pregunta en un país cuáles son las instituciones que se consideran más corruptas, más afectadas por este tipo de prácticas, siempre lo solemos asociar con el Poder Legislativo, con las autoridades públicas, con los servidores públicos, pero como yo les estoy enfatizando en esta diapositiva, contraponiendo datos mundiales con datos de España, con datos de Brasil, el problema es que quienes tienen que corregir estas conductas desviadas, que quienes tienen que exigir responsabilidades a todos los niveles, administrativo o civil, pero fundamentalmente penal, por el efecto ejemplificativo que puede tener, también se ven afectadas por estas conductas.

Por lo tanto, un elemento claro cuando Naciones Unidas nos dice que la corrupción es un delito, pero algo más como veíamos antes, que la corrupción afecta la justicia, es porque no podemos negar que también muchas decisiones judiciales, muchas decisiones en el ámbito del Ministerio Público, de la policía, se producen porque detrás hay sobornos, porque detrás hay pagos indebidos, porque la contratación empírica así nos lo dice. Y vemos como son números bastante estables a lo largo y ancho del mundo. Y fíjense que, en el barómetro global de la corrupción de Transparencia Internacional presentado también hace pocos días, cuando se pregunta a los ciudadanos en qué sectores han pagado sobrepagos, o coimas, o pagos indebidos en los últimos doce meses, aquellos que contestaron positivamente, fíjense, en los primeros términos aparece Poder Judicial, aparece la policía, y luego un resto de sectores. Ese va a ser un problema importante.

Por lo tanto, cuando el doctor Salomão me planteó qué perfil podría darle a mi intervención, es justamente para ponerles de manifiesto cómo, cuando los controles externos y los controles internos no funcionan, no pensemos que el acudir a la vía penal, que el acudir al Poder Judicial en términos amplios nos va a permitir solucionar los problemas que en otras instancias el aparato del Estado, el funcionamiento ordinario de las instituciones ha sido incapaz de establecer. Y podemos plantearnos de qué herramientas disponemos en un Estado de derecho, en un país como el Brasil, o como España, o como el que queramos, con qué herramientas contamos.

Y aquí les pongo de manifiesto un dato importante: y es que, en materia jurídica, en materia de construcción de instituciones o de trámites de procedimientos, está todo inventado. No podemos decir que no contemos con buenas normas en cualquiera de los niveles; no podemos decir que no haya un diseño institucional

teórico para poderlo hacer. El mejor ejemplo: la Convención de Naciones Unidas contra la Corrupción. Todos los países se pusieron de acuerdo, en el año 2003, en definir catálogo de medidas preventivas y catálogo de medidas represivas. ¿Dónde está el problema? El problema está en que luego cada uno de nuestros países ha tenido que incorporar todas estas instituciones a sus ordenamientos jurídicos. Y ¿cómo lo han hecho? En ocasiones lo han hecho tarde, en ocasiones lo han hecho mal, en ocasiones lo han hecho de manera incoherente, en otros casos, sin contar con los recursos suficientes.

Por eso, Ustedes saben cómo en lo que están empeñados los organismos internacionales en los últimos años es en establecer mecanismos de seguimiento, mecanismos de evaluación de esos Convenios Internacionales. Naciones Unidas, desde la aprobación en el año 2003 y fundamentalmente a partir del año 2008, tiene establecido un mecanismo de seguimiento donde va analizando el nivel de cumplimiento de los países por distintos capítulos de la Convención, y lo mismo sucede con la Organización de Estado Americanos.

El año pasado, en el año 2012, la Organización de Estado Americanos tuvo en Brasil la tercera ronda donde analiza cuál es la relación, cuál es el nivel de funcionamiento, el nivel de operatividad de las distintas instituciones que en el Brasil tienen algo que decir en la prevención y la represión de la corrupción. ¿En qué idea? En que un equipo de evaluadores externos vaya a cada uno de los países para analizar si las cosas funcionan o no funcionan y proponer vías de reforma para, en una evaluación posterior, pasados tres o cuatro años, regresar a los países para analizar el estado en el que se encuentran.

Planteadas así las cosas, yo voy a hacer tres paquetes de cuestiones. Plantear un poco cuáles son las causas para que el sistema penal no sea un remedio mágico, porque ya les anticipo en la parte de arriba de la diapositiva que el sistema penal en todos los países es ineficaz, por lo tanto vuelvo a la idea: no confiemos, como se ha hecho prácticamente hasta comienzos del siglo XXI, todos los mecanismos del Estado de derecho, en que funcione bien el sistema judicial, fundamentalmente en el ámbito penal.

En segundo lugar, les hablaré de cuáles son los efectos y, en tercer lugar, de por dónde tienen que ir las vías de reforma. Por lo tanto, centrándome en esos dos po-

los del título de mi palestra, puntos fuertes y puntos débiles del sistema penal, para tratar de completar la labor de control externo e interno y el paquete de medidas preventivas que tenemos en todos los países.

En primer término, a día de hoy se estudia la corrupción como un fenómeno ligado a la globalización. Por lo tanto, si arrancamos de esa frase de Naciones Unidas de que la corrupción es un delito, es un delito fuertemente condicionado por las relaciones económicas establecidas a nivel nacional e internacional. Y allí tenemos un primer problema: y es que — Ustedes no creo que puedan contradecirme — todo el mundo habla de corrupción, pero es muy difícil, incluso para los brillantes doctorandos como el Dr. Salomão Ribas, fijar en una tesis doctoral cuál es el concepto de corrupción. No hay una sola convención internacional en la que de forma pacífica y estable se defina la corrupción.

En la convención de Naciones Unidas, hasta el la versión final, que fue objeto de sometimiento al Plenario en Mérida en México, había un intento en el artículo 12 pero era un concepto tan abierto, tan de compromiso entre los países, que al final se eliminó. Si Ustedes cogen la Convención, no verán cual es el concepto, a nivel internacional, acerca de la corrupción. Por lo tanto, el primer elemento allí se lo presento: la corrupción es un concepto dinámico, quién podía pensar hace años que podría haber corrupción privada. Porque siempre se ha asemejado, se ha asociado la corrupción al ámbito público, al funcionamiento de los servidores públicos. ¿Quién podía pensar que iba a haber corrupción en determinados sectores, como en el deporte? La última reforma del Código Penal español sanciona la corrupción en el deporte. O ¿quién podía pensar hace años delitos como el tráfico de influencias o el abuso de información privilegiada? Por lo tanto, el día de hoy hablar de corrupción es hablar de un concepto expansivo, un concepto amplio, un concepto enorme en el que están presentes relaciones económicas que en un determinado momento chocan con los intereses particulares de determinados sujetos.

En segundo lugar, hay corrupción porque hay un mercado de corrupción, porque hay alguien que ofrece y hay alguien que compra. Y esto va a traer problemas a lo largo de analizar el funcionamiento del Poder Judicial. Porque quienes llevan a cabo las prácticas de corrupción se relacionan en clave de ocultamiento, de pacto de silencio. Está claro que en otros delitos se dejan evidencias. En los casos de

corrupción, ¿dónde está el gran problema? Que nadie sabe cuándo se cometen esos hechos. Y que incluso las personas calificadas que pueden llegar a conocer de las mismas, cuando tienen alguna evidencia, miran para el otro lado. Por lo tanto, luego le vamos a pedir a la policía, o le vamos a pedir a la fiscalía, al Ministerio Público, a los jueces, que investiguen. El problema está que estamos ante hechos que dejan poco rastro, ante hechos que se relacionan con base en el pacto del silencio.

Además, ante hechos que se relacionan con otras conductas delictivas. En esa Convención de Naciones Unidas contra la Corrupción, se dice que no se puede explicar la corrupción sin el lavado de activos, sin el blanqueo de capitales. Uds. en Brasil han tenido recientemente una reforma en esta materia. ¿Qué es de lo poco que tenemos claro? Que detrás de la corrupción hay ánimo de lucro, que detrás de la corrupción queremos conseguir dinero. Pero no conseguir dinero para meterlo en una bolsa, o para meterlo debajo del colchón de nuestra cama. Queremos ese dinero para disfrutarlo.

Todos Uds. conocen mejor que yo el escándalo en São Paulo con determinados fiscales que tenían Ferraris y Lamborghinis. Claro, si uno roba, quiere disfrutarlo. ¿Cuál es problema que aquí se plantea? Es que hay que acudir a la práctica de blanquear esos recursos ilegítimamente obtenidos para poderlos disfrutar. Y necesariamente, como les tengo señalado en tercer lugar, vamos a usar el sistema bancario internacional. Por lo tanto, hablar de corrupción y hablar de lavado de activos obliga a hablar de paraísos fiscales, de secreto bancario, de opacidad, de falta de colaboración internacional. O incluso lo que puede ser más escandaloso a día de hoy: sigue habiendo países en el mundo en los cuales es posible deducir fiscalmente las cantidades pagadas en concepto de soborno. Por eso la corrupción se exporta; por eso hay un mapa mundial de países que atraen el fenómeno de la corrupción.

Porque, como veremos un poquito más adelante, la corrupción es un negocio en el que hay determinados sujetos que obtienen ese ánimo de lucro que preside sus actividades. Fíjense hasta qué punto esto es así, que se ha llegado a plantear en este caso, en esta noticia, por el Banco Central del Reino Unido, prohibir la circulación de los billetes de 500 Euros. Un billete de 500 Euros, que es más o menos como 1.600-1.700 Reales, imagínense la cantidad de dinero que se puede acumular en bloques de billetes de 500 Euros. España, según un informe del Banco Central

Europeo de hace seis años, tenía localizada más de la cuarta parte, más del 25% de los billetes de 500 Euros emitidos por el Banco Central Europeo. España — y a pesar de que yo antes decía, que no es un problema la corrupción de un solo país —, durante prácticamente comienzos del siglo XXI y mitad de los años 2000, ha estado preñada de grandísimos asuntos fundamentalmente de corrupción urbanística. Pues el 25% de los billetes de 500 Euros eran utilizados en operaciones de compras de voluntades, de financiación ilegal de partidos políticos, etc. Por lo tanto, nos damos cuenta de esa interrelación necesaria entre determinadas conductas con los movimientos de capital que se generan.

Indudablemente, en este mundo globalizado, quienes llevan a cabo este tipo de prácticas recurren a las nuevas tecnologías. Por lo tanto, a pesar de que muchos de los asuntos de corrupción, muchas de estas prácticas se llevan a cabo con maletas llenas de billetes, hace poco se ha dictado en España una sentencia en uno de los principales casos de corrupción urbanística donde la exmujer, que luego saldrá más adelante en una foto, dónde la exmujer del prefecto acusado de corrupción urbanística, denunció desechada — porque él se había enamorado de una folclórica — que su marido llegaba a casa con bolsas de basura llenas de billetes de 500 Euros. Pero más allá de ese ejemplo extrapolable, a diario, todos sabemos la facilidad que se puede tener para abrir una cuenta bancaria en un paraíso fiscal, para transferir recursos económicos, para suceder las operaciones, y lo difícil que lo van a tener las autoridades policiales, las autoridades aduaneras, las autoridades fiscales para poder investigar esos hechos. Fíjense en esa noticia de prensa: tres españoles controlaban en una casa 13 millones de ordenadores en todo el mundo para delinquir. Por lo tanto, no hace falta pensar como a veces en las películas, con macrogrupos. Simplemente con una pequeña estructura, con gente absolutamente cualificada nos podemos dar cuenta cómo podemos montar una organización delictiva, como así está calificada, que lleve a cabo este tipo de prácticas.

También lo que tenemos que ver es que estamos ante un problema transnacional. Como yo les decía, no se puede acabar con la corrupción pensando solo en clave interna, pensando solo en qué pueden hacer la policía, el Ministerio Público, el Poder Judicial en el Brasil. Nos tenemos que relacionar con otros países. También nos damos cuenta, y se ha puesto de manifiesto en algunas de las intervenciones,

en las palestras previas, cómo, a día de hoy, en el funcionamiento ordinario de las instituciones, hay determinadas oportunidades para que las prácticas corruptas aumenten. Hay muchos ámbitos donde los niveles de discrecionalidad son amplísimos, por eso se reclama tanto una política generalizada y estructural en materia de transparencia, de rendición de cuentas, de control.

También todos sabemos lo mal incentivados que están los servidores públicos a la hora de analizar los hechos, de denunciar, de colaborar con las autoridades. Por lo tanto, luego no nos puede extrañar que el menor número de denuncias que reciben la policía, la fiscalía, el Poder Judicial tiene que ver con casos de delincuencia económica, tiene que ver con casos de los delitos de los poderosos. No interesa, como antes yo les decía, se mira para el otro lado. Y también somos conscientes de lo poco disuasorias que son las normas, e incluso las consecuencias jurídicas en esta materia. En ese macro caso de corrupción, en que se ha dictado sentencia en España, todos los imputados — algunos de ellos, que eran perseguidos por cientos de millones de Euros —, han recibido sentencias de dos años de privación de libertad, de tres años de privación de libertad, y lo que es más problemático, las cantidades que han sido robadas no han sido recuperadas.

Por lo tanto nos damos cuenta cómo tanto quienes tienen que colaborar como los propios ciudadanos no se encuentran desincentivados en esta materia. También nos damos cuenta de que estamos ante conductas complejas, estamos ante conductas que requieren de saberes jurídicos, de ingeniería financiera, de analistas informáticos. Por lo tanto, no debemos pensar sólo en los pequeños casos de corrupción, en las pequeñas coimas, en los pequeños sobornos, sino que en las grandes operativas estamos realmente ante grupos debidamente organizados en estructuras similares a lo que puede ser una empresa. Hay muchos autores que estudian la corrupción cómo verdaderas empresas del delito, como verdaderas empresas del crimen. Por lo tanto, si los infractores están especializados, lógicamente lo que deberemos esperar es que quienes tienen que perseguirlo, quienes tienen que prevenirlo tienen que ser debidamente especializados.

En último lugar en este paquete de causas, lo que les planteo es que cuando, al final, hacemos la foto fija para ver qué es lo que hacen las instituciones en nuestros países, nos damos cuenta de que estamos llenos de formalismos, estamos llenos

de rivalidades, no hay una política de cooperación interinstitucional. En España, para que la fiscalía anticorrupción, o para que las unidades especializadas de la policía, puedan obtener datos de bancos, de compañías aseguradoras, o de muchas administraciones públicas, se ha convertido realmente en un problema. Qué les voy a decir, cuando esos datos, cuando esos reportes, cuando esa cooperación se pide de terceros países. En definitiva, que nos encontramos ante lo que califico como círculo vicioso de la corrupción. Es decir, la corrupción es un problema transversal, que atraviesa los pilares del Estado de derecho, que genera esa desafección política — hemos visto que los primeros a los que criticamos por esas conductas es a los políticos —, que genera partidos que lo único que hacen es comprar voluntades y repartir las esferas de poder entre sus partidarios, que utilizan empresas para financiar y para conseguir esos recursos económicos — allí tenemos financiación ilegal de partidos políticos que, para tratar de difundir sus políticas o eludir las responsabilidades, utilizan medios de comunicación, todos sabemos cómo se financian determinadas campañas de prensa, cómo se utilizan los medios de comunicación, cómo se concentran y polarizan los mismos.

Eso significa que el gobierno de turno, que el partido político de turno al final se encuentra con colectivos de ciudadanos, de asociaciones, de organismos, de instituciones a los cuales tiene que devolver los favores por haber llegado al poder; llegará un momento en el que eventualmente hay que pedir responsabilidades a los sujetos y por eso van a tratar de comprar a policías, a fiscales y a jueces. El resultado final que tenemos es que, en todos los países, y por eso estamos ante una pandemia, ante una enfermedad, hay una impunidad extensa que lo único que hace es retroalimentar la corrupción u esos sentimientos de indefensión que tienen los ciudadanos.

Planteadas así las cosas, en el segundo paquete de ideas que les presento, lo que voy a tratar de exponerles son los efectos. Ya sabemos cuál es la patología, ya sabemos qué enfermedad tenemos. Veamos ahora cómo se nos manifiesta esa enfermedad. Si antes yo les hablaba de una globalización de las relaciones económicas, políticas, sociales e institucionales, desde el punto de vista de la generalización de esas conductas lo que tenemos es el surgimiento de una globalización de la delincuencia. Y surgen los que se denominan paraísos penales. ¿Por qué hay

paraísos penales? ¿Por qué existe ese mapa mundial de la corrupción? Por dos ideas importantes.

En primer lugar, porque los ordenamientos jurídicos son desiguales. Porque el código penal en Brasil no es igual, a nivel de federación, de los estados, no es igual que en Paraguay, no es igual que en Uruguay, no es igual que en Argentina, no es igual que en ninguno de los países de la región. Por lo tanto, al final ¿qué es lo que buscan los infractores? Lo que van a buscar los infractores es justamente actuar en aquellos lugares en los cuales sus niveles de responsabilidad sean inferiores. O donde se pongan frenos a la cooperación internacional. Por eso no es una casualidad que en ocasiones se producen las detenciones o la localización de las actividades ilícitas, o al menos de la colocación de los capitales en países que están a cientos de miles de kilómetros de donde realmente se han producido las actividades.

El segundo efecto importantísimo es el que califican los politólogos como captura del Estado. Evidentemente, ese dinero ¿para qué se va a obtener? Se va a obtener, entre otras cuestiones, para comprar seguridad. ¿Por qué se soborna a policías, a fiscales y a jueces? ¿Por qué se soborna a servidores públicos? ¿Por qué se soborna a todo aquél sujeto que pueda hacer peligrar todos estos grupos de realización de prácticas corruptas? Porque quieren obtener seguridad. Si el sistema ya desincentiva bastante poco, lo que van a querer es minimizar las posibilidades que tienen de ser investigados, de ser perseguidos, de ser sentenciados o que, en caso de ser condenados, pueda cumplirse efectivamente una sanción.

En informe reciente del Banco Mundial, se dice que, en los casos de corrupción, se reinvierte uno de cada 3 dólares obtenidos ilegítimamente. Por lo tanto vuelvo a la misma lógica empresarial que impera, podemos decir, en los mercados legales. Se reinvierte en seguridad para reducir las responsabilidades. Y fíjense que esto está a lo largo y ancho del mundo. Esa noticia con relación a México, donde se compró por parte de un cartel de la droga, al zar antidroga por treinta mil dólares al mes. Esta noticia de un juez español donde critica cómo en la última reforma del Código Penal español no se han introducido cambios suficientemente duros por el juego de los lobbies políticos en sus relaciones con los partidos. Ésta relacionada con América Latina y con los problemas que suponen el crimen organizado, la corrupción, el narcotráfico, el blanqueo de capitales para la estabilidad de países

de América Latina. En definitiva, que nos encontramos ante un problema debidamente intrincado con el funcionamiento ordinario de nuestras instituciones.

En tercer lugar, una frase que yo creo que es absolutamente lapidaria: tenemos que entender que, aunque la corrupción no sea un delito de sangre — no es un homicidio, no es un asesinato —, la corrupción mata. Y ¿por qué mata? Mata porque tiene costes importantísimos, tanto costes directos como costes indirectos. Costes directos por las cantidades económicas que se sacan de las arcas públicas. Costes indirectos por los efectos expansivos que tiene y por las obligaciones que contraen los Estados para invertir en su prevención y represión. Fíjense, a día de hoy, en un escenario de crisis económica mundial, aquellos países que peor la están pasando — esta dispositiva con relación a Grecia, esta otra dispositiva con relación a Italia — ¿qué nos demuestran? Nos demuestran que una causa importante de la crisis económica actual la tienen los casos grandísimos de corrupción generalizada que ha habido en nuestros países en los últimos años.

Por lo tanto, en un informe de Naciones Unidas lo que se identifica es que la corrupción es un problema para el desarrollo integral de los países, para el desarrollo institucional, fundamentalmente para aquellos que parten de peores condiciones. Fíjense, el siete por ciento del producto interior bruto mundial, anualmente, se destruye por casos de corrupción. Y fíjense, yo les hablaba de la constatación empírica, se acordarán que esta mañana el doctor Juarez Freitas les hablaba de la importancia de relacionar el mundo jurídico con el mundo económico y con el juego de las matemáticas. La mejor forma de constatar que estamos ante un problema gravísimo es poniendo datos como los que yo hoy les presento.

Incluso en la parte de abajo verán: si los países fueran conscientes de la relevancia económica de este fenómeno, quizá pondrían manos a la obra para tratarlo de corregir. Fíjense si anualmente se invierten cien mil millones de dólares en cooperación al desarrollo, se destruyen ochocientos mil millones de dólares por casos de corrupción. Esto es lo que lleva a un amigo mío, experto en materia de actividades de cooperación al desarrollo, diga que la cooperación al desarrollo — tan en boga en todos los países y en los organismos internacionales — sea la transferencia de recursos que los pobres de los países ricos hacen a los ricos de los países pobres. Porque en la parte de arriba de la dispositiva ven que, muchas veces, las campañas

que se hacen a países necesitados o en casos de grandes calamidades — recuerden el caso de Filipinas hace pocos días — al final no llegan a su destino. Por esto les decía que estamos ante un problema que mata, y todos somos conscientes de muchos de los dirigentes, políticos y no solo de países africanos, que se han enriquecido, que han socavado las arcas públicas con este tipo de conductas.

Un cuarto efecto es que, como hemos visto antes, al final, la generalización de corrupción supone una crítica y un descrédito generalizado para todas las instituciones. Y yo se lo comentaba antes: no solo es que estemos ante un problema actual, ante un problema que llevamos arrastrando a lo largo de los años. Es que cuando se pregunta a los ciudadanos si piensan que las cosas van a cambiar en los próximos años, sistemáticamente dicen que no. Fíjense hasta qué punto es importante la concienciación ciudadana y los niveles de corrupción que, por ejemplo, cuando en España se creó la fiscalía anticorrupción, no se produjo una lista de delitos en los cuales tenía que actuar la fiscalía anticorrupción, sino que se utilizó un concepto genérico que permite adecuar a la realidad social y económica del país el ámbito de intervención de la fiscalía.

Concretamente, a la especial transcendencia en España, actúa la fiscalía anticorrupción ante asuntos de delincuencia económica de especial transcendencia, por lo tanto, no ante cualquier corrupción, no ante cualquier delito económico, sino cuando produce esos efectos que yo antes afirmaba. Y como fácilmente podrán imaginarse, ante asuntos a los que indirectamente se refiere esta viñeta — todos Uds. saben cómo el hijo político de nuestro monarca y la propia Infanta están siendo investigados y han sido imputados y desimputados por un caso de corrupción. Al final, ¿qué es lo que pasa? Que si las instituciones no son lo suficientemente fuertes para tratar a todos por igual, lo que se produce es una disociación entre ciudadanos de primera y ciudadanos de segunda.

Por eso, en esta viñeta gráfica, lo que se viene a poner de manifiesto es que la culpa no la tienen las facturas, sino que la culpa la tienen quienes hicieron esas facturas y cobraron ilegítimamente de las instituciones públicas. Por eso, el marco general de actuación, en este caso de la fiscalía anticorrupción española, viene enmarcado por la vigencia del principio de legalidad y por el control judicial de todas las actuaciones. Nuestros países han fracasado en la política de combate a

corrupción cuando se han hecho separaciones entre sujetos responsables, entre determinadas conductas, entre determinadas instituciones.

Por eso es habitual, en los últimos meses, cuándo se pregunta por España en muchas de las intervenciones en distintos países, el reconocer o cómo se ve que también la monarquía, si comete conductas desviadas, está sujeta al Código Penal y tiene que responder ante la nación a la misma. Porque en última instancia, lo que está en juego es la credibilidad y el conjunto de valores y de principios éticos de toda nuestra sociedad. Esta diapositiva que en ocasiones la ha utilizado el Dr. Salomão Ribas, pone de manifiesto que al final nos acabamos acostumbrando tanto a este tipo de conductas que no tiene suficiente desvalor para poderlo criticar socialmente. Y fíjense en esta encuesta que yo les planteo. Afortunadamente, un funcionamiento ordinario adecuado y estable de nuestras instituciones está provocando que los ciudadanos consideren cada vez más, en ocasiones ilegales, pero básicamente ilegítimas, o poco éticas, conductas que hasta seis, cinco y ocho años eran absolutamente habituales en el funcionamiento de nuestros países, como la contratación de amigos, de familiares, de parientes, como la obtención de pequeñas cantidades económicas en concepto de gratificaciones, etc. Porque, en última instancia, el gran problema en el combate a la corrupción son las denominadas cifras negras.

Tengan absolutamente claro, y se lo pondré inmediatamente en una diapositiva, que por muy espectaculares que sean las noticias de prensa donde se anuncian sentencias de condena en casos de corrupción, esas son sólo la punta del iceberg. Hay matices por países, pero al nivel internacional, está establecido que menos del 10% de los casos de corrupción son objeto de investigación. Y a partir de allí va cayendo: sólo el 10% se investigan, no llegan al 50% los asuntos que pasan un archivo, un sobreseimiento, un análisis preliminar. El número de asuntos que llega a juicio son mucho más bajos. Las sentencias de condena son todavía más ínfimas y, por supuesto, las cantidades económicas que se recuperan son todavía más bajas.

Por eso yo hoy les tengo puesta ¿que al final qué es lo que sucede? Que los corruptos no encuentran en el funcionamiento ordinario de nuestras instituciones un desincentivo para comportarse así. Hacen un análisis de coste-beneficio. Si resulta que sólo en el 1% de los casos los resortes del Estado de derecho funcionan para

investigar, enjuiciar, condenar y recuperar, en el 99% nos hemos beneficiado. Por lo tanto, insisto, de que las cosas mejoren depende de que esa retroalimentación pueda funcionar adecuadamente.

Fíjense esta es una noticia con relación a Chile, y se la he querido poner porque habrán visto que Chile, en América Latina, es puesto como el paradigma del buen funcionamiento. Solo el 16% de los casos cerrados en los últimos años terminó con condena. Pero atrás quedan las cifras negras. Por lo tanto, ¿de qué estamos hablando? Del 1,6% de los casos de corrupción que se producen anualmente Y, fíjense, esta es una gráfica del último Eurobarómetro publicado en la Unión Europea acerca de la persecución de la corrupción. Esa gran franja roja califica desde los países más limpios y con mayor fortaleza institucional, hasta los más podridos, como puede ser el caso griego, el caso checo, etc. Más del 70% de los ciudadanos de los distintos países de la Unión Europea consideran que no se produce funcionamiento adecuado de los tribunales, persecución adecuada de los casos de corrupción.

Por lo tanto, ¿cuál es la consecuencia que se deriva? Que a los ciudadanos, cuándo se nos pregunta acerca del funcionamiento del Poder Judicial, lo criticamos sistemáticamente, consideramos que no hace adecuadamente su trabajo. Fíjense en esta otra gráfica, en este barómetro de las Américas del año 2011, cuándo se les pregunta a los ciudadanos acerca del nivel de confianza en el funcionamiento del Poder Judicial, en el caso del Brasil, dos de cada tres ciudadanos no confían en el mismo. Por eso yo les hablaba del círculo vicioso de la corrupción: un problema que nos afecta a todos, un problema que genera desafección total, un problema que pone en tela de juicio el funcionamiento de las instituciones. Y, como al final no hay sentencias de condena y no se recuperan las cantidades económicas, al final damos prácticamente por irresoluble, por el mal necesario, un nivel adecuado de los casos de corrupción. Es que además, al Poder Judicial se le cuestiona por falta de recursos, por exceso de formalismos, por ser los jueces y los fiscales poco independientes, poco imparciales; críticas que al final lo que hacen es mantener también, a lo largo del tiempo, ese descrédito presente a lo largo y ancho del mundo.

Y claro, allí entra en funcionamiento un mecanismo corrector, pero peligroso: los medios de comunicación, de los cuales ya les han hablado en algunas de las palestras. Como no funciona la vía ordinaria de denuncia, de resolución de los

conflictos, acudimos a los medios de comunicación para denunciar esos asuntos y surgen los famosos juicios paralelos. Fíjense en esta noticia de España. En esta noticia se dice “los jueces y los fiscales no investigan de oficio los casos de corrupción” Y ¿qué es lo que hizo el sindicato mayoritario de policía? Como los jueces y los fiscales guardaban los expedientes en el cajón de sus despachos, filtraran los expedientes a los medios de comunicación para que se creara un clima de indignación social y los jueces y los fiscales se vieran obligados a denunciar. Claro, esto, en su justa medida, supone un contrapeso en el funcionamiento de las instituciones, pero tiene como peligro que se produzcan excesivas interferencias en el funcionamiento ordinario de los tribunales a través de los medios de comunicación. En esa encuesta propuesta que yo hoy les planteo, por la principal editorial jurídica española, lo que se critica es que el funcionamiento de los tribunales se produzca de esa manera.

En definitiva, lo que se produce es que estamos ante una actividad de riesgo. ¿Cuántos ciudadanos denuncian casos de corrupción? ¿Cuántos ciudadanos se presentan voluntariamente ante la policía para testificar y aportar documentos? Poquíssimos, es una actividad de riesgo. No olviden que en esas grandes convenciones internacionales, junto a instituciones jurídicas, también se establece la obligatoriedad para los Estados de regular normas de protección de testigos, de peritos, de denunciantes. Porque, insisto: en muchas partes del mundo, denunciar la corrupción es una actividad de riesgo. Recuerden los casos habidos en algunos países centroamericanos hace pocos meses, donde se han asesinado a jueces y a fiscales que estaban investigando casos de corrupción. Por lo tanto, al final, ¿qué hacen los Estados? Premiar las delaciones. Premiar las entregas o las acusaciones por parte de otros coimputados.

Esta es una noticia de Estados Unidos donde, como muy bien siempre destaca el Dr. Salomão Ribas en sus intervenciones, contraponiendo la economista a EUA, todo tiene su precio y todo tiene su valor. En este caso, ¿qué es lo que se destaca? Después de depurar responsabilidades con este sujeto, empleado de una entidad bancaria, como sus denuncias y sus aportaciones de datos permitía perseguir a una gran cantidad de ciudadanos y recuperar para las arcas públicas muchos recursos económicos, se le compensó por parte del sistema por esa contribución al funcionamiento ordinario de las cosas. Muchos de cuestionan si, a día de hoy,

no estaremos creando — y eso también es una transgresión a los principios y a los valores — una sociedad de chivatos, una sociedad de venditis, como ha sucedido en otras partes del mundo donde hasta la verdad, a cambio de una recompensa, tiene su precio adecuado.

Paso a la parte final de mi intervención para no excederme del tiempo que me han asignado. ¿Hacia dónde van las perspectivas de futuro? ¿Hacia dónde van los elementos más positivos para tratar de corregir todas estas deficiencias? El punto de partida que tenemos que tener claro es que la corrupción es un delito sin víctima. No es que la corrupción no genere víctimas, porque yo mismo he dicho que la corrupción mata. Pero recuerden esas diapositivas donde yo les he relacionado la corrupción con la situación económica, política e institucional en muchos países. Se habla de que es un delito sin víctima porque el gran afectado es el interés general. Se ha identificado en muchas de las palestras que ese es el gran problema de la corrupción. Por eso no es simplemente un delito. Y al ser un delito sin víctima, lo que genera es una importante desafección social.

Fíjense en esas noticias de prensa. Los españoles consideramos que la corrupción es un problema grave, pero somos tolerantes. El 23% de los peruanos consideran que, para que las cosas funcionen en la sociedad, hay que tener, como decía alguien esta mañana en su palestra, un nivel mínimo de corrupción para que las cosas funcionen en su ordinario — incluso en esta diapositiva absolutamente determinante. Hay incluso muchos estudiosos, muchos economistas, hay una escuela importante en los EUA donde se viene a legitimar que ningún país llegará a ser desarrollado si no tiene en sus instituciones un determinado nivel de corrupción, si no se producen determinados ámbitos favorecedores del blanqueo de capitales. Piensen que ese es el elemento de atracción de que se utilizan, por ejemplo, los paraísos fiscales. Obtención de altísimas rentabilidades a cambio de la opacidad y el secreto bancario. Y esa es su forma de desarrollo económico.

Planteadas así las cosas, la primera contradicción importante, el primer paquete de medidas, a nivel general, es el ver cómo nos colocamos en todos los países — y eso se ha hecho en Brasil a partir de la Constitución del 88 y las reformas habidas a todos los niveles — en esa tensión entre eficacia y garantía. Esa eficacia se tiene que predicar tanto el ámbito represivo — y no olviden que, en los últimos años, ha

habido importantes reformas en las cuales se utilizaba como slogan la tolerancia cero y ¿ello es consecuencia de qué? De que los ciudadanos, como ven en esa gráfica — es una gráfica donde relaciona la valoración en España y la valoración en países de la Unión Europea —, consideran que las sentencias en casos de corrupción son poco severas, son poco duras, que los Códigos tienen mal calificados estos hechos y que existe una determinada propensión, por ese funcionamiento irregular de las instituciones, a que haya pagos indebidos.

Además, esa actitud y esa eficacia represiva, ¿por qué son necesarias? Por lo que yo antes les decía: el gran problema en la investigación y la persecución de la corrupción es el problema de la prueba. Es muy difícil probar los hechos de corrupción por ese pacto de silencio generalizado que se establece. Por lo tanto es habitual ¿qué? El establecer mecanismos especiales de investigación, el acudir a manifestaciones de la justicia premial, del principio de oportunidad, de las amnistías — y aquí nos volvemos a chocar entre el ser y el deber ser: todas esas medidas, debidamente analizadas, lo que provoca — como ven les planteo un interrogante, pero que yo afirmativamente les digo — es una pérdida de legitimidad por parte de las instituciones del Estado de derecho.

Esta es una noticia de España. El año pasado, para tratar de paliar la situación de crisis económica y simplemente recaudar, el gobierno español, durante un período de meses, dictó una normativa en materia de amnistía fiscal: todo aquel dinero colocado fuera del sistema financiero español que era repatriado, que era traído al sistema económico español, pagaba sólo una tasa del 10% y se olvidaba de cualquier tipo de responsabilidad. Evidentemente, la gente podía tener colocado ese dinero, consecuencia de la actividad lícita y la actividad legal, pero también se puede imaginar cómo algunos utilizaron esa vía de amnistía fiscal para regularizar cantidades económicas que habían obtenido, entre otros ámbitos, de casos de corrupción. Lo que es más complicado: la ciudadanía no lo ha entendido y los resultados, incluso desde el punto de vista económico, fueron absolutamente insuficientes.

Pero verán como no solo en España se produjo; en Argentina ha habido, hasta pocas fechas, incluso se ha prorrogado lo [...] en materia de recuperación de dólares colocados fuera del sistema económico argentino. Incluso ven por intermedio de las dos o tres noticias que les voy a plantear que, como todo está medido en térmi-

nos económicos, el Estado negocia y pacta a través de la fiscalía y del Poder Judicial lo que sea necesario para recuperar cantidades económicas. Esto era lo que yo les decía: ¿cómo se presentan el Estado y sus instituciones económicas ante opinión pública? Diciendo que el Código Penal señala que, por un caso de corrupción, la pena a imponer es X, pero implícitamente, como voy a ser incapaz de probar ese caso de corrupción, me conformo con que la pena sea X menos 2, X menos e, X menos 4 si consigo, al final, una sentencia de condena después de que se confiesen los hechos. Podrán imaginarse que lo único que se hace es generalizar esos sentimientos de indefensión, de impunidad y esa fractura entre ricos y pobres. Por esos delitos, en grandes casos de corrupción y de fraude, tienen un tratamiento distinto de lo que establecen las normas única y exclusivamente por ese análisis economista que se hace del funcionamiento del Poder Judicial.

Fíjense en este otro asunto de corrupción, que tiene implicado al expresidente de una Comunidad Autónoma española por casos de corrupción. Al final, lo que se acaba es negociando con la fiscalía una reducción en la pena, un abandono de otros cargos a cambio de confesar los hechos y devolver parte de los recursos económicos distraídos. Esa eficacia también es predicable desde el punto de vista preventivo. Y esta es una frase absolutamente determinante: el derecho penal tiene que ser la última ratio, cuando todos los que estamos aquí hemos estudiado en las facultades de derecho, derecho penal, sabemos que es el último recurso del Estado de derecho para tratar de corregir las conductas desviadas. Por lo tanto, el derecho penal no tiene que ser la única ratio. Por esto es tan importante el funcionamiento de los mecanismos preventivos; por esto es tan importante el control previo externo e interno que se pueda hacer de las distintas conductas. Prueba de la ineficacia de la represión es que, en los últimos años, en todos los países, se han adaptado normas e instituciones que tienen que ver con sujetos obligados.

Piensen Uds.: en los últimos años, en los grandes casos de corrupción, se ha imputado a abogados, a notarios, a registradores, a analistas financieros. Por lo tanto, no estamos hablando de delincuentes tradicionales e individuales. Si hablamos de grandes tramas, grandes grupos, allí se ha establecido. ¿Qué es lo que han hecho los países? ¿Qué es lo que se ha hecho fundamentalmente en la Unión Europea y copiado en otros ámbitos? Establecer que, en materia de corrupción, de blanqueo

de capitales, de financiación del terrorismo, por ejemplo los abogados tienen que reportar a las autoridades judiciales todas las operaciones sospechosas. Se colocan determinados estándares por conductas o por cantidades económicas, y si no se les puede exigir responsabilidad penal. Imaginen el quebranto que ha supuesto el deber de colaboración de los abogados con ideas como el derecho de defensa, como el secreto profesional. Nuevamente nos encontramos ante una situación de tensión. ¿Cómo es posible que un cliente no pueda estar seguro que, cuando llega su abogado ese abogado se va a mostrar con estándares de confidencialidad y no se va a convertir en un cómplice, en un aliado del sistema judicial.

También nos damos cuenta de que, en el otro lado de la balanza, hay que actuar con estándares de garantía. Por lo tanto, como veíamos antes, en la Convención de Naciones Unidas contra la Corrupción, esas garantías obligan a que los postulados que tienen establecidos nuestras constituciones, empezando por el debido proceso, tengan que ser cumplidas en los casos de corrupción. Esto ¿por qué es importante? Porque si preguntamos a los ciudadanos cómo quieren que se resuelvan los casos de corrupción, como necesitan sentencias de condena, como los ciudadanos necesitamos buenas noticias en esa materia, muchas veces llegamos a justificar la adopción de decisiones extremas, de decisiones que no satisfacen importantemente muchas de las garantías. Uds. saben mejor que yo la contraposición de posturas que ha habido con el asunto mensalão. O que ha habido en España con sentencias importantes y como muchas veces el cumplimiento estricto de las garantías por parte de las autoridades judiciales dan o retroalimentan esas sensaciones de impunidad con las que a veces perciben los ciudadanos las cosas.

Termino repasando rapidísimamente esas ideas, señalándoles que esos postulados a nivel general con carácter individual tienen que ser hechos con un análisis de los compromisos internacionales. Fíjense en esta noticia: los países suscriben los convenios y acuerdos internacionales pero luego no los implementamos, luego no los llevamos a nuestros ordenamientos. España, que va a recibir una visita del GAFI dentro de pocas semanas, le han tirado de las orejas porque reformamos determinados delitos, y luego resulta que no ha habido un solo proceso penal en esa materia. Lo mismo sucede con la Convención de la OCDE, que también Brasil tiene implementada. Esa corrupción en transacciones comer-

ciales internacionales. En España la tenemos desde el año 97 y no ha habido un solo proceso penal por ese delito. Entonces hemos visto que España también exporta corrupción.

También nos damos cuenta de cómo los países — y eso viene en el informe de la OEA para el caso de Brasil del año pasado —, cómo no hay recursos suficientes, los países lo que van a hacer es selección de conductas. Van a legislar en clave de sistema penal, por lo tanto van a tener que hacer una regulación ordenada entre normas penales y normas procesales penales, debidamente relacionadas con las reformas orgánicas, reforzando la independencia del Poder Judicial y, dentro del Poder Judicial, metan también al Ministerio Público — en eso Brasil, siempre lo ponemos como ejemplo en nuestras clases del master de corrupción de Salamanca, es puesto como ejemplo, el master nuestro es cursado por muchos promotores de justicia, por muchos miembros del Ministerio Público de Brasil, y Brasil es puesto como un país en el cual incluso a nivel de rango constitucional —, ese Ministerio Público tiene reconocido el elemento de la autonomía y todos también sabemos cómo en determinados momentos incluso ha habido iniciativas legislativas tratándolas de cerrar. Porque como ya les tengo puesta en esa franja, el 73% de los ciudadanos de AL consideran que el Poder Judicial no es independiente.

Esa independencia no se analiza con relación a cualquier delito; se focaliza, fundamentalmente, en la persecución que se hace de los casos de corrupción. También las soluciones tienen que ir por flexibilizar el concepto de soberanía. Yo antes les decía que estamos ante un problema transnacional, que obliga a los países a colaborar, que requiere de voluntad política — hay que liderar el cambio, hay que hacer una defensa efectiva del interés general. Fíjense, en ese mismo Latinobarómetro publicado hace pocos días, cuando se pregunta quién tiene la mayor responsabilidad en el Brasil para acabar con los casos de corrupción, de manera uniforme el 71% habla de que es el Estado: si hay corrupción, es porque el Estado lo va a permitir y, por lo tanto, ese Estado debe emplear recursos. Fíjense en esta frase del año pasado, de los jueces decanos españoles, los jefes de los jueces en las distintas provincias: “De nada nos sirve tener leyes escandinava, leyes de países nórdicos, con medios personales, medios técnicos de países africanos”.

Por lo tanto, es una cuestión de inversión, es una cuestión de voluntad política que requiere de cooperación institucional. Ya les decía que en la Convención de Naciones Unidas, todo lo que se refiere a control interno y control externo y su relación con el aparato represor está claro, y que, realmente, al final, lo que necesita no es solo sentencias de condena sino que es, al final, que el producto del delito, esas cantidades que han sido robadas, sean recuperadas.

Termino con siete conclusiones que simplemente las enumero.

La primera, creo que ha quedado demostrado, e incido en ideas expresadas por ponentes anteriores, que todos nuestros países deben demostrar, fronteras adentro y hacia el exterior, un compromiso político claro acerca de la prevención y la represión de la corrupción. Hay que entender que la corrupción es un problema estructural; no es un problema de personas. Es un problema de lo más complejo que obliga a ese pool de medidas: preventivas, represivas, de derecho sustantivo, de derecho procesal, de carácter orgánico, que tienen por finalidad última incrementar la integridad, la responsabilidad, la transparencia, eliminar los incentivos para cometer los hechos, y mejorar los incentivos para colaborar y denunciar, que requiere de normas claras para a se puedan denunciar los hechos y se puedan romper esos pactos de silencio.

Es un problema que no tiene como causa la falta de legislación porque, como yo les comentaba, en esta materia todo está inventado, cojamos la Convención de Naciones Unidas y de manera comprometida y leal con la comunidad internacional, llevémosla a la práctica — el problema es que ni Brasil, ni España, ni ningún país lo quiere hacer y, sobretodo, lo más importante es que hay que aumentar la intransigencia pública ante la corrupción, tanto en el ámbito público como en el ámbito privado.

Por lo tanto, termino con la misma idea con la que empecé: si somos conscientes del problema, si somos conscientes de que la corrupción nos afecta a todos — en España ahora lo vemos porque hemos pasado de algunos años de boom y de crecimiento económico loco y desenfrenado a un momento en el cuál no hay dinero ni para comer, en el que hay seis millones de desempleados, donde vemos la corrupción como un problema propio y, por lo tanto, ideas como la que allí tengo tachada, la idea de “roba pero hace”, esa idea que veíamos antes en diapositivas, tiene que ser tremendamente abandonada.

Y a mí me suele gustar de terminar con una frase del profesor Alejandro Nieto que yo creo que resume perfectamente el escenario que les he planteado y, sobretodo, el leit-motif con el que siempre el Dr. Salomão Ribas trata de organizar estos eventos. Si hacemos el análisis no solo desde las normas jurídicas sino desde un plano ético, nos daremos cuenta como, a pesar de esta visión, que seguramente podrán decir que les he planteado absolutamente negativa, lo claro es que si nos dejamos atrapar por esa negatividad, el futuro será todavía mucho más negro.

Por lo tanto, si nos abandonamos el deterioro será todavía mucho más... Y en esta diapositiva también obtenida en algún otro evento con el Dr. Salomão Ribas, creo que lo importante es que todos y cada uno de nosotros, todos los que estamos aquí, nos planteemos no solo que es lo que el Estado, lo que las instituciones públicas pueden hacer, sino lo que nosotros, individualmente podemos hacer. Y en eso Transparencia Internacional, todos los años, el 9 de diciembre, el día mundial contra la corrupción, nos deja perfectamente claro que, frente a la corrupción, todos los “nos”, todas las respuestas negativas de cada uno de nosotros son absolutamente importantes porque todos los “nos” cuentan. Muchísimas gracias y quedo a su disposición.

Dia 12/11/2013 — 15 horas

Mestre de Cerimônias: Maria Thereza Simões Cordeiro

Dando continuidade ao Simpósio Internacional, vamos para a palestra “Corrupção e Crise de Representatividade: oportunidades e riscos”. Eu convido para tomar assento à mesa o conselheiro do Tribunal de Contas de Santa Catarina Wilson Rogério Wan-Dall, que coordenará os trabalhos da palestra. E convido também o conselheiro de Administração Pública do Governo de Extremadura, na Espanha, senhor Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno.



Wilson Rogério Wan-Dall

[leitura do currículo do conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall]

Com a palavra, o conselheiro Wilson Rogério Wan-Dall.

[leitura do currículo do palestrante Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno]

Palestra: “Corrupção e crise de representatividade: oportunidades e riscos”

Palestrante: Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno (conselheiro de Administração Pública do Governo de Extremadura, Espanha)

Muchas gracias, querido Wilson, y también mi agradecimiento al Tribunal de Cuentas de Santa Catarina y a su presidente por su amabilísima invitación de poder estar aquí en esta tierra tan querida, que parece que uno la conoce pero después resulta que faltan por conocer, como decía el Consejero que nos faltaba por conocer el caldo de caña, que nos ha gustado muchísimo.

Me corresponde hablarles sobre la corrupción y la crisis de representatividad, las oportunidades y riesgos. La verdad es que me resulta cada vez más complicado hablar de estos temas, llevo ya muchísimo tiempo estudiando, investigando sobre la materia, pero me cuesta cada vez más hablar sin tratar de repetir siempre lo mismo, y particularmente, ahora en mi condición de consejero de administración pública, que viene a ser más o menos como un de secretario de estado, porque todo lo que digo lo tengo que cumplir, es decir, yo sé que tengo que cumplir con lo digo. Y, por otro lado también lo que hago me tiene que servir para que cuando regrese a la Universidad tenga la legitimidad y el honor suficiente para poder dedicarme a mi profesión.

Por lo tanto, cuando se me planteó, por parte del Tribunal de Cuentas de Santa Catarina esta conferencia, me preguntaba el porqué de esa quiebra, esa desafección de la que se ha hablado esta mañana entre los ciudadanos y los poderes públicos,

las instituciones, la política, en fin, el concepto, la semántica que Uds. quieran hacer. Yo creo que la principal causa de esa quiebra, de esa falta de confianza, de esa crisis de representatividad procede precisamente de lo que los ciudadanos esperan de sus administraciones, de sus instituciones públicas.

Me he permitido la licencia de utilizar varias referencias constitucionales brasileñas, de su texto fundamental que, siendo de la Constitución brasileña, podrían ser asumidas por cualquier Estado. Está en el preámbulo y en el artículo tercero de su magnífica Constitución, pero perfectamente podrían estar en la Constitución española, podrían estar en cualquier Constitución europea o en cualquier Constitución de los países hermanos de Iberoamérica. Porque, en definitiva, lo que el ciudadano quiere es tener tranquilidad, esta mañana se hablaba de un estado de bienestar. Lo que el ciudadano quiere — cualquiera de nosotros, no es que los ciudadanos sean distintos a ninguno de nosotros que estamos aquí — lo que cualquier de nosotros queremos, en definitiva, es felicidad.

Fíjense nuestra Constitución de 1812, e es también la Constitución muchos países Sudamericanos que en su momento estaban con el reino de España, pertenecían al reino de España, señalaba, de manera muy clara y sencilla, que la primera obligación del Estado, la primera obligación de la administración, era proporcionar felicidad a los ciudadanos. Esta es una terminología un tanto decimonónica, en tanto incluso puede resultar en la actualidad un tanto pueril, de niños, pero, sin duda alguna, refleja bien a las claras lo que los ciudadanos quieren: felicidad, tranquilidad. Incluso, fíjense, no sé si habrán escuchado Uds. la noticia del presidente Maduro cuando crea en Venezuela un Ministerio de la Felicidad.

Puede resultar extravagante, chocante, incluso puede generar cierta hilaridad. Pero sí es cierto que no está desencaminado. Si uno lo analiza fríamente y trata de pasar todo el peso ideológico y todos los prejuicios que quizás tengamos hacia Venezuela y hacia la revolución bolivariana, en verdad, no es ninguna tontería crear un ministerio de la felicidad porque, en definitiva, es lo que todos y cada uno de nosotros buscamos y anhelamos. Y el que no busque la felicidad, yo creo que no está nacido de madre, porque realmente todos buscamos la felicidad. Por tanto, si tienes una responsabilidad propia y los ciudadanos quieren eso, y sin embargo no se encuentran precisamente con ese resultado.



Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno

Por tanto, qué oportunidades tenemos ante esta situación de evidente crisis que ya se ha expuesto aquí por diferentes palestrantes de que es algo común al conjunto de los Estado, que hay parámetros, hay un denominador común en todos los países. Por un lado, tendríamos una serie de oportunidades que serían recuperar el valor de la técnica en la gestión — ahora me referiré a ello con más calma —, incrementar la madurez social, la madurez cívica, la posición de los ciudadanos. Yo sé que a veces cuesta asimilarlo pero tenemos que partir de una idea muy clara y me referiré a ello cuando hablemos de incrementar la madurez social.

Los políticos, las autoridades políticas, los cargos públicos, los responsables, al fin y al cabo, y creo que se dijo también esta mañana, no son más que espejo de la sociedad. Yo, que vengo muy feliz a Brasil, en principio no tengo intención de quedarme para ser ministro de Brasil, pero un brasileño, el que sea ministro de Brasil, el que sea prefecto, el que esté en un cargo público, por lo tanto, es importante generar, incrementar la madurez social. Como decía ahora el profesor Rodrigo García, cuando hablaba que los ciudadanos trasladan al Estado la responsabilidad en la lucha contra la corrupción. Es verdad, el Estado, las administraciones, el Poder Judicial, tienen una responsabilidad propia en la lucha y prevención de la corrupción.

Pero ya veremos, la responsabilidad auténtica la tienen los ciudadanos, y eso es algo que no podemos soslayar. Y los riesgos ante esa situación de crisis también se han expuesto de manera muy acertada esta mañana por quienes me han precedido en el uso de la palabra, sería esa alteración del sistema y propia debilidad democrática, que es el precio que no podemos pagar en ningún caso países que hemos padecido, hemos tenido regímenes dictatoriales absolutamente contrarios a la democracia. Aquí en Brasil me imagino que habrá generaciones que todavía se acuerden del régimen dictatorial, lo mismo que en España, también tenemos generaciones, y yo soy buen representante, de ciudadanos que recordamos todavía el gobierno del general Franco.

Pues bien, entrando, en primer lugar, a estudiar ese valor de la técnica en la gestión, lo decía el profesor Rodríguez García hace un momento, el derecho penal como última ratio. ¿Por qué el derecho penal como última ratio? Porque es el derecho penal el que corrige, el que arregla, soluciona, palía, los problemas de la corrupción. Porque el paso anterior lo que tiene que ser regulado por el derecho

administrativo, por la técnica administrativa, en la administración pública no funciona. Fíjense Uds. que si hay un derecho desconfiado, hay un derecho preventivo de actuación ex-ante, es sin duda el derecho administrativo. Ya lo decía la profesora Díaz. Y, sin embargo, ese derecho que es así, porque trata de salvaguardar algo tan valioso como es el interés general, que es el interés de todos, que se supraordena a cualquier interés particular, de los ciudadanos, de algún colectivo, es el interés que se supraordena por encima de todo, tiene un régimen específico.

Piensen Uds. que no hay ningún sector social, ningún sector profesional cuya actividad, cuyas funciones no tengan una técnica. Se decía esta mañana por el profesor Freitas. ¿Cuál es una de las grandes bondades, de las grandes fortalezas de los Tribunales de Cuentas? Que sus consejeros, su personal técnico, es un personal preparado y aplican una técnica en el desempeño de sus funciones. Pues bien, a la hora de gestionar los asuntos públicos, se quiere una técnica; no vale el voluntarismo, no valen las soluciones arbitristas. Realmente, tenemos que tener una técnica que formalice el planteamiento político que, obviamente, los ciudadanos, democráticamente eligen entre unas opciones u otras. Y ¿qué es lo que sucede si esto no ocurre? ¿Si no tenemos en cuenta la técnica en la gestión? Como también se decía de manera muy acertada esta mañana, se soslaya el derecho público, el derecho administrativo, y nos encontramos ante una situación como la que se representa en este diagrama de flujo: la mala gestión tiene un muy mal resultado a largo plazo: ausencia de calidad, absorción de recursos sin rendimiento, pérdida de recursos, quiebra de la economía, problemas de contagio y, evidentemente, riesgo grave para el estado de bienestar. Y fíjense, solo me refiero a la mala gestión, es decir, a decisiones que, siendo jurídicamente impecables, que no tienen ningún tipo de problema de irregularidad o de desviación, tiene un mal resultado.

Esta mañana el profesor Freitas hablaba de la construcción de una carretera, del tren-bala. Nosotros en España, en Europa, el problema que tenemos es que, es verdad que hemos podido gestionar de manera inmaculada, sin tacha, por parte de nuestros órganos de control externo, miles de millones de Euros. Se apuntaba esta mañana también la cifra muy importante. Pero, sin embargo, ¿cómo es posible que estemos en la situación de crisis que estamos padeciendo? Todo sin mácula, sin reproche de ilegalidad. Si a esto lo añadimos los casos de malas prácticas o de

corrupción pública que se apuntaba por parte del profesor Rodríguez García, se han apuntado que en esta sala, imaginan Uds. qué escenario tenemos ante los ciudadanos, qué credibilidad tenemos nosotros frente a los ciudadanos: que tenemos que otorgarles felicidad y, sin embargo, les otorgamos problemas y les buscamos el dinero del bolsillo para seguir pagando una mala gestión.

Por ponerles un dato solo de mala gestión: en España, el déficit de las administraciones públicas en ese marco de un programa de estrategia de política económica y sobretodo en un programa nacional de estabilidad y de reformas que tiene como objetivo principal la administración, nuestra administración pública, el conjunto de las administraciones, debe 91.944 millones de Euros. Multiplíqueno por tres y tendrán la cifra en Reales y traten de imaginarse — aunque decía en profesor Freitas esta mañana que los brasileños tenían problemas con las matemáticas, los españoles también — bueno, tratemos de imaginarnos los intereses deudores que eso está generando y que, obviamente, se incorporan al presupuesto de cada administración pública para pagarlos. Porque las deudas, esta mañana también se decía de manera muy atinada, hay que pagarlas.

Pues sí. Esa deuda no se refleja en que tengamos una situación económica más o menos buena, o que tengamos servicios públicos excelentes, todo lo contrario. Es que hemos tenido, y estamos padeciendo, un problema de falta de servicios públicos; es que se han tenido que cerrar centros de salud, se han tenido que eliminar ayudas al estudio, ayudas de carácter social, es decir, tenemos una inmensa deuda, pero, sin embargo, estamos incurriendo en el grave riesgo — las cito por los alcances que en su momento se obtuvieron del estado de bienestar.

Se ha dicho siempre que la técnica habría que estar en dos conceptos fundamentales: por un lado, el buen gobierno y la buena administración. Hasta ahora siempre se ha hablado mucho del buen gobierno con su conjunto de pautas, de conductas que afectan al funcionario, al empleado público, a la autoridad, en el desempeño de sus funciones, a los gobiernos en funciones. Ese es un problema grave que tenemos en España, de cuáles son los actos que puede hacer y no puede hacer un gobierno en funciones. Yo sé que he perdido en mi gobierno, sabe que ha perdido las elecciones, pero durante el mes y medio que dura la entrada del nuevo gobierno, adopto una serie de actos que van a condicionar notablemente el futuro

del nuevo gobierno, lo cual es un comportamiento absolutamente criticable moralmente, éticamente, que ahora tratamos de solucionar jurídicamente.

Pero, en definitiva, si esas buenas prácticas en materia de gobierno no se acompañan de la técnica de la buena administración, con racionalización, con simplificación, con modelos de gestión óptimos, no vamos a alcanzar. Y eso es también lo que el ciudadano llega a percibir. El ciudadano, la buena gestión, la buena administración, le otorga tranquilidad, le otorga, sin duda alguna, seguridad. Y, lo que es más importante, competitividad institucional. ¿Cuál es la gran diferencia, piensan Uds., y aquí quizá no sea bueno poner ejemplos, pero, en el ámbito geográfico iberoamericano, cuáles son los países de mejor desarrollo económico y de mayor credibilidad internacional, y cuál es el elemento diferenciador? Sin duda alguna, la competitividad institucional, tener una administración cierta, segura, que los inversores, sean nacionales o sean extranjeros, sepan que se van a enfrentar a una administración que no les va a cambiar las reglas del juego, que tiene tres meses para responder y responde a los tres meses. Que, en definitiva, no va a ser arbitraria, caprichosa.

Volviendo al problema venezolano: ¿cuál es la gran diferencia objetivamente, entre Venezuela y Chile o Colombia, o el mismo Brasil? Que yo invierto aquí en este país, invierto en otro país, y sé que la administración no me va a expropiar por televisión. Es que es muy duro para un inversor ver que se están utilizando potestades administrativas, en ese caso expropiación, por televisión. Que sería mañana su empresa está expropiada, sin ningún tipo de garantía. Y esa es hoy día, a parte en un país como Brasil, que tiene tanta riqueza, tantos recursos naturales para ser autosuficiente, tener competitividad institucional, la clave. Nosotros en España, por ejemplo en mi región, el gobierno de Extremadura trata de tener una buena administración. ¿Por qué? Porque es lo mejor que podemos ofrecer. Hoy día en España, por ejemplo, el suelo público de naturaleza industrial se regala. Cualquiera de Uds. que quiera invertir en España, en la comunidad de Madrid, en la de Navarra, de Asturias, cualquier comunidad le regala el suelo industrial, no tiene que comprarlo, fíjense Uds. que ventaja; va a tener ventajas fiscales, va a tener todo tipo de bondades para atraer las inversiones. ¿Cómo podemos diferenciarnos unos de otros? Con competitividad institucional, con la técnica en la gestión, respondiendo de manera cierta, segura, cumpliendo plazos, siendo ágiles, etc.

Todos los elementos, todos los factores de lo que se denominaría buena administración. Pero, además, esa técnica al cumplir con el principio de legalidad, en definitiva, genera tranquilidad, confianza de los ciudadanos. ¿Qué es lo peor — aquí ahora habrá abogados ejercientes — que le puede pasar a un abogado ejerciente o a un ciudadano que presenta una solicitud a la administración, una solicitud de licencia o de autorización? No saber cuándo le va a contestar. Que sean tres, seis, nueve meses, no sabe cuándo. Sin embargo, piensen Uds. lo que sería si la administración estableciera un plazo, el que fuera oportuno para el interés general, pero cumpliera con ese plazo. ¿Tres meses? A los tres meses, o antes del tercer mes, la administración contesta y, además, no contesta de cualquier manera, sino que contesta de manera motivada, argumentaba, en derecho. Obviamente, eso genera certeza, confianza, que es un parámetro muy importante. No hay ninguna sociedad, ninguna organización compleja que pueda basarse en la desconfianza. Eso no puede ser, no funciona del todo bien, y a ello me referiré cuando hablemos de los riesgos.

Pues bien, esa técnica tiene dos efectos muy importantes. Por un lado, en el respeto al principio de legalidad. Y fíjense, ese respeto al principio de legalidad no solo es una cuestión jurídica, de un juspublicista que dice que la ley hay que cumplirla y que tiene que haber unos protocolos, unos procedimientos a través de los cuales obtengamos la mejor decisión. Realmente, es una manifestación del Estado democrático. Qué peor efecto puede haber en una sociedad, en una ciudadanía, que sus representantes públicos elaboren una ley y que esa ley se incumpla, o que no se lleven a efecto los objetivos de esa ley. Eso genera desconfianza, falta de credibilidad, el tener una legalidad que no se cumple. Sobre todo en áreas tan críticas, tan importantes, que además no solo son críticas por la sensibilidad ciudadana que generan, sino por el volumen económico que representan, como son la selección de personal y la contratación. ¿Qué volumen de recursos públicos genera la contratación en Brasil? ¿Cuántos millones y millones de Reales fiscalizan los Tribunales de Cuentas? ¿Todo a través de contratación pública, o lo que sería un presupuesto de una administración pública? Millones y millones de Reales, y tiene que estar bien gestionados. Y para estar bien gestionados, por eso tenemos un procedimiento de contratación, y fíjense que cuestión tan sencilla: no contrata con la administración quien quiere, sino quien puede demostrar que es el mejor.

Esta mañana me gustó muchísimo lo que decía el profesor Juarez Freitas cuando hablaba de esa obsesión mórbida por las bajas en las ofertas en las licitaciones públicas. Que el precio sea el único criterio. Claro, eso no puede ser y, sin embargo, yo lo padezco. Yo veo una oferta magnífica, que produce un mayor rendimiento a largo plazo y, sin embargo, por esa obsesión que tenemos con la bajada de precios, tenemos que estar por el precio más bajo en la licitación. Pero, en definitiva, a eso es a que nos ha llevado al final por la desconfianza, por la falta de confianza en los gestores públicos que se trata de objetivar al máximo un criterio que no se puede alterar, que es el precio.

Yo puedo tener discrecionalidad a la hora de elegir una u otra oferta, y puedo, si actúo incorrectamente, mentir para decir que una oferta es mejor cuando no lo es; donde no puedo mentir es con el precio, pero tengo que pagar, lo que, obviamente, no siempre responde al interés general, la oferta más baja. El presupuesto, elaboración y control, de acuerdo con criterios de legalidad que, en definitiva, es lo que se estuvo exponiendo esta mañana. Pero sí hay un elemento que particularmente entiendo que es importante cuando hablamos de representatividad, de crisis de representatividad, de legitimidad, es sin duda alguna, la responsabilidad. ¿Por qué suceden muchos casos de corrupción, que el profesor García nos ha expuesto y que todos nosotros podemos conocer?

El famoso caso del mensalão, de los diputados, de representantes del pueblo en el poder legislativo, el caso de los fiscales que se apuntaba antes, o nosotros en España, desde un tiempo para ca, la desviación de fondos dedicados a los desempleados, que estamos hablando que en España tenemos un paro que alcanza ya prácticamente el 26%, seis millones de parados. Pues, la desviación de fondos destinados al desempleo para beneficio propio. Y, además, por parte de sindicatos de trabajadores que, en definitiva, tienen la obligación, la vocación de defender a los trabajadores. ¿Por qué sucede eso? ¿Por qué nos encontramos con un fiscal, o con un zar antidroga que se deja comprar por treinta mil dólares al mes o toda una serie de casos de corrupción o de malas prácticas? Por la ausencia de responsabilidad por la gestión.

Esas personas se han creído impunes, pensaban que no iban a tener ningún tipo de respuesta sancionadora, ni mucho menos de carácter penal. Por esto es tan importante la responsabilidad a la hora de gestionar y exigir esa responsabilidad.

Sin duda alguna, sin responsabilidad por la gestión no se alcanzan los resultados deseados y, sobretodo, frente a los ciudadanos, no damos ejemplo. Esta mañana también se decía: los cargos públicos, los gestores públicos, tienen que ser reconocidos por su virtud y competencia profesional. La responsabilidad es un tamiz, es un filtro a la virtud y a la competencia profesional. No puede causar peor efecto a un ciudadano que ver la mala gestión, o más, la mala práctica administrativa o un caso de corrupción sin que exista respuesta: respuesta sancionadora o respuesta cárcel penal. Pero tiene que ser respuesta sancionadora. Y no la encontramos. Y ciertamente, allí sí que el derecho público o las formaciones que se han realizado del derecho público, han generado nichos, acantonamiento de impunidad sobretodo también, como esta mañana se decía, con la famosa huida del derecho administrativo, con el enterramiento que se decía del derecho público.

Por esto es tan importante saber que cualquier que se aproxime de la gestión pública, con independencia de su condición, de la naturaleza jurídica, del vínculo que le une con la administración, en un concepto, no sé si lo conocen, yo se lo recomiendo, que establece la condición del funcionario público en la Constitución política de los Estados Unidos Mexicanos, que establece el concepto en Iberoamérica, más amplio, de funcionario público, tiene que ser sujeto disciplinable todo aquel que tiene vinculación con la decisión pública, con la toma de una decisión pública, tiene que ser sujeto disciplinable, que es precisamente lo que nosotros hemos hecho en Extremadura en ese estatuto que les he señalado hoy, el estatuto de cargos públicos.

Y les señalo el estatuto de cargos públicos porque, fíjense lo que es la vida, no porque quiera ser yo publicidad de nuestro gobierno, no, ni mucho menos, el estatuto de cargos públicos nasce hace cinco años en Río de Janeiro en un congreso como este, en un congreso sobre control de la gestión pública, surge la idea, a partir de la conferencia del profesor Juarez Freitas, en la que yo estaba presente — que quedé con la idea y quien me iba a decir que después yo iba a tener la competencia para elaborar el proyecto de ley de estatuto de cargos públicos en el que, de manera clarísima, se establece un ámbito subjetivo amplio, riguroso, muy exigente, en orden a que el que tiene algo que ver con decisión pública, sea considerado cargo público y, por tanto, sujeto disciplinable y sujeto controlable.

Esta idea, con la que todos estamos de acuerdo, llevarla a la práctica ha costado mucho, porque estas cosas son lo que tienen: a todos nos gusta mucho el control, solicitar el control, solicitar responsabilidad, hasta que nos toca. El control de la segunda fila para allá; de la primera fila para ca, no. Por tanto, las profesoras, el consejero y yo, no, porque somos especiales... es decir, realmente falta auténtica consciencia social de parte de todos en orden a implementar y asumir estas responsabilidades. Yo sinceramente pienso que, por parte de la ciudadanía tenemos todavía que avanzar mucho porque cuesta, y a mí, particularmente, se lo digo también como experiencia personal, me está costando que ese estatuto de cargos públicos sea entendido incluso por las personas que me lo encargaron, de mi propio partido político.

Y, segundo efecto en relación a la técnica en la gestión, bueno es un poco reiterar lo que decía el profesor Rodríguez García, en relación a lo que se pretende con el estatuto de cargos públicos y lo que se pretende, en definitiva, con el principio de legalidad: más honestidad, menos malas prácticas y corrupción. Pues bien, y el segundo efecto de las técnicas es controlar y no nos hemos puesto de acuerdo con el profesor Juarez Freitas, es controlar las decisiones públicas. Que sean decisiones adecuadas. Formalmente, podemos tener una decisión, una implementación de un programa político impecable pero, sin embargo, esas decisiones para el interés general, para los ciudadanos, para la felicidad de los ciudadanos, pueden no ser tan acertadas. Y es que, claro, tomar una decisión pública, una decisión que afecta a los ciudadanos, es muy difícil si realmente queremos tomar una decisión sensata, acertada, que contemple todos y cada uno de los factores que yo trato, a efectos puramente didácticos, de representarles.

Asumir el coste político, claro, porque decisiones muy difíciles. ¿Qué es lo peor que pueda haber para el pueblo? Un político, una autoridad administrativa que diga a todo sí. ¿Por qué? Porque a lo mejor está mirando más en la reelección o en las elecciones a corto plazo que realmente en lo que necesitan los ciudadanos a largo plazo. Porque a lo mejor tenemos una autoridad administrativa, pública, que está más vinculada a los problemas a corto plazo, o se ve plegado por grupos de presión a corto plazo que por necesidades a largo plazo. Recomiendo que se lean un magnífico libro que se llama *Gobernanza en China y gobernanza en Estados*

Unidos, que dice que la gran diferencia entre China, con su sistema burocrático y, sin duda, poco meritocrático de China y el sistema democrático norteamericano, y particularmente el caso californiano, es que en China no tiene ningún tipo de problema a corto plazo: tomar una medida de la construcción de un gran represa, por ejemplo, sino que entienden que a largo plazo esa decisión es la correcta y va a tener sus frutos para los ciudadanos.

Sin embargo, nosotros legislamos, actuamos en muchas ocasiones en las democracias occidentales a corto plazo, influenciados por problemas que tenemos al lado, por grupos de presión, por dar satisfacción a grupos pequeños, pero que eso no es, en definitiva, lo mejor para el interés general. Y, claro, aquí en este Foro es fácil decirlo, pero cuando uno está afuera, gestionando los asuntos públicos, el asumir el coste político... ¿Qué político quiere ser antipático? ¿O qué político quiere adoptar decisiones como un buen padre de familia? Entiéndanme, eso tampoco quiere decir que yo considere a los ciudadanos como niños. Pero un político que diga no. Infelizmente, no estamos acostumbrados a ese tipo de políticos, sino más bien, o al menos en España, al tipo de político de todo sí, sí, sí. Y, al final, la vida es mucho más dura que decir a todo sí.

Pero fíjense, la visión a largo plazo. Esta mañana se hablaba también por el profesor Freitas de esas prioridades constitucionales. Sin duda alguna, acertadísimo. Las prioridades constitucionales deberían marcar el principio de continuidad de las políticas públicas. Da igual que esté gobernando un partido de izquierda que un partido de derecha. Lo importante es que en determinadas políticas que afectan a los ciudadanos — educación, sanidad, obras públicas, etc. — estamos todos de acuerdo. Fíjense el ejemplo de España. Nosotros en la democracia, en nuestro sistema democrático, que es joven, no hemos entrado ni siquiera en la madurez, desde el año 1978, ¿cuántas reformas educativas hemos podido tener? Cinco, siete. Es que niños que comienzan con un sistema educativo no terminan en ese sistema educativo, o se incorporan a un nuevo sistema educativo. No hay voluntad de generar esa idea de visión a largo plazo, o de [...] auténticos parámetros constitucionales o prioridades constitucionales.

La idea es magnífica, pero es que a veces los intereses de los partidos no quieren llegar a acuerdo. Ahora mismo en España acaban de aprobar una ley orgánica

de calidad del sistema educativo que ya se ha dicho por parte de toda la oposición que, cuando llegue al gobierno, a lo mejor dentro de apenas dos años, esa ley será derogada. Pues no les digo nada, por ejemplo, con algo mucho más aprehensible que quizás estemos todos más de acuerdo, es el plan hidrológico nacional. No nos ponemos de acuerdo en España respecto de la gestión de los recursos hídricos en nuestro propio país. Eso hace que tengamos unas políticas titubeantes en materia de gestión de recursos hídricos. Por lo tanto, es difícil tomar decisiones, pero lo que sí hay que tener claro, como se dijo aquí esta mañana, es que esas decisiones públicas tienen que ser controladas por los órganos que tienen la obligación de hacerlo y, sobretodo, que tienen los medios, los recursos y la capacitación profesional para hacerlo que son, sin duda alguna, los órganos de control externo. Y lo más importante, desde el punto de vista de la credibilidad y la confianza de los ciudadanos: lo que se decida, que se cumpla.

Lo mismo que decíamos antes, que la legalidad tiene que ser cumplida porque es manifestación del sistema democrático, lo que es importante es que las decisiones públicas tienen que ser cumplidas porque si no, al final, la demagogia, las decisiones que se dicen “voy a hacer, vamos a realizar, vamos a conseguir, os vamos a dar”, eso que no cumpla, genera desconfianza. Y se decía también que está todo inventado. El consejo que me gusta especialmente y que lo dijo un doctorando chileno en el acto de lectura de su tesis doctoral, esa referencia al Quijote, que es uno de los consejos que le da Don Quijote a Sancho cuando Sancho, su escudero, es nombrado gobernador de la ínsula Barataria. Entre los muchos consejos que le da, le dice que no haga muchas normas, pero las que haga, las cumpla.

¿Cuál es el problema que tenemos nosotros en nuestros ordenamientos jurídicos tomando como decisión pública la elaboración legislativa? Que las normas no se cumplen, y que tenemos cada vez más normas. Su marco jurídico, su bloque normativo en materia de lucha contra la corrupción es encomiable. Yo no conozco, y no se lo digo por decir, mejor norma de lucha contra la corrupción, de lucha de prevención de malas prácticas que su ley de improbidad administrativa. Yo creo que, si esa ley auténticamente se cumpliera — permitan Uds. el análisis de un tercero que no conoce nada —, yo creo que no haría falta ninguna norma más. Ni tan siquiera hubiera hecho falta la ley de responsabilidad de las personas

jurídicas, que me parece muy acertada. Y nos sucede igual a nosotros en España, si nuestro bloque normativo de 1992 en materia de procedimiento, en materia de contratación, se hubiera cumplido, no estaríamos ahora con un estatuto de cargos públicos, con una ley de transparencia, con una ley de honestidad en la vida pública, etc. Es decir, hay que cumplir lo que se dice porque eso, además, no solo genera el efecto positivo que hemos apuntado sino sobre todo confianza y credibilidad en los ciudadanos.

Por tanto, lo que es importante, la síntesis que puedo presentarles es que esas decisiones sensatas, razonables, no pasa nada porque sean controladas, fiscalizadas por los órganos de control externo. Ahora, por ejemplo, en España, estamos elaborando nuestras normas de presupuestos generales — bien de las comunidades, bien de los ayuntamientos, bien del Estado —, que le digan al órgano de gobierno que tiene que trasladar al Tribunal de Cuentas del reino o al Tribunal de Cuentas autonómico que pueda existir solo la documentación que motiva por qué al área de cooperación al desarrollo se le dan diez millones de Euros, o al área de fomento se le dan veinte millones de Euros. Simplemente la motivación, para que el órgano de control diga sí, o que entienda oportuno con relación a ese presupuesto. Estamos hablando de una norma, la ley de presupuestos, que enmarca completamente la política a seguir. Imposible, se pensaría, como también se decía esta mañana, que se está controlando al gobierno, que se quiere limitar la función constitucional del gobierno que tienen asignada estos órganos, etc. Y hay que controlar, sin duda alguna, las políticas públicas.

¿Qué sucedió en España? Que tenemos una cantidad de recursos sin rendimiento. Se han absorbido recursos, pero los ciudadanos no son más felices. ¿O acaso es más feliz un ciudadano por tener un aeropuerto sin tráfico? ¿Uds. se imaginan construir un aeropuerto de varias decenas de millones de Euros que no ha aterrizado ni despegado ningún avión? ¿O una carretera por la que no pasa ningún vehículo? ¿O un palacio de congresos que nunca ha celebrado ningún congreso? Pues eso, infelizmente, es un ejemplo de lo que ha sucedido en España con las políticas públicas. Estoy seguro que, si esto lo hubiera analizado un Tribunal de Cuentas, un órgano de control externo, algo hubiera dicho. O algo se hubiera podido aprender de lo que dijo el órgano de control externo. Y, sin embargo, ese aeropuerto del

que no aterriza ni despegar ningún avión, esa carretera por la que no pasa ningún vehículo, ese palacio de congresos que no celebra congresos, etc., no hacen más felices a los ciudadanos. Los hace más infelices porque tienen una infraestructura multimillonaria, que ha restado recursos para otras prioridades constitucionales, como decía el profesor Juarez Freitas, y que, encima, ahora tenemos que pagar el mantenimiento porque, obviamente, no vamos a permitir que se puedan tumbar esas grandes infraestructuras.

Por lo tanto, es muy importante que, quizás una de las mejores conclusiones que podríamos obtener de este congreso — para Brasil, pero también para España y para otros países — es que los órganos de control externo, los Tribunales de Cuentas, tienen que tener la capacidad plena para poder enjuiciar, para poder fiscalizar las políticas públicas, en definitiva, las decisiones públicas. Por lo tanto, si esto lo conseguimos, si esa técnica en la gestión la aplicamos, tenderíamos a tener una administración de calidad, ejemplar, y que, en ningún caso la administración pública puede ser mirada por los ciudadanos como un problema. No puede ser un lastre. El ciudadano tendrá que tener los problemas que la vida le dé. Pero en ningún caso, quien tiene que ser instrumento para resolver problemas y generar un espacio de felicidad, de bienestar puede ser un problema para los ciudadanos.

Respecto de incrementar la madurez social, que sería otra de las oportunidades que nos puede presentar esta situación de crisis de representatividad, creo que se ha dicho todo por parte de la totalidad de quienes han hablado en esta mesa. Lo que suceda con el Estado, con la administración, es responsabilidad de todos. Lo decía también en una de las fotografías en portugués en profesor Rodríguez García. Todos, los ciudadanos, y calificados en cada uno de los niveles que podamos tener el ciudadano — como operador económico en el sector privado, como medio de comunicación, como empleado público o como autoridad administrativa — todos tenemos nuestra parte de responsabilidad y, además, en algunos casos, definida legalmente. Pero sin duda alguna, y lo decía al inicio de mi intervención, para mí, la máxima responsabilidad la tiene la sociedad. Es verdad que están las autoridades, las instituciones, las otras cualificaciones. Pero el ciudadano es el que tiene el auténtico poder, la capacidad de elegir, de votar. Es decir, el primer elemento de control es elegir correctamente.

Allí ya nos metemos en un tema muy frágil, muy resbaladizo, porque yo no le puedo decir a nadie a quien tiene que votar, sin duda alguna. Pero, claro, permitan Uds. que le diga: si en España una persona condenada por corrupción, que supera el periodo de condena penal de inhabilitación, se presenta a unas elecciones y los ciudadanos le votan, bueno, a mí, permítanme, aunque sea mi propia sociedad, mi propio país, a mí no me parece que sea la mejor elección. O que de repente se presente una folclórica, o una persona cuyo mayor mérito haya sido salir en Gran Hermano (Big Brother), en televisión, tonterías, pero sin embargo se presenta esa persona a la Asamblea Legislativa y gana, bueno, pues yo ciertamente entiendo que no se está eligiendo — bueno, pero luego puede que resulte ser un fenómeno de la gestión pública, maravillosa, pero a priori tengo mis dudas.

El ciudadano tiene muchísimo poder tiene muchísima capacidad de decidir quién va a gestionar sus intereses, o él mismo presentarse si quiere gestionar mejor que los otros que han estado en el gobierno. A través de la participación, del control social — es muy importante el control social. Se decía antes y lo decía el profesor Rodríguez García: políticas públicas de lucha contra la corrupción: ¿quién es el primero que tiene que fomentar y exigir esas políticas? La sociedad. A mí me llama mucho la atención en España que critiquemos determinados casos de corrupción cuando a los españoles, o a determinados españoles, no les importa comprar un producto falsificado en el mercado, o hacer piratería de música, o de *software* informático. ¿Entienden Uds. el ejemplo tan sencillo? Pero que a veces la propia sociedad asume, sin ningún tipo de problema, determinadas malas prácticas. O que, por ejemplo, no esté mal visto en España quien defraude impuestos. He ganado este año diez millones de Euros y sin embargo voy a pagar solo mil Euros de impuesto. O, ¡un fenómeno! Que ¿Quién es tu asesor fiscal? ¿Que lo veo yo también?: cuánto menos impuesto se pague, mejor. Ah, pero eso sí, ese político corrupto, torticero, malo... y ¿Uds.? Voy a repetir: los políticos, los cargos públicos, las autoridades, son espejo de la sociedad.

Yo sé que esto es duro; sé que no gusta escucharlo, siempre el ser humano tiene tendencia a decir “no, no es mi problema, el problema es de ese señor que es malo”. No, miren Uds., somos reflejo de nuestra educación, de nuestro contexto social, y así nos comportamos. Por lo tanto, es importante que exista una base social que sostenga

la cultura cívica que representa el papel democrático, el papel del ciudadano en el sistema jurídico-administrativo. Y esa educación no se consigue en un congreso como este, no se consigue en la Universidad, que sí que proporcionará. Se consigue desde pequeño. No sé si Uds. la conocen, si no se la recomiendo, échense un vistazo — hay muchísimas, y por supuesto brasileñas — a la campaña de la que fue primera-dama de República Dominicana, en la actualidad vice-presidente de la República Dominicana, que se titula “Bien por ti”, que estaba destinada a los niños. Porque es verdad, la cultura de las buenas prácticas, esa cultura de la legalidad, que también se apuntaba antes, no se adquiere como una epifanía, de la noche a la mañana.

Todos podemos ser San Pablo en alguna ocasión, se adquiere sobre todo desde pequeño, con educación, con formación, con una pedagogía de buenas prácticas, con una recuperación de valores. Obviamente, si yo — y pongo el ejemplo de España — tengo una televisión, incluso pública, que fomenta los valores del éxito fácil, del dinero, que es más importante un futbolista que cobra cinco millones de Euros que un investigador, y bueno, al fin y al cabo el futbolista se esfuerza, pero imagínense Uds. a una persona que cobra millones simplemente por vender su vida privada. Ese es más importante que un investigador. Y ese se presenta a unas elecciones y gana las elecciones porque es una persona divertida. Se presenta el investigador y no, si ese es un aburrido... permítanme esos ejemplos tan chuscos para vencerles porque es muy importante el que la sociedad se sostenga de acuerdo a unos valores.

Su preámbulo constitucional, ese preámbulo que incluso hace una referencia genérica al buen Dios para conseguir los objetivos constitucionales, no es baladí, no me parece ninguna tontería esa referencia constitucional, porque esa referencia, sin duda alguna, a unos valores que solo se pueden asumir desde pequeño, y se van perfeccionando en las fases de la vida y proporcionarán esa cultura cívica. Porque, fíjense, todo lo que puede hacer un ciudadano — sólo como derechos, que no estamos hablando de las obligaciones. Ese derecho a participar en la definición de los programas y políticas públicas, a la valoración de las políticas y la calidad de los servicios, a la valoración de las instituciones de carácter general, a iniciativas reglamentarias, a observaciones, a sugerencias; el ciudadano, es que tiene mucho poder el ciudadano y lo tiene que saber utilizar muy bien.

Por lo tanto, esa cultura cívica de que estamos hablando, y quizá el momento en que nos encontramos sea propicio para recordar algo realmente que nunca se nos tenía que haber olvidado, en definitiva, se concreta en esa interiorización de la idea de interés general. Yo presumo de eludir impuesto, de evadir impuestos, y la sociedad me lo reprocha. A nadie se le ocurre, fíjense, que si puede conseguir. En España se ha conseguido que los hábitos de fumar se vayan eliminando. Y hoy en día incluso socialmente está mal visto fumar, pero, sin embargo, no está mal visto defraudar impuestos. Yo fumo y tengo que irme afuera, tengo problemas; sin embargo, en una reunión social puedo decir: he ganado X y apenas he pagado impuestos. ¡Fenómeno, estupendo! Eso no puede ser. Porque no se tiene realmente interiorizada esa idea del interés general. Porque si eso existe, tenemos valor social. Si no existe, estamos ante una patología, vicio, enfermedad social importante. Tenemos que aprovechar esa situación de crisis, de falta de representatividad frente a los ciudadanos para hacer una reforma completa, compleja y, sobre todo, aprender.

Ojalá mi hija en el futuro, nuestra niña Alicia, que tiene nueve años, sea mejor ciudadana de lo que he sido yo. Para saber votar mejor, elegir mejor, para ejercer mejor sus derechos como ciudadana y para mejor cumplir con sus obligaciones y, por supuesto, se produzca esa renovación basada en una mayor responsabilidad social. Porque, en definitiva, esos objetivos que planteamos, de mayor honestidad y de menores prácticas corruptas o de malas prácticas administrativas, no se van a conseguir a golpe de norma, porque siempre habrá la posibilidad de decir porque la norma no hace milagros, solo se va a conseguir sobre todo con ese comportamiento cívico a través de una idea interiorizada de interés general. Y eso, sin duda alguna, junto con la recuperación de la técnica, de la exigencia, del rigor en el cumplimiento del principio de legalidad, es este, para mí, sin duda alguna, una de las grandes oportunidades que nos presenta esta crisis de representatividad.

¿Cuáles son los riesgos? Creo que ya se han planteado. Los riesgos, en definitiva, son la incerteza, la falta de credibilidad que hemos apuntado, y, sin duda alguna, la imprevisibilidad. Antes se decía, y se decía con mucho acierto, creo que fue por uno de los moderadores de la mesa, que los problemas de la democracia se resuelven con más democracia. Yo no creo que estén bien canalizado los problemas en la actualidad, de falta de representatividad. Los ciudadanos tenemos que defender la

democracia de acuerdo a los legítimos instrumentos que la democracia les ofrece. O modificando las reglas, que también es absolutamente democrático. O los, en España, famosos escraches, que era ir frente a las casas de las autoridades administrativas, públicas, y gritar, intimidar a su familia, a sus hijos, diciendo tu padre es un corrupto, tu padre roba, tu padre mata a los ciudadanos, etc.

Les cuento una anécdota personal para que vean Uds. como se puede agravar desde el punto de vista de la democracia. Hace ya bastantes años estábamos con unos profesores, compañeros de la Pontificia Universidad Católica de Chile, con la PUC de Chile, y hablaba del problema que tenía la esposa de un profesor porque era hija de un militar que era funcionario, era militar en la época de Pinochet y aun cuando no había tenido responsabilidades en la parte más dura, triste, de la democracia chilena, indudablemente había sido militar y había trabajado para la administración en este caso del general Pinochet. Entonces iban a su casa, y allí le llamaban en Chile “los funeros”, que era lo que sucedía, iban a gritar, torturador, represor, dictador, represor. Imagínense Uds. que a la puerta de su casa se ponen diez, veinte personas a insultarles, a intimidarles, a incriminarles, a romperles la paz familiar, la intimidad. Y en aquel momento — hace ya unos cuantos años — yo decía, madre de Dios, menos mal que soy español, porque, por muy avanzados que estén los chilenos, todavía no tienen una democracia madura, fuerte como la mía, en la que, a Dios gracias, podemos criticar, podemos establecer posiciones contrarias pero no tenemos esta barbaridad de los “funeros”. Quién me iba a decir a mí que en el año [...] y 2013 yo iba a tener a los funeros en forma de escrache y no es bueno. Yo creo que cualquier forma de violencia frente a un gestor público, no es buena. Porque tiene que tener el Estado de derecho, y sobre todo el sistema democrático, tiene que tener las herramientas necesarias para que cualquier caso de desviación sea corregido con las técnicas que nos proporcionan el sistema de derecho y, por lo tanto, el sistema democrático.

Esos movimientos — eso que también uno no está acostumbrado a escuchar ese tipo de discursos, no formalizados, como decía el profesor Freitas esta mañana, espontáneos —, yo creo que se tienen que canalizar a través del régimen democrático, o cambiar el sistema democrático. Pero son impredecibles. ¿Qué ha sucedido en Grecia? Que si no llega a ser por la presión — y eso no es una política interna de

Grecia, existe una presión de la Unión Europea — que ha dicho hasta aquí hemos llegado, los grupos de extrema derecha, neonazi, hubieran colonizado el espacio político de Grecia. O los espacios políticos colonizados por extremistas de un signo o de otro signo. Por lo tanto, esos movimientos pueden resultar, de mi punto de vista, inciertos, impredecibles, y la solución, sin duda alguna, la tenemos todos los que hemos hablado aquí en la mesa: generar confianza. Y ese principio de la confianza, ese principio resulta muy importante para impedir que esos riesgos no nos generen una situación de debilidad democrática y tengamos, y es tan bonito, [...] de verdad, de su escudo nacional, que es el orden y el progreso. Eso es en definitiva lo que yo creo que en general, deseamos todos: el cumplimiento de todos y cada uno de los objetivos que se contemplan en el artículo 3 de su Constitución.

¿Quién no quiere construir una sociedad libre, justa y solidaria? ¿Garantizar el desarrollo nacional, erradicar la pobreza, la marginación y reducir las desigualdades sociales y regionales; promover el bien de todos, sin prejuicio de origen, raza, sexo, color, edad o cualesquiera otras formas de discriminación? ¿Quién no quiere eso? Todo, sin duda alguna, lo queremos. Claro que se refleja muy bien esa idea de felicidad; es nuestra responsabilidad, la responsabilidad de todos, obtenerla y, sin duda alguna, las oportunidades de recuperar el valor de la técnica en la gestión e incrementar la madurez social de los ciudadanos, una mayor cultura cívica de los ciudadanos nos pueden proporcionar ese orden y ese progreso, esa concreción, sin duda alguna, de la felicidad a la que todos anhelamos. Muchísimas gracias.

Dia 12/11/2013 — 16h30min

Mestre de Cerimônias: Maria Thereza Simões Cordeiro

Dando continuidade ao Simpósio Internacional, convido para tomar assento à mesa o auditor fiscal de controle externo, Carlos Tramontin, diretor-geral de Controle Externo do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Convido também Maria Belen Lozano García, professora doutora da Universidade de Salamanca, na

Espanha, e Joel de Menezes Niebuhr, doutor em direito pela PUC de SP, advogado e presidente do Idasc [Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina].

[leitura do currículo do auditor fiscal de controle externo, Carlos Tramontin]

Com a palavra, o nosso diretor-geral de Controle Externo, o auditor fiscal de controle externo, Carlos Tramontin.

Painel II: “Transparência no âmbito empresarial: os códigos para o bom governo”

Painelista: María Belen Lozano García (professora doutora da Universidade de Salamanca, Espanha)

Bien, buenas tardes a todos. Es un honor y un placer muy especial para mí estar con todos Uds. en Santa Catarina, en Florianópolis en concreto, lugar al que he querido venir un par de veces pero no he podido, por lo cual me siento especialmente satisfecha de por fin, en 2013, estar aquí con todos Uds. y comentar aspectos relevantes del ámbito empresarial. Quisiera sobre todo dar las gracias a las personas que tan amablemente nos están recibiendo estos días aquí. Carlos Tramontin, por supuesto, Doctor por la Universidad de Salamanca, y recalcar que hizo un buen trabajo, muy novedoso, por su metodología. Y muy especialmente quisiera agradecer al consejero Salomão su amable invitación y su amabilidad tremenda tanto en Salamanca como aquí, da gusto tener un alumno como el que he tenido allí, que sabe tanto, que ya salía de las clases diciendo, pues sí, he aprendido mucho contigo también. Es realmente un amigo del cual estoy muy orgullosa que también haya sido doctor recientemente. Tanto es así que el día de su tesis doctoral, no suele ser habitual que ninguno de los jueces se levante y se emocione, yo estaba realmente muy emocionada de ver allí a Salomão defendiendo sus ideas sobre la corrupción,



Carlos Tramontin

ideas que, dicho sea de paso, para mi quedan un poquito lejos porque soy de otra formación más empresarial, pero que francamente un señor de su edad, un señor que ha hecho tanto esfuerzo en hacer un buen trabajo es verdaderamente loable.

Bueno, vamos a seguir con el tema de hoy. Cambiamos de tema, como pueden ver. Pasamos al tema empresarial, mi formación es empresarial, y yo les quiero comentar algunos aspectos muy breves, que solo tengo media hora de tiempo, pero sí que he hecho una exposición un poquito intuitiva, un poquito representativa, no demasiado académica porque también sabía que venía a un foro más de juristas. Entonces vamos a ver un poquito los problemas con los que podemos nos encontrar, y analizar un poquito, a raíz de esa problemática, los códigos del buen gobierno como posible solución. Me ha encantado la exposición del profesor Pedro Nevado que, en el ámbito público, les ha dicho un montón de aspectos que nosotros llevamos trabajando durante muchísimos años. El aspecto ético que sirve de asiento a sus razonamientos, el hecho de los valores, el hecho que las representaciones tienen que ser fieles y leales. Todos esos conceptos, de una manera muchísimo más microeconómica, muchísimo más al detalle, es lo que vamos a ver hoy.

Fíjense, nosotros, desde la administración de las empresas, desde la economía de las empresas, estudiamos aspectos totalmente microeconómicos, nos vamos al detalle más pequeño para ver donde surgen los problemas, porque así podemos abordarlos. De manera que llevamos otro enfoque totalmente diferente pero que, si lo miramos en conjunto, hay muchos aspectos en común con todo lo que hemos visto antes.

El esquema que quiero plantearles es ese que tenemos aquí. Vamos plantearnos, en primer lugar, por qué suceden algunos escándalos. Para ello, qué mejor que poner algún ejemplo empresarial, que todos conoceremos. Y, si no los conocemos, seguro que ya les resultarán familiares en cuanto yo le comente algunos casos. De allí derivaremos hacia una identificación clara del problema. ¿Por qué? Porque en un momento determinado se pueden producir si no fenómenos de corrupción, sí conductas que pueden derivar en un momento, en el ámbito empresarial, a abusos. Entonces vayamos al origen y veamos por qué esto sucede. Y, por último lugar, no nos podemos quedar solo en el problema. Tendremos que buscar unas soluciones. Dentro de esas soluciones hay un abanico grande de posibilidades que, se vienen

estudiando desde el ámbito de las finanzas, de la regulación, incluso en última instancia desde el ámbito de penal, como Uds. han visto antes. Yo me voy a basar en la primera instancia en la que debe de actuar la empresa de manera responsable, que es en su consejo de administración, en los órganos de gobierno que tiene dentro, en sus representantes. De allí que vayamos luego, muy sucintamente, el tema de los códigos del buen gobierno.

Y ¿por qué suceden estas cosas? ¿Por qué hablamos a veces de corrupción? ¿Por qué sucede todo esto? Porque, recordemos, no tenemos nada más que mirar unos años atrás, un montón de escándalos que suceden al nuestro alrededor; todo el mundo quiere hacer dinero. Todo el mundo quiere jugar al Monopoly. Por ejemplo, recordemos el caso Enron. ¿Uds. se acuerdan el caso Enron? Caso Enron, el año 2001, una gran empresa, gigante eléctrico de Estados Unidos, primera empresa americana en comercializar electricidad de gas natural, iba creciendo, creciendo, incrementaba su precio de operación, incrementaban sus ingresos, 24% anual, hacia muchísimas inversiones en Hispanoamérica, en el gasoducto Bolivia-Brasil. Era una gran potencia, efectivamente. De hecho, no en vano nació de la fusión de Houston Natural Gas e InterNorth en 1985. Y con los años se desarrolló hasta llegar a ser pionera en el mercado eléctrico y en la negociación de derivados. Aquí tenemos una representación, en el año 2000, de donde tenía todos los ingresos. Enron tenía ingresos por operaciones con derivada, por el desarrollo con fibra óptica, por ventas online, y con muchos derivados de carbón, petróleo, además. Un gigante.

¿Qué ocurrió? Así de sencillo. Fíjense voy a dar una primera pasada de las transparencias en las cuales se ve el precio de la acción de Enron. Esto no refleja ni más ni menos que el precio de la acción de Enron en agosto del 2000: 86, más o menos. Y a lo largo de los meses cayó, cayó hasta que fue a la bancarrota. ¿Qué ocurrió? Si Uds. recuerdan, muy sucintamente, esto fue en el 2000-2001, como digo, allá por octubre-noviembre del 2000 — aquí dice: “Venta de acciones por parte de los altos ejecutivos”. Los directivos de Enron, que eran propietarios de las acciones, empezaron a vender sus participaciones. Y el precio más o menos se mantenía estable, pero eso empezaron a hacer. A la vez, había buenas relaciones con los Republicanos, con el gobierno. No digo más. Pasaron los meses, seguían esas buenas relaciones, posiblemente las regulaciones que se hicieron — bueno,



María Belén Lozano García

luego se demostró que, efectivamente, las regulaciones estaban hechas en conjunción — y se observa que en mayo, junio, julio, se siguen vendiendo grandes paquetes accionariales de altos directivos de las empresas — algo estaba pasando, algo que sólo conocían los directivos. Tenían información privilegiada, mucha información privilegiada. En tanto en cuanto, si Uds. recogen la prensa de aquella época, a los trabajadores se les decía “vosotros mantened las acciones de la empresa en el fondo de pensiones que la empresa va bien, todo va bien”.

Finalmente, en los últimos meses del 2001, ya se veía que eso iba mal. Venía una crisis clara, las cosas no venían adecuadamente, y se empezaban a buscar pequeños parches, pequeñas soluciones a la crisis. Esas soluciones venían de la mano de la ley de quiebras o de la ley de comercio de Estados Unidos para tentar llegar a los acuerdos con los acreedores e intentar evitar la crisis. Pero no, no fue posible, seguía bajando, bajando, el precio de las acciones. En julio del 2001, como se puede ver allí, ya valían cuarenta y pocos Euros, y además, los directivos seguían vendiendo sus paquetes accionariales, seguían deshaciéndose de sus participaciones. Finalmente, en noviembre-diciembre del 2001, la empresa quebró definitivamente. Esto fue un desastre, tremendo. Esos resultados fueron terribles para los negocios latinoamericanos derivados de esta gigante, es que tenían muchas participaciones.

Es que, además, muchísimos inversores salieron perjudicados por esa reducción tremenda del precio de las acciones en la cual no tenían nada que ver. Eran simplemente malas decisiones directivas que vienen de la mano de prácticas contables, por ejemplo, ilegales. Se demostró que había habido ocultación y destrucción de información. Hasta tal punto llegó el escándalo que la famosa consultora Arthur Andersen, se descubrió que estaba involucrada en todo ese proceso, y entonces perdió la credibilidad en los años siguientes de una manera tremenda. Y también como hecho muy negativo, la ejecución por parte de esos directivos, de esa información privilegiada que tenían cuando acudieron a la venta de acciones, lo cual desembocó finalmente en una bancarrota.

Las conclusiones principales que podemos sacar de todo eso son francamente penosas. No fue una simple quiebra esto; era algo que no se anunciaba pero que ya era conocido por todos los directivos, y eso era un problema importante. Hubo, además, muchos matices políticos; estaba metido, además, el gobierno por detrás

de todo eso. La administración fue tremendamente oportunista. Estaban las auditorías detrás. O sea, realmente fue muy dañino para todo el sistema global de la economía y de las empresas, en concreto de todos los trabajadores, los bancos implicados, todos los stakeholders que había alrededor. Esto fue francamente tremendo.

Este fue de los más sonados, de los más grandes. Pero casos de estos suceden y los conocemos todos, digamos que en Brasil hay casos similares, recordemos Parmalat en Italia, esto es triste y da pena. Pero fíjense, no me quiero quedar en los casos tan escandalosos que, verdaderamente son penosos, pero no nos tenemos que engañar. Al final, el que pierde ¿quién es? Es un pequeño inversor, que tiene una pequeña participación, no hace falta que sea mucha, se queda sin nada. La empresa va a la bancarrota, he puesto confianza en una empresa, he puesto mi dinero en una empresa, y resulta que lo pierdo. Soy un trabajador que trabajo por la empresa, estoy sin nada y resulta que los directivos están haciendo lo que quieren hasta tal punto de vender sus participaciones. ¿Estoy incentivado? ¿Qué es esto? Esto es tremendo. Pero ¿adónde quiero llegar? Quiero llegar al tema de que, al final, en todos estos casos, en situaciones no deseables, el que pierde siempre es el pequeño inversor, el minoritario, el pequeñito, pequeñito. No el big shot, como dicen los americanos, el que tiene gran poder. Recuerden la película de Wall Street. Los big shots no pierden allí. Manejan acciones que si no es de una manera es de otra. No, es el pequeño accionista.

El segundo ejemplo que les iba a poner es el ejemplo de las inmobiliarias. Es un ejemplo sencillísimo del que seguramente no han oído hablar en sus vidas, pero que a mí me quedó muy grabado cuando en el año 2002 diversas empresas españolas empezaron a adquirir participaciones de unas sobre otras. Sacyr empezó a comprar pequeños paquetes accionariales de Valle Hermoso; ACS, de Dragados; [...], de [...]. ¿Qué ocurría? Que al cabo de unos meses se desató el escándalo. Un escándalo que, en el fondo, lo que pretendía era modificar la ley de ofertas públicas de adquisición y regular un poco esa situación. ¿Qué ocurrió? Los pequeños inversores, los accionistas minoritarios de los que yo les hablaba antes, quedaron al margen de las grandes primas que se pagaban a los compradores de grandes bloques de acciones.

Y ¿por qué quedaron al margen los pequeños inversores? Porque los blockholders, sin incurrir en ninguna ilegalidad, simplemente en un gran abuso, lo que hacían era comprar acciones a esas empresas llegando al límite justo que les permitía la ley, que era el 25% de las participaciones. Es decir, les pongo un ejemplo: Sacyr adquirió participaciones sobre Valle Hermoso, la persona que las adquiría era un blockholder que tenía poder sobre esa empresa y adquirió el 24,9% de las acciones de Valle Hermoso. ¿Por qué adquirió el 24,9% sólo? Porque si adquiría el 25, por ley tenía que lanzar una oferta pública de adquisición, hacerlo público a todo el mundo, con lo cual el pequeño accionista se sumaba, que es lo lógico, lo idóneo y lo ideal. Pero no, se hacían negociaciones de manera privada, adquiriendo el 24,9% iban adquiriendo poquito a poco participaciones sobre las otras empresas, entonces llegaban a adquirir el control.

Esa adquisición de control, primero, era negociada, no estaban dejando fluir al libre mercado. Segundo, se les pagó importantes primas, se les pagó mucho dinero por esas acciones, no se les pagó el valor sólo, se les pagó el valor más el dinero adicional que yo te pago por comprármelo tú. Y ese valor es al que muchas veces el accionista minoritario no puede llegar porque está realmente en una situación de indefensión, de que no conoce esa información. Por lo tanto, fíjense, eso es una pequeñez, parece una pequeñez al lado de lo que pasó con Enron, pero es horroroso. Y eso, casi todos los pequeños accionistas lo sufren casi todos los días. Y a falta de información, de allí que se esté regulando tanto, sobre todo en los países en donde la protección al inversor es débil, el que haya más acceso a la información, el que todos los accionistas — minoritarios, mayoritarios, cualquier tipo de accionista — tenga información a todo lo que necesite, sobre los temas que se van a tratar en la junta, sobre las votaciones que se van a hacer, o sea, es necesario que todos, si estamos interesados, sepamos. Y aquí en el origen, lo más pequeñito, lo más microeconómico, es donde quizá podamos buscar soluciones y donde quizá podamos evitar abusos de otros stakeholders. Cuando digo stakeholders me refiero a los grandes accionistas que tienen mucho poder, al directivo que tiene una discrecionalidad excesiva en algunos momentos, me refiero las personas que otorgan algún poder la empresa que a veces se convierte en abusivo.

Ante todo esto, a mí no me queda opción que reflexionar. El objetivo, como vieron antes en el esquema, era que viera qué es lo que pasa y adónde tenemos que ir. Pues bien, yo me plantearía tres preguntas para entender un poquito esto. La primera pregunta: ¿Cuál es el problema? Que más o menos lo tenemos identificado. La segunda: ¿Por qué unos se intentan aprovechar de otros en la empresa? Y la última, ya para entrar un poquito en nuestra terminología empresarial, lo que solemos estudiar, identificar esos comportamientos empresariales e identificar cómo tratarlos.

¿Cuál es el problema? El problema es que todos queremos hacer dinero, como hemos visto antes, y que ya se habla con toda naturalidad de la corrupción. Corrupción en el ámbito privado, pero con toda naturalidad. Eso, como ya he dicho antes, conlleva una asunción de riesgos elevados, conlleva una serie de operaciones que, al final, van a derivar en un detrimento del valor de la empresa, al final, van a derivar en esa pérdida de cotización que vimos antes, porque eso el mercado lo ve, tarde o temprano. El problema es que a veces lo ve a largo plazo, y no a corto. Ese es el problema, al final eso se refleja en pérdida de valor de la empresa, y los que salen naturalmente dañados son los pequeños accionistas.

¿Por qué unos se intentan aprovechar de otros? Básicamente, es tan sencillo como esto, porque somos humanos. Porque si tenemos oportunidades, las aprovecharemos. Porque, como decía ya Einstein, todo es relativo, y depende del comportamiento y de estados humanos y de elecciones de los individuos. Luego tenemos que contar con eso. En la empresa, aunque parezca mentira, ya no solo contamos los gastos financieros, los gastos y todos los datos de balance. No, también intentamos medir lo que llamamos los costes de agencia — los costes que pueden derivar en hacer daño de alguna manera a la empresa por no ir todos remando en la misma línea. ¿Cómo llamamos a estos comportamientos empresariales? Para que Uds. se lleven una terminología empresarial completa, a esto lo llamamos oportunismos. Esto no es una clara corrupción, esto es un aprovechamiento, oportunismos, en cuyo origen están muchas conductas corruptas y que provienen, fundamentalmente, de información asimétrica. De que unos individuos tienen más información que otros. Por lo tanto, esto puede dar lugar, en un momento determinado, ese abuso de información, a corrupción, a sobornos, a conductas oportunistas.

Miren, vamos a identificar a continuación algo que es muy obvio pero para que se les quede muy bien a Uds. en la mente, un problema de oportunismo que es el oportunismo que se produce entre el accionista y el directivo. Ponemos este ejemplo porque es el más habitual, porque el que más se suele estudiar, porque hay muchísima bibliografía al respecto, pero puede haber otros tipos de conflictos. Podemos encontrarnos conflictos de abusos de oportunismos, como hemos dicho antes, entre accionistas minoritarios y mayoritarios, entre el trabajador y la empresa, entre clientes y la empresa, incluso en relación a la propia empresa. Entonces vamos a centrarnos en el problema fundamental del gobierno corporativo, el problema que sucede al gobierno corporativo. Para eso imaginemos una situación en la que elegimos al equipo de dirección. Recuerden, en la empresa, las personas más importantes — aunque todas lo son —, las personas más importantes son las que tienen la propiedad, son los accionistas.

Luego yo, como accionista, puedo ejercer la dirección en un momento determinado, o puedo no ejercerla y delegar en un equipo directivo. Suponemos que la gestión va a actuar en el interés del directivo. Esta es la famosa teoría principal agencia: yo soy el principal accionista, delego en el directivo y, al delegar en el directivo, presumo su lealtad, presumo que va a actuar en mi misma línea. Presumo esto. Yo soy el accionista, parte de la izquierda, presumo que el directivo va a ir en mi misma línea, no hace falta que sea igual, pero sí va a actuar en la misma línea. Pero puede ser que pase lo contrario; puede ser que el directivo, por criterio propio, por ineficiencia, por dejadez — todos esos problemas son problemas empresarialmente estudiados —, puede ser que el directivo vaya en sentido contrario. Ya tenemos el primer choque, choque importante. Cuando nos reunamos:

- “Tú ¿por qué no has hecho lo que yo te he pedido?”
- “Bueno, pues si tú me quieres a mí, será por algo.”
- “Bueno pues entonces me voy a plantear relevarte.”
- “Bueno pues el coste que me supone cambiarte puede ser elevado.”

En fin, toda una sarta de complicaciones, insisto, este choque deriva en coste para la empresa. Ese coste significa reducción de valor. Esa reducción de valor significa que lo ven los inversores y se refleja en el mercado.

Luego, primera situación, esta que les planteo. Pero ¿qué puede suceder también? ¿No es verdad que puede suceder también lo que conocemos todos, Uds. lo conocen como free rider? ¿No es verdad que existen muchos accionistas que no quieren ejercer un control activo? ¿No es verdad que existen muchos accionistas que solamente quieren estar en una empresa para recibir sus dividendos a final de año y quedarse de brazos cruzados? Bueno, nos podemos encontrar con una situación de mínimos totales, que los accionistas sean tan pequeñitos que no quieran ejercer el control y que el directivo asuma todo el poder, tremendo. De la conjunción de ambas situaciones — de que el directivo tenga un gran poder y de que el accionista no ejerza un control adecuado — se deriva algo que no queremos, algo que es el problema del gobierno corporativo, y es que el directivo persigue un objetivo totalmente diferente al que se le ha delegado.

El agente no está cumpliendo fielmente las cuestiones que le han encomendado. Esto, desde luego, es muy difícil establecerlo. No se sabe muchas veces si el directivo intenta seguir o no los objetivos del accionista. Tampoco se sabe si simplemente está haciendo unas funciones para dejarlo insatisfecho. Una vez que damos ese salto, tampoco se sabe si persigue metas normales, buenas, o si, por el contrario, persigue metas personales. Hay muchos casos de directivos que hacían cosas totalmente personales con las empresas. Hasta tal punto de rayar la ilegalidad. Esto realmente es un coste que hay que luchar por identificarlo pero que es difícil de identificar.

El tema, en el fondo, es el que el accionista delega en el agente y el agente es el que debe responder ante esa delegación. Todo eso se estudia bajo la perspectiva de la teoría principal agente. Se identifican muchos problemas. En esta situación de conflicto accionista-directivo, identificamos problemas de seguridad, de riesgo, de miopía, es lo mismo. No vamos a profundizar en todo esto, pero sí que veamos que la actuación directiva deriva en una destrucción del valor de la empresa. Los comportamientos se tornan ineficientes, por lo tanto se reduce el valor de la empresa.

Pero seamos un poquito positivos. Hemos visto el conflicto, hemos visto que se pegan dos stakeholders, pero vamos a intentar llegar a una solución. Como les he comentado, hay muchas soluciones, algunas más estudiadas que otras. Desde el punto de vista interno empresarial hay por lo menos siete u ocho que se han

analizado en profundidad. Yo solamente voy a centrarme en los códigos del buen gobierno por falta de tiempo y en las recomendaciones que se dan al respecto. Eso implica que haya que buscar medidas que refuercen de alguna manera la regulación, las instituciones, establecer normas de contabilidad si no las hubiere, armonizarlas entre países, detectar prácticas cuestionables. Intentar, en definitiva, ser más transparentes con la información. Por ejemplo, en España, desde el 2003, la ley de Transparencia de la Información está siendo bastante más efectiva en este sentido. Todos los detalles que les comentaba yo antes, de información para las juntas de accionistas, voto por correo, información telemática, eso está ya regulado, es de obligatorio cumplimiento y está mejorando la situación.

La cuestión aquí principal es que la gente, el accionista, delega en el directivo. Pues bien, tenemos que intentar y tenemos que luchar que luego eso se revierta. Efectivamente, yo, directivo, tengo que decirle qué tal me ha ido y qué es lo que he hecho. Y, si yo hago esto, yo podré tomar otra vez medidas como accionista. Fíjense que esta última flecha, la roja, está obligando al accionista a ser un inversor activo, a no ser un free rider, a no relajarse. Por supuesto, también la verde está obligando a dar informaciones y no hacer lo que yo quiera. Pero tan importante es una como otra. Si hay esa delegación, tan importante es que yo reporte como que me controlen. Porque si no me controlan no voy a reportar o voy a reportar otras cosas. Bien, en las empresas, que les voy a comentar, tenemos los códigos de conducta empresarial que son bastante habituales, Uds. los conocerán seguramente, muchas empresas, muchos países los adoptan, y lo que buscan es hacer a esa empresa sensible a esa responsabilidad social que debe tener.

La empresa recibe de la sociedad muchos inputs, pues yo también la famosa responsabilidad social corporativa, yo también tengo que responder ante la sociedad. Y, a la vez, proporcionar aquellos mecanismos que eviten prácticas anómalas. Proporcionar aquellos mecanismos que nos deriven de situaciones delicadas, situaciones que no queremos luego que trasciendan. Entonces, esos son los códigos típicos, como el que hizo El Corte Inglés, empresas como Procter&Gamble, Carrefour, en fin, las grandes empresas suelen tener esos códigos, muchos de ellos muy específicos con casos concretos de cosas que suceden en una determinada situación, muy detallados.

Pero vamos a dar un pasito más, vamos a fijarnos en quiénes son los [...] más importantes a la hora de elaborar un código de buen gobierno. Vamos a situarlos a nivel de creación de riquezas son las empresas cotizadas, realmente, las empresas que más potencial de crear riqueza tienen, también de destruirla, pero tenemos que mirar en sentido positivo. Esas empresas normalmente tienen muchísimos accionistas; esas empresas tienen un directivo delegado y tienen un órgano de representación de los accionistas, los llamados consejos de administración en España; creo que aquí Uds. los llaman el consejo directivo. Los consejos de administración, yo diría que son el elemento más importante de control en la empresa que tenemos y que es el primero que deberíamos de controlar eficientemente.

¿Por qué? Ya sabemos que el consejo de administración es un órgano que supervisa a los directivos como representantes de los accionistas, que supervisa a los directivos, evita esos comportamientos oportunistas y toman decisiones trascendentales que no se deben de tomar por una, o dos o cinco personas solas, sino por representantes de la propiedad, unos representantes de la tiempo realmente. Sus funciones son extensas; en algunas empresas tienen atribuidas algunas funciones, en otras, otras, pero en general llegan a aspectos tan amplios como la planificación, decisiones estratégicas, crear sus comisiones delegadas, los presupuestos, por supuesto supervisión de la gestión, representantes de la sociedad.

Por lo tanto funciones, como digo, encaminadas a dirigir el adecuado camino de la empresa y también del directivo, de intentar que vaya por el camino que nosotros hemos marcado, o si no que me convenza por lo menos, pero ir bien guiado. Los consejeros, creo que también eso es conocido, pero por si acaso, se dividen en internos y externos. Internos son aquellos consejeros que están directamente involucrados en la gestión de la empresa; y externos, los que no están directamente involucrados; ahora volveremos sobre ese tema. En ese ámbito es en el que se elaboran los códigos del buen gobierno. Existen unas pautas en casi todos los países, acerca del funcionamiento de ese consejo de administración. También las pautas se dan para las juntas de accionistas, para las operaciones vinculadas, para cómo se deben de comportar en un momento determinado los stakeholders. Pero yo diría que el consejo de administración es el elemento central, por eso me he centrado fundamentalmente en ese aspecto.

Los códigos del buen gobierno recomiendan, en concreto el español tiene 53 recomendaciones, algunas pautas de actuación acerca de cómo debe actuar el equipo directivo y el consejo de administración. Piénsese que el consejo de administración, si, al fin y al cabo va a decidir sobre cuestiones importantes, también podría darse que ese consejo de administración fuera fiel a los accionistas o no fuera fiel a los accionistas. Porque como el consejo de administración también tiene internos, que son aquellas personas que están involucradas en la gestión, pudiera ser que un consejo ineficiente, como alguna vez ha habido, derive en comportamientos ineficientes y cercanos a la dirección. La dirección puede hacerlo bien, por supuesto, pero en caso de que lo hiciera mal, en el consejo se podría replicar esa situación, ¿por qué no?

En definitiva, los códigos del buen gobierno, y así lo dice la mayoría, buscan una mayor transparencia de la información, que es lo que estamos hablando y reforzar el papel eficiente de los consejos de administración. Las dos facetas en las que influyen estos códigos del buen gobierno son las dos facetas de las que ya hemos hablado. En primer lugar, el directivo debe rendir cuentas al consejo, pero también a los accionistas. El directivo tiene que ir al órgano de representación de los accionistas y decir cómo está haciendo las cosas; luego, dos vías de actuación: directivo informa al consejo, directivo informa a los accionistas. Pero ojo, el consejo, por si acaso no lo estás haciendo bien, el consejo también debe de informar a todos los accionistas. Nos encontramos con esa especie de gráfico en el que todo, al final, revierte en el accionista. Y no nos olvidemos, el accionista luego debe de mirar, debe de haber otra flecha de retorno que vuelva hacia ese control.

En general, los códigos de los distintos países europeos, y los que recomiendan la Unión Europea y la OCDE son voluntarios, es decir, esto no es la ley, no es de obligatorio cumplimiento ni muchos menos, no tiene la empresa que cumplirlo, pero más vale que lo cumpla, porque luego todo se refleja en el mercado. Al final, les enseñaré unas diapositivas en las cuales se ve que muchas de las empresas españolas ya van cumpliendo esas recomendaciones. Está comprobado que su efecto en el valor de mercado suele ser positivo, de ese cumplimiento. Eso no quita que muchas cosas, por supuesto, todavía no se cumplan, que haya consejos ineficientes, que hagamos muchas cosas mal todavía.

En España, nuestro código actual se llama Código Unificado de Buen Gobierno. Lo llevó a cabo Manuel Conte, Presidente de la Comisión Nacional del Mercado de Valores, y es un código que lo que trata es de unificar los códigos que hubo anteriormente. En 1998, Manuel Olivencia, catedrático de derecho mercantil, elaboró la primera propuesta, que estuvo funcionando durante unos años, muy positiva, aquí ya se empezaba a comentar todo lo que se ha ampliado, y en el 2003, Enrique Alama, presidente de la comisión de transparencia, en aquellos años. Y, fruto de esos dos, hemos llegado al Código Unificado del 2006 que, recientemente, se ha actualizado. Si Uds. se meten en la página de la CNMV, en el [...] se ha actualizado ese código y se ven las 53 recomendaciones que se deben seguir.

Como digo, es de voluntario cumplimiento. Pero es muy curioso, porque empieza a salir a público y dice: ese código se basa en cumplir o explicar. Es decir, o lo cumples o, si no lo cumples, ya nos puedes explicar por qué no lo cumples, en cuyo caso todas las empresas se están viendo bastante forzadas a hacer las cosas bien, y sino, por lo menos a decir porque no lo cumplen.

Bueno, ya digo que hay 53 recomendaciones, no pienso hablarles de las 53. He resumido tres recomendaciones que me parecen muy importantes para comentarles, y una cuarta de mi propia cosecha pero resume las demás. Se las comento brevemente para que tengan una idea de adonde nos dirigimos.

La primera recomendación que les recomiendo como importante es que el número de consejeros se mantenga entre cinco y quince. Había mucha disputa para saber si deberían ser pocos consejeros, si deberían ser muchos. Muchos traen muchos problemas a la hora de hacer las comisiones delegadas, hablar, repartirse. Pocos podría ser que no crearan valor añadido a las empresas de esta categoría, son empresas cotizadas, todas. Entonces, finalmente, entre cinco y quince quedó la cosa. Eso sí, tres tipos de consejeros: con ejecutivos, los insiders de antes, consejeros directivos de la empresa, involucrados directamente en la gestión; esos tienen que estar porque nos tiene que contar las cosas. Insiders, ejecutivos.

Según do tipo de consejeros: dominicales. Los consejeros dominicales son los representantes de los accionistas significativos, entonces, si yo tengo poder, si yo tengo propiedad, ¿cómo no voy a tener mi representante? Aquí, hacer hincapié en

que, si yo tengo poca propiedad, me tengo que juntar con varios accionistas para tener mi representación y tener mi voz en el consejo.

Y últimos: consejeros independientes. Aquellas personas de reconocida capacitación profesional, prestigio, experiencia, que van a administrar nuestra empresa, asesorarnos sobre qué debemos hacer. Una visión imparcial, una visión independiente. Esto es lo que se necesita, al menos en España. En España, durante muchos años se ha mantenido esa división — ejecutivos, dominicales, independientes. ¡Vamos a meter independientes! Luego los independientes no eran independientes, estaban de la mano muchos veces de los ejecutivos. No, no. La independencia, cuanto más independientes, mejor.

Estos dos últimos — dominicales e independientes — se llaman outsiders, externos, porque, efectivamente no están directamente involucrados en la gestión. Si tenemos intereses en la empresa, los dominicales y los independientes, cómo no, son accionistas, pero no son los que administran la empresa, no son los que están en el día a día, no son los que tienen toda la información que otros a lo mejor desconocen.

La segunda información, ya la he intuido un poquito en la primera es la importante de los consejeros independientes. Parece que los independientes dan más prestigio a la empresa y además, sus recomendaciones son bastante más ilustradas y positivas que las de los dos otros tipos de consejeros. Por lo tanto se recomienda los códigos, que los consejeros independientes sean por lo menos un tercio del consejo de administración. Esta es la segunda recomendación que se hace. Por supuesto, yo creo que no hace falta ni decirlo, un independiente no debe de mantener relaciones directas con la sociedad, no debe de tener vínculos familiares con ningún directivo y no debe ser consejero de ninguna otra empresa que sea accionista de referencia de la empresa.

Esta sería la segunda recomendación. Muy importante el tema de los independientes, cada vez se exige, para ganar eficiencia en el consejo, más independientes en el mismo. Tanto es así que las comisiones luego que se crean, y me estoy adelantando a la tercera recomendación, se exige que el presidente sea un independiente, que, a ser posible, sean todos independientes, en fin, que sean personas de reconocido prestigio que nos guíen en las estrategias de hacia dónde va esa empresa.

Por último, la tercera recomendación, es que se creen comisiones, que trabajemos con comisiones en los consejos. Ya desde Olivencia se plantearon tres tipos de comisiones. Una la ejecutiva, otra la de auditoría y cumplimiento, y otra de nombramientos y retribuciones. La de auditoría y cumplimiento ya es de carácter obligatorio en España; debemos de llevar adecuadamente las auditorías externas, las internas, controlar todas nuestras cuentas de una manera lo más exhaustiva posible. Por supuesto luego se pueden crear otras comisiones.

Y por último la cuarta recomendación, que no comenta el código de por sí, pero sí que subyace en todo el código del buen gobierno este comentario. Y es el hecho de que el accionista es el que tiene la última palabra. El accionista, independiente de todas las flechas que vayan y vengan, de todos los reportes que manda hacer el consejo, la dirección, es el accionista el que finalmente detenta el control y debe ser el inversor activo, debe una persona activa que controle las ejecuciones tanto del consejo como de los directivos. Por lo tanto, la mejor forma de evitar abusos es que los pequeños inversores no actúen como free riders, no actúen de por libre, no dejen a la empresa, que ejerzan un papel activo en las organizaciones. Incluso hay soluciones, como, por ejemplo, que se le dé al directivo acciones para que también sea accionista, que se le dé al consejero acciones. Pero la filosofía que subyace detrás de todo eso es un papel activo al inversor. Es el inversor el que actúe como tal, para evitar otros problemas.

Y nada más, les pongo para terminar una fotografía española en la cual se ven todas las empresas del Ibex, con algunas de las características que les he comentado. Por ejemplo, se recoge el número de mujeres que hay en los consejos frente al de hombres, bastante pequeño, es otra recomendación que hace el código. Se recogen los ejecutivos, los independientes y los dominicales; de nuevo incidir en el necesario aumento de los independientes. Y la columna que menos me gusta a mí de todas es la final, que señala consejeros que están en otros consejos, son muchos.

Al final, uno está en otro, el otro en otro, eso en España hay que cambiarlo. Y esto es el grado de cumplimiento. En azul, las recomendaciones que se cumplen de las 53; en el eje horizontal tenemos las 53 recomendaciones, en el eje vertical tenemos a las empresas, una a una, tienen que ir diciendo cuáles cumplen, cuáles no cumplen; si cogemos la fotografía de varios años esto va en aumento. O sea, en



Joel de Menezes Niebuhr

este sentido, positivo, si bien congelado. En estos últimos años no se nota mucha mejora respecto del no cumplimiento de algunas recomendaciones, fruto — no me gusta acabar mal — de que algunas cosas no se cumplen es este artículo, que no es muy lejano, que dice que los consejeros esquivan la crisis. En España todos estamos haciendo recortes, a todos nos bajan el sueldo, saben que hay situaciones verdaderamente malas, pero a los consejeros — y más abajo explican los sueldos de las principales empresas — no solamente no se congelan sino que van en aumento, cobran por otras vías, no sé adónde vamos a ir, si los motores de la empresa no se ajustan también los cinturones.

Bueno, y sin más, quedo a su disposición.

Coordenador do Painel II: Carlos Tramontin

Diante do adiantado da hora, passamos imediatamente para a palestra do doutor Joel de Menezes Niebuhr.

Painel II: “Transparência no âmbito empresarial: os códigos para o bom governo”

Painelista: Joel de Menezes Niebuhr (doutor em Direito pela PUC/SP e advogado, presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina — Idasc)

Boa noite a todos. Eu gostaria de agradecer o convite para participar deste oportuno seminário sobre Crise de representatividade: desafios e oportunidades para controle externo. Gostaria de parabenizar os integrantes desta casa pela iniciativa, em especial o conselheiro Salomão Junior. Sintam-se todos cumprimentados pessoalmente, conselheiro Vandal, coronel, amigos aqui da casa já de muito tempo, Flávia. Cumprimento também em especial a professora Belén. Gostaria de prestar

uma homenagem singela ao professor Paulo Henrique Blasi, grande professor catarinense de direito administrativo, que faleceu há cerca de três semanas. Imagino que este seja o primeiro simpósio em Santa Catarina que verse sobre direito administrativo. O professor Paulo Henrique Blasi, para os que vêm de fora, foi fundador da nossa universidade, do curso de pós-graduação do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, um grande entusiasta do direito administrativo e um grande incentivador do direito administrativo catarinense. O professor Paulo Henrique Blasi é o presidente de honra do nosso Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina, um homem extraordinário, desses que há poucos. Não é toda hora que aparecem homens do calibre, da envergadura moral e da capacidade intelectual do professor Paulo Henrique Blasi, que vai fazer muita falta a nós, catarinenses, e aos brasileiros.

O tema do painel e da minha fala é “Transparência no âmbito empresarial: os códigos para o Bom Governo”. A professora María Belen é da área de administração de empresas, de gestão de empresas, e fez uma explanação bastante profunda sobre a contextualização desses códigos de bom governo e da governança. A minha área é direito administrativo. Vou tentar tratar aqui das repercussões desses códigos de bom governo, destes princípios de governança corporativa em relação à Administração Pública. Estes códigos das empresas privadas, em que medida [eles] repercutem na Administração Pública, na relação dessas empresas com a Administração Pública, sobretudo licitação pública e contrato administrativo, que são um canal de relacionamento bastante constante e importante entre as empresas privadas e a Administração Pública.

A professora María Belen falou bastante, de maneira apropriada e profunda, sobre o tema. Sobre aspectos conceituais, serei bastante breve — como em toda a minha fala — sobre essas definições, sobre essa conceituação, talvez realizando um *link* mais próximo com a nossa realidade brasileira e depois uma reflexão sobre a efetividade dessas normas internas que regem as corporações.

Código de bom governo. Essa é uma expressão usada com mais frequência em Portugal. No Brasil, o nome mais utilizado é norma de governança corporativa ou código de governança corporativa. São normas internas das organizações, das empresas, autoproclamadas. São elas mesmas [as organizações] que prescrevem

essas normas, ninguém as impõe. Essas normas são desprovidas de sanção externa. O cumprimento dessas normas não causa nenhuma repercussão fora do âmbito da própria entidade, da própria organização. Essas normas visam a disciplinar, a descrever como deve ser o comportamento dos agentes dessas organizações — acionistas, executivos, acionistas minoritários, acionistas majoritários, conselho de administração —, e a relação desses agentes com terceiros, inclusive com a Administração Pública. Como cada empresa define suas normas, ela mesma [empresa] que prescreve as normas para si, essas normas tem um conteúdo variável. Não há uma obrigação de seguir o mesmo padrão. As empresas prescrevem para si as normas que reputam convenientes. Então alguns códigos são mais aprofundados — entram em detalhes em certos aspectos —; outros, quase declarações de princípios, são normas mais superficiais. Cada empresa, cada organização define quais as normas que entende devam ser prescritas para seus agentes, e qual a extensão dessas normas, o nível de profundidade nesses códigos.

O grande mérito, a grande função desse código de governança corporativa é estabelecer, deixar claros quais os valores de uma empresa e de uma organização. Isso contribui para preservar essa organização, essa empresa; isso dá perenidade, longevidade à empresa. Você define, você põe em um documento escrito quais são os valores, quais são os comportamentos que a empresa espera de seus agentes e de todos os seus stakeholders [empregados, fornecedores, distribuidores e comunidade]. Então, isso faz com que a empresa perpetue a sua atividade, evite crises e percalços. Acho isso bastante positivo. Às vezes, os próprios sócios, os próprios acionistas, precisam ser lembrados do que os une, do que é o propósito da empresa. E isso deve ser avisado, comunicado com bastante transparência a todos os acionistas, inclusive os minoritários, e a todos os colaboradores da empresa.

No Brasil, nós temos o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa [IBGC], entidade muito bem reputada, muito bem aceita no meio empresarial, que exerce grande influência na propagação dessa cultura de governança corporativa entre as empresas brasileiras. Não só para as empresas abertas, listadas em bolsa, mas para todas as empresas que — mesmo não obrigadas por não serem abertas —, muitas [delas], adotam princípios de governança corporativa e também prescrevem suas próprias normas de governança corporativa. O IBCG tem quatro princípios

de governança corporativa que regem os modelos que eles propõem às empresas: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

Primeira reflexão que quero fazer é a seguinte: “Por que uma determinada empresa prescreveria essas normas para si própria? O que leva uma empresa a fazer isto?”

Antevejo quatro razões. Em primeiro lugar, é muito importante, e acho que é bom para a empresa, que afirma para si própria, quais são os seus valores e quais as regras pelas quais os seus agentes devem se comportar. Acho que isso é extremamente positivo. Hoje as empresas valorizam cada vez mais os recursos humanos, as pessoas, os colaboradores. Sabem que os resultados das empresas dependem desses recursos humanos, do desenvolvimento e da retenção de talento.

Essa geração Y, que é tão talentosa e tão dinâmica, exige transparência. Ela entra numa empresa — ainda que em fase inicial — como trainee, como estagiário, e quer saber quais são os valores da empresa, quer saber o que vai acontecer na empresa, como essa empresa se comporta, quer conhecer a empresa como um todo. Essa geração Y não tem muita paciência, quer isso de imediato. Então a empresa ter um código de conduta é bastante positivo em relação a seus próprios colaboradores e a sua própria direção.

Em segundo lugar, as empresas podem ser levadas a estabelecer esses códigos de conduta, essas normas de governança corporativa, porque entendem que isso é positivo, virtuoso. Que os agentes dessas empresas realmente devam proceder com retidão, devam ter uma conduta adequada, de acordo com os valores da sociedade e da empresa.

Outra coisa que leva as empresas a adotar esses códigos é a preocupação com os investidores. As ações, as operações em bolsa de valores são muito importantes para as empresas; é uma maneira como as empresas se financiam, alavancam capital. Então é importante que elas sejam transparentes com o mercado, sobretudo com os acionistas minoritários. Então essas normas de conduta interna emprestam credibilidade às empresas, e fazem com que essas consigam atrair mais investidores.

Em quarto lugar, a preocupação com o próprio mercado. Porque o mercado vê com bons olhos as empresas que afirmam certos valores, que o mercado [os] considera adequados. Portanto as empresas buscam fazer negócios com outras empresas

com as quais compartilham os mesmos princípios e os mesmos valores. Tudo isso é positivo para que as empresas adotem esses padrões, esses códigos de bom governo ou normas de governança corporativa.

A Bovespa tem uma série de normas sobre governança corporativa. Tem o nível 1, o nível 2 e o novo mercado. A depender do nível das exigências, que são maiores, o grau de exigência de transparência e de controle das empresas é mais elevado. Se as empresas eventualmente não cumprem os seus códigos, elas são penalizadas dentro do âmbito da Bovespa, e podem ser inclusive excluídas desse mercado, ou perder a categoria que lhes é atribuída.

Essa é a minha explanação geral sobre esses códigos de bom governo. A minha preocupação, minha reflexão sobre esses códigos diz respeito à sua efetividade. Tudo bem, a empresa tem códigos, tem um conjunto de normas a respeito de como proceder. O ponto é: “Isso é cumprido? O que garante que isso seja cumprido?”

Eu trabalho com três variáveis em relação à efetividade dos códigos de bom governo. Hipocrisia, a tentativa de empresas de haurir alguma legitimidade e também intenção de proteção dos gestores e isolamento desses gestores quando irrompe algum escândalo, especialmente na relação com o governo, com a Administração Pública. A professora María Belen até perguntou: “Por que isso ocorre? Por que ocorrem esses desvios?” Porque somos humanos. Isso é da natureza humana, problemas acontecem. As pessoas não são perfeitas. As pessoas cometem pecados, têm desejos, ambição, ganância. Todos esses desejos fazem parte do ser humano, e é normal que façam. Então desvios podem acontecer, e acontecem. Aliás, o pressuposto desses códigos é que [eles] acontecem, porque se não acontecessem problemas, não seria necessário nada disso.

Realmente não sei como é a experiência em outros países. Suponho que em culturas mais avançadas isso tenha um grau menor, sobretudo como advogado que trabalha com a Administração Pública. Que muitas empresas são fragorosamente hipócritas em relação a isso. Elas têm códigos de conduta, de bom governo, códigos que preveem normas pertinentes à relação com a Administração Pública, que proíbem propina, proíbem qualquer tipo de relação ilegítima com a Administração Pública. Entretanto, na sombra, praticam todos esses comportamentos que são ve-

dados nos códigos. Essa hipocrisia, de alguma maneira, e em grau menor, faz parte da vida de todos os cidadãos, de todas as pessoas, porque somos humanos, temos defeitos, temos pecados. É fácil olhar os outros e difícil olhar para nós próprios. São vários os exemplos, e todo mundo já passou por isso ou por alguma coisa relacionada com isso. O professor Pedro que nos antecedeu disse: “Os espanhóis criticam certos comportamentos — por exemplo, ‘é proibido fumar em uma sala fechada’ —, mas eles aceitam que se fraude o fisco”. Fraudar o fisco é um comportamento aceitável! Isso é hipocrisia.

Lembro-me de uma conversa que tive com um sujeito, que eu acho que [é] um dos sujeitos mais honestos que conheço, um sujeito que admiro muito. E ele falava sobre esses bares em Jurerê Internacional, mais especificamente sobre o P12. Todo mundo aqui de Florianópolis sabe. Era sobre uma escadinha, um deque que fez o P12 que leva até a praia e que passa sobre vegetação de restinga. Ele criticava: “É um absurdo, como é que deixaram ele fazer isso, um deque sobre a restinga, que vai diretamente à praia”. E eu disse: “Não, não é absurdo, porque é um bar, recebe pessoas, o público. É interessante que até que tenha esse acesso, que possa ter.” Daí esse sujeito disse assim: “Ah, mas se eles podem fazer, qualquer um pode. Qualquer um que tem casa de frente para o mar, então tem o mesmo direito de construir um acesso até a praia.” Não levei a discussão adiante: “Você tem razão, deixa para lá”. Mesmo que pudesse contra-argumentar: “OK, tem razão”.

Em outra oportunidade em que nos encontramos, eu e essa pessoa, depois de uns quinze dias, ele comentava [comigo] um apartamento dele em Jurerê Internacional, que ele havia vendido. Ele disse: “Vendi muito bem; consegui vender, estou muito feliz. E o sujeito que comprou fez um bom negócio porque é um apartamento muito bom, especialmente depois da reforma que eu fiz após o Habite-se [documento atestando que a construção segue as exigências legais da municipalidade]. Porque o apartamento era de um jeito, e, depois do Habite-se, eu fechei toda a minha cobertura, então ficou uma área imensa.” Ou seja, o bar de praia não pode construir um acesso à praia porque isso... Mas ele pode fechar a cobertura dele. Esse sentimento varia em cada sociedade. E repito: aspectos culturais influenciam nisso. Mas, em maior ou menor grau, todos nós guardamos alguma hipocrisia em relação a esses aspectos.

Agora o comportamento de algumas empresas — repito, isso é uma experiência subjetiva — é bastante hipócrita em relação a esses códigos de governo. É o código de governo, afinal das contas, não garante nada, não garante a retidão do comportamento dessas empresas. É pura e simplesmente um pedaço de papel, algo escrito. O desafio é que esse código de governo seja implementado, seja cumprido.

Daí vem a segunda variável que é a legitimidade. Muitas vezes as empresas têm esses códigos de governo e proíbem certos comportamentos ante Administração Pública — corrupção ou relações ilegítimas — pura e simplesmente para se legitimarem. Se houver alguma coisa, se houver uma acusação, eles dizem: “Opa, mas eu tenho um código de conduta”. E com isso se legitimam.

Recentemente, em 1.º de agosto de 2013, foi publicada a lei n.º 12.846, a famosa Lei Anticorrupção, que entra em vigor em janeiro de 2014. Esta lei está sendo discutida, é uma lei polêmica, muitos a defendem; eu acho essa lei uma temeridade completa, mas essa é outra discussão. No seu artigo 7.º, esta lei trata de aspectos a ser levados em conta pela Administração Pública ao sancionar empresas, pessoas jurídicas, que praticam atos de corrupção. Um dos aspectos a serem levados em conta para minimizar a pena é se as empresas têm código de boa conduta, [se] têm código de governança corporativa. Ou seja, você estabelecer essas normas, ainda que você não as cumpra, minimiza a pena a ser aplicada. Não sei qual é o sentido disso. Acho que, se ele tem um código e não cumpre, daí a pena deveria ser agravada, o agravante da hipocrisia.

Terceiro aspecto, terceira utilidade desse código de conduta: proteção e isolamento do dirigente, do executivo. Veja, por exemplo, eu tenho uma empresa, e essa empresa pratica corrupção. Pratica relacionamentos ilegítimos com a Administração Pública. É uma empresa grande, e tem diretorias em todos os Estados do Brasil. Em cada Estado do Brasil, ela tem um escritório com um diretor que gere os assuntos da empresa naquele determinado Estado. Daqui a pouco irrompe um escândalo naquele Estado, e há provas de que aquele diretor praticou atos de corrupção, a empresa então apresenta como defesa o código de boas práticas, o código de normas internas. Ela vai dizer: “Não, eu não o autorizei a fazer isso, eu não sabia. Eu, dirigente central, não tenho nada a ver com isso.” Aí tento me eximir das minhas responsabilidades. É uma forma de proteção e isolamento, e de preser-

vação dessas grandes corporações e dessas grandes empresas. É muito difícil que, numa empresa que realmente siga essas regras de governança corporativa, e que essas regras sejam eficazes, que ocorra corrupção, porque se você tem um controle de contabilidade realmente transparente e eficaz... Olha, para a corrupção existir, você tem que pegar um dinheiro que está dentro da empresa, e tirar esse dinheiro e passar para o agente político. Se você tem uma auditoria eficiente, que realmente funcione, isso tem que ser detectado. Até porque o dinheiro da corrupção, supõe-se [que ele] não seja de trocados, são alguns milhões de reais, e isso não deve ser tão fácil assim de ser desviado, em que pesem essas empresas contarem com auditorias independentes e empresas de auditorias independentes.

Como a professora María Belén disse: “A Enron contava”. Nesse escândalo do mercado financeiro de 2008, em que todos esses bancos que quebraram também contavam, Eike Batista, as empresas do grupo Eike Batista, todas elas contavam. Outro elemento que deve ser levado em consideração é a falta de credibilidade, falta de eficiência dessas empresas de auditoria. Os acionistas minoritários acreditam nelas, os acionistas minoritários efetivamente devem participar, devem acompanhar mais de perto as atividades das empresas. Agora é muito difícil para eles entrar e analisar em minúcias as contas dessas empresas, confiam nessas empresas de auditoria, que recorrentemente cometem falhas escabrosas sem maiores consequências, sem serem adequadamente sancionadas.

O tema do simpósio é “Crise de Representatividade: desafios e oportunidades para controle externo”. Sou advogado e, portanto, por ofício, em razão da minha profissão, talvez tenha uma percepção um pouco diferente da percepção dos que trabalham em órgãos de controle. Como advogado, fico muito preocupado quando vivemos momentos como este, em que há uma tendência de limpeza, de depuração, em que há uma crise de representatividade, uma crise institucional. Surge, ou há tendência a surgir um vácuo institucional, porque as instituições ficam oprimidas pela opinião pública, e muitas vezes cedem à opinião pública. A ponderação que faço é que os órgãos de controle, diante desta crise de representatividade, desses movimentos de junho de 2013, de tudo que vem acontecendo no Brasil, o principal desafio dos órgãos de controle é manter a serenidade, manter a razão, e não deixar-se levar pela paixão, pela pressão popular. Onde a paixão entra pela porta, a razão sai pela janela.

Ouço a toda hora: “Há um desvirtuamento do contraditório da ampla defesa, há um desvirtuamento da presunção de inocência, esse recurso não pode ser admitido”. O Brasil inteiro quer encerrar de uma vez esse processo do mensalão; é natural que queira. Mas o Poder Judiciário, os órgãos de controle têm uma função, que é destacada pela teoria, que é a função contramajoritária. Precisam garantir o cumprimento, a efetividade dos direitos fundamentais, o devido processo legal, o contraditório da ampla defesa. Precisam agir e decidir com serenidade. Precisamos acabar — se não acabar, levar para um grau tolerável — a corrupção. Não que corrupção seja tolerável, mas acabar de uma vez com a corrupção, extirpá-la de uma vez para todo o sempre é tarefa impossível.

Agora parece que no Brasil a corrupção avançou e está num grau intolerável. A sociedade brasileira não aceita mais, precisamos reagir, e os órgãos de controle têm um papel fundamental nisso. Só que o preço dessa reação que é necessária não pode ser o desfazimento das garantias e dos direitos fundamentais, e do respeito da técnica jurídica prescrita no nosso ordenamento positivo. Vejo em muitos processos, como advogado, muitos processos em Tribunal de Contas, ou muitos processos de ação de improbidade movidos pelo Ministério Público, a seguinte situação: há certos fatos, fatos objetivos sobre os quais não se discute. Fatos incontroversos. Com base nesses fatos, você pode fazer presunções negativas ou presunções positivas. Por exemplo, um dado prefeito tinha um contrato de monitoramento eletrônico de trânsito. Esse contrato venceu, ele promoveu a licitação na véspera do vencimento desse contrato, essa licitação foi questionada então esse prefeito resolveu anular a licitação. Como anulou a licitação, para não ficar sem o serviço, firmou um contrato emergencial. Esses são os fatos. Com base nesses fatos, posso fazer duas interpretações: uma positiva e uma negativa. A interpretação negativa é: “Esse prefeito foi corrompido. Ele fez o edital sabidamente com defeito para que posteriormente fosse questionado e anulado, e daí contratar uma dada empresa sem licitação, por contrato emergencial.” Essa foi a interpretação negativa. Uma interpretação positiva pode ser [assim]: “É complexo fazer um edital desse tipo. O município não conta com uma estrutura administrativa adequada, [e] isso não é total prioridade para o prefeito. A definição das normas de um edital fica a cargo da equipe técnica de uma secretaria, não aos cuidados diretos de um prefeito. Houve problemas na

licitação, o prefeito preferiu anulá-lo e então fez um contrato emergencial para que não houvesse prejuízo para a coletividade, para não pôr em risco a vida das pessoas que transitam nas vias públicas.” Essa é interpretação positiva. Mas tanto a interpretação positiva quanto a negativa partem de ilações, não de fatos. Você pode tanto criar conjunturas para um lado quanto para o outro.

No meio de tantos questionamentos, em meio a uma crise de representatividade, de tantas manifestações, de tantas coisas diferentes, e do desejo da sociedade brasileira de acabar — coibir e punir — [com]atos de corrupção, os órgãos de controle muitas vezes deixam-se levar por essas presunções negativas e, com alguma frequência, vêm condenando e sancionando pessoas sem uma prova realmente cabal e consistente da prática de atos de corrupção. Há de se ter muito cuidado com isso.

Imagino que um juiz, que tem milhares de processos, imagino que, pelo menos com boa parte deles aconteça uma espécie de banalização dos processos e dos litígios que lhe são submetidos. Ele não vê mais pessoas por trás desses processos. As letras que formam o nome de um sujeito são comparáveis a um número, ele abstrai, pensa em números, fica frio, banaliza, não pensa que por trás do número há uma pessoa que tem sentimento, que tem família, que pode estar errado e que não é porque errou que necessariamente cometeu um ato de corrupção. Então acho que, neste momento de tanto questionamento no Brasil, é muito importante que os órgãos de controle tenham serenidade e respeitem, de maneira bastante rigorosa, os princípios do contraditório, da ampla defesa, do devido processo legal, da presunção de inocência, dos direitos fundamentais consagrados a tanto custo na nossa Constituição Federal. Muito obrigado.

Dia 13/11/2013 — 8h30min

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

Para coordenar os trabalhos desta palestra “A fiscalização na época das redes sociais”, convidamos para tomar assento à mesa a auditora-substituta de conselheiro Sabrina Nunes Iocken. Convidamos também para tomar assento à mesa o palestrante, síndico de Contas do Principado de Astúrias, Antonio Arias Rodríguez.

[leitura do currículo da auditora Sabrina Nunes Iocken]

Para conduzir os trabalhos da palestra, com a palavra, a auditora Sabrina Nunes Iocken.

[leitura do currículo do síndico Antonio Arias Rodríguez]

Palestra: “A fiscalização na época das redes sociais”

Palestrante: Antonio Arias Rodríguez (síndico de Contas do Principado de Astúrias, na Espanha)

Bom dia a todos. Vou falar de um tema moderno, um novo enfoque das relações entre tribunais de contas e os cidadãos. Meu amigo Salomão Ribas sugeriu que temos que falar da comunicação dos [...] em um momento em que as instituições estão sendo questionadas. Penso que muitas das razões do questionamento têm relação com a comunicação do nosso trabalho nos nossos espaços. Na primeira diapositiva [*slide* ou diapositivo em português], vemos a Sindicatura, que é o Tribunal de Contas na Espanha. As comunidades autônomas outorgaram nome diferente aos tribunais de contas. [Em] Astúrias, Valencia e Catalunha, chama-se

Sindicatura de Contas; em Castela-Leão, chama-se Conselho de Contas; na Galícia, Conselho de Contas; nas ilhas Canárias, Audiência de Contas. É a autonomia das comunidades para determinar suas instituições próprias.

À esquerda, o *site* fiscalización.es. Um *blog* pessoal e um *blog* profissional. Depois de terminar as diapositivas [*slide* ou diapositivo em positivo] da palestra, vamos falar um pouco das razões que animam os servidores públicos a elaborar um *blog* profissional. Nesse *blog*, falamos de aspectos do trabalho dos relatórios de atividade profissional, das limitações ao alcance, da universidade sustentável. Um problema que temos na Espanha neste momento é a sustentabilidade dos serviços públicos. Ontem Juarez Freitas falou muito bem da sustentabilidade, grande e novo conceito do século XXI. [...] O relatório das contas da União Europeia, áreas de risco na contratação pública ontem; e a fiscalização na época das redes sociais que é a palestra de hoje. Fizemos os deveres deixando para os servidores um pequeno resumo da palestra.

Vamos falar de redes sociais. A apresentação em um cartão, tecnológico, porque entendo que é necessário conectar-se com os cidadãos no FB [Facebook], no Twitter, no Google+, no *blog*, no LinkedIn, — uma grande rede profissional, penso que é a melhor —, também [no] *fasttime*. Faltariam também outras contas pessoais, Trip Advisor para viagens, tudo. Esta é a sociedade em que estamos vivendo. Essas são minhas referências, cada uma das contas.

Para começar, temos que estar na internet. Vejam o que acontece em um só minuto na internet. *E-mails*, sabemos o que são. Mas também são 83 mil dólares de venda (em um minuto), 180 novas ferramentas, *apps* [aplicativos] de *smartphones*, etc. É impressionante o que acontece em um minuto na internet. Nós temos que estar lá. Na Espanha, 70% da população é internauta. Ademais, dois de cada três estão nas redes sociais: 1,15 bilhões de usuários [no mundo], na Espanha, 10 milhões de usuários; Twitter, 500 milhões [no mundo], na Espanha, seis.

Temos que estar nas redes sociais, elas acompanham nossas vidas. As pequenas piadas, os pais compartilham com todos a primeira foto do menino. Uma piada? E como foi nossa viagem? Você pode ler no Facebook. Complicado, há problemas de segurança, mas é interessante porque a relação pai-filho também está mudando. As relações profissionais também. Tenho muitos amigos de Facebook. Conflito de interesses? Não, mas podem existir. A divisão eletrônica passa a ser tão importante



Sabrina Nunes Iocken



Antonio Arias Rodríguez

quanto a física. Mas também é contraproducente, porque podemos ter problemas de comunicação. Estamos hiperconectados, mas, com as pessoas que estão perto, às vezes estamos distantes.

Bom, estamos todos na internet. Parabéns para o Tribunal de Contas de Santa Catarina, sua conta de Twitter, importante como ferramenta para chegar aos usuários. Vamos falar um minutinho do Twitter. Grande comunicador, vocês sabem que são 140 caracteres, não é possível [escrever] grandes conteúdos: 140 mais um *link* para que o usuário possa ir para outra página. Todos temos; o Papa Francisco, também: 600 mil [de seguidores] em português. A página do Brasil, penso que está hackeada porque não está operativa. Na Espanha o Papa Francisco tem quatro milhões de seguidores, incrível, não? A pessoa que quer se comunicar diz uma palavra, e a recebe instantaneamente quatro milhões de pessoas.

Os grandes líderes mundiais estão descobrindo que têm uma ferramenta interessantíssima. [...] Também têm oito milhões, nove milhões de seguidores. Está se falando muito [em] nove mil *tweets*. Está se falando com seus seguidores.

Outro caso interessante é o de Beyoncé. Interessantíssimo porque tem quase treze milhões de seguidores, mas não diz nada. Oito *tweets*, só falou oito vezes nos últimos anos. Parece que estão esperando uma foto.

Barak Obama tem quarenta milhões de seguidores. Todas as sextas-feiras [ele] faz uma videoconferência que as pessoas podem seguir pela internet — 40 milhões [de espectadores] mais todas as pessoas [que costumam acompanhá-lo]. Tem comunicação direta com seus eleitores. É a democracia, o país da democracia. É interessante Barak Obama porque ele segue muitas pessoas — 600 mil pessoas —, [e] ele é seguido por 40 milhões, mas também segue muitos líderes mundiais, o mais conhecido é [Angela] Merkel [chanceler alemã], mas segue com os serviços de inteligência. Mas ele fala muito — doze mil *tweets* [por?!], [mais de] dois, três *tweets* diários. [Obama] está se comunicando constantemente, o que faz, é uma nova forma de fazer política.

Acima de Barak Obama está Justin Bieber, que tem 46 milhões [...]. Barak Obama está sofrendo porque não consegue passar à frente. Mas Justin Bieber também não é o maior. Kerry, não, porque o Secretário de Estado dos EUA Estado só tem 89 mil. Katy Perry é quem tem mais seguidores no mundo, 46 milhões de pessoas. Isto é uma revolução, temos que estar aqui.

Quando vi o programa em que ia falar, pensei: o que tenho de mostrar para despertar meus queridos amigos servidores do tribunal, e também os estudantes que virão escutar. Três notícias para ver se, por exemplo, a presidência da mesa pode descobrir qual é a notícia falsa: tudo é possível, às vezes é difícil distinguir a realidade da fantasia. Primeira notícia: os Estados Unidos permitem que as companhias comuniquem os resultados econômicos por Twitter. Vocês sabem que as companhias, periodicamente, devem comunicar aos acionistas na bolsa os resultados, para que eles possam tomar decisões com transparência, e já é possível pelo Twitter. [...] os Estados Unidos permitem. Pode ser verdade, pode ser mentira. Ah, o confessionário online! O Papa Francisco vai permitir perdoar pecados por twitter; isto foi aqui na Jornada da Juventude no Rio de Janeiro. Pode ser verdade, pode ser mentira. A terceira: Trip Advisor, o grande portal de viagens do mundo, que decidiu [...] relatórios de fiscalização, vocês podem ver o João que diz que [...] relatório de governador de 2011, que outro avaliador que diz que não está muito contente com um editorial operativo do cinema e teatro, bom, três notícias. Qual é a notícia falsa? A das companhias, a do confessionário? Vamos ver o que vocês opinam, Sabrina, qual é a sua opinião?

Sabrina [Nunes Iocken, auditora substituta de conselheiro do TCE/SC], ser presidente de mesa não é fácil. Acho que não há dúvida — até porque tive uma colinha —, mas não temos dúvida em relação à notícia do Trip Advisor, em que realmente há sugestão para criar um aplicativo para o controle público, não é? É possível.

Vamos ver se é verdade. Sim, é verdade. As outras duas são verdade: as comunicações dos resultados, a do confessionário online também. Tudo vai ser possível no futuro. Agora estamos fazendo a comunicação dos relatórios, no Brasil, na Europa. Os tribunais comunicam via página *web* e [...] via redes sociais. Primeiro exemplo, parabéns para o Tribunal de Contas anfitrião, conta no Twitter, também no YouTube. É comunicação, nós dizemos comunicação [...]: só pondo à disposição dos cidadãos os relatórios.

Falamos do modelo 1.0 simplesmente em uma direção. Tribunal de Contas [...] faz comunicação dos relatórios, apresenta aos cidadãos a instituição, aos estudantes, alguns relatórios, prestações públicas à imprensa através do YouTube, facilita muito as coisas, interessante. Também o Tribunal de Contas de Santa Catarina [assim o faz].

Modelo 2.0 em duas direções, e com um conceito muito interessante: o prossumidor [palavra originária do inglês prosumer]. O que é? Não é o consumidor nem o produtor, é o produtor que também é consumidor. É o produtor que deixa conteúdos e também consome, e a soma deles permite uma grande sinergia.

Lembram que o atentado no ano passado, em Boston, o papel do Facebook para a agência FBI [*Federal Bureau of Investigation*, ou Agência Federal de Investigação], nos Estados Unidos, foi fundamental para indicar às pessoas [investigadores] onde estavam os terroristas, onde estavam buscando [onde precisavam buscá-los]. Foi uma coisa única que vale estudar com detalhe porque mudou muito a relação entre a polícia e os cidadãos com as redes sociais, e permitiu que todos os cidadãos [norte-americanos] soubessem a todo o momento, no mesmo segundo, o que estava acontecendo naquelas 24 horas fantásticas em que [...] ao longo [da investigação]. Como poderiam dominar uma situação de risco, não só dos assassinatos? Mas queriam demonstrar que poderiam destruir os terroristas com a colaboração cidadã, melhor que de outra maneira.

Fazemos também muita comunicação 2.0. Em todas as redes, mas também, com nosso próprio *app* [aplicativo], ferramenta. Mas também podemos avançar um modelo em que, além da comunicação em ambos os sentidos, dos tribunais aos cidadãos e dos cidadãos aos tribunais, demandando ou pedindo, também nas instituições surja uma figura, que se chama o *community manager* [analista ou editor de redes sociais]. Vocês sabem do que estou falando. O *community manager* cuida da imagem, do posicionamento do tribunal. Interage, está acompanhando permanentemente a opinião dos cidadãos sobre as instituições, neste caso o tribunal. É interessante, [...] *office*, que não só tem as clássicas redes.

Quando da primavera europeia passada, fiz um [...] *forward* do [...] *office*. O correio que recebi foi interessante. Foi [o seguinte]: “Ah, estamos encantados por receber o seu *feedback*, [com] os seus comentários. Não é em um sentido nem em outro, mas vamos emitir opiniões, estamos encantados em discuti-las.” É interessante o que está acontecendo nos meios anglo-saxões...

No futuro, como dizíamos antes, poderemos encontrar pessoas que tenham muito conhecimento, prestígio profissional, [...] relatórios de fiscalização que sejam

voluntaristas, dos trabalhos de fiscalização também, em piada, de uma conta do Trip Advisor em avaliador dos relatórios dos tribunais. Então [...]

Redes sociais: muitos leitores, [sob] influência social, em um momento de crítica, desafeição, [sob] influência social, econômica, política, cultural. Posicionamento ativo dos tribunais nas redes sociais. Eficiência e eficácia — muito barato — são muito baratas essas ferramentas, exigem uma pessoa dedicada dentro dos gabinetes de comunicação. Mas pensemos o que tem contra. Não tem nada contra. Penso que não tem efeitos colaterais, [as ferramentas estão] fazendo bem. É verdade que há riscos de erros na comunicação. Em uma piada o gerente diz que não deveria tomar tanto vinho no almoço, começa a xingar (ideia péssima!) — “Espero que meus empregados saibam apreciar meu senso de humor” —, então diz algo terrível. É preciso ter cuidado, há riscos que não [...] mundo está chegando [a...]. Isso é [significa que], em 2009, os americanos estavam impulsionando [as redes sociais], Barak Obama pediu às agências federais que tivessem seus próprios apps, que usassem como ferramentas de comunicação os *smartphones*.

Os tribunais são muito protocolizados. Gosto muito dessa foto, desta piada, que diz como estamos trabalhando: *de maneira muito rotineira*. E temos que dar um passo. Gosto também desta, esta é “os tribunais, os prefeitos, estão vendo como os tribunais trabalham, quando os tribunais se movem, eles também; temos que avançar”.

Por que temos que avançar? Porque temos competidores. Na Europa sofremos uma grande crise que começou com a crise da maquiagem das contas da Grécia. Temos Bruxelas, a capital da União Europeia, vigiando as nossas contas. O escritório do departamento que tem as responsabilidades de [fazer] a estatística passou a ter responsabilidades de auditoria. E as utilizou. As contas da Espanha do ano passado foram emendadas porque o déficit declarado era inferior ao real, e EuroStat, escritório de estatística, descobriu. Aparecem os novos criadores de opinião. O Dr. Salomão Ribas disse no primeiro dia a importância desses competidores. Nós também temos que gerar opinião. Também.

Este diapositivo [diapositiva em espanhol] é interessante, porque a credibilidade das instituições não é um problema só interno, é também externo. [Em] Bruxelas, a União Europeia diz: “Ah, a credibilidade das contas de Portugal. É interessante se fizermos uma equipe com personalidades internacionais para avaliar

as contas de Portugal.” Não bastava o Tribunal de Contas, tinham que incorporar a imprensa [ao processo] que disse: “Um Tribunal de Contas privado, não! Integrar personalidades internacionais [...].” Mas os nossos competidores estão [...]. Na Espanha temos um grande problema é que os auditores privados querem entrar no mundo da fiscalização. Na Catalunha, para determinar a dívida do governo que está saindo na Catalunha, o novo governo encomendou um trabalho — não era exatamente de auditoria, [nem] de fiscalização — de determinação da quantia da dívida. Apesar de que o Tribunal de Contas da Espanha dissera que não era possível nos municípios que os prefeitos contratassem isso.

Mas temos um problema de desafeição, por quê? À esquerda, temos o quê? É um quadro muito interessante de um doutorando da Universidade de Salamanca, José Antonio Fernandez. É interessante porque é a teoria e a prática do controle. À esquerda, temos o modelo teórico do controle, e à direita, o que ocorre na realidade. À esquerda, temos que o primeiro controle deve ser feito pela administração hierárquica, pelo chefe; também pela administração consultiva, o controle interno; depois vêm os parlamentos, os tribunais de contas, as ouvidorias; depois vêm os tribunais de Justiça, os ministérios fiscais, tribunais; ao final, os cidadãos, os meios de comunicação, as organizações não governamentais. E qual é a realidade? A realidade é que as grandes denúncias de corrupção estão em sentido inverso: as organizações não governamentais, os cidadãos, a imprensa livre e democrática; depois os tribunais, o Ministério Fiscal, os tribunais de contas, os penúltimos; e por último a administração hierárquica — controle interno ou [...].

Temos que mudar isso, adequar a realidade à legalidade. Temos que estar presentes. Dizemos na Espanha que não somos polícia, não temos microfones, não escutamos os celulares dos possíveis corruptos, não temos ferramenta para combater. Ademais, sabemos que a corrupção não passa pelos orçamentos públicos, são círculos opacos para esses fiscais, maletas, dinheiro negro. Fiscalizamos a realidade. A realidade contábil é contratual. Uma questão que deixo para vocês.

Para terminar, gostaria de incentivá-los a ter um *blog* profissional. Por que vocês não se animam, queridos servidores públicos, e fazem um *blog* profissional? Vocês podem dizer: a primeira reação que vocês pensam é que é melhor não se destacar, quem se destaca corre riscos. Na sociedade atual, o trabalho para a vida toda desa-

pareceu. Aparece um conceito importantíssimo que é o conceito da marca pessoal. Marca pessoal é a maneira de apresentar as pessoas com seu trabalho e suas opiniões. Não podem cair neste primeiro erro. Mas vocês podem dizer: não posso ter um *blog* porque o meu chefe não deixa! Também tem que superar porque um *blog* profissional não tem porque ser um problema para o chefe. O problema também é que às vezes o chefe tem ciúme. Porque a pessoa se destaca, o chefe tem direito de pensar que vai ser superado. É normal [...] A melhor razão para que uma pessoa saia de uma organização é um chefe incompetente: a primeira razão, uma boa razão.

Mas também, ah, se você escreve é que pode trabalhar mais. Interessante, eu também sofro disso. Faz parte do trabalho escrever, estudar, distribuir informação entre colegas. Faz parte [também] do trabalho não presencial. Muitas vezes é no fim de semana, em casa, no aeroporto. Eu os incentivo a não pensarem no “que vão dizer”. Vamos fazer o *blog* e vamos contribuir para a sociedade da informação!

Outra última razão importante é que não dá dinheiro. É verdade. Foto real [que] um amigo me enviou em Sevilha. Vocês veem o pobre da direita está lendo o jornal econômico, interessante. À esquerda, está reclamando dinheiro pela foto. Um pouco caro para tirar essa foto. E o dinheiro vai ser para quê? Para vinho, para uísque, para a ressaca, para cerveja. [...] A marca pessoal obriga a se atualizar, obriga a se atualizar porque você não sabe sobre uma coisa até escrevê-la, isso é importante.

E, se você quiser saber mais, pode consultar um brilhante artigo de Marta Riera, nossa auditora da Sindicatura de Astúrias, sobre controle externo, redes sociais, um desafio, claro que é uma necessidade.

Termino com uma foto que fiz do acampamento dos indignados, o doutor Salomão Ribas se referiu ontem à Puerta del Sol [ponto de encontro de Madrid na Espanha], onde estiveram um par de meses acampados com tranquilidade, sem problemas com as autoridades. Vimos o movimento com muita simpatia, mas vimos que estava muito desorganizado, mas... Aqui termino felicitando o doutor Salomão Ribas, que soube ver neste momento mundial um alerta para o futuro: temos que estudar o que está acontecendo para que o futuro venha bem, para que possamos apresentar às gerações futuras um planeta mais habitável.

Muito obrigado por sua atenção.

Dia 13/11/2013 — 9h30min

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

Dando continuidade ao Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, teremos a palestra sobre “Corrupção, estado democrático de direito e educação”. Convidamos para tomar assento à mesa o senhor Ricardo André Cabral Ribas, que vai coordenar os trabalhos desta palestra. Também convidamos o palestrante Affonso Ghizzo Neto, promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina.

[leitura do currículo do coordenador-geral do Simpósio Ricardo André Cabral Ribas]

Com a palavra, o senhor Ricardo André Cabral Ribas.

[leitura do currículo do Dr. Affonso Ghizzo Neto]

Palestra: “Corrupção, estado democrático de direito e educação”

Palestrante: Affonso Ghizzo Neto (promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina)

Na arte, importantes são aqueles que criam alma, não aqueles que reproduzem costumes: essa é a diferença. Eu gostaria, com muita informalidade — os tribunais são, por natureza, ambientes formais, e a gente está acostumado com a questão no dia a dia —, porque penso que a informalidade nos dá a grande oportunidade de fazer uma reflexão mais profunda e mais à vontade. Eu gostaria então de, nesta informalidade, iniciar os meus cumprimentos fazendo dois agradecimentos, ambos

sinceros e verdadeiros. Abro aqui um parêntese: a pior coisa é você ser, como se diz na linguagem popular, um puxa-saco, ou, como recebi esses dias nas redes sociais, um *baba-ovo*. Mas, por outro lado, você não [pode] externar, quando necessário, a sua gratidão, o seu sentimento, especialmente numa luta árdua contra a corrupção, em que as pessoas, às vezes, veem só a foto no jornal e não sabem que muitas vezes há muita gente trabalhando contra, às vezes, dentro da sua própria instituição. Nesse sentido, meu primeiro agradecimento vai para a pessoa que possibilitou esse projeto [“O que você tem a ver com a corrupção?”]. Se hoje o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, recebe o projeto e fala objetivamente do projeto, e, dos quinze minutos de reunião com representantes da Itália e do Brasil, ele falou oito minutos sobre o Brasil, dirigindo-se à minha pessoa, lá representando o projeto, todas essas conquistas se devem a quem acreditou, num primeiro momento, num projeto que era para ser regional, limitar-se a Chapecó, e não teve fronteiras, foi estadual, graças a essa pessoa. Logicamente todo o fruto, todas as premiações se devem a uma parceria de muitas pessoas. Esse projeto não é de uma pessoa, de uma instituição. Ele cresceu com muita gente acreditando, trabalhando. Claro, as próprias redes sociais hoje potencializam e dão uma dimensão a isso. Mas nada disso teria sido possível se uma pessoa não me pegasse pela mão e dissesse: “Vamos juntos”. Então o meu agradecimento sincero, professor Salomão Ribas; e o senhor sabe disso, sabe que muita gente torceu contra. Internamente, em 2004, eu não tinha o apoio da minha instituição, e lá o Tribunal de Contas, institucionalmente, tenho certeza, Vossa Excelência esteve ao lado. E hoje estamos aí com essa realidade.

Meu segundo agradecimento vai para uma pessoa que, além de irmão, amigo, esteve ao meu lado em momentos difíceis da minha vida. Em algum momento, até com dificuldades financeiras, eu não tinha condições de pagar minha universidade particular, na Univali, e ele esteve ao meu lado me ajudando. Estou dando um exemplo de tantos que aqui, professor João Flores, [...] Também o meu agradecimento ao Aderson Flores, que é membro do Ministério Público aqui desta casa, também não posso contar as histórias dele porque iriam incomodar aqui no tribunal. Mas, se ele incomodar vocês, me avisem que eu tenho algumas cartas na manga. Meu irmão, temos boas histórias para contar durante nossa adolescência e juventude. Aliás, voltar a Florianópolis, nascido em Araranguá, mas eu me sinto



Ricardo André Cabral Ribas

realmente de *Floripa*, aonde cheguei com quatro anos e me criei lá. Dizia ontem o Joel, palestrante de ontem, que me criei — e esse é o termo vulgar do maneziinho ali da região da palavra, então não tenho outra — me criei na *Praia do Cagão* [Coqueiros, Florianópolis] pescando maria da toca. Então, sou realmente daqui, e voltar aqui, ver os amigos, é sempre [...] Certamente, mais cedo ou mais tarde, vou voltar para Florianópolis.

Meu último agradecimento, até como homenagem, na verdade, ontem a gente conversava com alguns palestrantes, em um jantar muito informal, que eu acho [que] é como têm que ser as coisas. E ontem tivemos dois jogos que marcaram a noite de ontem: uma noite realmente alvinegra. Vou fazer esta homenagem ao conselheiro, a vida é que nem um copo do *Tang*: uma hora está lá embaixo, outra hora está lá em cima. De forma muito informal, faça esse agradecimento aqui.

Tenho muitos companheiros aqui, João Luís, que é meu parceiro de Aula da Moralidade; Jorginho está lá, no celular, não está prestando atenção na palestra, mas está aí, nosso amigo do mercado público, está me devendo um chope, inclusive prometeste, e não pagaste o chope. Quero dizer, meus colegas aqui de *Floripa*, do Tribunal Regional, [que eu] me sinto em casa no Tribunal de Contas porque o Tribunal de Contas sempre foi um parceiro efetivo do projeto [“O que você tem a ver com a corrupção?”] e mesmo das minhas relações pessoais.

Mas como falar então, neste contexto, de um tema tão tormentoso a partir do que o Simpósio propõe: “Corrupção, estado democrático de direito e educação”. Uma crise de representatividade — e aqui me parece que o tema é mais do que feliz — não atinge [apenas] Florianópolis, Santa Catarina e o Brasil. Atinge o planeta, o mundo. Aqui me parece também importante fazer algumas exceções óbvias, porém necessárias, oriundas de questões econômicas, culturais e sociais, mas também algo surpreendente. Algo que essas movimentações nas ruas, essas marchas — como diria Paulo Freire, nosso grande educador — não [são] só de novidade, mas efetivamente uma ponderação em uma perspectiva de termos planeta, observadas nossas diferenças culturais, mais em comum do que pensamos. Esta crise de representação que tomou conta do planeta. Muitas [movimentações] das quais [foram, porém,] escamoteadas e não faladas na mídia, como [o que] ocorreu no Chile, por exemplo; e em tantos outros locais, outras [foram] propagadas, como a Primavera Árabe.



Affonso Ghizzo Neto

No Brasil, um movimento — e o conselheiro Salomão é testemunha —, quantas vezes fomos questionados: “O que uma marcha vai adiantar? O que uma marcha significa?” Chegamos a fazer marchas de cinco pessoas na chuva, mas eu estava lá, com cinco pessoas na chuva. Conselheiro Salomão, em novembro de 2003, um embrião, mas que seria o embrião do projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”. Estava lá o conselheiro Salomão em Chapecó, eu então titular da Curadoria da Moralidade, ele então presidente do Tribunal de Contas representando a instituição em uma marcha na Getúlio Vargas de lá. Todos de amarelo. O comandante [...] Caminhamos lá [...] Segundo a Polícia Militar. Com [...] duas mil pessoas. Algo à época não tão comum: as instituições questionarem a si próprias. Depois vou dar aqui meu palpite de como é benéfico as instituições serem questionadas pelas redes sociais, pelos blogs, porque aí não fingimos o que não somos, e temos não só a noção, mas o fim imediato do que representamos. As instituições não são um fim em si próprio, elas são representadas e representam ou deveriam representar a sociedade, e que estão ali justamente em seu nome.

Pois bem, antes, propriamente dito, de entrar na questão histórica, patrimonial — que me parecem muito peculiar —, para analisar muito do que acontece hoje no nosso país, em Portugal, na Espanha e em todos os países que foram por esses colonizados, eu termino a minha observação inicial com relação a algo inédito, improvável, não esperado, mas que serviu de leitura, me parece, quase que unânime dessas movimentações e marchas que ocorreram pelo planeta inteiro.

Primeiro, todas elas [as movimentações e as marchas] foram pautadas por uma crise de representatividade. O cidadão não se enxerga no seu representante político, no seu governante, como está sendo representado naquele ato. Existe um hiato, uma distância muito grande entre quem representa e quem deveria estar sendo representado. Entre outras circunstâncias, e aqui no Brasil — nós dizíamos, somos muito mais do que vinte centavos; aliás, benditos vinte centavos —, o MP não poderia mais investigar ninguém se não fossem os vinte centavos, o Congresso iria aprovar a PEC 37, muita gente dizia que não sabia por que estava apoiando a PEC 37, o que é uma grande inverdade, no meu sentir. Digo isso porque fui num posto de gasolina e perguntei para a senhora que abastecia o carro: “O que esse pessoal ontem aí da passeata fez?”. “Ah, estou contra a tal da PEC 37, e vai ter uma outra...”

E o que é a PEC 37? Diz ela, na sua linguagem bem simples, resumindo de forma perfeita o meu sentir: “A PEC 37 é que já se investiga pouco, e ainda querem que se investigue menos do que já se investigue”, resume ela.

É evidente que os atores, os tribunais de contas, o MP, a sociedade em geral, a polícia, que tem um papel fundamental, seja polícia civil, militar ou federal, é evidente que, como ocorre em 100% dos países democráticos do mundo, a soma da investigação criminal não só acrescenta como possibilita esse controle. Não só o controle oficial do Estado, mas a possibilidade de informações, de questionamento das nossas instituições.

Mas, neste contexto, esta crise de representação mundial efetivamente nos trouxe ao segundo denominador comum, também perceptível em todas essas mobilizações pelo mundo. A deficiência das políticas públicas oriundas da má gestão não só pelo despreparo, mas notadamente pelo uso, pela apropriação da coisa pública como sendo própria. Dito de outra forma, a corrupção. A corrupção que campeia mesmo em países onde os índices de corrupção são mínimos como na Finlândia, Dinamarca, etc. Denominador comum: crise de representação mundial, oriunda do fenômeno da corrupção, que mata, que aleija, que leva a sociedade a adoecer cada vez mais.

Feita essa reflexão inicial, me parece até aqui uma questão mesmo pedagógica, nos apropriando da leitura weberiana dos três tipos de dominação — a dominação racional, a carismática, e a tradicional —, nos parece bastante apropriado, e assim a gente faz nessa obra, que é fundamental nós analisarmos no Brasil, especificamente a origem cultural deste fenômeno que é a corrupção, que vem, propriamente dito, se não reproduzido a 100%, [que] vem com uma facilidade de algo que é nosso, da nossa cultura. Em que sentido? Diria a deputada Cidinha Campos na tribuna da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro: “A corrupção está no DNA do brasileiro? Não, evidente que não.” Ali ela falava como um desabafo, até criticando indicações para o Tribunal de Contas do Estado local. Mas, mais do que isso, me parece que a reflexão que se faz necessária a partir da leitura weberiana é que, considerando que a dominação racional, pautada pela norma predeterminada e conhecida de todos, quer dizer, o contrato é de conhecimento prévio, a norma objetiva deve ser aplicada a todos indistintamente. A dominação carismática, em que o que vale é o afeto, o

amor, o respeito afetivo da liderança carismática; e, finalmente, a dominação tradicional, que aqui nos interessa mais em particular, vinda de costumes, de aceitações e de tradições, porque, como se diz no Brasil, sempre foi assim e sempre será. A dominação tradicional que pode ser, ainda segundo Weber, dividida em dominação tradicional feudal ou patrimonial. É justamente a compreensão desta cultura patrimonialista que nos parece fundamental para a compreensão do fenômeno da corrupção especificamente nos países colonizados por Portugal e Espanha.

Portugal e Espanha, e aqui [um] parêntese, em respeito e consideração. Semana passada eu estava no Rio de Janeiro e falava com um português, e deixei bem claro para ele que não se trata de achar culpados nem de empurrar responsabilidades, trata-se de compreender uma questão histórica. Tudo que é nosso, uma cultura patrimonial que foi desenvolvida em Portugal e Espanha onde, segundo os historiadores, ou boa parte deles, não houve, como no restante da Europa, na Idade Média, um rompimento com as características básicas do que representou posteriormente o regime feudal. Dito de outra forma, o rei e a Igreja continuaram concentrando e exercendo o poder, diferente do que ocorreu, por exemplo, na Alemanha, na França, na Inglaterra, onde lideranças locais, os chamados feudos, líderes próprios, desenvolveram o que contribuiu de forma decisiva posteriormente na Inglaterra para o que se chamou de Primeira e de Segunda Revolução industrial.

Mas Portugal e Espanha... [Em] Portugal, por exemplo, não há relatos históricos de feudos, exceção de algumas ilhas portuguesas que, à época, eram francesas. Essa concentração de poder, que era legítima, diga-se de passagem, — o rei era o Estado —, foi disseminada com a vinda da família real para o Brasil. De forma muito peculiar num território extenso, onde [havia] caudilhos e outras lideranças questionáveis, para não dizer criminosas, num tempero histórico bastante razoável a se pensar, porque era o Novo Mundo, poucas pessoas vinham para cá, se não exilados vinham tentar a sorte e a vida, o tempero. Aonde a coroa portuguesa [foi], vindo para o Brasil, fugindo de Napoleão, chegou aqui, como sabemos, sem posses, sem recursos, então essa cultura patrimonial foi negociada. Existem relatos documentais, e não estou chamando do que o espanhol lícitamente, corretamente, chama da propina, estou chamando mesmo da comissão ilícita, escamoteada, os 20% ou os 30%, dizem já 50%; e os escândalos renovados no nosso país compro-

vam a institucionalização da propina, do caixa 2, do pagamento por fora: “Quanto que eu vou levar?” Escândalos renovados, estamos agora lá na Prefeitura de São Paulo com o escândalo dos fiscais. Mais um. Faço referência a isso porque recebi um relato do diretor [chefe] Marcelo [Campos da Silva], da CGU [Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina], ex-funcionário, está convocado lá [no Município de São Paulo], auxiliando o Mário Vinicius [Claussen Spinelli], que era controlador da CGU, responsável pela área de prevenção, que relatava: “Eu achava que conhecia corrupção... “Estou vendo agora esses fenômenos, e os fatos concretos me levam à conclusão: a inteligência, o modus operandi do crime organizado não tem limites.”

Isso justamente nos leva à compreensão desta cultura patrimonial do nosso país onde o representante político não é o nosso representante político, mas o dono da coisa pública. Pagou, não raras vezes, caro pela eleição, para o eleitor mais chegado um cargo em comissão. Já para o eleitor mais pobre basta um pedaço de pão; se não tiver dentes, não tem problema, ganha um dentadura — metade na hora, a outra metade se o voto bater na urna. Essas questões, vigentes no nosso país, transformam o nosso representante político no dono da coisa pública, reproduzindo uma cultura patrimonial que é nossa, que todos nós — vou pedir permissão para generalizar — aqui neste auditório, todos sem exceção, ainda que em umbral mínimo, reproduzimos. Uma cultura patrimonial na qual a nossa tendência é priorizar o interesse individual quando em conflito com o interesse coletivo associado. Nós temos uma tendência, quando tem um interesse próprio quando vai conflitar com o interesse coletivo, em defender o nosso interesse individual. Essa é uma questão que me parece quase que decisiva neste processo de reflexão da cultura patrimonial que é nossa, e [que] tem muito a ver com a corrupção e com tudo que ela representa.

Outra situação fundamental nesta discussão, nesta linha de entendimento da cultura patrimonialista, é compreender que a corrupção não é assim mesmo, nem sempre será, e nós não estamos fadados a ser um “país campeão em corrupção”. Existem mecanismos — e talvez esta crise de representação mundial tenha demonstrado isso com muita força —, e as marchas são instrumentos importantes ainda que desvirtuadas, ainda que alguns entrem para fazer arruaça, ainda que o próprio Estado se infiltre lá dentro para desmascarar e mesmo [para] tentar desgastar esses movimen-

tos que são novos, e tantas outras hipóteses presentes em conjunto; ainda assim, isso nos chama para algo que não é da nossa cultura. Nós precisamos de órgãos públicos de controle fortes: controladorias, tribunais de contas, etc. Mas precisamos também aprender a cultura do controle social. O controle social, que, nesta cultura patrimonialista, não faz parte da nossa cultura. Esperamos a solução do nosso governante. O conselheiro Salomão que resolva o problema do Tribunal de Contas. O procurador-geral de Justiça, doutor Lio Marcos Marin, que resolva o problema do Ministério Público. O presidente do Tribunal de Justiça que resolva o problema do Tribunal de Justiça, e assim por diante, hipoteticamente falando.

Quer dizer, nós jogamos a responsabilidade para outro, para o nosso governante. Temos, sim, que cobrar dos nossos governantes. É evidente [que] eles estão lá nos representando, seja através do voto, seja através de concurso público, mas nós temos que efetivamente exercer esse controle social. As nossas instituições são, muitas vezes, não todas elas, um reflexo da nossa omissão ou mesmo da nossa participação neste sistema.

Por outro lado, esta crise mundial de representação — e a vi com muita felicidade — também rompeu com outro paradigma. Era comum dizer no Brasil, e em outros países também, que somos a cara dos nossos governantes. Não, a resposta foi dada com muito vigor: “Não, eu não me vejo representado nele. Não sou a cara do meu representante.” Isso foi o recado que o mundo deu, que os movimentos das ruas deram, justamente rompendo com mais essa falácia que faz parte de uma cultura de aceitação proposital, na qual, num círculo vicioso — violência gera violência, corrupção gera corrupção —, e como é difícil romper o círculo vicioso. Quem está num status quo de poder, o que Raymundo Faoro chama do estamento, não quer romper com esse mecanismo de uso e de apropriação do poder. Nesse contexto, e a gente observa isso com muita propriedade, o limite democrático da vontade da maioria não pode, numa verdadeira caça às bruxas, transformar a luta contra corrupção numa verdadeira inquisição, como ocorreu no passado. Essa preocupação a gente tem que ter.

Vejam que nem sempre a maioria deve determinar o que é decisivo e fundamental para um regime constitucional e democrático. É o que o autor espanhol Peña Freire observa e fala a respeito do tolerado. O que é o tolerado? Uma reserva própria do ordenamento jurídico constitucional, de princípios fundamentais que

devem ser preservados ainda que a maioria entenda diferente. O direito à vida, por exemplo, o direito a se expressar, e tantos outros direitos fundamentais que foram sendo consolidados pela humanidade, não raras vezes, infelizmente, à custa de grandes tragédias que ocorreram neste planeta, à custa de muita gente que lutou, que deu sua vida.

Para finalizar, meus amigos, eu não vim aqui trazer todas as respostas. Vim apenas, na verdade, trazer uma angústia em busca de uma reflexão, que acho que todos nós podemos efetivamente fazer. De que forma todos nós podemos interferir, e aprender a exercer esse controle social, que vem através dos foros permanentes de combate à corrupção, de blogs e das redes sociais? Cobrando, sim, das nossas instituições, mas também apresentando iniciativas e propostas propositivas. Como se diz (na linguagem popular): se está tudo errado, como apresentar uma proposta de acerto, uma ação efetiva? É evidente que a impunidade, diria o grande escritor espanhol, e me parece que com muita propriedade, Eduardo Galeano, observa que se você for praticar um crime, pratique um grande crime, enorme, que você vai ser considerado um herói da pátria; não cometa um pequeno crime, senão você vai para a cadeia.

A impunidade no nosso país, independentemente de partido ou grei política. E aqui abro um parêntese. O caso, o julgamento do mensalão não atingiu um único partido, atingiu todo um sistema que toda sistemática política necessária reproduzia da mesma forma. O mensalão, realmente, foi um duro golpe em que vemos que a velha máxima de Camões ainda se faz persistente: lei a favor dos reis prevalece, e a favor do povo, perece. Me parece que, infelizmente, há muito que [...] a impunidade. Mas não existe uma solução mágica nesta cultura patrimonialista em busca de impunidade. Quando nós não retomamos e adequamos, através de um processo educativo libertário e responsável, a erradicação de muitos vícios que trazemos no nosso dia a dia.

Sempre que eu passo na Beira-Mar [avenida Beira-Mar Norte, oficialmente avenida Rubens de Arruda Ramos], as pessoas buscando a vantagem [de] se dar bem, entram nas laterais direitas, naquelas saídas para a direita, para ganhar dez ou quinze carros. Tem gente até que conta: “Me dei bem. Passei na frente de quinze carros!” Somente através de um processo educativo, não só com professores bem remunerados, escolas bem equipadas, mas formando seres pensantes — não existe

uma fórmula mágica, a sociedade muda, se transforma, o que hoje é certo amanhã pode ser errado, e vice-versa —, precisamos ter seres pensantes.

Reproduzindo o conceito ético cristão, melhor dizendo, platônico, de resumir a ética em se colocar no lugar do outro, mesmo que o outro seja diferente de mim, com outra cor, religião, opção [orientação] sexual. Penso, meus amigos, que o desafio desta crise de representação não é só das instituições, é da sociedade que elas representam. Se vamos conseguir romper esses vícios, quem vai dizer isso é a própria sociedade. Mudando uma cultura em que o controle externo e o controle social não são do nosso *métier* — “O Tribunal de Contas que faça a sua parte. Quero me omitir desse processo.”

Para finalizar, eu gostaria de lembrar que este desafio pode ser resumido na passagem da fotografia que entrou no museu. Ao final, ao visualizar o retrato, o retrato se dividia em três imagens. A primeira delas, como se ela própria se olhasse no espelho, um misto de vaidade, de existência ou de questionamento: “Existe vida após a morte?” O segundo retrato, à esquerda, representava talvez a grande esperança da humanidade — sim, o ser humano ama, o ser humano tem afeto —, a avó sentada na cadeira de balanço, com seus cabelos brancos e sua pele já enrugada pelo tempo, olhando para a neta de nove anos de idade, juvenil e sorridente. O amor e o afeto demonstravam, sim, [que] existe esperança de dias melhores. O último retrato, à direita, talvez o mais chocante: o mendigo estirado no chão, com as mãos para o céu, a pensar e indagar se Deus existe; ao mesmo tempo, dialogando com o Criador, ele perguntava: “Por que tanto sofrimento?” Mas o que mais chocara nesse retrato não era uma pessoa ao chão, era a indiferença das pessoas que por ali circulavam como se ele não existisse, ou como se ele fosse um estorvo.

É com essa passagem que o desafio está lançado. Compreender um mundo tão desigual: “De um lado, esse carnaval; de outro, a fome total”.

Obrigado.

Eu só pediria mais um minuto da atenção de vocês para a projeção de um vídeo que vai ser colocado no *site* da ONU. A versão em inglês já foi passada no Rio de Janeiro na semana passada. A versão em inglês também [no TCE/SC], mas com legendas em espanhol, em primeira mão aqui, em homenagem aos nossos palestrantes espanhóis e ao Tribunal de Contas.

Dia 13/11/2013 — 14 horas

Mestre de Cerimônias: Osmar Teixeira

[...] Para coordenar os trabalhos do debate de encerramento “Crise de representatividade e controle público: oportunidade para o desenvolvimento econômico e social”, convidamos para tomar assento à mesa o conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro. Convidamos também, para tomarem assento à mesa, os debatedores: desembargador Pedro Manoel Abreu, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, e o professor doutor Cesar Luiz Pasold.

Na presidência dos trabalhos, estará o conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro.

[leitura do currículo do conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro]

Para conduzir os trabalhos do debate, com a palavra o conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro.

[leitura do currículo do professor doutor Cesar Luiz Pasold]

[leitura do currículo do desembargador Pedro Manoel Abreu]



Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Debate de encerramento: “Crise de representatividade e controle público: oportunidade para o desenvolvimento econômico e social”

Debatedor: Pedro Manoel Abreu (desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina)

Boa tarde a todos. Inicialmente gostaria de cumprimentar o eminente coordenador deste trabalho, conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro, conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais; o professor Cesar Luiz Pasold, reverenciado no meio acadêmico por tudo que já tem produzido como professor, autor, literato — sua excelência dispensa apresentações em Santa Catarina —, é um dos homens mais notáveis na produção jurídica e no ensino jurídico neste Estado. Gostaria de cumprimentar o meu querido amigo Salomão Ribas Junior, ilustre presidente desta Corte, a quem devo certamente o convite, que muito me honra, de participar deste debate. Cumprimentar as dignas autoridades que aqui comparecem, os estudantes, jornalistas e todos quantos queiram debater um assunto tão vasto, tão difícil e tão crítico como a crise da representação e controle público na cena contemporânea.

Eu iniciaria por dizer que a história, às vezes, tem uma atualidade inquietante, principalmente quando se depara a humanidade, como agora, com o desafio ético da construção da democracia como expressão de resistência a toda forma de opressão, de corrupção, de injustiça social, de discriminação, de xenofobia, para a preservação dos valores morais, da dignidade da pessoa humana e para a concretização da cidadania. E busco, impressionado, um fragmento da história, em Tucídides, grande historiador grego, que recolheu fragmentos do discurso de Péricles em louvor póstumo aos bravos atenienses mortos na guerra do Peloponeso, e um desses fragmentos chega até nós 2500 anos depois como tributo à igualdade, à democracia, à ética, à civildade e também à fraternidade universal. Vejam os senhores o que disse Péricles:

“Nosso regime político é a democracia. E assim se chama porque busca a utilidade do maior número, e não a vantagem de alguns. Todos somos iguais perante a lei, e quando a República outorga honrarias, o faz para recompensar virtudes, e não para consagrar privilégios. Nossa cidade se acha aberta a todos os homens. Nenhuma lei proíbe nela a entrada de estrangeiros, nem os priva de nossas instituições, nem de nossos espetáculos; nada há em Atenas oculto e permite-se a todos que vejam e aprendam nela o que bem quiserem sem esconder-lhes sequer aquelas coisas cujo conhecimento possa ser de proveito para os nossos inimigos, porquanto confiamos, para vencer, não em preparativos misteriosos, nem em ardis e estratégias, senão em nosso valor e em nossa inteligência.”

Esse fragmento retrata um dos episódios mais atuais da discussão e do debate a respeito de espionagem e contraespionagem, transparência e violação de direitos fundamentais de que nem estadistas são mais poupados na cena política, inclusive pelos próprios amigos, digamos assim. O tema proposto no presente painel permite várias leituras, notadamente através da ciência política, da filosofia, da sociologia, assim como do direito, especialmente do administrativo focado na gestão e no controle público no plano interno ou externo.

Como sei que o professor Pasold fará uma leitura da crise de representação pela lente sempre atual de Bobbio [Norberto Bobbio, filósofo, político e historiador italiano] — um dos mais instigantes pensadores políticos do século XX —, destacando a questão do desenvolvimento econômico e social, terreno no qual o eminente professor tem domínio científico e acadêmico singular, retratado na cátedra e na sua extensa bibliografia, prefiro situar-me nos lindes da crise de representação na cena contemporânea, especialmente no Brasil, e seus efeitos na relação entre os três Poderes da República.

Parafraseando Hobsbawm [Eric John Ernest Hobsbawm, historiador marxista britânico], digo inicialmente que a humanidade perfaz a travessia para um novo ciclo da sua história, ancorada na barbárie e numa verdadeira revolução tecnológica. Vivemos um tempo de vertiginosa e agressiva transição de estruturas sociais e econômicas. O breve século iniciado com a 1.^a Grande Guerra, de 1914, e despedi-



Pedro Manoel Abreu

do precocemente em 1991, com o fim da era soviética, poderia ser resumido como fê-lo o músico Yehudi Menuhim [violinista e maestro judeu russo, nascido nos Estados Unidos, com carreira na Grã-Bretanha]: como o que despertou as maiores esperanças já concebidas pela humanidade e, ao mesmo tempo, destruiu todas as ilusões e ideais.

Para Warat [Luis Alberto Warat, jurista argentino radicado no Brasil, professor do mestrado e doutorado da Universidade de Brasília], nosso grande mestre da academia, filósofo, que perdemos há pouco tempo [2010], segundo ele, terminamos de sair de um século XX desorientados com genocídios, contando os mortos, as guerras, a inutilidade dos crimes contra a humanidade, confusos com as invenções e novas sensibilidades que se estão instalando. As ideias matrizes que fundamos na modernidade também foram devoradas pelas chamas da barbárie. Nossas ilusões e ideias diretoras foram desativadas. Princípios, convicções, que organizavam nossa maneira de viver, foram mortalmente desconsiderados. Isso nos trouxe uma série de vazios, revelando frustrações, abismos novos que se foram abrindo para provocar a construção de um mundo regulado por condições de desumanidade.

A angústia dos nossos dias, para Warat, é o fator que mais estimula a busca dos sinais do futuro. Em vista da decadência das ideologias tradicionais e do sistema de valores por elas irradiado, as pessoas tomaram consciência de que foram degradadas do sentido de suas vidas, com grave risco para a continuidade do político, do social e do subjetivo, em condições sustentáveis de dignidade. Instalou-se a fantasia de pânico sobre o destino do desejo e o sentido em um mundo de emoções sumárias e de escassas respostas ética. É o retrato do medo causado por um espetáculo civilizatório empenhado na minuciosa mutilação dos sentimentos e pensamentos.

Bobbio também anteviu a incerteza do futuro na perspectiva de tantas mudanças verificadas nas últimas décadas. Confessa-se, já na senectude, perplexo, descrente dos novos paradigmas, inclusive o da globalização. E, com sinceridade, confessa, aturdido, que seria importante que alguém que não se achasse perdido continuasse com a esperança de atinar soluções.

Refundar é uma expressão criada por Pierre Legendre — romancista, historiador [do direito], jurista e psicanalista francês —, para questionar-se sobre a possibilidade de superação dos atuais perigos de rebarbarização do homem, denotada

pela perda de humanidade num mundo globalizado que deprecia a produção de diferenças e as possibilidades de pré-composição pacífica dos conflitos. Pensar para além do já posto, do já estabelecido, refundir, enfim, poder pensar a mesmice desde [respeitado] o outro para produzir o novo. Conviver com o imprevisível e poder escutar os próprios sentimentos, valores e esperanças.

Meus caros amigos, de fato este mundo novo, globalizado, em que vivemos em profunda e caótica transformação — agora sob a ameaça do terrorismo moderno, reinventando novas formas de reorganização do crime e da barbárie, estimulando o cerceio de direitos fundamentais nas democracias substantivas ou substanciais em nome da segurança — parece prenunciar uma nova relação entre o homem e o seu mundo nas relações existenciais, individuais e coletivas, nacionais e transnacionais, traçando novos rumos para a história da civilização.

No Estado Contemporâneo, ou social — como diria o professor Pasold na sua belíssima obra sobre o Estado Contemporâneo [“Função Social do Estado Contemporâneo”, OAB/SC Editora coedição Editora Diploma Legal, Florianópolis, 2003], mencionada no seu curriculum —, Estado Contemporâneo ou Social, inaugurado com as Constituições do México, de 1917, e [a] de Weimar [instrumento que instituiu a República Federativa Alemã, e que abriu a possibilidade de intervenção do Estado em favor de direitos sociais], de 1919, o *welfare state*, ou o chamado Estado Providência ou Estado do Bem-Estar Social, protagonizou, para o sociólogo Werneck Vianna [Luiz Jorge Werneck Vianna, professor da PUC-Rio], o surgimento do Estado administrativo, protegendo, de modo paternalista cada região da vida social, um onipotente aparelho administrativo fechado à cidadania e conversor dos indivíduos em clientes. A primazia do Executivo sobre o Legislativo no Estado Social, apropriando-se da iniciativa das leis, transforma o direito num dos principais recursos de comunicação do Estado Social, pondo sob risco a divisão democrática entre os Poderes. O Poder Judiciário, por seu turno, porque dominantes [são] a linguagem e os procedimentos do direito neste tipo de Estado, é mobilizado para o exercício de um novo papel, de “instância institucional especializada em interpretar normas e arbitrar sobre sua legalidade e aplicação, especialmente nos casos sujeitos à controvérsia”.

A agenda da igualdade, de outro vértice, além de difundir o direito na sociabilidade, redefiniu a relação entre os Poderes, adjudicando ao Poder Judiciário funções de controle dos poderes políticos, como observa Cappelletti [Mauro Cappelletti, jurista italiano, 1927-2004], erigindo-se em “terceiro gigante, capaz de controlar o legislador mastodonte e o leviatanesco [termo originário do livro *Leviatã* de Thomas Hobbes, 1588-1679] administrador”. Nesse delineamento, sustenta-se a transformação do Poder Judiciário, em nível universal, “em agência de controle da vontade do soberano, permitindo-lhe invocar o justo contra a lei”. Essa nova perspectiva decorre do constitucionalismo moderno que, ao pontuar os princípios fundamentais, inclusive os direitos sociais, deslocou a hegemonia do positivismo kelseniano [de Hans Kelsen, filósofo e jurista austríaco, 1881-1973] ao abrir espaço para correntes de humanismo jurídico, reintroduzindo no direito a ideia de justiça que o positivismo recusara.

O processo de redefinição das relações entre os três Poderes, ensejando a inclusão do Judiciário no espaço da política, seria decorrente da democratização social, tal como se esboçou no *welfare state*, e da nova institucionalidade da democracia política, afirmada inicialmente após a derrota do nazifascismo e posteriormente, nos anos setenta, com o desmonte dos regimes autoritários, trazendo à luz Constituições informadas pelo princípio da positivação dos direitos fundamentais.

Agora entrando especificamente no tema da crise da representação. A democracia representativa, em todos os países em que vigora, ademais, tem necessidade de renovação por se defrontar com interesse crescente da população pela política, elevados índices de absenteísmo e, o que é mais grave, hostilidade dos eleitores em relação aos profissionais políticos, sobretudo pela decantada corrupção crônica, que parece minar a classe política, principalmente nos países emergentes, colocando em profundo descrédito as instituições.

A democracia representativa é uma construção histórica relativamente recente, tendo sido importantíssima a contribuição dos chamados *founding fathers* [membros da Convenção Constitucional da Filadélfia, de 1787, nos Estados Unidos quando foi aprovada a primeira Constituição desse país] [norte-]americanos, como historia o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Foi a partir do século XVIII que se difundiu no Ocidente a ideia de que os indivíduos recebam um man-

dato nas eleições livres para atuarem em representação dos interesses da sociedade. As instituições democráticas, desde essa época, continuam essencialmente as mesmas, congeladas no tempo. Em contrapartida, o mundo se modificou radicalmente, transformando-se das sociedades simples de então nas complexas democracias de massa dos dias de hoje. O desafio contemporâneo, por isso mesmo, é aperfeiçoar a democracia e fazer o seu *aggiornamento* [atualização em italiano], de modo que o ideal democrático continue prevalecendo, e as instituições sejam eficazes.

Do ponto de vista político, a atenuação das dicotomias clássicas — capital/trabalho, burguesia/proletariado — e, em termos ideológicos, direita/esquerda, levou ao que o sociólogo Alain Touraine [sociólogo francês, estudioso das relações de trabalho e dos movimentos sociais] aponta como o “desaparecimento das categorias sociais, dos atores sociais em si”. Os indivíduos, ou grupos, já não se definem por seu papel nas relações sociais de produção, mas antes por suas identidades regionais, raciais, culturais ou religiosas. E o exercício dos direitos civis assegura a proliferação de “novas identidades”, como estas que agora vislumbramos nas chamadas redes sociais. Em vez de nos definirmos pelo que fazemos, passamos a nos definir pelo que somos; e não apenas pelo que somos, mas também pelo que “queremos”, e esses desejos são muito diversos. Ampliaram-se, assim, os objetivos da política, oferecendo espaço para a adesão de grupos de cidadãos a causas mobilizadoras, como direitos humanos, a questão do gênero, a preservação do meio ambiente.

Touraine ressalta que hoje é impossível basear a vida política em debates e atores que correspondem apenas parcialmente à realidade presente. Tal situação provocou independência crescente dos partidos em relação às forças sociais.

O esboroamento dos socialismos, do comunismo leninista — a social democracia — proveio fundamentalmente da subordinação crescente do movimento operário a um partido, primeiro revolucionário e, depois, transformado no próprio Estado. Não pode haver democracia representativa se os atores sociais não têm capacidade de dar sentido à sua ação em vez de serem pautados pelos partidos políticos.

Atualmente, vive-se a fragmentação dos indivíduos em grupos ou “guetos”, como constata Cardoso, levando a uma simplificação, à crença de que apenas o mercado, ou a cultura de massa, reúne os cidadãos em uma identidade nacional.

Os valores que balizam as sociedades nacionais e as relações entre suas camadas estão esmaecidos. O fascínio do novo, pelo retrato da realidade mostrado pela TV, desvia a atenção dos verdadeiros elementos que compõem a identidade nacional: “[...] uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva — com êxitos e dificuldades — e um sentido de futuro”. Nietzsche, aliás, já fazia, no século XIX, um prognóstico ácido da ciência — cognominada por ele como a nova deusa — afirmando que o suposto bem-estar cotidiano do progresso, por ela gerado, seria constituído de mediocridades, de falsas novidades e de sobrevivências artificiais. E aí, nessa pauta, vem a questão da sociedade de consumo de massa. Futilidade são modas — cultura do corpo, das novas tecnológicas; a troca sistemática de novidades, de aparelhos, de novos sistemas —, [ou seja,] a busca incessante do novo e do supérfluo.

De fato, constata-se que a democracia efetivamente construída, em nível global, experimenta um momento de baixa legitimidade. O exercício do poder, meramente delegado à representação, não satisfaz as expectativas da cidadania. Por outro lado, há uma visível apatia, uma descrença generalizada nas possibilidades de transformação pela política. Esse descrédito nas instituições, de fatores múltiplos, provém de escândalos de corrupção de uma cultura patrimonialista e clientelista, assim como de uma acentuada submissão do político ao econômico.

Sobre a apatia política, Fernando Savater [Fernando Fernández-Savater Martín, filósofo espanhol, professor da Universidade do País Basco] lembra que os antigos gregos denominavam a quem não se envolvia em política de *idiótés* [do grego], vocábulo que significava pessoa isolada, sem nada a oferecer aos demais, obcecada pelas mesquinhas de sua casa e, por isso mesmo, manipulada por todos.

Para o sociólogo [do direito] Boaventura de Souza Santos [diretor do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e ilustre pesquisador na Faculdade de Direito de Wisconsin-Madison nos Estados Unidos], o modelo hegemônico de democracia representativa, apesar de globalmente triunfante, hoje não mais garante uma democracia de baixa intensidade “baseada na privatização do bem público por elites mais ou menos restritas, na distância crescente entre representantes e representados e em uma inclusão política abstrata feita de exclusão social”.

Todavia, apesar dos problemas emergentes da democracia representativa, há percepção de que a representatividade constitui a única solução possível, nas democracias de grande escala, para o problema da autorização.

Nesse particular, Robert Dahl [1915-2014], cientista político americano, formula equação interessante ao entrever verdadeiro dilema da participação do cidadão na democracia em face da eficácia do sistema. Para ele, quanto menor a unidade democrática, maior seu potencial para participação do cidadão e menor a necessidade de que os cidadãos venham a delegar as decisões de governo a representantes. Ao revés, quanto maior a unidade — e nós vivemos em um país continental —, maior a capacidade para tratar de problemas importantes para os cidadãos e também maior a necessidade de delegar as decisões a representantes.

Apesar das vantagens do sistema representativo, Dahl aponta um lado sombrio desse tipo de governo — a negociação entre as elites. É que em um governo representativo, muitas vezes, os cidadãos delegam imensa autoridade arbitrária para decisões de importância extraordinária. Essa delegação, no entanto, não se dá a representantes eleitos, mas percorre um trajeto ainda mais indireto e tortuoso, alcançando administradores, burocratas, funcionários públicos, magistrados, promotores e, em grau ainda maior, as organizações internacionais.

O filósofo britânico Richard Wolheim [1923-2003] sustenta que grande parte da crítica formulada às instituições representativas é demasiado exagerada por assimilar os abusos do sistema. Lembra, todavia, que a democracia não pode ser autogarantida. Está exposta a riscos. Por isso mesmo, a democracia pode ser chamada, justificadamente, de um risco calculado.

Um problema certamente importante, nesta discussão, diz respeito à própria crise do Estado contemporâneo, a projetar incertezas sobre o seu futuro, com reflexos diretos sobre o sistema de governo democrático representativo.

O Estado, para as diferentes nações, de acordo com Jean-Marie Guéhenno [especialista francês em manutenção da paz, atual diretor do Centro de Resolução de Conflitos Internacionais na Universidade de Columbia nos Estados Unidos], deixou de ser a manifestação laica de uma ordem que dá a ele sentido e verdade. Tornou-se, ao contrário, uma combinação precária e modificável de serviços que possibilita às comunidades humanas, elas próprias mutantes, administrar eficien-

temente o seu destino. Muitos países já estariam deixando de manter a ficção de unidade de representação moral do Estado, delegando suas funções para inúmeras agências executivas cujas atuações são cada vez menos atreladas a um orçamento único e mais submetidas ao controle direto, fundado na administração com transparência.

Guéhenno diz que ser democrata hoje é persuadir-se de que uma comunidade humana é sempre resultado tanto de contingências históricas quanto o produto de uma decisão política na qual a razão tem de se expressar. Descobrir o justo equilíbrio entre a memória e o contrato, a comunidade de herança e a comunidade de escolha, e entre as contingências da história e as exigências da razão, é possivelmente o problema mais difícil e importante para a vitalidade de nossas democracias, porque “introduz no interior de nosso mundo funcional uma interrogação, que é condição de nossa liberdade”.

Dando um pouco de realce à questão da debilitação do espaço público, da política e da sua *economização* [do inglês *economization* ou *economisation*, ato ou prática de utilizar recursos de forma mais eficiente], eu diria que em nível global, visualiza-se a tendência ao desaparecimento de alternativas reais de eleição dos representantes pelo desaparecimento de alternativas reais de escolha, pela mercantilização da política e pela *marketização* [do inglês *marketization*, tal neologismo passa, entre outros sentidos, a ideia de avanço da visão de mercado sobre questões públicas e políticas] das candidaturas, levando o cidadão-eleitor a um processo de apatia e desinteresse e, o que é pior, de menosprezo pela política diante da percepção da total desnecessidade das eleições — ou de sua participação no jogo eleitoral —, posto que tal jogo, na percepção de muitos, já está feito: as alternativas seriam inexistentes e os resultados seriam previamente determinados.

De todo modo, a assunção da democracia como incerteza não significa um prognóstico de sua finitude, representa sim a possibilidade de transformação sistêmica das significações políticas, que passa iniludivelmente por um projeto alicerçado em estratégias decisórias que contemplem a efetiva participação de todos pela forma direta, participada ou representativa.

Na percepção de Lefort [Claude Lefort, filósofo francês, 1924-2010], essa democracia aprendida como incerteza inaugura a experiência de uma sociedade ina-

preensível, indomesticável, na qual o povo, dito soberano, não cessará de questionar a sua identidade, que permanecerá latente, e que necessita ser sentida, na ótica de Warat, que homenageio uma vez mais, como invenção constante do novo, como uma condição que comanda nossos processos de autonomia, abrindo-os à imprevisibilidade de suas significações.

E aí avançando, numa perspectiva local, brasileira, e já me encaminhando para a conclusão, eu diria que, numa perspectiva local, a consolidação institucional da democracia brasileira, além dos problemas sociais emergentes de uma sociedade profundamente desigual e injusta, e de baixo índice de cultura cívica, enfrenta um problema político que se revela particularmente grave, que diz respeito às relações assimétricas entre os três Poderes da República. O atual sistema potencializa o Executivo em desfavor do Legislativo, com baixa legitimidade e repatria para o Judiciário demandas de caráter político e social que, teoricamente, estariam na órbita da representação.

Por tudo isso, a doutrina tem afirmado a existência de um déficit no funcionamento da nossa democracia que, tornado constante, poderia pervertê-la [transformando-a] em um sistema de procedimentos formalizados tendentes a se fechar às expectativas e às demandas sociais.

Esse déficit é perceptível, para Werneck Vianna, pela predominância do Executivo sobre o Legislativo, evidenciada pela prática abusiva da edição de medidas provisórias, notadamente em matérias não compreendidas na cláusula de reserva de emergência prevista na Constituição, subtraindo, no processo decisório sobre temas estratégicos para o rumo da sociedade, a formação da opinião não só do âmbito parlamentar, mas também da sociedade civil. A ultrapassagem da deliberação parlamentar estaria a refletir o sintoma da assimetria entre esses dois Poderes. O mais preocupante é que esse processo de ultrapassagem tem aparente conivência do próprio Parlamento quando este, por exemplo, opta por não votar medidas provisórias, camuflando complexos mecanismos de cooptação exercidos pelo Executivo em sua maioria parlamentar, mercadejando o silêncio obsequioso com a liberação de recursos para projetos de interesse de suas bases eleitorais. Aí eu chamo a atenção para o risco do chamado orçamento impositivo que está prestes a ser votado no Congresso Nacional.

Essa delegação viciosa por parte do soberano tem gerado um circuito vicioso nas relações entre o vértice do Executivo e as bases locais, mediadas por parlamentares com acesso a recursos públicos, dando lugar à política assistencialista com que o governo procura se legitimar. Nesse circuito é que se percebe a dissociação recorrente entre representantes e representados, e se reduz a cidadania “a uma massa passiva, mero objeto de políticas compensatórias e dos eventuais benefícios provenientes das máquinas que manipulam clientelas”. Aí me reportando à fala, mais uma vez, de Werneck Vianna.

Assim, se o civismo, por definição, implica a existência de uma esfera pública que se abra à participação de todos, as práticas prevalecentes de diminuição do papel do Legislativo na formulação da agenda política do país mínguem a sua função institucional de ser responsivo às demandas da cidadania e às possibilidades de se conectar ativamente com a sociedade civil. A gravitação do Legislativo em torno do Executivo, de que é testemunha a presença de muitas das principais personalidades de diferentes partidos à testa de Ministérios, em um simulacro de regime parlamentarista, que apenas reforça aquele último poder e que leva à crença ou à difusão parlamentarista do chamado presidencialismo de coalizão, e que muitos dizem que a reforma política poderia ser muito bem sucedida se comesse, por exemplo, com a vedação expressa do exercício parlamentar de qualquer cargo administrativo. Isso tudo induz a retração da esfera pública e cerceia suas possibilidades de contato com o mundo da opinião. Por meio dessa operação, realizada no âmbito das relações entre esses dois Poderes, esvazia-se a substância democrática do regime constitucional de 1988.

Nessa contingência, o público torna-se um ambiente sob o domínio do executivo e das lideranças de sua maioria congressual. E agora nós chegamos ao modelo de administração sem oposição, quer dizer, presidencialismo de coalizão absoluta, a ditadura das maiorias substanciais, que passa a decidir, em estilo monocrático, sobre interesses e valores que vinculam a todos. O Executivo, nessa distorção, arroga-se o papel de intérprete da vontade geral: submete suas interpretações, usualmente confinadas ao âmbito deliberativo da tecnocracia estatal, à confirmação da maioria, especialmente no tocante às questões econômicas. A opinião e o fluxo das opiniões, nesse contexto limitador de cultura cívica, não encontram meios e modos de tradução de sua vontade na esfera pública.

Atuando reativamente aos efeitos desse estreitamento da esfera pública, tem-se observado um movimento crescente, por parte da sociedade civil, das minorias políticas, das organizações sociais e do próprio cidadão, que recorrem ao Judiciário “contra leis, práticas da Administração ou omissões quanto a práticas que delas seria legítimo esperar, originárias tanto do Executivo quanto do Legislativo”. A judicialização desse movimento tem logrado, eventualmente, limitar a ação do Executivo através de novos institutos processuais, como a ação popular e a ação civil pública, que têm tornado possível a defesa do cidadão contra o Estado e o poder econômico. O caráter afirmativo desse processo adquiriu tal relevância que hoje é plausível pensar em judicialização da política e das relações sociais como uma dimensão da sociedade brasileira.

Nesse aspecto, a Constituição de 1988 redefiniu as relações entre os Três Poderes da República, dando eficácia ao sistema do *judicial review* [norte-]americano [ações do Executivo e Legislativo submetem-se a revisão e possível invalidação pelo Judiciário], ampliando os sujeitos institucionais da sociedade civil “na comunidade de intérpretes com direito à participação no controle de constitucionalidade das leis”. Essa inovação possibilitou que segmentos organizados da sociedade civil passassem a ter legitimação para provocar a intervenção do Supremo Tribunal Federal para discutir a inconstitucionalidade de lei ou norma da administração. De igual sorte, os institutos da ação popular e da ação civil pública foram constitucionalizados com maior abrangência. O Ministério Público, por sua vez, foi refundado agora com a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis. Essa nova formatação institucional possibilita, através da procedimentalização da aplicação do direito, a criação de outro locus, ainda que embrionário, de manifestação da esfera pública, com capacidade de atuação sobre o poder político, conectando o cidadão e suas associações com o Poder Judiciário. Repito: por déficit de democracia.

Esse novo lugar da esfera pública, erigido em torno do direito e de suas instituições e procedimentos, “estaria mobilizando formas e mecanismos”, que Werneck Vianna chama “de representação funcional, como o Poder Judiciário, o Ministério Público, o sindicalismo, as ONGs e a vida associativa em geral”, sem a

pretensão de concorrer com o sistema de representação da política. Em verdade, as duas formas de representação — essa representação dita funcional e a política — atuariam em uma relação de complementaridade, de reforço recíproco. Essa relação de complementaridade, extraída da tradição republicana brasileira, estaria atuando de forma compensatória em relação ao déficit democrático, especialmente contra a intervenção legislativa do Executivo. A ilustrar essa premissa, a evidência de que os partidos minoritários no Parlamento, assim como as organizações sindicais, são personagens sociais que usualmente mais utilizam as Ações Diretas de Inconstitucionalidade [ADIs ou Adins], assim como os partidos políticos. Essa nova compreensão das Cortes Constitucionais — e no Brasil, depois da 2.^a Grande Guerra, com a consolidação do constitucionalismo contemporâneo — define essas cortes constitucionais como forças contramajoritárias, para equilibrar a democracia, para aquilo que se chamou de ditadura das maiorias.

Acerca do déficit democrático, pode-se concluir, e não tem origem em matriz constitucional nem deriva do plano da política ou da sociabilidade, mas, segundo Werneck Vianna, do desencontro entre elas. A melhor expressão desse desencontro seria o insulamento do Legislativo em relação à sociedade civil. Apesar da constatação da existência de relações assimétricas e desarmônicas entre os Três Poderes do país, essa circunstância tem propiciado condições favoráveis para a adequação criativa da democracia, mesmo no cenário adverso, confirmando outra tradição da cultura política do país, qual seja, “a do pragmatismo quanto à manipulação de formas e procedimentos”. A própria representação funcional, coexistindo com a representação política, é um exemplo desse pragmatismo, embrião que poderá vir a formar o que a doutrina chama de cidadania complexa, mais um exemplo de adaptação criativa da nossa cultura política à má contingência, extraindo vantagens do atraso para a construção de uma moderna democracia.

Então a generalização da representação funcional sugere ainda a criação de equivalentes funcionais da democracia direta, sem dúvida presentes na concepção da Constituição como obra aberta de Häberle [Peter Häberle, jurista alemão, o qual defende a ideia de haver sintonia da jurisdição com os valores da sociedade], influente na elaboração de várias constituições recentes, inclusive na brasileira, que prevê a participação, entre outras [instituições], da sociedade civil organizada e do

Ministério Público no controle da constitucionalidade das leis, esse último uma agência criada pelo texto constitucional com o fim de exercer a denominada representação funcional.

Eu diria [que], meu caro presidente da mesa, já me escusando por ter provavelmente, por ter-me excedido em muito no tempo que me foi confiado, não significa uma migração do lugar da democracia para o da Justiça, mas da sua ampliação pela generalização da representação, que pode ser ativada tanto pela cidadania política nas instituições clássicas da soberania quanto pela “cidadania social”.

Gostaria de concluir desafiando a todos para a reinvenção do político, do ético, do econômico, do social, do existencial na gramática da vida, para suplantação dessa crise e refundação de uma democracia substantiva, expressa não numa metáfora de representação, mas numa sintonia confiável com a sociedade civil, inspirada nos signos da liberdade, da igualdade e da fraternidade universal, resgatando os conceitos clássicos da Revolução Francesa.

O desafio de agora — e, mais uma vez, me inspirando em Warat, na mesma linha de Legendre —, é *reinventar, refundar, repensar* tudo que nos foi obrigado a pensar desde as escolas, academias, instituições, desde os lugares comuns dos expertos. Repensar tudo que nos colocou em situação de discriminação, opressão, exclusão, seja no lugar do opressor ou do oprimido, do discriminado ou do discriminador. Reinventar as visões do mundo. “Um repensar de coração aberto e atento a tudo o que pode dar-se com o outro, desarmado de certezas ideológicas”, para encontrar vínculos que possamos brindar com o outro, “procurando as palavras, os relatos, as ilusões que nos ajudem a olharmos a nós mesmos”, como seres humanos substantivos. Enfim, “um tentar pensar de outro modo”, a procura do novo que se projeta inquietantemente no presente e no futuro!

Obrigado.

Coordenador dos trabalhos: conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro

[...] vamos passar para a exposição do professor doutor Cesar Luiz Pasold.



Cesar Luiz Pasold

Debate de encerramento: “Crise de representatividade e controle público: oportunidade para o desenvolvimento econômico e social”

Debatedor: Cesar Luiz Pasold (professor doutor da Univali e advogado)

Presidente desta mesa, saudação carinhosa, seja bem-vindo a nossa ilha de Santa Catarina. Desembargador Pedro Abreu, obrigado pela belíssima aula que ministrou agora. Quero dizer a todos que o desembargador Pedro Abreu tem se evidenciado com a conciliação, com excelência, entre sua atividade como Magistrado e [a sua atividade] como pesquisador na área da ciência jurídica. Tenho sido testemunha da qualidade de seu trabalho, como advogado, no Tribunal de Justiça; e como colega dele na Univali, da qualidade do seu trabalho como pesquisador, inclusive assistindo a seus orientandos e com suas aulas magníficas.

Doutor Salomão Ribas Junior, com que prazer eu digo esse doutor, de coração mesmo. Parabéns, o senhor é um exemplo para todos os seus companheiros de trabalho no tribunal, para todos nós. Obrigado pelo convite, vou procurar honrá-lo. Peço ao presidente da mesa e a todos a paciência porque preparei aqui um roteiro para seguir, mas me conheço, provavelmente vou me perder, mas quero ficar dentro dos quarenta minutos. O presidente vai me avisar, por gentileza, quando faltarem dez minutos para completarem os meus quarenta.

O assunto deste nosso encontro de hoje à tarde é o seguinte: “Crise da representatividade e controle público — [desafios e] oportunidades para o desenvolvimento econômico e social”. Se eu olho para este título, com uma visão que na academia chamamos de epistemológica, vou encontrar quatro categorias perfeitamente definidas. Primeira: crise de responsabilidade. Segunda: controle público. Terceira: oportunidades. E quarta — eu não sei se quem montou esse título se deu conta de que fez, em uma só [ideia], o que já é um avanço, o que costuma ser expresso em duas — desenvolvimento econômico e social — como uma categoria só. Pretendo examinar objetivamente essas categorias e, na minha opinião, não há

como fazer isso sem uma visão multidisciplinar. Vou ter que manejar em sentido científico, neutro, como aprendi na saúde pública; nas outras áreas, às vezes, vejo a palavra manejar como algo condenável — cientificamente para tentar estimular a reflexão sobre essas quatro categorias, para o que preciso, no mínimo, de ciência política, teoria política, direito constitucional, direito administrativo e sociologia, no mínimo essas cinco para poder manejar o tema todo. As quatro categorias interagindo entre si e me dando alguma ideia. Os nossos colegas espanhóis, será que me entendem?

Vou trabalhar com o método indutivo, que é o método preferido de Aristóteles. O que significa isso? Vou examinar parte por parte. Vamos tentar chegar a uma formulação geral — provavelmente não vou conseguir, vou chegar a uma grande indagação e um discurso final —, mas vamos fazer isso começando pela ciência política. Vou pedir vênias para vocês, mas farei aqui o papel de parceiro crítico de todo este simpósio. Primeiro vou lembrar que, se nós estamos querendo dizer com a categoria crise de representatividade, se é da crise da democracia representativa que estamos falando, temos que nos preparar para examinar, em primeiro lugar, se há uma crise mesmo, ou se há a criação de uma crise para substituir algumas situações políticas que nos incomodam. Para examinar a crise de representatividade, temos que apreciar a situação que quisermos estudar, e vamos estudar a situação agora do Brasil. Os movimentos do primeiro semestre, chamo de movimentos do primeiro semestre porque a eclosão nas ruas, de junho, foi antecedida de uma preparação nas redes sociais. Quem frequenta minimamente as redes sociais, rapidinho no Facebook porque não tem tempo, viu, desde janeiro, uma ebulição que iria desembocar em alguma bolha. Então é aquele semestre inteiro que se ativa. Lembrou muito bem o presidente Salomão na abertura, [a movimentação] se ativou no mundo inteiro, não foi só no Brasil, e eclodiu em bolhas de manifestações, que eu chamo de sociopolíticas no mundo inteiro, apesar de se verificar — o governador em exercício na abertura também deu o seu depoimento, e um de seus assessores fotografou um cartaz no meio da massa [de] manifestante, em que a pessoa estava pedindo preço mais barato para um aparelho doméstico de uma determinada marca —, ou seja, não tem só um componente político. Por isso que esse movimento é sociopolítico, e como tal deve ser apreciado sob dois ângulos [social e político].

Ele [o movimento] efetivamente provocou a crise de representativa? Olha a minha testa franzida! Eu como cientista estou com dificuldade de achar que este movimento, que [ele] não colocou nas ruas brasileiras mais do que duzentas, trezentas ou quinhentas mil pessoas. Nas Diretas Já, lembrou aqui o governador em exercício — eu estava lá na Praça da Sé — eram dois milhões em uma praça, em uma noite para ouvir os discursos de Ulysses Guimarães e de Luís Inácio da Silva. Não sei se tivemos dois milhões nas ruas no primeiro semestre, somando o Brasil inteiro. Ninguém sabe, ninguém fez conta exata, mas com certeza não tivemos nas ruas os 36 milhões de brasileiros que se abstiveram ou votaram em branco ou anularam seu voto na eleição de 2010, com certeza não. Prefiro falar em crise de legitimidade a partir da manifestação de 36 milhões em 2010, e 38 milhões de brasileiros eleitores em 2012, presidente, que se abstiveram ou votaram em branco ou votaram nulo. Temos tido uma série histórica, aponte isso como cientista político há catorze anos — sete eleições, sistematicamente, temos tido um crescimento lento. Mas diriam os militares da ditadura: lento mas gradual no índice de abstenção somado com nulos e votos em branco.

Se olhar sob esse ângulo, 38 milhões, eu me impressiono muito. Tenho que me impressionar muito mais que se olhar os, vamos dizer que, dois milhões que estiveram nas praças em junho-julho no Brasil, [ou] muito mais. Mas muito mais impressionante, sem dúvida alguma, é o número dos que foram votar nessas eleições e escolheram candidatos e elegeram pessoas. Em 2010, foram 98 milhões de votos dados a candidatos que se elegeram ou não, como faz parte do jogo da democracia. E na eleição de 2012, foram 103 milhões de votos válidos. E alguém aqui quer me convencer de que quatrocentas mil pessoas na rua causaram a crise da representatividade? Tenho dificuldade de aceitar isso. Fui convidado para falar sobre isso em um programa de televisão, falei, vieram cem telefonemas *iradíssimos*: “Como o professor César, por que ele está se atrevendo a dizer alguns números que incomodam algumas pessoas?”

Como cientista, não posso questionar a legitimidade do mandato da atual *Presidente* da República. Ela foi eleita com a maioria absoluta, no segundo turno, dos votos válidos, que foram da ordem de 98 milhões. Em 2012, prefeitos e vereadores receberam, neste país, e os governadores, 103 milhões de votos, do total de 140

milhões de eleitores. E eu vou dizer, como cientista político, que essas pessoas não são legítimas no exercício dos seus mandatos? Não tenho como dizer isso. Só posso dizer se são ou não, se estão sendo ou não, legítimos no exercício dos seus mandatos os eleitos em 2010 na eleição do ano que vem (2014). Estou curioso para ver se essa movimentação do 1.º semestre vai aumentar o número de abstenções, votos brancos e nulos, e em que proporção. Por que me atrevo a especular que a proporção desse aumento designará, em números absolutos, efetivamente quem se movimentou no 1.º semestre deste ano? Então, como cientista — e estou falando como cientista, me perdoe alguém a quem isso [possa] parecer esnobe, mas não é —, na academia a gente fala como cientista, e estou me sentindo aqui como se estivesse na academia. Maria de Lourdes, minha orientanda que trabalha aqui no tribunal sabe que é assim que eu trabalho — não estou [sendo] convencido. Tendo esses números do meu lado, [falarei] de que temos um grande problema de legitimidade dos representantes eleitos e em exercício de mandato efetivo.

O segundo aspecto é a legalidade. Quando se verifica crise de representatividade, se tem que ver legitimidade e legalidade. Vim aqui fazer um papel hoje hegeliano [do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831] de contraditório. Para entender o que é legalidade, é conveniente ter um conceito de legitimidade, sobre a qual falei até agora. Tínhamos no direito brasileiro um conceito de legitimidade que era muito interessante, que era o conceito do Código Civil, filho ilegítimo que, na verdade, era um filho “ilegal”. Por causa dessa condição de legitimidade do nosso Código Civil, essa ideia se espalhou por tudo, e só em 1987, quando começou a nossa preparação para o Congresso Constituinte — que não foi uma Assembleia Nacional Constituinte, foi um Congresso —, que fez essa maravilhosa mesmo, reconheço, Constituição de 1988. Lá é que se começou a prestar atenção nisso.

Do ponto de vista histórico, é uma preocupação recentíssima. Temos crise de legalidade? De novo volto, é preciso ter um conceito de legitimidade para contrapor à legalidade. Superada essa ideia, foi-se buscar lá na ciência política, e na teoria política — Karl Friedrich, na Alemanha, e Norberto Bobbio na Itália —, foi-se buscar um conceito de legitimidade, o que é típico da ciência política, no caso do Friedrich, tipo da teoria política no caso do Bobbio, e que se apropriou, felizmente,

para o Direito Constitucional, o que pode ser explicado de maneira muito simples: é legítima uma conduta, uma lei, uma ação de Estado, uma ação de governo. E há uma diferença muito grande entre elas, e eu espero que os tribunais de contas atentem para essa diferença quando examinam as contas: é legítima uma lei, será legítimo o meu discurso aqui; é legítimo o que corresponde ao anseio do seu destinatário. Esse é o conceito em teoria política, em ciência política, que se trouxe, felizmente — graças ao Bobbio e ao Friedrich —, para o Direito Constitucional, e que foi absorvido na Europa logo precocemente por Canotilho [José Joaquim Gomes Canotilho], que é um grande constitucionalista português, que respeitamos no mundo inteiro. Canotilho logo incorporou e disse: “Então, dependendo da Constituição, dependendo do nível de obediência dela, passamos a ter um novo tipo de Estado, que é o Estado constitucional democrático, no qual (1) a democracia é um valor, muito mais do que os procedimentos, e (2) é mais importante a transparência”. Aí vem a influência fortíssima de Norberto Bobbio, é fundamental para que a democracia seja democracia.

Muito bem, legitimidade é correspondência entre algo e o anseio de seus destinatários. Não tem nada a ver com procedimento, portanto toda a teoria de Niklas Luhmann [sociólogo alemão, 1927-1998] não está aceita nessa postura teórica e prática. Luhmann tem uma obra, “A legitimação pelo procedimento”, que é um exercício crítico belíssimo sobre como é fácil legitimar algo se fazendo rigidez de procedimento. Rigidez de procedimento é legalidade. Para invocar o ex-ministro do Supremo, mas sempre meu professor — foi meu professor no meu doutorado —, Eros Leal, quando se fala de legitimidade, está-se falando de algo quanto à materialidade; quando se fala de legalidade, está-se falando de cumprimento de formalidade.

Agora vou poder prosseguir porque tenho as duas categorias para medir essa crise de representatividade. Agora vamos aqui ver bem objetivamente: a gente está vivendo uma crise de legalidade? Nosso Estado, o Estado brasileiro funciona? Nossas instituições estão funcionando? Podemos não gostar do desempenho dos que estão investidos nos cargos das instituições, eles podem estar se tornando, vagarosamente, cada vez mais distantes do anseio dos destinatários das suas condutas; portanto temos aí alguns arranhões de legitimidade. Mas quanto à legalidade, o Supremo não está fiscalizando, fazendo seu papel de guardião da Constituição?

Está. Talvez não gostemos de alguma decisão, mas está no papel dele. O Ministério Público brasileiro não continua exemplarmente cumprindo a sua função, que nasceu na Constituição de 88, e que o torna diferenciado? Está. Ele não é o guardião da sociedade? É, tem comprometimento constitucional com a sociedade, e não com o Estado. Então vou falar em crise de legalidade como?

Puxa, professor César, o senhor está pintando tudo isso como muito azul. Não, estou trabalhando com dados de realidade. Se alguém me perguntar: “E o senhor está gostando do que está descrevendo?” Não, não estou. Pesquiso muito na área da saúde, sei exatamente quais são os indicadores da saúde no Brasil, tenho vergonha da maior parte deles. Agora estou tendo uma experiência como presidente da comissão de educação jurídica na OAB, estou tendo acesso a dados sobre o chamado ensino jurídico, que deveria ser educação jurídica, e são assustadores. Então, se eu for olhar os indicadores, estes não estão correspondendo a essa leitura de legitimidade e de legalidade. Há algo de estranho no reino da Dinamarca. Ou a ciência política no Brasil não está sendo feita com a conveniência com que deve ser feita, ou há uma minoria formando a opinião pública para ampliar a noção de crise.

Quando vejo um processo no qual sou advogado — é verdade — de inventário sem herdeiros menores, com todos os herdeiros de acordo que a mamãe ficasse com a única casa que o papai deixou, levar dez anos para transitar em julgado, tenho que ficar preocupado e achar que tem uma crise séria no judiciário. Por outro lado, tem uma ação muito complexa, da qual fui advogado, para discutir a validade de um título de doutor obtido numa universidade reconhecida apenas pelo sistema estadual, que em dois anos e meio tinha sentença transitada em julgado no Superior Tribunal de Justiça. Fiz sustentação oral em todos os lugares. Mas se eu for trabalhar com casos, vamos ficar aqui a tarde inteira.

Entendi que o presidente Salomão, quando me convidou, foi para que eu viesse aqui provocar reflexão. No meu caso, provocar reflexão um pouco provocativamente mesmo. Um doutorando meu me disse outro dia: “Professor César, o senhor faz esse discurso de dúvida, se temos crise ou não, até onde ela vai? E a *Presidenta* da República que não vai cumprir, já avisou que não vai cumprir, uma recomendação do Tribunal de Contas da União?” Aí eu disse: “Mas, querido, é uma recomendação, ela não é obrigada a cumprir, o Tribunal não fez uma determinação”. — É, tem

razão, professor.” — Mas não se anime com esse ‘tem razão’, e vai ser necessária a leitura! Quando terminarem essas obras a respeito das quais ela não deseja reconhecer, e não vai reconhecer, a recomendação do TCU, o TCU haverá de cumprir, e estaremos todos esperando.”

O artigo 70 da Constituição [estabelece o seguinte]: “A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades de administração direta e indireta quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções, etc., será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”. E principalmente o artigo 71: “O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete”. Inciso primeiro: senhora *Presidenta* da República, “apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias”.

Então eu vou esperar, quando as obras terminarem, eu cidadão brasileiro, a atuação legítima e legal, constitucional, do Tribunal de Contas da União, e a senhora *Presidenta* vai ter que prestar as contas adequadamente. Então não vejo nenhuma pretendida desobediência civil da nossa *Presidenta*. Primeiro porque é uma recomendação. Segundo, não vejo nenhuma crise de legalidade porque a legalidade e constitucional vão ser exercidas no momento oportuno, ou o Tribunal de Contas vai deixar de apreciar? Não.

Vou passar agora para a segunda categoria, presidente: oportunidade. Nosso título, depois dos dois pontos após crise da representatividade, diz oportunidade. E aqui vou pedir socorro para um sociólogo brasileiro que não conheço pessoalmente, mas leio muito o que ele escreve, se chama Juarez de Paula. Ele é diretor-executivo dos projetos de desenvolvimento local do Sebrae. A especialização dele foi feita na Organização Internacional do Trabalho [Desenvolvimento Econômico Local pelo Centro de Formação da Organização Internacional do Trabalho (OIT)]. Quando ele analisou a crise econômica de 2009 e suas consequências ele disse: “Há duas oportunidades que essa crise nos oferece”. Eu pessoalmente acho que a crise que eventualmente possamos estar vivendo e que ficou mais exibida no 1.º semestre, [há aspectos que] concordo com ele. Primeiro, rever o nosso conceito de democra-

cia, e aí é todo um discurso apropriadíssimo para se refletir agora de novo. Segundo, que é o que nos interessa, rever o conceito de desenvolvimento. Toda crise permite que se reveja esse conceito de desenvolvimento. O problema é que não costumamos fazer essa revisão. Democracia, sim, a gente se preocupa mais. Mas com desenvolvimento, não. Precisamos — e parabéns por ter trazido a categoria desenvolvimento — estar preocupados com que conceito temos de desenvolvimento, para depois nos adequarmos ao conceito em relação a como vamos atuar.

Então passo agora para a quarta categoria: desenvolvimento econômico e social, também trabalhando por Juarez de Paula. O que ele propõe? Vou ler para ficar fiel e leal a ele. Ele propõe que se supere definitivamente a visão “que confunde desenvolvimento com crescimento econômico, com progresso material supostamente ilimitado”. “Pensamos assim sobre o desenvolvimento, que sempre usamos um adjetivo econômico, social. Quando a gente quer dizer que não está falando do material, diz desenvolvimento social, e com isso a nossa consciência se apazigua: ‘Está vendo como não sou só um materialista que pensa só em desenvolvimento financeiro e econômico? Também estou preocupado com desenvolvimento social.’”

Essa separação, agora sou eu, e não o sociólogo, é muito infeliz. Temos que ter uma ideia de desenvolvimento como um todo. Ele tem uma visão interessante, diz isto: “O desenvolvimento precisa ser pensado como um fenômeno resultante de escolhas conscientes, na perspectiva da conquista da qualidade de vida para todos, no presente e no futuro”. Para mim, isso é se aceitar, um excelente pressuposto de ordem filosófica, mas sobretudo de ordem ética para se estabelecer não apenas o conceito de desenvolvimento, mas também a denominação de desenvolvimento.

Com base nesse sociólogo, eu me atrevo a trazer aqui a proposta básica dele resumida. Ele diz o seguinte: “Vamos tirar os adjetivos do desenvolvimento, e se for para colocar algum, coloquemos cinco, vamos chamar de desenvolvimento com cinco atributos. Primeiro atributo: o desenvolvimento tem de ser humano. São seres humanos que têm que ser desenvolvidos.” Na academia estamos fazendo isso devagar, não está sendo fácil, que tem um [componente] ideológico. Precisamos resgatar o humanismo. Por algum motivo, um setor da esquerda resolveu detonar a ideia humanista, e tem muita gente com vergonha de se confessar humanista. Aí a direita resolveu também patrulhar quem é humanista, porque não convém à direita

o humanismo, e aí mais medo vem. Na academia, estamos começando a trabalhar *devagarinho*, de grão em grão.

Atualmente tenho quinze orientandos: sete de mestrado e oito de doutorado. Eu digo: “Você não é obrigado a ser humanista, a colocar em primeiro lugar o desenvolvimento humano. Mas, se você coloca, não tenha vergonha de dizer isso no seu trabalho acadêmico, na conversinha de bar da esquina tomando cervejinha. Não se envergonhe de dizer — ‘Olha, em primeiro lugar, para mim, está a humanidade; em primeiro lugar, está o respeito à natureza humana; e, por causa disso, o valor maior é a proteção à vida, sem adjetivo, a toda a vida.’” Em primeiro lugar, precisamos plasmar, conceber e construir um desenvolvimento que faça o ser humano crescer. Todo ser humano. Em segundo lugar, esse desenvolvimento tem que ser pessoal. Não posso, não devo trabalhar pensando num desenvolvimento que se dilui, não. A sociedade e as pessoas têm que se desenvolver juntas. Cada ato de fiscalização de um Tribunal de Contas pode significar concretamente uma contribuição nesse sentido.

Vou citar Maria de Lourdes, que está queimando os neurônios, e eu junto com ela como orientador porque estamos trabalhando na dissertação dela [referente a] como é que o Tribunal de Contas vai lidar com ações de Estado e com ações de governo. Ação de governo é ação prevista em plataforma eleitoral de candidato que ganhou a eleição. E ação de Estado é ação determinada constitucionalmente. Se a Constituição está dizendo que a Presidente da República, que ela tem que realizar a educação em níveis de excelência e em números de abrangência, tudo que ela fizer é ação de Estado. Agora, se ela colocou na plataforma de governo dela que iria colocar na escola de primeiro grau 800 mil novos alunos no período de dois anos, isso é ação de governo. E o Tribunal de Contas vai ter que penalizar se nos dois anos essa meta não for cumprida, para garantir o primeiro requisito do controle, que é a verificação de legitimidade. Dito em campanha, escrito. Ah, mas o Brasil não tem tradição, os políticos não obedecem às plataformas de governo nem ao plano do partido político. Pois então, se não aprenderam historicamente, vamos ensinar-lhes a fazer isso. E se tem um órgão que pode fazer isso com muita qualidade e precisão é o Tribunal de Contas. Estou falando dele agora como gênero, da União, dos Estados, os dos municípios que o possuem.

Pesquisei na internet o nosso Tribunal de Contas. A qualificação dos seus servidores, o trabalho sério de vocês, a quantidade de trabalho. Vocês estão prontos, e já estão fazendo isso, mas precisam ter consciência de que têm que fazer isso mais ainda. Verificar a legitimidade, verificar a legalidade. E verificar classificação do desenvolvimento que está sendo gerado pelas ações de governo, e classificação dos empecilhos ao desenvolvimento, a este desenvolvimento humano, social, sustentável, palavra perigosíssima, que agora os conceitos de desenvolvimento sustentável estão [...] Vou vinculá-la, sustentável no sentido de preocupação com o nosso ambiente hoje, para nós vivermos bem nele, mas também muita preocupação com o futuro.

Nós estamos agindo como se — vou exagerar agora —, na semana que vem, todos nós fôssemos embarcar num grande avião e morar em Marte. Do jeito que nós estamos tratando [...] Cada pilha [de lixo] jogada na água salgada leva dez anos para se deteriorar. E é assim que está se fazendo: cada garrafa plástica [leva] no mínimo dois anos, e a água no mundo [...] Não, mas nós temos o Aquífero Guarani. Em uma ocasião, as potências maçônicas de Santa Catarina me convidaram para dar uma palestra pública, num 7 de setembro, sobre o Aquífero Guarani. Aí fui estudar. É uma coisa muito interessante, muito maravilhosa, mas não é infinita. Então o desenvolvimento sustentável é o terceiro atributo.

O quarto atributo é o desenvolvimento local. Ele tem que acontecer na minha Indaial, na Florianópolis que também é minha, na cidade lá do interior do Ceará. O desenvolvimento tem que acontecer nos locais. Portanto ações de governo têm que contemplar obrigações de Estado, pensando no universo das comunidades brasileiras, e não apenas em certas frações dessas comunidades. Entendam o que estou dizendo como quiserem, respeitarei o vosso entendimento. Mas a tendência de governo em favor de determinadas regiões quebra o equilíbrio da ação de Estado respectiva. Vou ser bem cientista: está havendo um excesso de localização de recursos em saúde e educação para as regiões Norte e Nordeste porque lá o problema é maior do que no Sul e no Sudeste? Tudo bem. Agora, se isso está acontecendo porque temos uma eleição no ano que vem, tudo mal.

E o quinto: desenvolvimento com o atributo da solidariedade. Pode ser uma coisa vulgar, mas nós, brasileiros, somos excelentes quando o requisito é solida-

riedade em uma emergência. Deu uma desgraça a gente vai [...] Agora manter-se solidário continuamente, como fazem os alemães, como fazem todos os da península nórdica, a gente tem dificuldade nisso. Um desenvolvimento que não é solidário vai tender a ser um desenvolvimento egoísta, localizado. A minha conclusão objetiva, vou ler.

Primeiro, uma indagação: como o controle público pode atuar contribuindo para oportunizar um legítimo desenvolvimento humano, social, sustentável, local e solidário? Consigo, atrevida, porém humildemente, começar uma resposta para essa pergunta. Em primeiro lugar, a necessária e sempre maior ênfase que o sistema de controle público, que vou definir logo em seguida, deve conferir ao verificar [refere-se] tanto à legitimidade quanto à legalidade das ações de Estado, das ações de governo. Aí o papel é fundamentação dos tribunais de contas e dos controles internos respectivos. A ação precisa do Supremo Tribunal Federal na função de guarda da Constituição, especialmente quanto à produção legislativa em nosso país. Que todos esses estejam atentos aos princípios que estão no artigo 37, combinados com os do artigo 70 — legalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência, legitimidade. Somando os dois artigos, temos seis princípios sagrados que todos os encarregados de controle público têm que ter numa fichinha ao seu lado. Cada coisa que for apreciada, vamos ver como isso que estou apreciando está aqui, neste meu roteiro, quais os níveis de adequação a esses princípios constitucionais.

Que a nossa imprensa continue fazendo o seu papel, sendo independente, sendo corajosa, porque ela é fundamental para completar o requisito transparência que o Bobbio tanto defende em suas obras — que estão vivas —, para que a democracia seja efetiva. Esses portais de transparência são excelentes, mas não são suficientes, o papel da imprensa é muito importante. E que o Ministério Público — deixei por último, mas *last but not least*, não está por último porque seja inferior, mas porque quero arrematar com ele — se mantenha comprometido com a sociedade. Ele é órgão de defesa da sociedade, então é controlador público também, porque controla os atos praticados que possam ofender a sociedade e, portanto, que possam ofender o desenvolvimento no seu quádruplo aspecto. E que, por isso, continue o Ministério Público exercendo seu papel fundamental para que possamos efetivamente ter no Brasil um Estado constitucional, democrático; que no discurso de Canotilho a

partir de Norberto Bobbio, é o que tem a democracia como valor, e não como mero procedimento, em primeiro lugar. Em segundo lugar, que tem compromisso com eleições diretas, universais, secretas, periódicas, porque democracia também tem que ter o seu lado de procedimento, não basta só o item transparência e publicidade. A oxigenação da representação tem que acontecer com periodicidade, não a cada seis anos, por favor. Os Estados Unidos, que são exemplo, e as democracias europeias, todos têm eleição a cada dois anos e não é um furo no orçamento, há muito mais desvio em orçamento do que o que se gasta em eleição. Temos que praticar a democracia, nossa cultura política está em desenvolvimento e, se temos uma crise de responsabilidade, de representatividade, a temos porque nossa cultura política ainda não atingiu o nível adequado.

Muito obrigado, presidente. Muito obrigado pela atenção de todos.

Debate de encerramento: “Crise de representatividade e controle público: oportunidade para o desenvolvimento econômico e social”

Coordenador da Mesa: Sebastião Helvecio Ramos de Castro

O desembargador Pedro Abreu fez uma explanação com um conteúdo extremamente forte sob o aspecto jurídico, mas dois pontos da sua exposição me chamaram a atenção. O primeiro quando ele mostra com muita clareza que o sentimento que hoje vivemos é de mudança. Isso realmente é verdade. Mas se fizermos uma pequena digressão do que percebemos na formação da nação brasileira e na nossa muito jovem democracia, poderíamos resumidamente entender o seguinte — o século XIX foi o século da formação da nação brasileira.

Como Vossa Excelência citou Hobsbawm, vou fazer uma adaptação brasileira e dizer que o nosso breve século XIX vai de 1808 a 1888, da chegada da família

imperial à abolição da escravatura. Aí nós formamos a nação brasileira. Entramos no século XX tentando — nesse período do pós-guerra, olhando para a Europa — trazer [para a nossa sociedade] o Estado do bem-estar social. Só que as nações europeias, a partir de Lorde Arns na Inglaterra e depois a Europa continental, já têm hoje o seu Estado de bem-estar social, e o Brasil ainda não tem. Nós entramos no século XXI trazendo [para a nossa sociedade] amarras do século XIX: esse momento de formação da nação brasileira, a questão patrimonialista, que realmente ainda é presente até hoje, e do século XX, que ainda não conseguimos ter um Estado de bem-estar social.

E no século XXI, nesses treze anos em que estamos aqui no terceiro milênio, o ponto característico foi o que o professor Arias mostrou muito bem pela manhã, a participação das redes; e o professor César colocou da transparência. Hoje o olhar do controle no terceiro milênio é fundamentalmente para buscar eficiência. Nós podemos mostrar para a sociedade — e aí eu entendo a grande contribuição do controle para fortalecer a democracia — esses portais, essas manifestações de transparência, que não sejam apenas aqueles números difíceis de o cidadão comum entender. Mas que possamos sair desse mundo jurídico, de mundo acadêmico e colocar para o cidadão comum brasileiro, não para nós que estamos aqui neste ambiente privilegiado, mas para quem depende das decisões que aqui são tomadas, para que ele possa realmente entender a possibilidade de uma representação. Porque hoje, por exemplo, quando um prefeito é eleito — e eu tenho esse número exato de Minas Gerais —, dos orçamentos municipais, que são cerca de 38 bilhões de reais, apenas 6,7% são discricionários, ou seja, quase 94% do orçamento do prefeito já estão comprometidos com obrigações que, como bem disse o professor César, ele não pode colocar no seu plano de governo, porque, independentemente de quem vai governar, já tem os compromissos com o pagamento de pessoal, com pagamentos de aluguel, etc.

Então, para não se criar uma expectativa muito grande daquela representatividade, e talvez venha uma vertente dessa frustração não com a representatividade em si, porque concordo integralmente com o que o professor disse: se tivemos quase cem milhões de votos válidos nas últimas eleições e mais de 500 mil candidatos, é sinal de que o sistema está vigente. Quinhentos mil candidatos para cem

milhões de eleitores escolherem é real uma pujança democrática. Então isso para mim realmente preocupa.

Finalizando, o desembargador Pedro Abreu nos deu uma mensagem que é a que mais nos anima: essa ousadia da reinvenção. É até mesmo a que o professor César colocou no seu término. Se sairmos desta oportunidade maravilhosa que o Tribunal de Contas de Santa Catarina nos dá de nos encontrarmos, trocar ideias entre nós e com companheiros até de outros países. Mas que não fechamos este evento em nós mesmos, que cada um saia daqui disposto a se reinventar, disposto a ter esperança e, mais do que isso, comprometido na sua atividade com trazer uma contribuição para a transparência. Acho que [assim] já teremos conseguido o nosso objetivo.

Concluo dizendo que estou extremamente feliz e grato por ter tido nesta tarde a oportunidade de ouvir o desembargador Pedro Abreu e o professor Cesar Pasold, e volto para Minas Gerais muito revigorado.

Para terminar, o professor César falou da questão do desenvolvimento, fez ali a sua visão pentagonal do desenvolvimento, mas vou abordar uma daquelas perninhas, que [é] a questão do desenvolvimento local. O desenvolvimento local é estimulado na nossa Constituição, me parece que é o artigo 123; aliás, a lei complementar é que é a 123.

Em 2006, o Congresso votou a lei complementar 123 que trata exatamente disso que o senhor falou: de se valorizar o desenvolvimento local. Deu uma série de prerrogativas para se fazer uma licitação diferenciada para atender às micro e pequenas empresas. E hoje estamos, Brasil afora, os tribunais de contas trabalhando nesse mister. O grande ponto que encontramos como referência é exatamente o Tribunal de Santa Catarina. Hoje mais de 97% dos municípios de Santa Catarina já têm a legislação específica para a possibilidade da aplicação dessa lei. O legislador federal foi muito prudente dizendo que só poderia ter validade se houvesse uma lei estadual ou municipal para dar essa prerrogativa.

Então, conselheiro César, quero dar um abraço muito especial em todos os conselheiros e funcionários do Tribunal de Contas de Santa Catarina, porque Santa Catarina, nessa questão de desenvolvimento local, como em tantas outras, é um exemplo para todo Brasil.

Dia 13/11/2013 — 16 horas

Mestre de Cerimônias: Maria Thereza Simões Cordeiro

[...] Convido também para tomar assento à mesa o conselheiro Salomão Ribas Junior e o senhor Aderson Flores, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

O tema da fala do conselheiro Salomão é “Desafios e rumos das instituições de controle externo frente a crise de representatividade”.

Palestra de encerramento: “Desafios e rumos das instituições de controle externo frente a crise de representatividade”

Palestrante: Conselheiro Salomão Ribas Junior

Caríssimos amigos que compõem a mesa dos trabalhos e que recém concluíram mais um importante painel deste nosso evento.

Senhoras e senhores,

Desejo, em primeiro lugar, dizer que vou sair deste evento bem menos pessimista do que me encontrava até recentemente e durante as fases de planejamento desta discussão. Explico o porquê. A palavra crise tem um sentido, em qualquer significado que se pretenda dar, que não coincide com o que eu estava percebendo nos movimentos de rua. Quero já dizer que ainda não tenho nenhuma ideia formada. Mas crise é momento decisivo: isso ocorre na economia, na saúde, na política, na administração, na vida familiar. Quando há uma crise, vai haver uma saída. Ou tudo vai dar errado ou tudo vai se acertar. Ninguém vive permanentemente em crise, é um momento de decisão. E até vendo as suas raízes gregas e romanas como tensão e momento de decisão, embora muita gente a encare no sentido de decadência ou queda — havendo uma crise, é como se houvesse decadência ou queda,



Conselheiro Salomão Ribas Junior

é esse o sentido geral que se dá à chamada crise de representatividade. Como se estivesse havendo um momento em que a representatividade estaria severamente comprometida.

Eu não estava, como não estou, vendo a crise nesse sentido. Eu estava mais preocupado em ver um certo sentido de deterioração da operação dos nossos sistemas, um sentido de anomia dominando uma parte razoável da população, embora eu não tenha como medir, com a precisão com que mediu o professor Pasold, o significado disso. Mas havia certa sensação de que essas pessoas que foram, pelas mais variadas razões, às ruas estavam sofrendo essa anomia, ou seja, essa ausência de perspectiva de uma solução para o problema que estavam vivendo — solução de variada natureza.

Aqui neste Seminário, nós tentamos durante esses três dias, reavivar muitas esperanças na medida em que trouxemos para o discurso, a análise, a interpretação, um certo roteiro que teve, sem dúvida alguma, uma chave de ouro neste painel final com as palestras do professor e desembargador Pedro Abreu e do professor Cesar Pasold: um e outro dando a interpretação coordenada, ordenada, um raciocínio lógico, para o momento brasileiro e aquilo que podemos ter como expectativa. Mas, durante todo o nosso Seminário, esse sentimento de busca de um rumo, de alguma coisa construtiva, esteve presente. O que me deixou animado porque, há alguns anos, eu aprendi com o conselheiro Otávio Gilson dos Santos, que nos distinguiu com a sua presença em vários momentos, aprendi uma coisa curiosa certa vez, que foi, apesar de ele ser de formação da área de economia, mas foi uma lição de filosofia ou de sociologia. Ele disse: “O que eu noto é que está todo mundo querendo consertar a casa dos outros. E, se você olhar bem, todo mundo está querendo consertar a casa dos outros. Ninguém está pensando um pouco na sua própria casa, na sua própria vida, na sua própria atitude diante da vida, buscando a culpa nos outros, na outra instituição”.

E nós aqui, neste dia, trouxemos o assunto para dentro de casa. Discutir os desafios do Tribunal de Contas, como instituição, que passa por um número bastante grande de desafios. Não vou enumerar aqui todos os desafios que vislumbro, embora este tenha sido o tema da palestra que se imaginou para ser feita pelo ministro Augusto Nardes, presidente do Tribunal de Contas da União, que não pôde

estar presente aqui porque hoje o TCU faz a entrega do conjunto de medalhas mais importantes que distingue personalidades, uma vez que estamos no 123.º aniversário, agora no dia 5, do Tribunal de Contas da União. E a cerimônia de celebração está ocorrendo hoje em Brasília e, obviamente, o ministro Nardes, que não fez a cerimônia no dia 5 de novembro porque estava viajando, tinha esse compromisso em Brasília, que não estava agendado e acabou comprometendo a sua presença. Mas a ideia era a questão dos desafios.

Temos muitos desafios. Professor Pasold, vou dar uma olhada aqui para não falar demais. Aliás, o professor Pasold também tem suas passagens radiofônicas, na sua juventude.

Dito o que eu imagino [ser a] crise de representatividade, também não podemos considerar a representatividade exclusivamente a representação popular no Parlamento. A representatividade republicana passa por todos os que integram as instituições públicas. Se estou negando validade ao Parlamento, negando a representatividade ao Parlamento, estou negando validade e legitimidade às leis que esse Parlamento está votando. Se estou negando validade, estou negando validade aos concursos públicos feitos, com base nessas leis, para preencher os cargos no Judiciário, no Ministério Público; estou negando legitimidade à escolha dos conselheiros dos tribunais de contas. Então essa questão de negar representatividade é muito mais séria do que parece à primeira vista. Vai mais longe do que apenas negar validade à representação popular. A gente identifica mais rapidamente como representante do povo o parlamentar, mas todos [somos], no serviço público, mesmo que selecionados por concurso público, ou de outra maneira, [representantes do povo].

É com base em uma Constituição que nós votamos nos representantes do povo. Constituição que veio para [a] saída brasileira, negociada, em um Congresso Constituinte possível naquele momento, mas é a Constituição que nós temos e que foi votada por nossos representantes. Podemos dizer [que] não foram eleitos para isso. Precisava ser exclusiva — ótimo, é uma enorme discussão, mas, realisticamente, é a que tínhamos —, e é com base nessa Constituição que nós todos estamos aqui. Então não vamos negar representatividade à construção dessa solução e achar que a nossa vale, vale a dos outros.

Agora, essa questão de valor aos outros, de consertar a casa dos outros, a propósito da colocação feita pelo professor Carlos Tramontin, que deu uma grande contribuição à construção da agenda acadêmica. Da agenda científica deste evento, sobre a questão do voto facultativo, contra o qual se insurgiu, com justa razão, o professor Cesar Pasold, que hoje sigo. Assim como já fui ateu, também já fui a favor do voto facultativo. Graças a Deus, vou mudando ao longo da vida; não tenho só aquela velha ideia consagrada em um determinado momento, vou mudando. Aí, quando, no período militar, ainda era ministro da Justiça, o conterrâneo do Sebastião Helvecio [vice-presidente do TCE/MG], o ministro Abi-Ackel [Ibrahim], o governo mandou um projeto de lei ao Congresso Nacional tornando o voto facultativo, um projeto de emenda constitucional de autoria do Executivo. A esquerda ficou em polvorosa, tudo o que vinha do governo, apoiado no regime militar, não prestava. Entrou em polvorosa, mas eu saí a defender o voto facultativo: “Isso aí é a solução, porque essa obrigação fere o direito individual, etc”. Quando cheguei à minha pregação pelo interior do Estado, e estávamos organizando um novo partido político, após a extinção da Arena e do MDB, no Município de São Joaquim, em uma reunião política com os companheiros, comecei a defender o voto facultativo com a ênfase que achei necessária. Até que um cidadão, lá no fundo da sala, levantou a mão e disse: “Doutor, eu queria lhe dizer uma coisa, sou cabo eleitoral e trabalho em todas as eleições. Hoje, que é obrigado, o cidadão fica lá na porta da casa dele, com a mulher, esperando eu ir de carro buscar para votar. Se não for obrigado, eu vou ter que pagar, se não ele não vai votar.”

Isso mostra um pouco da preocupação do dr. Pasold com a questão da cultura política. Não vamos fingir que temos cultura política porque temos aqui um grupo de privilegiados que pensa de maneira coordenada, estudou, teve oportunidade. O Brasil que está por aí não é assim, então precisamos dessa prática constante para [...] Até porque isso é curioso, não é? Quando as eleições eram muito distantes, não, temos que dividir isso, essas mudanças seriam sensacionais. Agora temos que separar, é um absurdo fazer eleições de dois em dois anos, como era recentemente um absurdo fazer de cinco em cinco anos. Mas eu acho que esse sistema deveria ser testado ainda um pouco mais.

Entre os desafios dos tribunais de contas neste cenário, onde se não há uma crise há uma coisa muito errada a ser enfrentada, e os tribunais de contas, pela razão que expus, têm a ver com isso. Não adianta nós queremos achar que a crise política é crise só do Parlamento, ela é de todos, somos um órgão público, somos organizados de acordo com as regras políticas, fomos escolhidos direta ou indiretamente, alguns foram escolhidos pelo sistema de escolha parlamentar, outros pela aprovação das leis que permitiram o concurso público, mas passamos todos por essa representação popular que votou as leis. E, por isso, temos tudo a ver com a chamada crise política, e crise parlamentar, e crise de representatividade. Internamente estamos tentando despertar para uma discussão muito importante. Vejam: temos duas entidades representativas dos tribunais de contas no Brasil. São várias entidades, [mas] me refiro às que estão agora em processo eleitoral. Temos a Aldicon, representativa dos funcionários. Cada tribunal tem a sua associação. Há uma federação nacional representativa dos trabalhadores nos tribunais de contas. Enfim, há todo um conjunto de representação. Há uma associação dos auditores, uma associação dos membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e duas associações que agora vão passar por um processo eleitoral. Uma delas é uma associação em sentido mais corporativo, que é a Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil). E há uma associação de conteúdo técnico, de pesquisa, que é o Instituto Rui Barbosa. O meu candidato, e, por via de consequência, se eu estiver lá em Vitória/ES, é o candidato do Tribunal de Contas de Santa Catarina, até porque submeti essa questão aos meus pares. É o conselheiro Sebastião Helvecio, a quem peço uma grande salva de palmas de incentivo a sua disposição de presidir essa entidade e cooperar para enfrentar as nossas contradições. Vai haver também outra eleição na Atricon, cujo candidato que apoio, também esteve aqui conosco, [ele] é conselheiro do Estado de Pernambuco, [o] conselheiro Waldecir Pascoal.

Entre os desafios internos, precisamos repensar o nosso compromisso republicano. Porque, como somos efetivos — os conselheiros, os auditores, os procuradores e os funcionários, não vamos separar — e temos um bom lugar para trabalhar, temos uma tendência muito grande de esquecer por que chegamos aqui e qual é o nosso compromisso republicano e passar a cuidar mais do nosso salário, das nossas condi-

ções de trabalho, das nossas condições de horário, esquecendo que chegamos aqui para o serviço público com um compromisso com as pessoas, e não ficar olhando para outro órgão público que não está funcionando sem olhar para nós mesmos. Esse é um desafio interno que nós temos que enfrentar. Porque a tendência é muito forte. Quem não gosta de uma acomodação? Todos gostamos. É humano. É preciso que a gente reative essa discussão e não se acomode com os aspectos positivos da carreira burocrática. Além disso, estamos enfrentando — fiz a referência ao Rui Barbosa, à Atricon — algumas divergências internas nos tribunais de contas. Há sempre uma dificuldade grande de fazer uma aproximação entre o corpo técnico e o corpo deliberativo. Já foi pior, mas sempre há uma dificuldade grande de cooperação. É aquela história de querer consertar a casa dos outros. Agora estamos com divergências profundas entre uma boa parte do Ministério Público de Contas, uma boa parte de auditores fiscais dos tribunais de contas e os conselheiros dos tribunais de contas, representados pela Atricon e pelo IRB. Aí, como a gente não discute isso internamente — e esse é um grande desafio —, a gente tem uma tendência muito grande de ir buscar soluções externas, e o que é pior, soluções externas com quem não conhece a matéria. Existem emendas constitucionais para mudar a forma de atuação dos tribunais de contas. Mas tem uma agora subscrita por um senhor deputado federal que tem uma vaga noção do que é a República Federativa do Brasil, e, evidentemente, está sendo estimulado a estabelecer uma mudança substancial na organização dos tribunais de contas brasileiros. Isso é um desastre. Aliás, é um desastre muito brasileiro, é a pessoa que não estuda, não conhece e começa a dar palpite sobre a casa dos outros. É preciso que haja uma busca — sei que o Sebastião Helvecio tem essa intenção — para que a gente enfrente esse desafio de vencer a nossa contradição interna em nome de uma representatividade republicana, que não podemos esquecer. Não podemos permitir que as nossas desavenças profissionais atrapalhem o funcionamento das casas. Nosso maior desafio é transformar os tribunais de contas em autênticas casas da esperança para as pessoas que não batem mais à porta, batem via internet, mas, enfim, as nossas ouvidorias precisam operar prontamente e, sobretudo com muita sensibilidade — [esse] é outro desafio dos tribunais de contas — para separar o joio do trigo. Porque assim como temos muita motivação de interesse público nos questionamentos que são encaminhados via ouvidorias,

temos muita coisa que é encaminhada pelo gosto, pela maledicência, pela intriga, pela motivação político-partidária, para prejudicar o adversário político-partidário, e o Tribunal, como instituição republicana, precisa separar o joio do trigo e tratar, sim, das questões que são motivadas legitimamente pelo interesse público. Digo isso pelo seguinte: a Lei (brasileira) de Acesso à Informação é uma das melhores à disposição no mundo civilizado. Mas, se você vai pesquisar os *sites*, a curiosidade é só para saber o salário do funcionário. Outra questão não me interessa: quero saber quanto o funcionário está ganhando para fazer uma [...]

Acho que não se pode esconder o salário. Evidentemente o cidadão tem o direito de saber, mas também não pode ser só isso, senão não precisava de toda essa parafernália da lei do direito à informação, bastava publicar o salário e pronto. Mas a lei tem um objetivo muito maior, que é o de dar informações sobre a execução orçamentária e financeira, sobre o funcionamento da máquina burocrática, sobre o ciclo governamental. E aí [está] a questão, professor Pasold, da educação: eleição é uma coisa complicada, [e a] democracia dá trabalho. A ditadura é bem mais fácil, bem mais simples. Lembro-me de um grande líder, [quando] já [se] estava no período democrático, e lembrava ele saudoso da ditadura Vargas. Então dizia ele: “É, esse negócio da democracia é interessante. Mas eu levantava ali em Copacabana, ficava olhando o nascer do sol; às vezes, à noitinha, ficava olhando o pôr do sol, tinha uma ideia. No dia seguinte ela estava no Diário Oficial. Agora tem que mandar uma lei para o Parlamento, tem que discutir. Então a democracia é realmente uma coisa muito complicada.” A gente tem que ter o espírito para enfrentar esse desafio. Internamente temos que resolver o problema da celeridade processual, não podemos mais demorar o tempo que demorávamos em resolver certas questões, precisamos ter contemporaneidade na apreciação e nas decisões. Também não podemos sair soltando, e aí tem razão a chefe do governo quando reclama, não podemos estar soltando liminar que depois não se decide o mérito. Aí, sim, tem razão a chefe do governo quando diz: “Solta uma liminar, eu paro a obra, dali a seis meses — ‘Não, está tudo certo, pode prosseguir’”. Quem é que responde objetivamente por esse prejuízo? Então é preciso que haja uma decisão de mérito o mais rápido possível. A liminar, se necessária, tem que ter um período de vigência. O Judiciário tem, não é [...] Aqui no Tribunal de Contas não, a liminar acaba se eternizando.

Temos que cuidar da nossa transparência própria: ainda não está boa. Abriremos os nossos portais, mas ainda para achar algumas informações nossas é preciso ser expert em informática. O conselheiro Arias [*síndico de cuentas Antonio Arias Rodríguez*] acaba não achando. A nossa ouvidoria, eu já falei. Externamente os nossos desafios maiores são nas nossas relações com os fiscalizados, relações com o Poder Legislativo. Temos que tentar emitir opinião na elaboração de orçamentos públicos, que essa é uma questão [...] É reducionismo, talvez não seja adequado, mas o ministro substituto do TCU Weder de Oliveira fez um artigo bem interessante dizendo que boa parte das questões discutidas no movimento de rua podiam ser sintetizadas em dois aspectos: primeiro, alocação de recursos; segundo, fiscalização. Se a gente verificar, boa parte das reclamações tinha a ver com isto: a boa ou [a] má alocação de recursos. E não discuto se era o povo todo que estava nas ruas, mas parte do povo que lá estava. Tinha essas duas preocupações. [E] aquela discussão em torno de investimento para a Copa do Mundo ou não, isso é alocação de recursos. O preço da passagem do ônibus, isso é evidente que é um problema de fiscalização. Nesse particular, é um desafio dos tribunais de contas darem uma melhorada substancial na fiscalização das concessões, das autorizações, das permissões e das licenças. Isto que estamos vendo no noticiário da imprensa lá em São Paulo — essas autorizações, licenças para construção civil, etc. —, tribunal nenhum fiscaliza isso, não é só o nosso, porque ficamos muito centrados cuidando do orçamento, sob o aspecto formal, e dos atos administrativos geradores de despesa. A questão das licenças, das autorizações, que implica influências enormes na comunidade, nós não estamos cuidando [disso]. Esse é um desafio que temos que enfrentar.

Não podemos deixar de reconhecer que temos desafios muito grandes, e eu, na linha de preocupação do professor Pedro Abreu e do professor Pasold, também temo muito quando vejo alguma coisa sendo direcionada com muita clareza para um determinado lado, quando há outros interesses fazendo essa movimentação. Isso é uma coisa que me preocupa porque os tribunais de contas têm que ter a capacidade de enfrentar os desafios das redes de influência. Aqui nós temos também, temos a rede das emendas parlamentares com o orçamento impositivo, [sobre o] que o professor Pedro Abreu falou. Impositivo, então por

que é que não faz impositivo para a educação e para a saúde? Vai fazer impositivo para emenda parlamentar? Se é para ser impositivo, faz então para educação e saúde.

Mas, enfim, é a rede dos parlamentares interessados na emenda. Temos a rede de interesse dos empreiteiros, a rede de interesse dos fornecedores do governo, a rede de interesses — também nós, conselheiro Arias — das auditorias privadas, que gostam muito de demonstrar que os tribunais não funcionam, estão interessados nesse mercado de trabalho, achando que fazem melhor, e temos também as redes de interesse ditadas por governo e oposição. Isso é pacífico. Eu já fui governo e já fui oposição. Quando você é governo, você acha que o Tribunal de Contas é um estorvo, não me deixa fazer nada. Quando você é oposição, em relação ao mesmo Tribunal de Contas, você diz assim: “Esse Tribunal de Contas deixa o governo fazer o que quer, não fiscaliza nada”. Então essas redes de interesses também são um desafio que temos que enfrentar.

Mais ainda, conversamos agora há pouco com o professor Abreu e com o professor Pasold sobre a questão de espaço público e privado. Sou de um tempo em que isso era uma coisa muito nítida: o que era público era público, o que era privado era privado. Começamos a misturar as coisas, chegamos até a uma tentativa de reforma constitucional no governo Fernando Henrique Cardoso com o Bresser Pereira. Depois abandonamos a ideia, e ficamos aí com algumas soluções de espaço público-privado não resolvidas adequadamente. Há uma montanha de dinheiro, hoje, saindo dos cofres públicos para as organizações não governamentais. A nossa fiscalização não está sendo eficiente nessas organizações não governamentais. Esse é outro desafio, porque isso tudo amplia o volume de trabalho, amplia o leque de trabalho do Tribunal de Contas e a quantidade de pessoas que temos. Encostados como estamos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, a quantidade de pessoas[, contudo,] é a mesma.

Por tudo isso, e pelo que mais consta dos anais deste Simpósio, quero dizer que, felizmente, saio daqui bem mais otimista porque tivemos a oportunidade de discutir com muita profundidade, muita liberdade, questões que afetam a vida da nossa casa, do nosso Tribunal e, provavelmente, poderemos extrair disso pelo menos um esforço de solução para esses desafios que estamos enfrentando.



Salomão Ribas Junior

Hoje temos aqui o privilégio de ter a presença do conselheiro vice-presidente, Luiz Roberto Herbst, do conselheiro corregedor-geral, dr. César Filomeno Fontes, do auditor Gerson Sicca e, durante o decurso do evento, outros conselheiros aqui estiveram, à exceção dos impedidos, como é o caso do conselheiro Herneus, que está com problema de saúde, mas os demais compareceram. Isso nos dá a certeza de que também eles todos atribuíram [...], como os procuradores, [no caso,] o senhor procurador-geral titular Aderson Flores. O procurador esteve aqui em todos os momentos em que pôde participar, e nos alegrou muito presença tão significativa. Fiquei muito feliz, eu estava com medo, com receio de discutir este tema. Mas creio que, depois de tudo que ouvi aqui, saio, eu pelo menos, bem mais otimista ou bem menos pessimista do que estava no início.

Esse último painel foi excepcional, como foi, pela manhã, o painel de fiscalização em termos de redes sociais do nosso Antonio Arias [Rodríguez] — achei fantástica a sua exposição —, e as outras que ouvimos aqui durante o dia de hoje, mas esse painel em particular. Eu só dei graças a Deus porque o professor Cesar Pasold estava no último painel, porque se ele começasse esse discurso no primeiro painel, acabava o meu Seminário.

Muito obrigado e parabéns pelo evento.





NOTÍCIAS DA ACOM

SIMPÓSIO INTERNACIONAL

CRISE DE REPRESENTATIVIDADE

DESAFIOS E OPORTUNIDADES
PARA O CONTROLE EXTERNO



REALIZAÇÃO



em parceria com



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
ESTADO DE SANTA CATARINA



MPSC
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DE SANTA CATARINA



Associação
de Contadores
de Santa Catarina



IDASC
Instituto de Estudos
Aplicados em Ciências
de Santa Catarina

TCE/SC promove debate internacional sobre crise de representatividade e controle externo

Buscar novos caminhos para a atuação dos órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos neste cenário de crise de representatividade política e de grandes transformações — próprias desta era da informação —, que desafia instituições públicas, partidos, imprensa e outras organizações tradicionais, no Brasil e no mundo, foi a proposta central do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, realizado de 11 a 13 de novembro pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), em Florianópolis.

O Estado no cenário de crise, os desafios para a governabilidade, o combate à corrupção e o papel da educação neste contexto, a interação entre os controles público e social, a transparência e os códigos para o bom governo, as demandas da sociedade e o controle público ideal, a fiscalização em tempo de redes sociais e os rumos das instituições de controle público. Essas abordagens, conduzidas por estudiosos e especialistas nas áreas da filosofia e do direito, e por integrantes de instituições de controle público do Brasil e da Espanha, polarizaram os debates do evento no auditório do TCE/SC.

O simpósio foi uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado e contou com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Governo do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público de Santa Catarina, Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc). Todo o evento foi transmitido, ao vivo, pelo Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br).

PROGRAMAÇÃO DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL CRISE DE REPRESENTATIVIDADE

DIA 11/11/2013 — SEGUNDA-FEIRA

- 18 horas – **Credenciamento**
- 19h30min – **Abertura Solene**
- 20 horas – Conferência Magna: **Crise de representatividade: desafios para a governabilidade**
Deputado Joares Ponticelli
Governador do Estado de Santa Catarina em exercício

DIA 12/11/2013 — TERÇA-FEIRA

- 08h30min – Palestra — **O Estado no cenário da crise de representatividade**
Luiz Felipe Pondé
Professor Doutor da PUC/SP e da FAAP/SP, escritor, colunista e filósofo
- 09h30min – Palestra — **Controle ideal e controle possível: respostas às demandas sociais**
Juarez Freitas
Professor Doutor da PUC/RS e UFRGS e Presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público
- 10h30min – **Intervalo**
- 11 horas – Painel I — **Controle social e controle público: interação para a efetividade e credibilidade das instituições**
Mária Cruz Díaz y Díaz
Professora Doutora e servidora pública da província de Badajoz — Espanha
Antonio Joaquim
Conselheiro do TCE/MT — Presidente da ATRICON
- 12 horas – **Intervalo**
- 14 horas – Palestra — **Pontos fortes e fracos do sistema penal no combate à corrupção**
Nicolás Rodríguez García
Professor Doutor da Universidade de Salamanca — Espanha
- 15 horas – Palestra — **Corrupção e crise de representatividade: oportunidades e riscos**
Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno
Conselheiro de Administração Pública do Governo de Extremadura — Espanha
- 16 horas – **Intervalo**
- 16h30min – Painel II — **Transparência no âmbito empresarial: os códigos para o Bom Governo**
Mária Belen Lozano García
Professora Doutora da Universidade de Salamanca — Espanha
Joel de Menezes Niebuh
Doutor em Direito pela PUC/SP e Advogado — Presidente do IDASC

DIA 13/11/2013 — QUARTA-FEIRA

- 08h30min – Palestra — **A fiscalização na época das redes sociais**
Antonio Arias Rodríguez
Síndico de Contas do Principado de Astúrias — Espanha
- 09h30min – Palestra — **Corrupção, estado democrático de direito e educação**
Affonso Ghizzo Neto
Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina
- 10h30min – **Intervalo**
- 11 horas – Palestra — **Desafios e rumos das instituições de controle externo frente à crise de representatividade**
Augusto Nardes
Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União e da OLACEFS
- 12 horas – **Intervalo**
- 14 horas – Debate de encerramento — **Crise de representatividade e controle público: oportunidades para o desenvolvimento econômico e social**
Coordenador — Sebastião Helvecio Ramos de Castro — *Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais*
Debatadores — Pedro Manoel Abreu — *Desembargador do Tribunal de Justiça de SC*
Cesar Luiz Pasold — *Professor Doutor da Univali e Advogado*
- 16 horas – **Encerramento**



Assunto é discutido por representantes do Brasil e da Espanha

O governador em exercício de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, fez a conferência magna, com o tema “Crise de representatividade: desafios para a governabilidade”, na solenidade de abertura, no dia 11 de novembro. Entre os palestrantes da Espanha, destaque para os professores doutores da Universidade de Salamanca — Nicolás Rodríguez García, María Cruz Díaz Y Díaz e María Belen Lozano García —, o conselheiro de Administração Pública do Governo de Extremadura, Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno, e o síndico de Contas do Principado de Astúrias, Antonio Arias Rodríguez.

Do Brasil, destaque para a participação de Luiz Felipe Pondé, filósofo, doutor pela USP e colunista da Folha de S.Paulo; de Juares Freitas, professor doutor



da PUC/RS e UFRGS e presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público (Ibraedp); de Affonso Ghizzo Neto, promotor de Justiça de Santa Catarina e idealizador da campanha nacional “O que você tem a ver com a corrupção?”; de Joel de Menezes Niebuhr, advogado, doutor em direito pela PUC/SP e presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc); e de Antonio Joaquim, conselheiro (TCE/MT) e presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

No debate de encerramento, no dia 13, Cesar Luiz Pasold, professor doutor da Univali e advogado, e Pedro Manoel Abreu, desembargador do Tribunal de Justi-



ça de Santa Catarina, discutiram “Crise de representatividade e controle público: oportunidades ao desenvolvimento econômico e social”. O último dia do evento teve ainda a palestra do presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, que falou sobre “Desafios e rumos das instituições de controle externo frente à crise de representatividade”.

Cerca de 300 participantes, entre profissionais e integrantes de instituições de controle público, em especial dos tribunais de contas e do Ministério Público, agentes públicos, representantes de organizações não governamentais, profissionais da área do direito, do Brasil e de outros países, participaram do evento.



Desafios para governabilidade em tempo de crise é tema de palestra do governador em exercício

A governabilidade, segundo especialistas, está relacionada à capacidade de governar, de realizar as transformações necessárias, com base na relação de legitimidade do Estado e do governo com a sociedade civil. Os desafios para governabilidade, num cenário marcado pela insatisfação da sociedade com os resultados da Administração Pública, foi o tema da abertura do “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo” na noite do dia 11 de novembro.

“Vocês estão demorando demais para decidir. Passa muito tempo entre a tomada de decisão e a ação concreta [dos Poderes e órgãos públicos].” Esta é a síntese do recado dado pelas ruas durante as manifestações que ocorreram, a partir de junho deste ano, em várias cidades do país, segundo o governador de Santa Catarina em exercício, deputado estadual Joares Ponticelli, presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Na conferência de abertura do evento internacional, Ponticelli reconheceu que o povo cansou de esperar por mudanças, e apontou a criação de mecanismos que promovam — inclusive por meio da Internet — maior participação da sociedade no acompanhamento dos atos da gestão pública como uma das saídas para o problema.

Na opinião do deputado, a inclusão da questão do novo pacto federativo — divisão da receita dos impostos entre União, Estados e municípios, unificação das alíquotas do ICMS, dívida dos Estados e o FPE — no próximo debate eleitoral é outra solução inadiável para resolver a crise de representatividade. “Se isso não acontecer em dez anos, não sei quem vamos motivar para disputar o Executivo [governos estaduais e municipais]”, questionou ao lembrar que 72% dos recursos públicos estão concentrados em Brasília (União), onde a tomada de decisão está muito distante do povo.



Presidente destaca insatisfação da opinião pública

“Os Tribunais de Contas também estão vivendo a sua própria perplexidade”, admitiu o presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, durante a solenidade de abertura, ao registrar a queixa generalizada da opinião pública — não apenas no Brasil — sobre o mau funcionamento e falta de eficiência e eficácia do Poder Público. Para o conselheiro, a grande maioria das reclamações poderia ser reduzida a dois aspectos: má alocação de recursos e falta de controle e fiscalizações. “Quando reclamo do mau funcionamento do sistema de transporte coletivo, estou reclamando de [falta de] fiscalização e controle”, exemplificou.

Para Ribas Jr., é necessário debater o problema sob a ótica econômica, social e cultural, e, se for constatado que os mecanismos de representação não estão funcionando, identificar as razões, seus impactos sobre o controle público e apontar soluções. “Estamos celebrando 25 anos da Constituição Federal, mas será que a estrutura definida está funcionando, e o conjunto de direitos e garantias individuais previstos na Carta está sendo garantido?”, perguntou o conselheiro a uma plateia de cerca de 200 pessoas, entre autoridades, integrantes de instituições de controle público — em especial dos TCs e do Ministério Público —, demais agentes públicos, representantes de organizações não governamentais e profissionais e estudantes das áreas do Direito, Administração, Contabilidade e Jornalismo.

Durante a cerimônia, o presidente do TCE/SC destacou os principais objetivos do Simpósio: traçar um diagnóstico sobre as razões da crise de representatividade e dos seus efeitos sobre a governabilidade; conhecer as experiências trazidas por especialistas da Espanha e as contribuições dos representantes do Brasil; além de apontar alternativas para a solução de problemas, como a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos públicos. “Será uma contribuição importante para a discussão sobre o que está acontecendo, mas não podemos imaginar que vamos resolver tudo”, concluiu.



Iniciativa do TCE/SC merece destaque

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), conselheiro Antonio Joaquim, destacou a vanguarda do TCE catarinense na proposição do debate e salientou que eventos como o de Santa Catarina deverão ser promovidos por outros TCs brasileiros. “Nada mais adequado e necessário do que se discutir a representatividade do controle externo”, defendeu o conselheiro, para quem os tribunais de contas são as instituições mais preparadas para assumir o papel de instrumentos da cidadania.

Segundo o dirigente da Atricon e conselheiro do TCE/MT, os movimentos populares apontaram duas prioridades: menos corrupção e mais qualidade dos serviços públicos. Nessa direção, sustentou que os Tribunais de Contas, por reunirem informações sobre toda a gestão pública brasileira e estarem presentes em todo o país, estão mais aptos para avaliar a execução das políticas públicas e assegurar que os serviços oferecidos pelo Poder Público sejam prestados com qualidade.

População ainda questiona o exercício de sua representatividade

“O que existe é uma crise de representatividade ou é uma crise na expectativa de representatividade [da sociedade]?”, refletiu o vice-presidente de Pesquisa e Ensino do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro. Para o conselheiro do TCE/MG, apesar da população brasileira ter tido várias oportunidades de exercer sua representatividade, principalmente depois da promulgação da nova Carta Federal, ainda há questionamento sobre o exercício pleno deste atributo.

Nesse contexto, considerou uma oportunidade e um desafio para o sistema de controle externo a criação do “conceito do dolo” — o agente tem a intenção de praticar o fato e produzir determinado resultado, existe a má-fé — no âmbito das decisões administrativas.

Segundo Sebastião Helvecio, a medida permitiria que os tribunais de contas ofertassem à Justiça Eleitoral — Lei da Ficha Limpa (lei complementar n.º 135/10) — elementos mais claros que impactem nos casos de inelegibilidade de candidatos a cargos eletivos, contribuindo para que o cidadão disponha de mecanismos que vinculem, com mais transparência, representantes e a representados.



MEADZOR
ARCE
PILAN
CASC

SIMPÓSIO INTERNACIONAL
CRISE DE REPRESENTATIVIDADE
DESAFIOS E OPORTUNIDADES
PARA O CONTROLE EXTERNO

11 A 13 DE NOVEMBRO DE 2013





Debate é relevante e preocupante

O vice-presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), conselheiro Thiers Montebello, presidente do TCM/RJ, considerou o debate sobre a crise de representatividade relevante e preocupante.

“Até que ponto [a crise] reflete na vida dos cidadãos e na atuação dos TCs, do Ministério Público e dos Poderes?”, questionou ao defender a oportunidade do evento internacional. “O que vem ocorrendo com a representatividade no nosso país exige reflexão profunda e medidas propositivas”, destacou.

Representante dos municípios fala das dificuldades para equilibrar as contas

Também presente na abertura do evento, o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e prefeito de Gaspar, Pedro Celso Zuchi, disse que todo gestor deve ter a premissa de fazer um bom trabalho.

Mas reclamou do excesso de leis no arcabouço jurídico brasileiro. “O TCE/SC cobra o cumprimento [das leis], mas, às vezes, a equação não fecha”, disse o presidente da Fecam num desabafo sobre as dificuldades enfrentadas pelos prefeitos para equilibrar as contas públicas diante dos limites e exigências legais e constitucionais.

Ao apontar situações em que são exigidos investimentos — na educação e na saúde, por exemplo —, cujas contribuições da União e do Estado não chegam ao município, Zuchi lembrou que as demandas são direcionadas ao gestor municipal. “O cidadão cobra do prefeito”, explicou ao reconhecer a importância da parceria da Fecam e do TCE/SC no campo da orientação aos agentes municipais, e de sua contribuição para o aperfeiçoamento da Administração Pública.





Além do governador em exercício e das autoridades que se manifestaram na solenidade de abertura, compuseram a mesa de honra o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Cláudio Barreto Dutra, a subprocuradora-geral do Ministério Público do Estado (MPSC), Walkyria Ruicir Danielski, o conselheiro de Administração Pública do Governo de Extremadura, na Espanha, Pedro Tomás Nevado-Batalha Moreno, o secretário de controle externo do Tribunal de Contas da União em Santa Catarina, Osmar Jakobsen Filho, o procurador-geral adjunto do MP junto ao TCE/SC, Aderson Flores, e o presidente da Associação Catarinense de Imprensa, Ademir Arnon de Oliveira.



Apresentação do grupo Polyphonia Khoros

Antes do início do debate sobre a crise de representatividade e os desafios para a governabilidade, a abertura do simpósio internacional foi marcada pela apresentação do grupo vocal Polyphonia Khoros, de Florianópolis. Sob a regência de Mércia Mafra Ferreira, idealizadora do grupo, o coro apresentou interpretações de maestrina de cinco peças representativas — do Brasil e de Santa Catarina — que integram o repertório do Polyphonia.

Com cerca de 40 anos de carreira, Mércia Mafra Ferreira iniciou como maestrina, em Florianópolis, em 1976. Na época, lembra a regente, em matéria publicada na imprensa do Estado, que atendeu ao convite do então secretário de Estado da Educação, Salomão Ribas Junior, para fundar um coral no Instituto Estadual de Educação — maior estabelecimento da rede pública estadual, com sede em Florianópolis — junto com Carlos Besen.



Coral do TCE/SC também participa da abertura

O Coral Hélio Teixeira da Rosa, formado por servidores e amigos do TCE/SC, também participou da abertura solene com a execução do Hino do Estado de Santa Catarina. Adotado pela lei (estadual) n.º 144, de 6 de setembro de 1895, no governo de Hercílio Luz, o hino tem letra de Horácio Nunes e música de José Brazilício de Souza.

Saiu na Rádio TCE/SC

Íntegra do texto do áudio:

[TCE Informa]

[apresentador]

Foi aberto na noite dessa segunda-feira (11) o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo. O evento está sendo promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, até esta quarta-feira (13), no auditório do edifício-sede do TCE/SC, em Florianópolis. O governador em exercício, deputado estadual Joares Ponticelli, abriu o simpósio com a Conferência Magna: “Crise de representatividade — desafios para a governabilidade”.

[repórter]

Para o governador, as recentes manifestações populares que ocorreram em todo o país são uma cobrança da sociedade por um olhar para dentro de cada instituição do Poder.

[governador]

Nós estamos vivendo um momento de profunda inquietação da sociedade, e com toda a razão, porque nós todos do Poder Público, em qualquer esfera, no Executivo, Legislativo e Judiciário, nas demais instituições, nós estamos levando muito tempo, gastando muito tempo, entre a tomada da decisão e a concretização desta ação em favor do cidadão, por “n” fatores. Por excesso de legislação, por falta de legislação. Por excesso de recursos, por uma burocracia infernal, que está corroendo a coisa pública, que permite que os processos fiquem indo e vindo sem solução. De forma que quando efetivamente a ação acontece já desgastou tanto que o cidadão já não vibra mais com aquele momento, porque muito tempo se perdeu.



[apresentador]

Presente na abertura do evento, o vice-presidente do Tribunal de Contas de Minas Gerais e vice-presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro Sebastião Helvecio Ramos de Castro, reconheceu a crise de representatividade que pode acabar se tornando uma oportunidade para destacar o controle externo.

[vice-presidente IRB]

Realmente nós vivemos hoje, não só no Brasil, mas no mundo *como um todo*, esta crise de representatividade. E aí surge, na verdade, uma grande oportunidade de valorização do controle e também da oxigenação do processo democrático. No sentido de dar destaque maior dentro do controle ao controle social. Fazendo com que o cidadão comum, aquele que é o destinatário da política pública, possa se beneficiar das ações de controle.

[repórter]

O conselheiro defendeu a ampliação do diálogo dos tribunais de contas com a sociedade.

[vice-presidente IRB]

Primeira mudança fundamental é fazer com que as pessoas comuns, o cidadão mesmo tenha conhecimento da importância do controle para a execução da política pública. Hoje, a grande questão da representatividade é que o cidadão não se sente representado nas instituições. Ele conhece muito pouco a Assembleia. Ele conhece muito pouco os tribunais de contas. Então é preciso que a gente tenha esta visão mais moderna de levar estas instituições a estabelecer um diálogo com a sociedade civil, para que o nosso trabalho seja reconhecido pela sociedade.

[apresentador]

O presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), conselheiro Thiers Montebello, ao falar à Rádio TCE/SC, elogiou a iniciativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina em promover o evento.

[vice-presidente Abracom]

O Tribunal (de Santa Catarina) tem dado este bom exemplo para todos os outros tribunais do Brasil. Então qualquer evento que faça esta associação do povo, da comunidade, da sociedade com o sistema de controle é fundamental. Até porque é importante que conheçam o controle externo, que ainda é um ilustre desconhecido. Isso é sempre relevante, é sempre importante que haja no contexto dos tribunais de contas este tipo de aproximação dos tribunais com a sociedade.

[repórter]

Na cerimônia de abertura, o presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Junior, [disse que] acredita que o evento produzirá indicadores para uma reflexão do momento em que vivem as instituições.

[apresentador]

Durante o simpósio, serão debatidas questões mundiais de interesse atual na Administração Pública: a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos. O evento conta com a participação de especialistas da Espanha e do Brasil.

[repórter]

O Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, que vai até esta quarta-feira (13), tem o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Instituto Rui Barbosa, Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios, Governo do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público de Santa Catarina, Federação Catarinense de Municípios e Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina.

[apresentador]

Todo o evento está sendo transmitido, ao vivo, pelo Portal do TCE/SC.

[TCE Informou] Tempo: 04'50”



Manifestações populares são debatidas sob a ótica do controle público

“As manifestações populares ocorridas no país durante o mês de junho [de 2013] foram a agudização de uma crise de representatividade que é latente”. Essa foi a opinião de Luiz Felipe Pondé, doutor pela USP e colunista da *Folha de S.Paulo*, que abriu a programação do dia 12 de novembro do simpósio internacional.

“Assim como as manifestações se tornam agudas, com o tempo, elas arrefecem, conforme a evolução e a percepção dos fatos pela própria sociedade, podendo resurgir tempos depois”, afirmou o conferencista ao citar outros momentos de insatisfação popular no país, como o movimento das “Diretas Já” e o dos “caras-pintadas” durante o processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Melo.

Segundo Pondé, em sociedades democráticas, como a brasileira, a população não apenas tem o poder de conceder soberania aos seus representantes — poder delegado a pessoas que passam a administrar a coisa pública —, como também de retirá-la quando não se sente mais representada por estes.

Para ele, os modelos de relação entre a soberania e a população podem acontecer de duas formas: uma organizada, regulamentada por regras, como a própria eleição, na qual a vontade popular é a responsável por definir quem a estará representando



num determinado período de tempo; e outra desorganizada, quando a sociedade se manifesta à revelia das normas legais e expressa sua opinião de forma espontânea, com ou sem lideranças, como aconteceu com as manifestações populares de junho. “Ainda que não tenha havido uma pauta de reivindicações, o fenômeno expressa um descontentamento com a ação daqueles que a representam”, afirmou.

Pondé destacou que a mecânica da representatividade política é extremamente dinâmica e que o seu foco muda, conforme a percepção da sociedade a respeito dos fatos. Para ilustrar sua opinião, citou o exemplo de duas pesquisas divulgadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que, na sua opinião, contrastam uma com a outra e demonstram que a representatividade, num determinado momento, pode ser questionada e, em outro, legitimada.

Segundo o palestrante, uma pesquisa do Datafolha apontou que 70% da população de São Paulo não tem fé na Polícia do Estado, “evidenciando assim que a população não se sente representada pelo organismo estatal, face aos excessos praticados por policiais militares”.

Por outro lado, no mesmo episódio das manifestações de junho, quando Black Blocs — grupo de manifestantes anarquistas que se organizam em conjunto para determinada ação de protesto — agrediram um coronel militar, outra pesquisa do mesmo instituto realizada na mesma base geográfica demonstrou que 95% dos entrevistados foram contrários à atitude e achavam que a polícia deveria exercer seu poder de prender os manifestantes. “Nesse momento, a população quis dizer que se sentia representada pelo Poder Público, legitimando suas ações”, interpretou.

O conferencista destacou ainda que a população não coloca apenas no governo constituído a sua representatividade, outras instâncias, como as universidades e a imprensa, também são percebidas [pela sociedade] como institutos de representação. E a sensação de representatividade pode ainda variar segundo as camadas da pirâmide social. “A base se sente representada quando o governo se apresenta como pai, suprimindo suas necessidades”, ressaltou.

Pondé considerou que um dos meios que se tem para melhorar a representatividade é a diminuição do período da representação. “Reeleições indefinidas, em que a pessoa fica vários mandatos seguidos no exercício do poder fazem o representante esquecer o representado e pensar nele próprio”, concluiu.





“Políticas públicas são programas de Estado e não de governo”

Ao proferir palestra sobre o tema “Controle ideal e controle possível: respostas às demandas sociais”, no dia 12 de manhã, o professor doutor (PUC/RS e UFRGS) e presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Juarez Freitas, destacou que os órgãos de controle, como os tribunais de contas, podem contribuir para a melhoria das condições de representatividade.

Segundo ele, isto pode ocorrer por meio de auditorias operacionais — tipo de fiscalização ainda desconhecida de grande parte da população que avalia resultados da ação de governo para a sociedade —, as quais “forçam os jurisdicionados a definirem suas ações com base em políticas públicas”.

“Políticas públicas são programas de Estado e não de governo. Visam dar efetividade às prioridades previstas na Constituição e não do governante”, afirmou ao destacar que muitas obras são realizadas para atender aos interesses do administrador. “Não se questiona o poder de discricionariedade do gestor, mas é preciso atender primeiro as prioridades previstas na Constituição Federal, como saúde pública, transporte público, atendimento à criança e ao idoso.” Freitas comentou que a maioria das reivindicações das manifestações ocorridas no país exigiam esse controle e respeito às políticas públicas.



**Maria Cruz
Diaz y Diaz**



Poder de controle da gestão pública precisa ser resgatado

A professora e servidora da província de Badajoz, na Espanha, María Cruz Días y Díaz, relatou experiências da conjuntura espanhola, no painel “Controle social e controle público: interação para a efetividade e credibilidade das instituições”, que se caracteriza por uma alta taxa de desemprego e crise de confiabilidade do governo.

A panelista citou três fatores que contribuem para o enfraquecimento da representatividade na sociedade: a corrupção e a má gestão, fazendo com que o gasto público seja de má qualidade; o arquivamento ou esquecimento do Direito Público — fundamental para a defesa do direito social geral —, de forma que recursos públicos são usados como se fossem privados; e a fraqueza dos mecanismos de controle do interesse público.

Para ela, é preciso resgatar o poder de controle da gestão pública para restabelecer a confiança da opinião pública. E para isso, destacou que é necessário que a aplicação dos recursos siga os princípios da legalidade, da transparência, e que a sociedade aperfeiçoe seu processo de escolha de candidatos, elegendo pessoas capacitadas que a possam representar.

“O primeiro elemento de controle é o voto”

A responsabilidade da sociedade no combate à corrupção foi constantemente lembrada por Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno e Nicolás Rodríguez García, ambos professores doutores da Universidade de Salamanca, na Espanha, durante as palestras que proferiram na tarde do dia 12. “O cidadão é quem tem o autêntico poder”, disse Nevado sobre o direito de voto e a capacidade de escolher os administradores públicos.

O palestrante, cujo tema da exposição era “Corrupção e crise de representatividade: oportunidades e riscos”, falou da importância de os cidadãos escolherem pessoas com capacidade técnica para os cargos públicos ao citar casos de eleição de candidatos que se destacam apenas por ser famosos, como artistas ou ex-participantes de realities shows. “Os gestores públicos devem ser reconhecidos por suas virtudes profissionais”, disse.

Para ele, as autoridades são espelhos da sociedade. Por isso, é preciso investir em educação e na difusão de valores que inibam a perpetuação de práticas corruptas, como a compra de produtos pirateados e a sonegação de impostos. Nevado lembra que fumar, por exemplo, é uma prática mal vista atualmente, mas sonegar impostos ainda é aceita por muitos.

Durante sua palestra, mostrou que a má gestão leva à perda de recursos e consequentemente põe em risco a boa prestação de serviços públicos. Para Pedro Nevado, que é conselheiro de Administração Pública do governo da comunidade autônoma espanhola de Extremadura — cargo equivalente no Brasil, segundo explicou, a de um secretário de Estado —, a boa administração atrai investidores, já que o cumprimento do princípio da legalidade gera confiança. No entanto destaca que é difícil a tomada de decisões no âmbito do setor público. “Que político quer ser antipático?”, questionou ao enfatizar que as pessoas não estão acostumadas com políticos que dizem “não”.





Sociedade deve rejeitar a corrupção

Para o palestrante Nicolás Rodríguez García, a ideia do “rouba, mas faz” tem que ser abandonada, sendo necessário gerar na sociedade uma cultura de rejeição à corrupção. O problema é um dos motivos da crise econômica mundial, já que compromete cerca de 7% do PIB mundial, segundo dados apresentados por ele durante sua exposição no simpósio internacional. “A corrupção arrasa os cofres públicos”, lamentou, lembrando que ela freia o desenvolvimento dos países afetados.

Ao longo de sua exposição — intitulada “Pontos fortes e fracos do sistema penal no combate à corrupção” —, García apontou algumas causas para a ineficácia dos sistemas penais na punição de atos de corrupção, entre elas: pactos de silêncio entre os envolvidos; existência de paraísos fiscais; desenvolvimento tecnológico, já que não é necessário um número grande de pessoas para se criar uma organização criminoso, por exemplo; falta de cooperação entre instituições públicas. Além de existir oportunidades que incentivam, de certa forma, o aumento



da corrupção, como condenações brandas combinadas com a não devolução dos valores desviados.

Por isso, enfatizou a importância da existência de controles internos e externos, bem estabelecidos, para combater a corrupção. “O último recurso para corrigir o problema deve ser o sistema penal”, disse.

O papel e a importância do cidadão no combate à corrupção foram destacados por Nicolás García, durante toda a palestra, com o apontamento, assim como fez Nevado, para a necessidade de mudança de valores. Na opinião dele, práticas, hoje, muitas vezes aceitas socialmente, como a contratação de parentes para cargos públicos, têm que ser condenadas.

Ao mesmo tempo, mencionou a impunidade e o descrédito generalizado nas instituições públicas, que levam as pessoas a procurar os meios de comunicação para denunciar atos de corrupção, criando julgamentos paralelos.

No encerramento de sua palestra, deixou claro, entretanto, que é preciso também compromisso político para prevenir e reprimir a corrupção.

Governança corporativa em debate

A contextualização sobre os códigos de bom governo e da [boa] governança corporativa e a consequência de deficiências administrativas foram os focos das apresentações feitas pela professora doutora María Belén Lozano García, da Universidade de Salamanca, na Espanha, e pelo advogado catarinense Joel de Menezes Niebuhr na tarde do dia 12 de novembro.

“Tudo é relativo e depende dos comportamentos e estados humanos e das escolhas dos indivíduos.” Com esta frase do físico alemão Albert Einstein, a professora Maria Belen García fez uma reflexão sobre a natureza humana e os códigos da boa governança durante o painel Transparência no âmbito empresarial: os códigos para o Bom Governo.

“Alguns indivíduos no âmbito empresarial, que detêm maior informação e oportunidade vão tentar tirar vantagem, são os chamados oportunistas”, alertou a professora ao dar exemplo de escândalo internacional de fraudes corporativas. “Por que ocorrem os escândalos e a corrupção?”, indagou a professora espanhola à plateia ao mostrar como práticas não adequadas de gestão podem levar a abusos e fracassos.

A palestrante apresentou o case da Enron, sétima maior empresa dos Estados Unidos e uma das maiores companhias do setor de energia do mundo, que, em 2001, pediu concordata e gerou um grande escândalo financeiro. “Sempre houve falta de informações financeiras sobre a companhia entre os funcionários”, disse.

Segundo ela, a empresa Arthur Andersen, bem conceituada companhia de auditoria e consultoria, era a responsável pela contabilidade da Enron. A professora destacou que a Justiça americana comprovou que a Arthur Andersen autorizou a destruição de papéis referentes a contratos de parcerias em prestações de serviço usados pelo grupo para esconder as dívidas e aumentar os lucros.

A importância de manter padrões da transparência e ética dos balanços; de adotar medidas que reforcem o controle acionário, acrescidas de responsabilidades atribuídas aos principais executivos das empresas; de estabelecer normas de contabilidade mais rígidas que evitem a manipulação de dados; tudo isso são lições que, na opinião de María Belén, devem ser perseguidas para coibir novos escândalos.

Ela salientou que os manuais de boas práticas de governança corporativa também alertam os conselhos empresariais sobre ser fundamental que eles tenham alguns membros independentes e que utilizem mecanismos de controle interno para evitar distorções de informações e má alocação de recursos.





Boas práticas de governança corporativa no Brasil

O palestrante Joel de Menezes Niebuhr, doutor em direito pela PUC/SP, abordou as boas práticas de governança corporativa no Brasil e a efetividade dessas normas internas que regem as corporações. Ele explicou que normas de governança corporativa são regras internas das empresas, autoproclamadas, desprovidas de sanção externa, que visam disciplinar os comportamentos dos agentes das organizações: acionistas — majoritários e minoritários —; executivos; conselho de administração; e a relação desses agentes com terceiros, inclusive a administração pública.

Segundo Niebuhr, a grande função dessas normas, próprias de cada organização, e com conteúdos variados, é deixar claros quais são os valores da empresa. “Isto contribui para preservar e dar perenidade e longevidade à companhia”.

Transparência, adoção de uma boa comunicação interna e externa para gerar confiança; equidade, tratamento justo e igualitário de todos os grupos interessados; prestação de contas com responsabilidade (*accountability*); e responsabilidade corporativa; estes são os valores da boa governança estabelecidos pelo Instituto Brasi-

leiro de Governança Corporativa (IBGC), órgão responsável pela regulamentação das boas práticas de governança. Na sua opinião, estas diretrizes são fundamentais para que as empresas alcancem o sucesso e a perpetuação. “Ser transparente com o mercado traz credibilidade [à organização]”, disse.

Para o advogado, a sociedade vê com bons olhos as empresas que adotam um código de conduta que comprometa administradores e funcionários [a observar valores e princípios] e defina as responsabilidades legais, sociais e ambientais. “No entanto adotar um código de conduta por si só não garante a retidão da empresa”, opinou ao destacar que as normas estabelecidas devem ter efetividade para não se tornarem um mero instrumento de proteção e isolamento dos executivos.

Além do código de conduta, ter conselho de administração normatizado, controle de contabilidade eficaz e auditoria independente eficiente estão entre as práticas de governança corporativas recomendadas pelo IBGC, citadas por Joel Niebuhr.

SAIBA MAIS:

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)

Em 1994, o administrador de empresas Bengt Hallqvist e o professor e consultor João Bosco Lodi vislumbraram a necessidade de criação de um organismo destinado a colaborar com a qualidade da alta gestão das organizações brasileiras. Mais do que implantar conselhos de administração, as empresas passariam a demandar uma atuação efetiva daqueles órgãos para a perpetuação dos seus negócios. Essa foi a crença que levou um grupo de 36 pessoas, entre empresários, conselheiros, executivos, consultores e estudiosos, a fundar, em 27 de novembro de 1995, o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA). A ideia era fortalecer a atuação deste órgão de supervisão e controle nas empresas. Com o passar do tempo, entretanto, as preocupações se ampliaram para questões de propriedade, diretoria, conselho fiscal e auditoria independente. Em 1999, o Instituto passou a se denominar Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Hoje, é reconhecido, nacional e internacionalmente, como a principal referência na difusão das melhores práticas de Governança na América Latina.

FONTE: www.ibgc.org.br

Saiu na Rádio TCE/SC

Íntegra do texto do áudio:

[TCE Informa]

[apresentador]

No segundo dia do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, em Florianópolis, a professora doutora e servidora pública da província de Badajoz, na Espanha, María Cruz Díaz y Días, ratificou que a crise de representatividade é mundial. Ela falou no evento, nesta terça-feira (12/11), sobre experiências vividas em seu país na atualidade.



[María Cruz]

Estamos vivendo na Espanha momentos de muita violência, com muitas manifestações, com um movimento de indignados, e realmente vemos a necessidade de educar o cidadão e canalizar toda esta força cidadã através da criação de partidos políticos. Temos a necessidade de educar o cidadão, mantê-lo informado, pois só assim é possível construir as bases de um Estado democrático. Efetivamente, é uma crise global.

[repórter]

O conselheiro do Tribunal de Contas do Mato Grosso e presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon), Antônio Joaquim, questionou a rara participação da sociedade no controle social.

[presidente Atricon]

O caminho do Brasil, e de qualquer país democrático, é exatamente avançar nesta questão do cidadão realmente dar a sua contribuição no dia-a-dia da gestão

das suas autoridades, das suas instituições. Infelizmente, hoje, o nível de participação popular se resume basicamente nas eleições. Quer dizer, o controle social é exercido muito mais, quase que totalmente, no dia que se vota, e depois a população praticamente ignora a gestão daqueles que foram eleitos.

[apresentador]

Já para o professor doutor da PUC/SP e da FAAP/SP, escritor, colunista e filósofo, Luiz Felipe Pondé, há no país uma crise de representatividade latente, que é crônica, e uma crise aguda que foi demonstrada com as manifestações de rua e que, embora [tenha sido] arrefecida, é contínua e pode aumentar a intensidade.

[Luiz Felipe Pondé]

A população sempre se sente mal representada quando [alguém] morre na fila do serviço médico público, quando a escola é ruim, quando estoura um escândalo de corrupção. Então a crise de representação é latente, ela é crônica. Agora, a crise aguda, a qual você se refere, não dá pra dizer que acabou. Principalmente porque a gente tem pela frente um ano agitado, que é um ano de eleição para presidência e um ano de Copa do Mundo. Então, só passado 2014, talvez a gente possa dizer que a crise aguda arrefeceu.

[repórter]

A equipe da Rádio TCE/SC ouviu também o professor doutor da PUC/RS e UFRGS e presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Juarez Freitas. O palestrante, ao elogiar o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, fez uma relação entre as auditorias operacionais e as prioridades constitucionais.

[Juarez Freitas]

Eu diria que o controle necessário, viável para os tribunais de contas, e em especial para o Tribunal de Contas de Santa Catarina, que faz um belo trabalho já, é o controle de prioridades constitucionais vinculantes. Ou seja, como é que funcionam as prioridades da Constituição na prática? Por exemplo, como nós esta-

mos tratando da escola de qualidade? Quais são as proposições que os tribunais de contas podem fazer? Significa também dar um peso maior às chamadas auditorias operacionais. Como nós estamos tratando os idosos? As cortes de contas podem e devem, porque têm um corpo técnico excelente, fazer uma série de proposições e fiscalizações sobre como estamos tratando dos idosos. Será que o Estatuto do Idoso está sendo respeitado? Esta é uma prioridade não apenas legal, mas constitucional. Em outras palavras, o antigo controle deixava um espaço para a formulação e implementação das políticas públicas só para o governante. Agora, o novo controle tem que ser um controle que pensa a governança em conjunto e assume também um papel corretivo e propositivo em matéria de implementação das políticas constitucionais.

[apresentador]

O Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, que foi aberto na noite de segunda-feira (11), pelo governador em exercício, deputado estadual Joares Ponticelli, prossegue até a tarde desta quarta-feira.

[TCE Informou] Tempo: 04'46”



Simpósio discute a fiscalização na época das redes sociais

A programação do Simpósio Internacional debateu, no dia 13 [de novembro] de manhã, o trabalho dos órgãos de controle frente à nova era da comunicação social, representada pelo poder das redes sociais. O palestrante Antonio Arias Rodríguez, síndico de Contas do Principado de Astúrias, na Espanha, apresentou números que mostram o potencial das redes sociais no cenário da comunicação internacional.

Segundo Arias, atualmente estima-se em 2,5 bilhões o número de usuários das redes sociais em todo o mundo. Somente na Espanha, pesquisas indicam que 70% da população usa estes serviços. “As redes sociais fazem parte da nossa vida”, afirmou ressaltando, no entanto, que, “apesar dessa ampla publicidade, os órgãos de controle utilizam muito pouco as redes sociais”.

Na sua opinião, muito das questões de crise de representatividade tem relação direta com as deficiências de comunicação do trabalho realizado no setor público, que não tem atingido a população de forma mais efetiva.

Outro aspecto levantado pelo síndico de contas espanhol é que os que se utilizam das redes sociais não são apenas usuários no sentido de consultar notícias, mas também são produtores de informações, caracterizando o que ele chama de “prossumidores”, ou seja, produtores e consumidores simultaneamente.

Arias comparou a relação entre a mídia tradicional e as redes sociais, afirmando que, enquanto na imprensa diária apenas 15% dos leitores caracterizam-se como produtores de informação, nas redes sociais este índice sobe para 45%. E todo este material informativo produzido via redes sociais acaba exercendo “uma grande influência social, econômica, política e cultural”, destacou.





“Todas as manifestações populares pelo mundo expressam uma crise de representatividade”

O promotor de Justiça de Santa Catarina, Affonso Ghizzo Neto, idealizador da campanha “O que você tem a ver com a corrupção”, também proferiu palestra no dia 13 de manhã, abordando o tema “Corrupção, estado democrático de direito e educação”. Ghizzo destacou que, historicamente, “todas as manifestações populares, pelo mundo, expressam uma crise de representatividade”. Segundo ele, a causa principal das revoltas populares é que o cidadão não se sente representado por aqueles que ele elegeu para exercer cargos na estrutura administrativa pública em face dos sucessivos atos de corrupção e má gestão do erário.

Em sua exposição, ressaltou que a participação social, aí incluídas as manifestações de insatisfação popular, é fundamental para o aprimoramento da administração pública. “Foi graças às manifestações de junho que vimos concretizada a revogação da PEC 37 (Proposta de Emenda Constitucional n.º 037/11), que limitaria o poder de investigação criminal a polícias federais e civis, retirando-o de outras organizações, como o Ministério Público”, salientou.





Futuro dos TCs passa por maior compromisso com o desenvolvimento econômico e social

O futuro dos órgãos de controle público passa pela maior ênfase ao exercício do papel decisivo dessas instituições para a garantia do desenvolvimento econômico e social do país, inclusive na avaliação dos resultados das ações de governo — previstas nas plataformas dos candidatos eleitos — e de Estado, que são determinadas pela Constituição. “Se tem um órgão que pode fazer isso com muita qualidade e precisão é o Tribunal de Contas”, afirmou o doutor em Direito do Estado, Cesar Luiz Pasold, durante o debate de encerramento do simpósio internacional, na tarde do dia 13.

Pasold trouxe sua visão sobre o tema “Crise de representatividade e controle público: oportunidades para o desenvolvimento econômico e social”, a exemplo do desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Pedro Manoel Abreu, que defendeu o resgate dos conceitos clássicos da Revolução Francesa — liberdade, igualdade e fraternidade — para que o Brasil possa suplantar a crise e assegurar uma democracia representativa em sintonia com a sociedade civil.

“Gostaria de concluir desafiando a todos para a reinvenção do político, do ético, do social, do econômico, do existencial na gramática da vida”, conclamou o desembargador. Inspirado na obra do jurista argentino Luis Alberto Warat, Abreu disse que o momento é de “repensar tudo o que nos colocou em situação de discriminação, opressão, exclusão, seja no lugar do opressor ou do oprimido, do discriminado ou do discriminador”.

Cesar Pasold considerou que toda crise é também uma oportunidade para a revisão do conceito de democracia e, em especial, de desenvolvimento econômico e social. Para o professor da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), o conceito de desenvolvimento deve contemplar cinco atributos fundamentais: humano, social, sustentável, local e solidário. Sob essa ótica — baseada no entendimento do sociólogo brasileiro Juarez de Paula —, Pasold reiterou ser necessário que o sistema de controle público dê maior ênfase à verificação das ações de Estado e de governo, apontando, assim, o papel fundamental dos Tribunais de Contas.

Além da análise dos aspectos relacionados à legitimidade e à legalidade, o professor defendeu que os TCs devem estender seu olhar para a classificação do desenvolvimento que está sendo gerado pelas ações de governo e para a identificação dos obstáculos ao desenvolvimento nas cinco dimensões por ele apontadas.



Para desembargador, democracia passa por momento de baixa legitimidade

O desembargador Pedro Abreu considera que a democracia passa por um momento de baixa legitimidade em nível global. “O exercício do poder meramente delegado à representação não satisfaz as expectativas da cidadania”, afirmou o diretor executivo e professor da Academia Judicial do Judiciário catarinense, para quem há uma visível apatia, uma descrença generalizada nas possibilidades de transformação política, provocada por fatores múltiplos como escândalos de corrupção, cultura patrimonialista e clientelista e acentuada submissão do poder político ao econômico.

“O atual sistema potencializa o Executivo em favor de um Legislativo com baixa legitimidade, e repatria para o Judiciário demandas de caráter político e social que teoricamente estariam na órbita da representação”, avaliou o desembargador quanto às relações “assimétricas” entre os três Poderes no Brasil.

Esta realidade indicaria a existência de um déficit no funcionamento da democracia concorrendo para uma percepção da dissociação recorrente entre representantes e representados, reduzindo a cidadania “a uma massa passiva, mero objeto de políticas compensatórias e dos eventuais benefícios das máquinas que manipulam clientelas”.

Numa reação ao estreitamento da esfera pública, Pedro Abreu identificou um movimento crescente, por parte da sociedade civil, das minorias políticas, das organizações sociais e do próprio cidadão que recorrem ao Judiciário contra leis, práticas ou omissões da Administração, de origem do Executivo e do Legislativo.

Para o desembargador, este movimento erigido em torno do direito, de suas instituições e procedimentos, estaria mobilizando mecanismos de representação funcional, como o Judiciário, o Ministério Público e as ONGs, sem a pretensão de disputar com o sistema de representação política, numa relação de reforço recíproco.

A coexistência desta representação funcional com a política, na opinião de Abreu, é um exemplo de adaptação criativa da nossa cultura política e o embrião que poderá vir a formar uma cidadania complexa, porque extrai do atraso vantagens para a construção de uma moderna democracia. “Não se verifica, portanto, uma migração do lugar da democracia para o da Justiça, mas sua ampliação pela generalização da representação, que pode ser ativada tanto pela cidadania política nas instituições clássicas da soberania quanto pela ‘cidadania social’.”

Para o desembargador, hoje a humanidade se depara com “o desafio ético da construção da democracia como expressão de resistência de toda forma de opressão, de corrupção, de injustiça social, de discriminação, de xenofobia, para a preservação dos valores morais, da dignidade da pessoa humana e para a concretização da cidadania”.



Cientista político manifesta ceticismo

Quanto à existência de uma crise de representatividade no país, o professor Cesar Pasold, assumindo o papel de “parceiro crítico” e exercendo o contraditório de todo o simpósio, manifestou aparente ceticismo. “Temos que nos preparar para avaliar se há uma crise mesmo ou se há a criação de uma crise para substituir algumas situações políticas que nos incomodam?”, provocou. Analisando a ideia de crise no âmbito da democracia representativa, o cientista político considera que o Estado brasileiro dispõe de condições de legitimidade e legalidade.

Para chegar a essa conclusão, o professor se valeu dos resultados das últimas eleições — 98 milhões de votos válidos em 2010, e 103 milhões, em 2012. Também apontou o funcionamento do Estado e das suas instituições ao registrar não estar convencido de que estamos diante de um grande problema de representatividade política dos eleitos em 2010 e 2012. “Eu só posso dizer se são ou não, se estão sendo ou não legítimos, nos exercícios dos seus mandatos, os eleitos em 2010 nas eleições de 2014”, previu Pasold. Segundo o advogado, aquele será o momento de analisar em que proporção as recentes manifestações populares terão repercutido nos resultados eleitorais.

Mas Pasold admitiu que os indicadores de desenvolvimento econômico e social do Brasil, como os da saúde e educação, não correspondem a essa sua leitura de legitimidade e legalidade. “Podemos não gostar do desempenho daqueles que estão investidos nos cargos das instituições. Eles podem estar se tornando, vagarosamente, cada vez mais distantes do anseio dos destinatários das suas condutas. Portanto alguns arranhões de legitimidade temos aí.” Disse para retomar a ideia de que não se tem elementos para afirmar categoricamente que existe uma crise de representatividade.

“Quanto à legalidade, o Supremo [Supremo Tribunal Federal] não está fiscalizando, fazendo seu papel de guardião da legalidade? Está.” Perguntou e respondeu o advogado para reforçar sua avaliação sobre o funcionamento das instituições brasileiras, realidade que, na sua opinião, pressupõe a existência do Estado Democrático de Direito, e afastaria também a ideia de uma crise de legalidade.



Presidente do TCE/SC faz avaliação positiva

“Digo que saio deste evento bem menos pessimista”, afirmou o presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Junior, ao encerrar, no dia 13 de novembro, o Simpósio Internacional sobre Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo.

Confessou que antes do simpósio compreendia de modo diferente o sentido das mobilizações sociais diante de crise. “Havia essa sensação de que as pessoas, que estavam indo para rua, estavam vivendo essa anomia, essa ausência de perspectiva de uma solução para o problema”, explicou.

O conselheiro Ribas Jr. lembrou que a ideia era discutir os desafios do controle externo. “Nós temos muitos desafios!”, enfatizou. Um destes desafios está, segundo ele, relacionado à identificação da representatividade com a do parlamento. “Não adianta pensar que a crise política é só do parlamento, nós [Tribunal de Contas] somos um órgão público, nós passamos todos por essa crise”.



Lembrou do desafio republicano dos tribunais de contas: conselheiros, auditores e funcionários devem, além de cuidar das obrigações e condições do trabalho, ter em mente a razão de ser parte destes órgãos. “A tendência é muito forte: ‘Quem é que não gosta de acomodação?’”, disse.

Destacou as redes de influência que precisam ser enfrentadas pelos tribunais de contas, que se resumem as de interesses empresariais, de fornecedores, de auditorias privadas e de governo e oposição.

Comentou, por fim, sobre a importância de se definir espaço público e espaço privado. “Há uma montanha de dinheiro saindo dos cofres públicos para organizações não governamentais, e nós não estamos fiscalizando”, alertou a plateia para fato contemporâneo preocupante.

Por outro lado, considerou positivo que durante todo o evento houve a preocupação com a busca de rumo [orientação]. “Eu estava com muito medo, estava com receio”, concluiu retomando a introdução de sua breve conferência. “Pelo menos, saio bem mais otimista ou menos pessimista”.



Saiu na Rádio TCE/SC

Íntegra do texto do áudio:

[TCE Informa]

[apresentador]

Terminou nessa quarta-feira (13) o Simpósio Internacional — Crise de Representatividade: desafios e oportunidades para o controle externo, promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, em Florianópolis. Foram debatidos temas como transparência, controle social, desafios das instituições de controle externo, com a participação de especialistas do Brasil e da Europa.

[repórter]

Um dos temas da programação do último dia foi a corrupção e crise de representatividade, abordado pelo promotor de Justiça de Santa Catarina, Affonso Ghizzo Neto, criador da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”.

[apresentador]

Na visão do promotor, as manifestações populares são importantes, mas é preciso criar no país a cultura do controle social.

[promotor]

Se existe uma crise de representação, além de ir para as ruas, de criticar, de botar o dedo na ferida, o que eu posso fazer para ajudar a curar essa ferida? Quais são as ações, as propostas que posso fazer? Hoje, no Brasil, infelizmente nós não temos uma cultura do controle social. Nós não temos uma cultura da participação social. Quer dizer, nesta cultura patrimonialista, nós temos uma tendência a esperar a ação do grande pai, as esmoladas do grande pai. E nessa cultura patrimonialista, onde os nossos representantes políticos não são os nossos representantes políticos, mas sim



os donos da coisa pública, nós vemos que esta crise de representação nada mais é [que] o reflexo do que até então foi plantado, cultivado, incentivado durante anos, especialmente nos países de cultura patrimonialista.

[apresentador]

Para uma plateia formada por integrantes de instituições de controle público, em especial dos tribunais de contas e do Ministério Público, agentes públicos, representantes de organizações não governamentais, profissionais da área do direito e estudantes, o promotor identificou o foco da insatisfação popular.

[promotor]

O principal e talvez aí o grande foco deste debate, de todas essas rebeliões, de todas essas marchas, de todos esses movimentos sociais do mundo inteiro, está resumido neste fenômeno que é a corrupção. Que é o ganhar de poucos em detrimento de muitos. Tem muita coisa a ser desenvolvida. Não existe uma resposta objetiva, fácil. Mas existe um caminhar. O caminhar de pensar junto. O caminhar de criar uma cultura do controle social.

[repórter]

Outro tema abordado foi a fiscalização na época das redes sociais, apresentado pelo síndico de Contas do Principado de Astúrias, Antonio Arias Rodríguez. Ele falou para a Rádio TCE/SC sobre a importância das redes sociais.

[síndico]

É o futuro. As redes sociais permitem as inclusões, e chegar a milhões de pessoas. É imprescindível que as redes sociais ajudem os tribunais de contas a difundirem os relatórios (de auditoria), as conclusões. São ferramentas que contribuem para ampla difusão.

[apresentador]

Para o coordenador do Simpósio Internacional e chefe de gabinete da Presidência, Ricardo André Cabral Ribas, os objetivos do evento foram alcançados.

[coordenador]

A ideia do Tribunal de Contas era fazer um evento para discutir que resposta nós daremos à sociedade diante desta crise de representatividade. O que o Tribunal de Contas e os órgãos responsáveis pelo controle público podem fazer para resolver a crise de representatividade. Muitas ideias e muitas ações estão sendo geradas nesse evento. O Tribunal realmente ouviu a voz das ruas. Acho que foi muito salutar essa discussão. A maior reforma profunda é das pessoas, ela vem da educação. Quanto mais a gente pensa, mais a gente chega nessa conclusão que a saída é a educação.

[repórter]

O presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, também foi um dos palestrantes do Simpósio. Ao final do encontro, o conselheiro fez um balanço do evento.

[presidente]

A conclusão mais importante foi o despertar dos servidores públicos, sejam eles agentes administrativos ou agentes políticos, para a necessidade de uma re-discussão do papel individual de cada um na sua própria repartição ou órgão de atuação. E o papel institucional de cada um destes órgãos com vistas à manutenção da representatividade republicana no exercício de suas funções.

[apresentador]

Afinal, crise de representatividade pode ser uma oportunidade para as instituições. Ribas Jr. responde.

[presidente]

Quando você fala em crise, você fala em momento decisivo, momento em que ou vai para um lado ou vai para o outro. Se nós estamos com esta crise de representatividade, evidentemente, por um lado ou por outro, nós vamos acabar indo. Eu confio que a gente possa caminhar rumo a algumas soluções para melhorar a qualidade da representação em todos os sentidos. Não apenas na representação

eleitoral, mas também na representação política dos órgãos do Executivo, do Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e assim por diante.

[apresentador]

O Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo teve o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Governo do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado (Alesc), Tribunal de Justiça do Estado (TJ), Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc).

[TCE informou] Tempo: 05'39"



Debate na TV

O simpósio internacional foi tema do programa Conversas Cruzadas, exibido no dia 13 pela TVCOM, emissora da RBSTV. Sob o comando do jornalista Renato Igor, o programa contou com a participação do presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, do presidente da Atricon, conselheiro Antonio Joaquim, do professor doutor da Universidade de Salamanca, Nicolás Rodríguez García, e do síndico de contas do Principado de Astúrias, Antonio Arias Rodríguez.



Registro

Ao final da sessão ordinária do Tribunal Pleno de 18 de novembro, o procurador-geral adjunto do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas, Aderson Flores, elogiou a qualidade do simpósio internacional promovido pelo TCE/SC. Evento que, de acordo com o procurador adjunto, serviu de espaço para integrantes de instituições de controle público, em especial os de tribunais de contas, fazerem a análise da representatividade no cenário atual. “Isso tem mais valor ainda quando existe integração: a que houve entre o Tribunal de Contas e a academia, a universidade”, afirmou.

O presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, agradeceu em nome da instituição o reconhecimento da relevância do evento que, segundo ele, “efetivamente permitiu uma discussão bastante ampla e profunda sobre variados aspectos da crise que estamos vivendo”.



Na TV

O programa “A Vida Segue”, da Record News — canal 6 VHF, 7 NET, 23 TVA —, de 24 de novembro, teve a participação do presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, conselheiro Salomão Ribas Junior. Apresentado pelo jornalista Paulo Alceu, o programa abordou o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo.





SIMPÓSIO NA MÍDIA

VEÍCULO: *Site Controle Externo Brasil*

EDITORIA: *Internet*

DATA: 04/10/2013

Simpósio Internacional do TCE/SC projeta futuro do controle externo diante da crise

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) realizará, de 11 a 13 de novembro, na sede do órgão de controle externo, em Florianópolis, o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo. A ideia é traçar um diagnóstico da atual crise de representatividade — marcada pela insatisfação da sociedade com os resultados das instituições públicas — e identificar riscos e oportunidades para um controle mais eficaz das contas públicas na era da informação.

O Estado no cenário de crise, os desafios para a governabilidade, o combate à corrupção e o papel da educação no contexto, a interação entre os controles público e social e a fiscalização em tempo de redes sociais. São abordagens como estas, conduzidas por estudiosos e especialistas, nas áreas da Filosofia e do Direito e por integrantes de instituições de controle público, do Brasil e da Espanha que vão polarizar os debates do evento Internacional, no auditório do TCE/SC.

Cerca de 300 participantes, entre profissionais e integrantes de instituições de controle público, em especial dos Tribunais de Contas e do Ministério Público, agentes públicos, representantes de organizações não governamentais, profissionais da área do Direito, do Brasil e de outros países, são esperados para o Simpósio. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas serão disponibilizadas no Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br), a exemplo das informações sobre a programação e os palestrantes.

SERVIÇO: O quê: Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo. Quando: 11, 12 e 13 de novembro. Onde: Auditório do edifício-sede do TCE/SC, rua Bulcão Viana, 90, Centro, Florianópolis/SC. Público-alvo: profissionais de controle público do Brasil e de outros países, integrantes da Administração Pública municipal, estadual e federal, representantes de organizações não governamentais e profissionais que atuam na área do Direito.

VEÍCULO: *Site* Controle Público

EDITORIA: Internet

DATA: 09/10/2013

TCE/SC abre inscrições para Simpósio Internacional que vai debater crise de representatividade

O Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) já disponibilizou no Portal da Instituição (www.tce.sc.gov.br) as inscrições para o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, a ser realizado de 11 a 13 de novembro na sede do TCE/SC, em Florianópolis. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas. No Portal do Tribunal, os interessados podem acessar também informações sobre a programação e os palestrantes. Estarão em debate temas relevantes no atual contexto da Administração Pública como a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos públicos.

Cerca de 300 participantes, entre profissionais e integrantes de instituições de controle público, em especial dos Tribunais de Contas e do Ministério Público, agentes públicos, representantes de organizações não governamentais, profissionais da área do Direito, do Brasil e de outros países, são esperados para o evento que dispõe de 50 vagas reservadas para estudantes universitários.

Buscar novos caminhos para a atuação dos órgãos responsáveis pelo controle das contas públicas, no cenário de crise de representatividade política e de grandes transformações — próprias dessa era da informação — que desafia instituições pú-

blicas, partidos, imprensa e outras organizações tradicionais, no Brasil e no mundo, é a proposta central do evento internacional.

O Estado no cenário de crise, os desafios para a governabilidade, o combate à corrupção e o papel da educação no contexto, a interação entre os controles público e social, a transparência e os códigos para o bom governo, as demandas da sociedade e o controle público ideal, a fiscalização em tempo de redes sociais e os rumos das instituições de controle público são temas previstos na programação. Estudiosos e especialistas, nas áreas da Filosofia e do Direito, e integrantes de instituições de controle público, do Brasil e da Espanha, vão conduzir as palestras, painéis e debates, no auditório do TCE/SC.

Do Brasil, participarão Luiz Felipe Pondé, filósofo, doutor pela USP e colonista da Folha de São Paulo; Juarez Freitas, professor doutor da PUC/RS e UFRS e presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público (Ibraedp); Affonso Ghizzo Neto, promotor de Justiça de Santa Catarina e idealizador da campanha nacional “O que você tem a ver com a corrupção?”; Joel de Menezes Niebuhr, advogado, doutor em Direito pela PUC/SP e presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc); ministro Augusto Nardes, presidente do Tribunal de Contas da União; e Antonio Joaquim, conselheiro (TCE/MT) e presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Entre os palestrantes da Espanha que já confirmaram presença estão os professores doutores da Universidade de Salamanca Nicolás Rodríguez García, María Cruz Díaz Y Díaz, Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno — também conselheiro de Administração Pública de Extremadura — e María Belén Lozano García, além do Sindico de Contas do principado de Astúrias, Antonio Arias Rodríguez.

O governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, fará a conferência magna, com o tema “Crise de representatividade: desafios para a governabilidade”, na solenidade de abertura, no dia 11 de novembro. O debate de encerramento sobre “Crise de representatividade e controle público: oportunidades ao desenvolvimento econômico e social” terá as participações Cesar Luiz Pasold, advogado e professor doutor da Univali, e de Pedro Manoel Abreu, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Sob a coordenação de Valdecir Pascoal, conselheiro do Tribunal de Contas do Pernambuco, a atividade está marcada para o dia 13/11, às 14 horas.

O Simpósio é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado e tem o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Governo do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público de Santa Catarina, Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc). Todo o evento será transmitido, ao vivo, pelo Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br).

SERVIÇO: O quê: Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo. Quando: 11, 12 e 13 de novembro. Onde: Auditório do edifício-sede do TCE/SC, rua Bulcão Viana, 90, Centro, Florianópolis/SC. Público-alvo: profissionais de controle público do Brasil e de outros países, integrantes da Administração Pública municipal, estadual e federal, representantes de organizações não governamentais, profissionais que atuam na área do Direito e estudantes universitários. Inscrições: Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br). Mais informações: Instituto de Contas do TCE/SC. Telefone (48) 3221-3834 e por meio doe-mail: apoioicon@tce.sc.gov.br.

VEÍCULO: ADJORI-SC

EDITORIA: Internet

DATA: 11/10/2013

TCE abre inscrições para Simpósio Internacional: Crise de Representatividade

Evento acontece de 11 a 13 de novembro, em Florianópolis

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina promove, de 11 a 13 de novembro, em Florianópolis, o “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo”. Serão debatidas questões mundiais de interesse atual na Administração Pública: a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos.

O Simpósio contará com a participação de estudiosos da Espanha e do Brasil e representa uma oportunidade para que profissionais de atividades de controle público no Brasil e em outras nações, principalmente os originários de instituições como tribunais de contas e ministérios públicos, os integrantes da Administração Pública, bem como de organizações não governamentais, participem oferecendo reflexões sobre as mobilizações sociais em curso.

INFORMAÇÕES: Instituto de Contas do TCE/SC no e-mail apoioicon@tce.sc.gov.br e no telefone (48) 3221-3834.

VEÍCULO: Jusbrasil
EDITORIA: Internet
DATA: 12/10/2013

Crise de representatividade e desafios do controle externo são temas de Simpósio Internacional do TCE/SC

Qual o futuro dos órgãos de controle externo em especial dos Tribunais de Contas e do Ministério Público diante da crise de representatividade que desafia as instituições públicas e organizações tradicionais no Brasil e no mundo? Esta é a questão central do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade desafios e oportunidades para o Controle Externo, a ser realizado, de 11 a 13 de novembro, pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), na sede da Instituição, em Florianópolis. Entre os palestrantes já confirmados estão Luiz Felipe Pondé, filósofo, Doutor pela USP e colunista da Folha de S.Paulo, Juarez Freitas, presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público (Ibraedp), Affonso Ghizzo Neto, promotor de Justiça de Santa Catarina e idealizador da campanha nacional O que você tem a ver com a corrupção?, e Nicolás Rodríguez Garcia, professor Doutor da Universidade de Salamanca, Espanha.

É essencial entendermos esse momento histórico e, com serenidade e foco, aproveitar essa chance para rever e reinventar nossas práticas, mais conectados com o clamor das ruas, defende o presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, numa alusão às recentes manifestações populares que ocorreram no País e no Mundo.

Cerca de 300 participantes, entre profissionais e integrantes de instituições de controle público, principalmente dos TCs e do MP, agentes públicos, representantes de organizações não governamentais, profissionais da área do Direito, do Brasil e de outros países, são esperados para o evento. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas já estão disponibilizadas no Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br), a exemplo das informações sobre a e palestrantes.

SERVIÇO: O quê: Simpósio Internacional: Crise de Representatividade desafios e oportunidades para o Controle Externo. Quando: 11, 12 e 13 de novembro. Onde: Auditório do edifício-sede do TCE/SC, rua Bulcão Viana, 90, Centro Florianópolis/SC. Público-alvo: profissionais de controle público do Brasil e de outros países, integrantes da Administração Pública municipal, estadual e federal, representantes de organizações não governamentais e profissionais que atuam na área do Direito Inscrições, com vagas limitadas: Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br). Mais informações: Instituto de Contas do TCE/SC. Telefone (48) 3221-3834 e por meio do e.mail: apoioicon@tce.sc.gov.br.

VEÍCULO: *Blog* do Paulo Alceu

EDITORIA: Internet

DATA: 12/10/2013

Agendado

Nos dias 11 e 13 de novembro acontece no Tribunal de Contas de Santa Catarina o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade. Vai debater o futuro os organismos de controle externo diante de uma crise, que foi evidenciada pelas manifestações de rua. Como expressou o presidente do TCE, Salomão Ribas, “É essencial entendermos esse momento histórico e, com serenidade e foco, aproveitar essa chance para rever e reinventar nossas práticas, mais conectados com o clamor das ruas.”

VEÍCULO: Tribunal de Justiça de Santa Catarina

EDITORIA: Internet

DATA: 15/10/2013

TCE promove evento internacional com a presença de desembargador do TJSC

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC) promoverá, de 11 a 13 de novembro, em Florianópolis, o simpósio internacional “Crise de Representatividade — Desafios e Oportunidades para o Controle Externo”.

Cerca de 300 participantes, entre profissionais e integrantes de instituições de controle público — especialmente dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça e Ministério Público —, agentes públicos, representantes de organizações não governamentais e profissionais da área do direito, do Brasil e de outros países, são esperados para o evento.

As vagas são limitadas. As inscrições, que já estão abertas e são gratuitas, podem ser feitas no site www.tce.sc.gov.br. O governador Raimundo Colombo fará a conferência magna com o tema “Crise de representatividade: desafios para a governabilidade” na solenidade de abertura, no dia 11 de novembro. O debate de encerramento sobre “Crise de representatividade e controle público: oportunidades ao desenvolvimento econômico e social” terá a participação do desembargador Pedro Manoel Abreu, do TJSC, e de Cesar Luiz Pasold, advogado e professor doutor da Univali. Sob a coordenação de Valdecir Pascoal, conselheiro do Tribunal de Contas do Pernambuco, a atividade está marcada para o dia 13/11, às 14 horas.

VEÍCULO: CEJUR
EDITORIA: Internet
DATA: 15/10/2014

Simpósio Internacional do TCE terá diretor da AJ como debatedor

O Tribunal de Contas do Estado promoverá, de 11 a 13 de novembro, em Florianópolis, o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — Desafios e Oportunidades para o Controle Externo.

As inscrições podem ser feitas gratuitamente pelo sítio www.tce.sc.gov.br. O governador Raimundo Colombo fará a conferência magna intitulada “Crise de representatividade: desafios para a governabilidade”, no dia 11 de novembro.

O debate de encerramento, coordenado pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Pernambuco, Valdecir Pascoal, sobre “Crise de representatividade e controle público: oportunidades ao desenvolvimento econômico e social”, terá as participações do desembargador Pedro Manoel Abreu, diretor-executivo da Academia Judicial, e do advogado Cesar Luiz Pasold, professor da Univali.

São esperados cerca de 300 participantes.

VEÍCULO: *Jornal Notícias do Dia*

DATA: 21/10/2013

PÁGINA: 2

COLUNA: *Roberto Azevedo*

O Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, programado entre 11 e 13 de novembro, pelo TCE, em Florianópolis, debaterá um tema que foge do trivial ao buscar a sintonia entre o trabalho das cortes e as expectativas da sociedade.

- O Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, programado entre 11 e 13 de novembro, pelo TCE, em Florianópolis, debaterá um tema que foge do trivial ao buscar a sintonia entre o trabalho das cortes e as expectativas da sociedade.

VEÍCULO: *Blog do Prisco*

EDITORIA: Internet

DATA: 15/10/2013

Controle

Palestrantes de renome nacional, como o filósofo e colunista da Folha de S. Paulo, Luiz Felipe Pondé, e o presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Juarez Freitas, confirmaram presença no Simpósio Internacional “Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo”, a ser promovido pelo Tribunal de Contas do Estado entre os dias 11 e 13 de novembro. O tema central passa pela pergunta sobre qual o futuro dos órgãos de controle externo, especialmente os tribunais de contas e o Ministério Público. Salomão Ribas Junior, presidente do TCE/SC, defende uma reinvenção do sistema público no vácuo do clamor das ruas.

VEÍCULO: ADISC (Associação dos Diários do Interior)

EDITORIA: Internet

DATA: 15/10/2010

Controle externo

O futuro dos órgãos de controle externo diante da crise de representatividade que desafia as instituições públicas e organizações tradicionais no Brasil e no mundo. Esse é o tema central do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, que será realizado de 11 a 13 de novembro, no Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), em Florianópolis.

VEÍCULO: Folha de Chapecó

EDITORIA: Política

COLUNA: Pelo Estado

PÁGINA: 2

DATA: 15/10/2013

Controle externo

O futuro dos órgãos de controle externo diante da crise de representatividade que desafia as instituições públicas e organizações tradicionais do Brasil e no mundo. Esse é o tema central do Simpósio Internacional: crise de representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo, que será realizado de 11 a 13 de novembro, no Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), em Florianópolis.

VEÍCULO: Tribunal de Contas de Pernambuco

EDITORIA: Internet

DATA: 22/10/2013

Conselheiro Valdecir Pascoal recebe convite para coordenar seminário em SC

O conselheiro e vice-presidente do TCE, Valdecir Pascoal, recebeu convite do Tribunal de Contas de Santa Catarina para coordenar uma mesa redonda, em Florianópolis, no próximo mês de novembro, durante a realização do seminário internacional “Crise de Representatividade — Desafios e Oportunidades para o Controle Externo”. O evento se realizará entre os dias 11 e 13 e sua finalidade é buscar respostas para um controle das contas públicas mais eficaz e sintonizado com as manifestações populares que têm ocorrido no Brasil desde o último mês de junho.

Entre outros temas, serão debatidos no auditório do TCE/SC o controle ideal para resposta às demandas sociais, a fiscalização das redes sociais em tempo real, o combate à corrupção e o papel da educação, transparência e códigos para uma boa governança e interação entre os controles público e social.

REFLEXÃO — Para o presidente do TCE/SC, Salomão Ribas Junior, o momento que o Brasil está vivendo é propício para uma “reflexão” acerca do papel das instituições que atuam na área do controle externo.

Além do conselheiro Valdecir Pascoal, também confirmaram presença neste seminário o professor Juarez Freitas, presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público; Antonio Arias Rodríguez, Síndico de Contas do principado de Astúrias (Espanha); Affonso Ghizzo Neto, promotor de Justiça e idealizador da campanha nacional “O que você tem a ver com a corrupção?”; Joel de Menezes Niebuhr, presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina; o conselheiro e presidente da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), Antonio Joaquim, e o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Augusto Nardes.

CONFERÊNCIA — O governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, fará a conferência magna do Seminário, no próximo dia 11, intitulada “Crise de representatividade: desafios para a governabilidade”. O debate de encerramento sobre “Crise de representatividade e controle público: oportunidades para o desenvolvimento econômico e social” será coordenado pelo conselheiro Valdecir Pascoal e terá a participação de Cesar Luiz Pasold, advogado e professor da Univali, e de Pedro Manoel Abreu, desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. As vagas são limitadas e as inscrições, gratuitas, poderão ser feitas pelo endereço www.tce.sc.gov.br.

VEÍCULO: AMUREL (Associação dos Municípios da Região de Lagun)

EDITORIA: Internet

DATA: 24/10/2013

TCE/SC promove simpósio internacional para debater crise de representatividade das instituições

Os movimentos populares no Brasil e no mundo criaram uma nova demanda social que cobra um combate mais efetivo à corrupção, transparência e controle ideal das contas públicas. Baseado nessa premissa, o Tribunal de Contas de Santa Catarina promove, de 11 a 13 de novembro, na sua sede, em Florianópolis, o “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo”. Também serão debatidos temas como o papel da educação, a fiscalização em tempo de redes sociais, códigos para o bom governo e interação entre os controles público e social. Na reportagem, sonora do presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior. As vagas são limitadas e as inscrições gratuitas estão disponibilizadas no Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br), a exemplo das informações sobre a programação e os palestrantes.

VEÍCULO: *Jornal Notícias do Dia*
COLUNA: *Paulo Alceu*
PÁGINA: 23
DATA: 04/11/2013

Desafios

De 11 a 13 de novembro o Tribunal de Contas do Estado promove um Simpósio Internacional produzindo propostas para solução de problemas como a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle de gastos. Como expressou o presidente do TCE, Salomão Ribas Junior, se faz necessário avançar o máximo possível para coibir o desperdício e as irregularidades com o dinheiro público. Salomão destaca também que a crise de ordem política abre uma janela de oportunidades na busca de aprimoramentos e experiências visando a qualidade do trabalho e da gestão pública.

Desafios

De 11 a 13 de novembro o Tribunal de Contas do Estado promove um Simpósio Internacional produzindo propostas para solução de problemas como a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle de gastos. Como expressou o presidente do TCE, Salomão Ribas Júnior, se faz necessário avançar o máximo possível para coibir o desperdício e as irregularidades com o dinheiro público. Salomão destaca também que a crise de ordem político social abre uma janela de oportunidades na busca de aprimoramentos e experiências visando a qualidade do trabalho e da gestão pública.

VEÍCULO: A Notícia
EDITORIA: Política
COLUNA: Canal Aberto (Prisco Paraíso)
PÁGINA: 18
DATA: 05/11/2013

Controle

O TCE promove, entre os dias 11 e 13 de novembro, um simpósio internacional para apontar soluções a problemas como corrupção, desequilíbrio orçamentário, falta de transparência e de controle dos gastos públicos na era da informação. Para o presidente Salomão Ribas Junior, a experiência dos tribunais de contas deve ser utilizada no sentido de avançar ainda mais. Representantes de instituições de controle público, em conjunto com especialistas e estudiosos de filosofia e de direito, do Brasil e da Espanha, farão um diagnóstico desse momento de grandes transformações.

Controle

05 de novembro de 2013

O TCE promove, entre os dias 11 e 13 de novembro, um simpósio internacional para apontar soluções a problemas como a corrupção, desequilíbrio orçamentário, falta de transparência e de controle dos gastos públicos na era da informação. Para o presidente Salomão Ribas Júnior, a experiência dos tribunais de contas deve ser utilizada no sentido de avançar ainda mais. Representantes de instituições de controle público, em conjunto com especialistas e estudiosos de Filosofia e do Direito, do Brasil e da Espanha, farão um diagnóstico desse momento de grandes transformações.

VEÍCULO: Diário Catarinense

EDITORIA: política

COLUNA: Moacir Pereira

PÁGINA: 10

DATA: 11/11/2013

Representatividade em debate

O Tribunal de Contas promove entre hoje e quarta-feira um simpósio internacional para discutir a crise de representatividade e as oportunidades para os órgãos de controle nesse cenário. A abertura será realizada na noite de hoje, com o governador em exercício Joares Ponticelli (PP). Na manhã de terça-feira o filósofo Luiz Felipe Pondé abre uma série de 11 palestras.

Representatividade em debate

O Tribunal de Contas promove entre hoje e quarta-feira um **simpósio** internacional para discutir a crise de representatividade e as oportunidades para os órgãos de controle nesse cenário. A abertura será realizada na noite de hoje, com o governador em exercício Joares Ponticelli (PP). Na manhã de terça-feira o filósofo **Luiz Felipe Pondé** abre uma série de 11 palestras.

VEÍCULO: A Notícia
EDITORIA: Política
COLUNA: Canal Aberto (Cláudio Prisco)
PÁGINA: 22
DATA: 11/11/2013

Controle

Em busca de respostas para encontrar meios de enfrentar a corrupção, o descontrole orçamentário e a falta de transparência na gestão de recursos públicos na era digital, o Tribunal de Contas do Estado promove o simpósio internacional Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo. A abertura será hoje à noite, na sede do tribunal. Para o presidente do TCE/SC, Salomão Ribas Junior, as autoridades devem criar mecanismos e métodos mais eficazes para evitar a malversação de dinheiro público, revelada diariamente pela mídia. A palestra de abertura fica a cargo do governador em exercício, deputado Joares Ponticelli.

Controle

11 de novembro de 2013

Em busca de respostas para encontrar meios de enfrentar a corrupção, o descontrole orçamentário e a falta de transparência na gestão de recursos públicos na era digital, o Tribunal de Contas do Estado promove o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade - desafios e oportunidades para o controle externo. A abertura é hoje à noite, na sede do tribunal. Para o presidente do TCE, Salomão Ribas Júnior, as autoridades devem criar mecanismos e métodos mais eficazes para evitar a malversação de dinheiro público, revelada diariamente pela mídia. A palestra de abertura fica a cargo do governador em exercício, deputado Joares Ponticelli.

VEÍCULO: Diário Catarinense
EDITORIA: opinião (artigo)
PÁGINA: 12
DATA: 11/11/2013

Os desafios do controle externo

Artigos

Os desafios do controle externo

Um simpósio internacional, promovido pelo Tribunal de Contas, de hoje a quarta-feira, em Florianópolis, abordará a crise de representatividade e os desafios do controle externo. A ideia é tratar de aspectos das manifestações de rua no Brasil e na Europa e da fiscalização em época de redes sociais. Estarão presentes especialistas em diversas áreas. Entre os primeiros, é esperada a palestra de Luiz Felipe Pondé sobre *O Estado no cenário da crise de representatividade*. Jaarez Freitas vai discorrer sobre *O controle ideal e controle possível: respostas às demandas sociais*. Entre os espanhóis, Nicolás Garcia falará sobre *Puntos fuertes e fracas do sistema penal no combate à corrupção*, e Maria Cruz Diaz y Diaz, sobre *Controle social e controle público: intenação para a efetividade e credibilidade das instituições*.

O momento pode ser de desânimo ou de oportunidades para o controle externo. É o que abordará o espanhol Pedro Nevado ao tratar de *Corrupção e crise de representatividade: oportunidade e riscos*. A fiscalização e as redes sociais serão tema de Antonio Rodriguez, de Oviedo, do controle de contas públicas de Astúrias, na Espanha.

Haverá um painel sobre a construção de caminhos para a melhoria do controle pelos tribunais de contas. O momento exige que os órgãos reformulem a atuação para agirem com eficiência e eficácia. Nos movimentos de rua foram muitas as insatisfações. Duas delas foram marcantes: a boa ou má alocação de recursos e a fiscalização e controle dos orçamentos. A aplicação desses recursos é vista com desconfiança pela opinião pública. O noticiário infelizmente confirma em boa parte essas suspeitas. Está claro que não vamos esperar que só esse simpósio apresente todas as soluções, ou grande parte delas.



SALOMÃO RIBAS JUNIOR
Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina.
Morador de Florianópolis

O momento exige que os órgãos reformulem a atuação. Nos movimentos de rua foram muitas as insatisfações.

VEÍCULO: Jornal de Santa Catarina

EDITORIA: Política

COLUNA: Moacir Pereira

PÁGINA: 6

DATA: 11/11/2013

Representatividade em debate

O Tribunal de Contas promove entre hoje e quarta-feira um simpósio internacional para discutir a crise de representatividade e as oportunidades para os órgãos de controle nesse cenário. A abertura será na noite de hoje, com o governador em exercício Joares Ponticelli (PP).

Amanhã pela manhã, o filósofo Luiz Felipe Pondé abre uma série de 11 palestras.

VEÍCULO: *Jornal Notícias do Dia*

COLUNA: *Paulo Alceu*

PÁGINA: 23

DATA: 11/11/2013

Comando

A semana começa, depois de muitos anos, com o PP no governo do Estado e o PMDB, na Assembleia. Na agenda do dia, Romildo Titon, recebe os projetos dos salários da Segurança Pública, para análise das comissões e a aprovação do plenário. Joares Ponticelli, entre os compromissos de hoje, participa de uma palestra no Tribunal de Contas do Estado, no seminário internacional que debaterá propostas para de combate a corrupção, o desequilíbrio orçamentário e a falta de transparência apontando novos caminhos para o controle dos gastos públicos na era da informação.

Comando

A semana começa, depois de muitos anos, com o PP no governo do Estado e o PMDB, na Assembleia. Na agenda do dia, Romildo Titon, recebe os projetos dos salários da Segurança Pública, para análise das comissões e a aprovação do plenário. Joares Ponticelli, entre os compromissos de hoje, participa de uma palestra no Tribunal de Contas do Estado, no seminário internacional que debaterá propostas para de combate a corrupção, o desequilíbrio orçamentário e a falta de transparência apontando novos caminhos para o controle dos gastos públicos na era da informação.

VEÍCULO: ADJORI-SC

EDITORIA: Internet

DATA: 11/11/2013

Tribunal de Contas realiza Simpósio Internacional até quarta-feira, dia 13

No momento em que o Brasil atravessa uma crise política exposta pelas manifestações nas ruas, insatisfação geral e críticas às instituições públicas, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina promove, de 11 a 13 de novembro, em Florianópolis, o “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo”. Serão debatidas questões mundiais de interesse atual na Administração Pública: a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos.

A crise manifestada nas ruas não é apenas nossa. Ela, em menor ou maior intensidade, ocorreu e tem ocorrido em outras regiões do mundo. Por isso, o Simpósio contará com a participação de estudiosos da Espanha e do Brasil para ampliar o debate, em atenção às expectativas dos cidadãos do nosso e de outros países.

Será uma oportunidade para que profissionais de atividades de controle público no Brasil e em outras nações, principalmente os originários de instituições como tribunais de contas e ministérios públicos, os integrantes da Administração Pública, bem como de organizações não governamentais, participem oferecendo reflexões sobre as mobilizações sociais em curso.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nas comemorações do seu aniversário de criação, tem a intenção de contribuir positivamente nesta discussão. Por meio deste Simpósio Internacional, buscar-se-á uma visão mais clara do exercício do controle externo neste cenário de crise de representatividade exposto pelas mobilizações sociais.

O Simpósio é destinado prioritariamente a agentes públicos, profissionais liberais e representantes de organizações não governamentais. Serão reservadas 100 vagas para estudantes universitários. As inscrições são gratuitas. Solicite sua inscrição

VEÍCULO: MPSC
EDITORIA: Internet
DATA: 11/11/2013

MPSC apoia o Simpósio do TCE sobre controle externo

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), com apoio do Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e de outros órgãos públicos do Estado, promoverá, de 11 a 13 de novembro, em Florianópolis, o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo. Serão debatidas questões mundiais de interesse atual na administração pública: a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos.

A subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Walkyria Ruicir Danielski, participa da abertura como representante do MPSC, nesta segunda-feira, às 19h30min. No segundo dia de evento, às 9h30min, o coordenador-geral dos Centros de Apoio, procurador de Justiça José Galvani Alberton, presidirá a mesa de discussão, que terá como tema “Controle ideal e controle possível: respostas às demandas sociais”, ministrada pelo Professor Doutor Juarez Freitas. Já na manhã de quarta-feira (13/11), último dia de evento, a partir das 9h30min, o Promotor de Justiça Affonzo Guizzo Neto participará do evento ministrando a palestra “Corrupção, Estado Democrático de Direito e Educação”.

A crise manifestada nas ruas não é apenas brasileira. Ela, em menor ou maior intensidade, ocorreu e tem ocorrido em outras regiões do mundo. Por isso, o Simpósio contará com a participação de estudiosos da Espanha e do Brasil para ampliar o debate, em atenção às expectativas dos cidadãos em todo o mundo.

Será uma oportunidade para que profissionais de atividades de controle público no Brasil e em outras nações, principalmente os originários de instituições como tribunais de contas e ministérios públicos, integrantes da administração pública,

bem como de organizações não governamentais, participem oferecendo reflexões sobre as mobilizações sociais em curso.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nas comemorações do seu aniversário de criação, tem a intenção de contribuir positivamente nessa discussão. Por meio deste Simpósio Internacional, buscar-se-á uma visão mais clara do exercício do controle externo nocenário de crise de representatividade exposto pelas mobilizações sociais.

Informações: Instituto de Contas do TCE/SC, no e-mail apoioicon@tce.sc.gov.br e no telefone (48) 3221-3834.

VEÍCULO: Diário Catarinense

EDITORIA: Política

PÁGINA: 6

DATA: 12/11/2013

Crise de representatividade na visão dos especialistas

Seminário internacional realizado em Florianópolis debate temas atuais como a transparência dos órgãos

Conhecido por sua postura liberal e pelas críticas ao pensamento de esquerda, o filósofo e colunista do jornal Folha de S.Paulo vem a Florianópolis hoje para fazer uma reflexão sobre “O Estado no cenário da crise de representatividade”.

Em conversa ao DC, ele defendeu que a sociedade brasileira deveria esperar menos do Estado e abandonar a postura “clientelista” que mantém com relação aos políticos. O filósofo endossa a tese de que a esquerda brasileira não foi a que mais sofreu durante o período da ditadura militar.

— Pessoas sofreram e isso deve ser investigado — diz.

Pondé afirma que a esquerda brasileira é predominante nas camadas intelectuais, na mídia e, sobretudo, no universo acadêmico das Ciências Sociais. Ele consi-

dera o mandato de Dilma Rousseff um fracasso e acredita que ex-presidentes não deveriam se candidatar.

A palestra de Pondé faz parte de um simpósio promovido pelo Tribunal de Contas do Estado. Até quarta-feira, a crise de representatividade nas relações políticas no Brasil está em discussão. Com o propósito de debater as causas e efeitos das manifestações que tomaram as ruas do país, o simpósio vai discutir problemas como corrupção e falta de transparência.

“É saudável não esperar muito do Estado”

Diário Catarinense — Há ou não uma crise de representatividade?

Luiz Felipe Pondé — A população brasileira sempre foi desinteressada pelo comportamento ético do político e mais interessada nos serviços que o Estado tem a oferecer. A elite espera que o Estado dê a ela financiamento e privilégios, por exemplo, via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O povo quer que suas contas sejam pagas pelo Estado com Bolsa Família e similares. Ou seja, tem uma relação de clientelismo. Existe uma crise de representatividade latente quando as classes que estão na parte baixa da pirâmide reclamam de transporte, escolas e hospitais ruins, o que resultou nos movimentos de junho. Mas estes movimentos tiveram estopim quando jornalistas e a classe média alta se viram agredidas pelos policiais.

DC — Mas além desse clientelismo, por parte da população, o Estado também não teria responsabilidade em reverter esse quadro?

Pondé — Eticamente o Estado é responsável, claro. Mas quando a sociedade vai bem economicamente, ninguém pensa muito no Estado. Os EUA saíram da crise mais pelo modo como a economia deles se comporta do que pelas pessoas que estão no poder. Não esperar muito do Estado é uma coisa saudável. O problema é que o brasileiro não espera do Estado que ele não roube, que não seja corrupto. E espera, sim, por aquilo que não devia esperar: que os políticos resolvam a vida dele.

DC — De quem deveria ser a iniciativa para mudar isso: dos cidadãos ou dos políticos?

Pondé — Essa crise de representação, entendida como “o Estado não está me representando”, não fica caracterizada como crise se o Estado serve aos grandes

empresários via BNDES, aos pobres via Bolsa Família, fazendo estádio de futebol em cidade pequena, jogando um pouco de comida aos pobres. Nisso a pessoa não sente crise de representação.

DC — E como ficam as ideologias nesse cenário? Os espectros da esquerda e da direita alteram o funcionamento do Estado e sua relação com a sociedade?

Pondé — Não acho que o Estado funciona bem por causa de sua ideologia. Acho que o grosso da população não está preocupado e nem sabe direito o que é esquerda e direita. A população sofre quando matam um filho durante um assalto, matam um marido, uma mãe, quando morre alguém na fila do hospital. É justamente nisso que o populismo superficial pode pegar.

O evento

— A crise de representatividade que atinge diversos países do mundo é tema de simpósio internacional realizado realizada no Auditório do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

— A iniciativa pretende discutir propostas para superar problemas endêmicos no país, como a corrupção, o desequilíbrio orçamentário e a falta de transparência nos órgãos públicos.

— Participam das apresentações os representantes de instituições de controle público e estudiosos das áreas da Filosofia e do Direito, do Brasil e da Espanha.

— O evento é aberto e a programação, que vai até amanhã está disponível no *site* do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br). As inscrições são limitadas e podem ser feitas também pelo *site* da instituição.

DEMOCRACIA EM DEBATE

Crise de representatividade na visão dos especialistas

LUIS ANTONIO NUNAI E THIAGO SANTAELLA

Conhecido por sua postura liberal e pelas críticas ao pensamento de esquerda, o filósofo e colunista do jornal *Folha* de São Paulo vem a Florianópolis hoje para fazer uma reflexão sobre "O Estado na crise de representatividade".

Em conversa ao DC, ele defendeu que a sociedade brasileira deveria esperar menos do Estado e abandonar a postura "clientelista" que mantém com relação aos políticos. O filósofo endossa a tese de que a esquerda brasileira não foi a que mais sofreu durante o período da ditadura militar.

— Pessoas sofreram e isso deve ser investigado — diz.

Pondé afirma que a esquerda brasileira é predominante nas camadas intelectuais, na mídia e, sobretudo, no universo acadêmico das

Ciências Sociais. Ele considera o mandato de Dilma Rousseff um fracasso e acredita que ex-presidentes não deveriam se candidatar.

A palestra de Pondé faz parte de um simpósio promovido pelo Tribunal de Contas do Estado. Até quarta-feira, a crise de representatividade nas relações políticas no Brasil está em discussão. Com o propósito de debater as causas e efeitos das manifestações que tomaram as ruas do país, o simpósio vai discutir problemas como corrupção e falta de transparência.

luis.nunai@folha.com.br
thiago.santaella@folha.com.br

ENTREVISTA Luiz Felipe Pondé Filósofo

"É saudável não esperar muito do Estado"

Diário Catarinense — Há ou não uma crise de representatividade?

Luiz Felipe Pondé — A população brasileira sempre foi desinteressada pelo comportamento ético do político e mais interessada nos serviços que o Estado tem a oferecer. A elite espera que o Estado dê a ela financiamento e privilégios, por exemplo, via Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). O ponto que quer suas contas sejam pagas pelo Estado com Bolsa Família e similares. Ou seja, tem uma relação de clientelismo. Existe uma crise de representatividade latente quando as classes que estão na parte baixa da pirâmide reclamam de transporte, escolas e hospitais ruins, o que resultou nos movimentos de junho. Mas estes movimentos tiveram estopim quando jornalistas e a classe média alta se viram agredidas pelos policiais.

DC — Mas além desse clientelismo, por parte da população, o Estado também não teria responsabilidade em reverter esse quadro?

Pondé — Ficamente o Estado é responsável, claro. Mas quando a sociedade vai bem economi-



Pondé diz que brasileiros não estão muito interessados no comportamento ético dos políticos

carmente, ninguém pensa muito no Estado. Os EUA saíram da crise mais pelo modo como a economia deles se comporta do que pelas pessoas que estão no poder. Não esperar muito do Estado é uma coisa saudável. O problema é que o brasileiro não espera do Estado que ele não roube, que não seja corrupto. E espera, sim, por aquilo que não devia esperar: que os políticos resolvam a vida dele.

DC — De quem deveria ser a iniciativa para mudar isso?

dos cidadãos ou dos políticos?

Pondé — Essa crise de representação, entendida como "o Estado não está me representando", não fica caracterizada como crise se o Estado serve aos grandes empresários, via BNDES, aos pobres via Bolsa Família, fazendo estádio de futebol em cidade pequena, jogando um pouco de comida aos pobres. Nisso a pessoa não sente crise de representação.

DC — E como ficam as ideologias nesse cenário? Os

espectros da esquerda e da direita alteram o funcionamento do Estado e sua relação com a sociedade?

Pondé — Não acho que o Estado funciona bem por causa de sua ideologia. Acho que o grosso da população não está preocupada e nem sabe direito o que é esquerda e direita. A população sofre quando matam um filho durante um assalto, matam um marido, uma mãe, quando morre alguém na fila do hospital. E justamente nisso que o populismo superficial pode pegar.

O evento

- **A crise** de representatividade que atrai diversos países do mundo é tema de simpósio internacional realizado no Auditório do Tribunal de Contas de Santa Catarina.
- **Participam** das apresentações os representantes de instituições de controle público e estudiosos das áreas de Filosofia e do Direito, do Brasil e do Exterior.
- **A iniciativa** pretende discutir propostas para superar problemas endêmicos no país, como a corrupção, o desequilíbrio orçamentário e a falta de transparência nos órgãos públicos.
- **O evento** é aberto e a programação, que vai até amanhã está disponível no site do TCE-SC (www.tce.sc.gov.br). As inscrições são limitadas e podem ser feitas também pelo site da instituição.

Ponticelli faz palestra de abertura do seminário “Crise de Representatividade”, do TCE/SC

O governador em exercício Joares Ponticelli participou, na noite desta segunda-feira, 11, da abertura do “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo”, evento promovido pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Santa Catarina, em Florianópolis, até a próxima quarta-feira, 13.

Durante o seminário, serão debatidas questões mundiais de interesse atual na administração pública: a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos. O evento contará com a participação de estudiosos da Espanha e do Brasil.

Ponticelli abordou o tema “Desafios para Governabilidade”. “Vivemos um momento de profunda inquietação da sociedade, que tem toda a razão. Todas as esferas do poder gastam muito tempo entre a tomada da decisão e sua concretização, por uma série de motivos, como o excesso de burocracia e a concentração de poder em Brasília. É preciso um pacto federativo, que defina as responsabilidades e as fontes dos recursos de cada ente para agilizar o prazo destas respostas à população”, defendeu.

Para Ponticelli, as recentes manifestações populares que ocorreram em todo o país são uma cobrança da sociedade por um olhar para dentro de cada instituição do poder. “O que os movimentos das ruas pedem é um processo para desatar os nós existentes dentro destas instituições”, acrescentou.

O presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, também fez referência às manifestações populares, defendendo que “é essencial entendermos esse momento histórico e, com serenidade e foco, aproveitar essa chance para rever e reinventar nossas práticas, mais conectados com o clamor das ruas”.

>> Veja aqui a programação completa do seminário

O evento continua nesta terça. As palestras são realizadas no auditório do edifício-sede do TCE/SC, rua Bulcão Viana, 90, Centro, Florianópolis. Mais informações sobre o evento também estão disponíveis no site www.tce.sc.gov.br ou solicitadas pelo e-mail apoioicon@tce.sc.gov.br ou pelo telefone (48) 3221-3834.

Governador em exercício

Ponticelli permanece no cargo de Governador do Estado até o dia 17 de novembro. Nesse período, o governador Raimundo Colombo está em missão oficial na Rússia, e o vice-governador Eduardo Pinho Moreira está em período de férias.

VEÍCULO: Jornal Notícias do Dia

COLUNA: Paulo Alceu

PÁGINA: 27

DATA: 13/11/2013

Avanços

Só a iniciativa de realizar um evento para discutir e repercutir o que as ruas estão exigindo dos organismos públicos já demonstra um importante avanço. O Tribunal de Contas, ciente de duas limitações, mas também consciente de suas obrigações, está buscando, inclusive em eventos como o que realiza em Florianópolis, instrumentos para superar o que vem sendo denominado de crise de representatividade. Os controles hoje adotados no combate a corrupção, por exemplo, foram condenados e o país está exigindo avanços. As respostas, o simpósio quer encontrar. Mas não bastam painéis e experiências internacionais, sem uma aplicação determinante e o reconhecimento de que há sim uma dívida com a sociedade, que não pode só ficar na boa intenção, precisa de ação efetiva.

Avanços

Só a iniciativa de realizar um evento para discutir e repercutir o que as ruas estão exigindo dos organismos públicos já demonstra um importante avanço. O Tribunal de Contas, ciente de suas limitações, mas também consciente de suas obrigações, está buscando, inclusive em eventos como o que realiza em Florianópolis, instrumentos para superar o que vem sendo denominado de crise de representatividade. Os controles hoje adotados no combate a corrupção, por exemplo, foram condenados e o país está exigindo avanços. As respostas, o simpósio quer encontrar. Mas não bastam painéis e experiências internacionais, sem uma aplicação determinante e o reconhecimento de que há sim uma dívida com a sociedade, que não pode só ficar na boa intenção, precisa de ação efetiva.

VEÍCULO: Folha de Chapecó
COLUNA: Raul Sartori
PÁGINA: 2
DATA: 11/11/2013

O escritor e colunista da “Folha de S.Paulo” Luiz Felipe Pondé será um dos palestrantes do Simpósio Internacional Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, de segunda à quarta, com inscrições gratuitas, em promoção do Tribunal de Contas do Estado.

O escritor e colunista da “Folha de S. Paulo” Luiz Felipe Pondé será um dos palestrantes do Simpósio Internacional Crise de Representatividade – desafios e oportunidades para o Controle Externo”, de segunda à quarta-feira, com inscrições gratuitas, em promoção do Tribunal de Contas do Estado.

VEÍCULO: Jornal Floripa

EDITORIA: Internet

DATA: 13/11/2013

Simpósio Internacional do TCE/SC: crise de representatividade das instituições é um fenômeno global

No Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, em Florianópolis, a professora Doutora e servidora pública da província de Badajoz, na Espanha, María Cruz Díaz y Días, ratificou que a crise de representatividade é mundial. Ela falou no evento, nesta terça-feira (12/11), sobre experiências vividas em seu país na atualidade. No mesmo Painel, o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, conselheiro do TCE/MT Antonio Joaquim, instigou a participação da sociedade no controle.

Ao abordar “O Estado no cenário da crise de representatividade, o professor Doutor da PUC/SP e da FAAP/SP, escritor, colunista e filósofo Luiz Felipe Pondé destacou que os movimentos sociais ocorridos no mês de junho em todo o Brasil foram a “agudização de uma crise de representatividade que é latente”.

O evento contou ainda com a participação do professor Doutor da PUC/RS e UFRGS e presidente do Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público, Juarez Freitas. Durante sua palestra sobre “Controle ideal e o controle possível: respostas às demandas sociais”, fez uma relação entre as auditorias operacionais e as prioridades constitucionais.

O Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, aberto na noite de segunda-feira (11/11), pelo governador em exercício, deputado estadual Joares Ponticelli, termina nesta quarta-feira (13/11) à tarde. A reportagem em áudio traz as sonoras da prof.^a María Díaz y Días, do conselheiro Antonio Joaquim, do filósofo Luiz Felipe Pondé e do prof. Juarez Freitas.

Simpósio Internacional do TCE/SC discute a fiscalização na época das redes sociais

A programação do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade desafia e oportunidades para o Controle Externo, promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, debateu, nesta quarta-feira (13/11) pela manhã, o trabalho dos órgãos de controle frente à nova era da comunicação social, representada pelo poder das redes sociais. O palestrante Antonio Arias Rodríguez, síndico de Contas do Principado de Asturias, na Espanha, apresentou números que mostram o potencial das redes sociais no cenário da comunicação internacional.

Segundo Arias, atualmente estima-se em 2,5 bilhões o número de usuários das redes sociais em todo o mundo. Somente na Espanha, pesquisas indicam que 70% da população usa estes serviços. As redes sociais fazem parte da nossa vida, afirmou, ressaltando no entanto que, apesar dessa ampla publicidade, os órgãos de controle utilizam muito pouco as redes sociais.

Na sua opinião, muito das questões de crise de representatividade tem relação direta com as deficiências de comunicação do trabalho realizado no setor público, que não tem atingido a população de forma mais efetiva.

Outro aspecto levantado pelo síndico de contas espanhol é que os que se utilizam das redes sociais não são apenas usuários, no sentido de consultar notícias, mas também são produtores de informações, caracterizando o que ele chama de prosumidores, ou seja, produtores e consumidores simultaneamente.

Arias compara a relação entre a mídia tradicional e as redes sociais, afirmando que, enquanto na imprensa diária, apenas 15% dos leitores caracterizam-se como produtores de informação, nas redes sociais este índice sobe para 45%. E todo esse material informativo produzido via redes sociais acaba exercendo uma grande influência social, econômica, política e cultural, destacou.

Corrupção

O promotor de Justiça de Santa Catarina, Affonso Ghizzo Neto, idealizador da campanha O que você tem a ver com a corrupção, também proferiu palestra nesta quarta-feira (13/11), abordando o tema Corrupção, estado democrático de direito e educação. Ghizzo destacou que, historicamente, todas as manifestações populares, pelo mundo, expressam uma crise de representatividade. Segundo ele, a causa principal das revoltas populares é que o cidadão não se sente representado por aqueles que elegeu para exercer cargos na estrutura administrativa pública, em face dos sucessivos atos de corrupção e má gestão do erário.

Em sua exposição, ressaltou que a participação social, aí incluídas as manifestações de insatisfação popular, são fundamentais para o aprimoramento da administração pública. Foi graças às manifestações de junho que vimos concretizada a revogação da PEC 37 (Proposta de Emenda Constitucional n.º 037/11) que limitaria o poder de investigação criminal a polícias federais e civis, retirando-o de outras organizações, como o Ministério Público, salientou.

O Simpósio Internacional: Crise de Representatividade desafios e oportunidades para o Controle Externo foi promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina de 11 a 13 de novembro. Contou com o apoio da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Governo do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado (Alesc), Tribunal de Justiça do Estado (TJ), Ministério Público de Santa Catarina (MPSC), Federação Catarinense de Municípios (Fecam) e Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc).

No TCE/SC, Pedro Nevado, da Universidade de Salamanca, diz que voto é primeiro elemento de controle

A responsabilidade da sociedade no combate à corrupção foi constantemente lembrada por Pedro Tomás Nevado-Batalla Moreno e Nicolás Rodríguez García, ambos professores doutores da Universidade de Salamanca, na Espanha, durante as palestras que proferiram na tarde desta terça-feira (12/11), no auditório principal do Tribunal de Contas de Santa Catarina. As exposições integraram a programação do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — Desafios e Oportunidades para o Controle Externo. “O cidadão é quem tem o autêntico poder”, disse Nevado, sobre o direito de voto e a capacidade de escolher os administradores públicos.

O palestrante, cujo tema da exposição era “Corrupção e crise de representatividade: oportunidades e riscos”, falou da importância de os cidadãos escolherem pessoas com capacidade técnica para ocuparem os cargos públicos, ao citar casos de eleição de candidatos que se destacam apenas por serem famosos, como artistas ou ex-participantes de realities shows. “Os gestores públicos devem ser reconhecidos por suas virtudes profissionais”, disse. Para ele, as autoridades são espelhos da sociedade. Por isso, é preciso investir em educação e na difusão de valores que inibam a perpetuação de práticas corruptas, como a compra de produtos pirateados e a sonegação de impostos. Nevado lembra que fumar, por exemplo, é uma prática mal vista atualmente, mas sonegar impostos ainda é aceita por muitos.

Durante sua palestra, mostrou que a má gestão leva à perda de recursos e conseqüentemente põe em risco a boa prestação de serviços públicos. Para Pedro Nevado, que é conselheiro de Administração Pública do governo da comunidade autônoma espanhola de Extremadura — cargo equivalente no Brasil, segundo explicou, a de um secretário de Estado —, a boa administração atrai investidores, já

que o cumprimento do princípio da legalidade gera confiança. No entanto, destaca que é difícil a tomada de decisões no âmbito do setor público. “Que político quer ser antipático?”, questionou ao enfatizar que as pessoas não estão acostumadas com políticos que dizem “não”.

Corrupção x Desenvolvimento

Para o palestrante Nicolás Rodríguez García, a ideia do “rouba, mas faz” tem que ser abandonada, sendo necessário gerar na sociedade uma cultura de rejeição à corrupção. O problema é um dos motivos da crise econômica mundial, já que compromete cerca de 7% do PIB mundial, segundo dados apresentados por ele durante sua exposição no Simpósio Internacional. “A corrupção arrasa os cofres públicos”, lamentou, lembrando que ela freia o desenvolvimento dos países afetados. Ao longo de sua exposição — intitulada “Pontos fortes e fracos do sistema penal no combate à corrupção” —, García apontou algumas causas para a ineficácia dos sistemas penais na punição de atos de corrupção, entre elas: pactos de silêncio entre os envolvidos; existência de paraísos fiscais; desenvolvimento tecnológico, já que não é necessário um número grande de pessoas para se criar uma organização criminosa, por exemplo; falta de cooperação entre instituições públicas; além das oportunidades que incentivam, de certa forma, o aumento da corrupção, como condenações brandas combinadas com a não devolução dos valores desviados. Por isso, enfatizou a importância da existência de controles internos e externos bem estabelecidos, para combater a corrupção. “O último recurso para corrigir o problema deve ser o sistema penal”, disse.

O papel e a importância do cidadão no combate à corrupção foram destacados por Nicolás García durante toda a palestra, com o apontamento, assim como fez Nevado, da necessidade de mudança de valores. Na opinião dele, práticas, hoje, muitas vezes socialmente aceitas, como a contratação de parentes para cargos públicos, têm que ser condenadas. Ao mesmo tempo, mencionou a impunidade e o descrédito generalizado nas instituições públicas, que levam as pessoas a procurarem os meios de comunicação para denunciarem atos de corrupção, criando julgamentos paralelos. No encerramento de sua palestra, deixou claro, entretanto, que é preciso também compromisso político para prevenir e reprimir a corrupção.

VEÍCULO: Fecam
EDITORIA: Internet
DATA: 12/11/2013

FECAM participa do debate internacional sobre crise de representatividade e controle externo promovido pelo TCE/SC

Representando a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), o presidente da entidade e prefeito de Gaspar, Celso Zuchi, está participando do Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, que começou na noite dessa segunda-feira (11) e se estende até a quarta-feira (13), no Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), em Florianópolis. Zuchi foi uma das autoridades que integrou a mesa de abertura na noite de ontem (11) e hoje assiste às palestras e debates.

O evento tem o propósito de buscar novos caminhos para a atuação dos órgãos responsáveis pelo controle dos gastos públicos, neste cenário de crise de representatividade política e de grandes transformações — próprias dessa era da informação — que desafia instituições públicas, partidos, imprensa e outras organizações tradicionais, no Brasil e no mundo.

O Estado no cenário de crise, os desafios para a governabilidade, o combate à corrupção e o papel da educação no contexto, a interação entre os controles público e social, a transparência e os códigos para o bom governo, as demandas da sociedade e o controle público ideal, a fiscalização em tempo de redes sociais e os rumos das instituições de controle público. São abordagens como estas, conduzidas por estudiosos e especialistas, nas áreas da Filosofia e do Direito e por integrantes de instituições de controle público, do Brasil e da Espanha que polarizam os debates do simpósio.

A ideia é traçar um diagnóstico da atual crise de representatividade política, marcada pela insatisfação da sociedade com os resultados do Poder Público. Paralelamente, a partir desse panorama, os organizadores do evento querem ampliar o

debate para identificar os riscos e as oportunidades oferecidas por esse cenário de grandes transformações — sociais, políticas, econômicas e culturais — e apontar soluções para um controle mais eficaz das contas públicas, nesse espaço de transição da era industrial para a da informação.

Cerca de 200 participantes, entre profissionais e integrantes de instituições de controle público, em especial dos Tribunais de Contas e do Ministério Público, agentes públicos, representantes de organizações não governamentais, profissionais da área do Direito, do Brasil e de outros países, participam do evento. O Simpósio é uma iniciativa do Tribunal de Contas do Estado e tem o apoio da FECAM, Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Governo do Estado de Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público de Santa Catarina, e Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc).

Abertura

Na noite de segunda-feira (11), o governador em exercício, Joares Ponticelli, fez a palestra de abertura, abordando o tema Desafios para Governabilidade. “Vivemos um momento de profunda inquietação da sociedade, que tem toda a razão. Todas as esferas do poder gastam muito tempo entre a tomada da decisão e sua concretização, por uma série de motivos, como o excesso de burocracia e a concentração de poder em Brasília. É preciso um pacto federativo, que defina as responsabilidades e as fontes dos recursos de cada ente para agilizar o prazo destas respostas à população”, defendeu.

Para Ponticelli, as recentes manifestações populares que ocorreram em todo o país são uma cobrança da sociedade por um olhar para dentro de cada instituição do poder. “O que os movimentos das ruas pedem é um processo para desatar os nós existentes dentro destas instituições”, acrescentou.

O presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, também fez referência às manifestações populares, defendendo que “é essencial entendermos esse momento histórico e, com serenidade e foco, aproveitar essa chance para rever e reinventar nossas práticas, mais conectados com o clamor das ruas”.

VEÍCULO: Associação Catarinense de Imprensa (Casa do Jornalista)

EDITORIA: Internet

DATA: 07/11/2013

TCE/SC promove Simpósio Internacional, em Florianópolis

No momento em que o Brasil atravessa por uma crise política exposta pelas manifestações nas ruas, insatisfação geral e críticas às instituições públicas, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina promove, de 11 a 13 de novembro, em Florianópolis, o “Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o controle externo”. Serão debatidas questões mundiais de interesse atual na Administração Pública: a corrupção, o desequilíbrio orçamentário, a falta de transparência e o controle dos gastos.

A crise manifestada nas ruas não é apenas nossa. Ela, em menor ou maior intensidade, ocorreu e tem ocorrido em outras regiões do mundo. Por isso, o Simpósio contará com a participação de estudiosos da Espanha e do Brasil para ampliar o debate, em atenção às expectativas dos cidadãos do nosso e de outros países.

Será uma oportunidade para que profissionais de atividades de controle público no Brasil e em outras nações, principalmente os originários de instituições como tribunais de contas e ministérios públicos, os integrantes da Administração Pública, bem como de organizações não governamentais, participem oferecendo reflexões sobre as mobilizações sociais em curso.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nas comemorações do seu aniversário de criação, tem a intenção de contribuir positivamente nesta discussão. Por meio deste Simpósio Internacional, buscar-se-á uma visão mais clara do exercício do controle externo neste cenário de crise de representatividade exposto pelas mobilizações sociais.

Informações: Instituto de Contas do TCE/SC no e-mail apoioicon@tce.sc.gov.br e no telefone (48) 3221-3834.

VEÍCULO: Associação Catarinense de Imprensa (Casa do Jornalista)

EDITORIA: Internet

DATA: 13/11/2014

Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo

Presidente da ACI, jornalista Ademir Arnon, representando a imprensa catarinense, compõe mesa dos trabalhos na abertura do Simpósio.

Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — desafios e oportunidades para o Controle Externo, evento promovido pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, conta com o apoio da ACI, aberto na noite de segunda-feira (11/11), pelo governador em exercício, deputado estadual Joares Ponticelli, termina nesta quarta-feira (13/11) à tarde.

VEÍCULO: A Notícia
EDITORIA: Política
COLUNA: Canal Aberto (Cláudio Prisco)
PÁGINA: 20
DATA: 20/11/2013

Corrupção

A professora doutora da Universidade de Salamanca (Espanha), María Belén Lozano García, e o advogado catarinense Joel de Menezes Niebuhr, abordaram os códigos de bom governo e da governança corporativa, bem como as consequências das deficiências administrativas, durante o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade — Desafios e Oportunidades para o Controle Externo, do Tribunal de Contas do Estado.

CORRUPÇÃO

A professora doutora da Universidade de Salamanca (Espanha), María Belén Lozano García, e o advogado catarinense Joel de Menezes Niebuhr, abordaram os códigos de bom governo e da governança corporativa, bem como as consequências das deficiências administrativas, durante o Simpósio Internacional: Crise de Representatividade – Desafios e Oportunidades para o Controle Externo, do Tribunal de Contas do Estado.

VEÍCULO: *Blog* do Moacir Pereira

EDITORIA: Internet

DATA: 26/11/2013

O TCE e a crise de representatividade

Depoimento do Procurador Federal Georgino Melo e Silva, sobre a “crise de representatividade” e Simpósio realizado pelo Tribunal de Contas do Estado, via e-mail:

“Meu Caro Amigo Jornalista Moacir Pereira,

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exemplar instituição republicana, sob a competente presidência do Conselheiro Salomão Ribas, realizou no período de 11 a 13 do corrente mês, um instigante Simpósio Internacional, ocasião em que foi debatido o tema da Crise de Representatividade.

Os ilustres pensadores, que nos brindaram com suas magistrais aulas, foram unânimes em reconhecer que há um novo padrão de demandas e lutas sociais.

A sociedade industrial não é mais o paradigma adequado para compreender o que ocorreu no mês de junho de 2013, quando a população foi às ruas fazer incontáveis reivindicações, uma vez que outros padrões e outras lógicas nos levam a compreender o tempo em que vivemos. Ora, O mundo caminha da era industrial para a era informacional. Isso acarreta grandes transformações na economia, na cultura e também na política. Quando ocorreu a migração da sociedade agrícola para a industrial, pôde-se perceber movimento semelhante. Foram grandes as transformações e enormes as resistências. Houve quem preferisse destruir as máquinas do que tentar entender suas possibilidades e potencialidades. Hoje, alguns agem da mesma forma. Mas a sociedade em redes não permite respostas analógicas.

O que nos deixa perplexos é que os partidos políticos e a quase totalidade dos movimentos tradicionais insistem em não compreender esse novo processo. Lamentavelmente, não atinaram para a realidade que caracteriza a sociedade em redes, onde uma das grandes crises se dá em relação às organizações intermediárias.

Para ficar só na crise da democracia representativa e dos partidos políticos, o movimento de junho de 2013, deixou claro que os partidos não mais representam os anseios da sociedade. O que ficou patente é que os grupos sociais desejam se auto-representar. É de bom alvitre ressaltar, por oportuno, que há uma gritante crise no atual modelo de democracia para a qual ainda não se construiu uma resposta. Porém para a construção de novos modelos, mister se faz reconhecer, interpretar e compreender a crise. De certa forma, evidencia-se um repúdio à política, tendo em vista que em nenhum momento da História houve tanta discussão da política como no momento atual da sociedade em redes. Ficou patente que as redes surgem nas ruas e se articulam na internet. Tem sua fonte na internet e se apresentam nas ruas. Diante da falta de comando dessas forças cria-se um ambiente contraditório. O Simpósio nos deixou a magnífica lição de que é imperiosa a edificação de um novo edifício político com base em um novo alicerce de representatividade.

Um forte abraço.

Georgino Melo e Silva.”

RÁDIOS

VEÍCULO: Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão)

EDITORIA: Internet

DATA: 28/10/2013



Relatório de Aproveitamento em Rádio

Emitido em 29/10/2013 11:31:43

Título: Tribunal de Contas promove evento internacional para debater crise de representatividade das instituições
Autor: Silvio Loddi - RNA/Florianópolis
Data: 28/10/2013
Tempo: 159 segundos
Total de Downloads: 65
Downloads feitos por emissoras: 50
Tempo total de exposição na rede: 2h12m30s
Total de audições no portal ACAERT: 13

- Rádio Integração (São José do Cedro)
- Rádio Bandeirantes AM (Imbituba)
- Rádio Caibi (Caibi)
- Rádio Novo Tempo FM (Florianópolis)
- Rádio Camboriú (Balneário Camboriú)
- Rádio Univali FM (Itajaí)
- Rádio Difusora AM (Içara)
- Rádio São Carlos AM (São Carlos)
- Rádio Aliança (Concórdia)
- Rádio Continental AM (Coronel Freitas)
- Rádio Princesa (Lages)
- Rádio Difusora (Joinville)
- Rádio Araranguá AM (Araranguá)
- Rádio Clube (Canoinhas)
- Rádio Bebedouro (Passos Maia)
- Rádio Caçanjurê (Caçador)
- Rádio Coroado (Curitibanos)
- Rádio Itaberá (Blumenau)
- Rádio Fraiburgo (Fraiburgo)
- Rádio Entre Rios (Palmitos)
- Rádio Vale FM (Saudades)
- Rádio Difusora (Xanxerê)
- Rádio Integração FM (Jacinto Machado)
- Rádio CBN (Blumenau)
- Rádio Nevasca FM (São Joaquim)
- Rádio Verde Vale (Braço do Norte)
- Rádio Marconi (Urussanga)
- Rádio Pomerode AM (Pomerode)
- Rádio Princesa AM (Xanxerê)
- Rádio CBN (Lages)
- Rádio Mirador (Rio do Sul)
- Rádio Difusora (Rio do Sul)

- Transamérica Hits (Laguna)
- Rádio Bandeirantes AM (Tubarão)
- Rádio Chapecó (Chapecó)
- Rádio Band FM (Corupá)
- Rádio Santa Catarina (Tubarão)
- Rádio Educadora (Taió)
- Rádio Clube (Lages)
- Rádio Planalto (Major Vieira)
- Rádio Cidade (Itapema)
- Rádio Guarujá (Florianópolis)
- Rádio Clube (Joinville)
- Rádio Nereu (Blumenau)
- Nova FM (Ascurra)
- Rádio Progresso (Descanso)
- Rádio Guararema FM (Blumenau)
- Rádio Porto Feliz (Mondai)
- Rádio Cidade (Brusque)
- Rádio Cruz de Malta (Lauro Müller)
- Rádio Sentinela (Gaspar)

VEÍCULO: Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão)
EDITORIA: Internet
DATA: 13/11/2013

Simpósio Internacional do TCE/SC

Manifestações populares: especialistas debatem crise de representatividade das instituições em evento internacional

VEÍCULO: Guarujá/Florianópolis
EDITORIA: Conexão da Tarde
DATA: 11/11/2013

Simpósio

Salomão Ribas fala sobre simpósio que vai debater temas relacionados ao Tribunal de Contas. 15h30min

VEÍCULO: Record/Florianópolis

EDITORIA: Ric Notícias

DATA: 12/11/2013

Simpósio do TCE

Simpósio no Tribunal de Contas do Estado vai discutir a crise de representatividade de todas as instituições públicas no mundo. Entrevista Salomão Ribas Junior, presidente do TCE/SC, Pedro Moreno, conselheiro de Contas na Espanha, Antônio Arias Rodrigues, síndico de contas do principado da Áustria, Sebastião Helvecio, vice-presidente do Instituto Rio Branco.

VEÍCULO: TVCOM

EDITORIA: Conversas Cruzadas

DATA: 13/11/2013

Instituições públicas

O Conversas Cruzadas de hoje debate sobre instituições públicas, será que elas estão em crise por causa da corrupção. Entrevista com Salomão Ribas Junior, presidente Tribunal de Contas do Estado, Nicolás Rodrigues Garcia, doutor universidade Salamanca, Antônio Joaquim, presidente Ass. Tribunal Contas do Brasil, Antonio Arias Rodrigues, síndico de contras principado Astúrias.

MEMORIO

TRIBUNAL

DE SANTA CRUZ

ÓRIAS

DE CONTAS

CATARINA

MEMÓRIAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DE SANTA CATARINA



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA